



CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO
ÁREA DE CONCETRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**ESTADO E A PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL:
A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS PRODUTORES RURAIS ATINGIDOS POR
BARRAGENS DO RIO IGUAÇU NO OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ**

MARCIO JOSÉ DE BARROS

Cascavel - PR
2020



CENTRO DE EDUCAÇÃO, COMUNICAÇÃO E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM EDUCAÇÃO
NÍVEL DE MESTRADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: SOCIEDADE, ESTADO E EDUCAÇÃO

**ESTADO E A PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL:
A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS PRODUTORES RURAIS ATINGIDOS POR
BARRAGENS DO RIO IGUAÇU NO OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ**

MARCIO JOSÉ DE BARROS

Dissertação apresentada à Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – como requisito à obtenção do título de Mestre em Educação, junto ao Programa de Pós-graduação em Educação – PPGE –, área de concentração Sociedade, Estado e Educação.

Linha de pesquisa: Educação, Políticas Sociais e Estado.

Orientador: Professor Dr. Roberto Antonio Deitos.

CASCADEL – PR
2020

Ficha de identificação da obra elaborada através do Formulário de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da Unioeste.

Barros, Marcio José de

Estado e a produção de energia elétrica no Brasil: : A organização coletiva dos produtores rurais atingidos por barragens do Rio Iguaçu no oeste e sudoeste do Paraná / Marcio José de Barros; orientador(a), Roberto Antonio Deitos, 2020.

222 f.

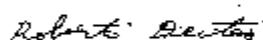
Dissertação (mestrado), Universidade Estadual do Oeste do Paraná, Campus de Cascavel, Centro de Educação, Comunicação e Artes, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2020.

1. Políticas Públicas. 2. Produção de energia hidrelétrica. 3. Organização social. 4. Movimento dos atingidos por barragens. I. Deitos, Roberto Antonio. II. Título.

MARCIO JOSÉ DE BARROS

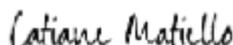
ESTADO E A PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL: A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS PRODUTORES RURAIS ATINGIDOS POR BARRAGENS DO RIO IGUAÇU NO OESTE E SUDESTE DO PARANÁ

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação em cumprimento parcial aos requisitos para obtenção do título de Mestre em Educação, área de concentração Sociedade, Estado e Educação, linha de pesquisa Educação, Políticas Sociais e Estado, APROVADO(A) pela seguinte banca examinadora:



Orientador(a) - Roberto Antonio Deitos

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)



Catiane Matiello

UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ (UTFPR)



Irene Carriatto de Oliveira

Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Cascavel (UNIOESTE)

Cascavel, 15 de abril de 2020

À Isolde Ondina Muller Barros, Marcia
Ângela de Barros e Jonatas dos Santos
Barreto.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, a Deus, pela sua bondade e amor, pois, sem seu cuidado, eu não teria em meu caminho pessoas maravilhosas com as quais eu posso ser apenas eu, humano, sem máscaras, sem medo de minhas falhas, minhas fraquezas, minhas lacunas, mas com as quais eu aprendi a perceber o quanto sou grande, forte e indestrutível, pois o amor de cada um me constrói e me reconstrói diariamente; gratidão meu Deus pela possibilidade de ser quem eu sou, não pronto e acabado, mas em construção, lapidando-me e me aperfeiçoando a cada instante de forma racional e crítica.

Direciono minha gratidão e meu imenso respeito ao Professor Dr. Roberto Antonio Deitos, pela orientação, disponibilidade, compreensão, paciência, serenidade e sabedoria com a qual me acolheu e caminhou comigo neste percurso, que, para mim, foi de muitos desafios.

Direciono, também, meu profundo respeito às professoras Dra. Irene Carniatto de Oliveira e Dra. Catiane Matiello, por aceitarem compor a banca examinadora e pelas contribuições, sem medo de compartilhar seus conhecimentos, as quais foram fundamentais ao desenvolvimento desta pesquisa e a seu aperfeiçoamento.

Agradeço, de forma imensa, como um movimento de gratidão eterna, amor e respeito, à minha família, à minha amada mãe, Isolde Ondina Muller Barros, e à minha amada Irmã, Marcia Ângela de Barros, por serem meus pilares de sustentação, e por, em muitos momentos, suportarem minhas angústias e meus medos, assim como meus descompassos, sempre de coração aberto e braços estendidos. A meu companheiro de caminhada, Jonatas dos Santos Barreto, por perceber minhas fraquezas e por me estender a mão quando minhas pernas não davam conta do peso do caminhar ou quando o desalento insistia em se fazer presente. E, de forma toda especial e com todo meu carinho e afeto, aos demais integrantes da minha família biológica que estiveram presentes nesta etapa e à minha família de coração, meus amigos, José Lindomir Pezenti, Lidia Cristina Paz, Jader Silva Paz e Sandra Salete Panisson, que estiveram comigo nesse percurso de crescimento e sabem que são fundamentais, partes do meu existir, gratidão a todos.

Acrescento meu muito obrigado ao Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional e Social – GEPPEES, e a seus integrantes, que fomentaram eventos e oportunidades para a discussão das Políticas Sociais e Educacionais em um momento especialmente crítico à organização social na qual hoje estamos inseridos.

Agradeço, também, a todos os professores que constituem o corpo docente do Mestrado em Educação da UNIOESTE, pois cada um, de sua forma e dentro de suas possibilidades, contribuiu com meu crescimento educacional e humano: Dr. Adrian Alvarez Estrada, Dr. Alexandre Felipe Fiuza, Dra. Aparecida Favoreto, Dra. Francis Mary Guimarães Nogueira, Dra. Ireni Marilene Zago Figueiredo, Dra. Isaura Monica Souza Zanardini, Dra. Maria Inalva Galter e a meu orientador, e também professor, Dr. Roberto Antonio Deitos, meu obrigado pelos conhecimentos e reflexões transmitidos durante o processo de estudo ao longo do desenvolvimento desta pesquisa.

Para o final – pois a eles direciono um agradecimento transbordante de gratidão – e por mais que muitos possam não saber a importância que tiveram nesta caminhada, fica registrada a minha gratidão a estes sujeitos sociais, acolhedores e lutadores, no delineamento e estruturação deste estudo, pois sem estes não seria possível realizar esta reflexão: meu agradecimento aos Produtores e Produtoras rurais atingidos pelas Usinas Hidrelétricas de Salto Caxias e Baixo Iguaçu que – mesmo mediante de todo o histórico de opressão, repressão e exclusão imposta pela atual manifestação da estrutura estatal – abriram um pouco de sua história, suas lutas e sua vida, contribuindo para estruturar as reflexões e os diálogos que se tornaram a linha mestre deste processo reflexivo que se manifesta na dissertação de mestrado. A vocês, meu muito obrigado.

Caía a tarde feito um viaduto
E um bêbado trajando luto me lembrou Carlitos
A lua, tal qual a dona de um bordel
Pedia a cada estrela fria um brilho de aluguel
E nuvens lá no mata-borrão do céu
Chupavam manchas torturadas
Que sufoco
Louco
O bêbado com chapéu-coco
Fazia irreverências mil
Pra noite do Brasil
Meu Brasil
Que sonha com a volta do irmão do Henfil
Com tanta gente que partiu
Num rabo de foguete
Chora
A nossa Pátria mãe gentil
Choram Marias e Clarisses
No solo do Brasil
Mas sei que uma dor assim pungente
Não há de ser inutilmente
A esperança
Dança na corda bamba de sombrinha
E em cada passo dessa linha
Pode se machucar
Azar
A esperança equilibrista
Sabe que o show de todo artista
Tem que continuar

Elis Regina

BARROS, Marcio Jose de. **Estado e a produção de energia elétrica no Brasil: a organização coletiva dos produtores rurais atingidos por barragens do Rio Iguaçu no Oeste e Sudoeste do Paraná.** 2020. 222f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel.
Orientador: Prof. Dr. Roberto Antonio Deitos

RESUMO

A dissertação *Estado e a produção de energia elétrica no Brasil: a organização coletiva dos produtores rurais atingidos por barragens do Rio Iguaçu no Oeste e Sudoeste do Paraná*, desenvolvida na Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, campus de Cascavel/PR, na linha de pesquisa “Educação, Políticas Sociais e Estado”, tem como objetivo analisar qual a relação que o “Estado democrático” de direito, estabelece com a sociedade dominante e com os atingidos no processo de construção de usinas hidrelétricas e se existem interesses políticos, econômicos e partidários que influenciam na constituição, manutenção e/ou dissolução do Movimento Social dos Atingidos por Barragem na região Oeste e Sudoeste do Paraná, de forma mais específica, nos movimentos sociais de Salto Caxias e Baixo Iguaçu. Para isso, este estudo pautou-se, primeiramente, na metodologia bibliográfica e documental, apoiando-se em estudiosos e documentos como Leis, Decretos e Resoluções, mas direciona seu eixo estruturante à pesquisa de campo, social e qualitativa. Essa foi realizada por intermédio da aplicação de entrevistas, apoiadas em questionários semiestruturados, a Produtores e Produtoras rurais atingidos pelas Usinas Hidrelétricas supracitadas, possibilitando, assim, dar voz aos sujeitos, às suas histórias, percepções e vivências. Teoricamente, a produção de hidroeletricidade é base para manutenção do crescimento econômico, mediante o fomento ao setor industrial, e ganha visibilidade na premissa de uma fonte energética menos agressiva, pois atende às legislações ambientais bem como sociais referentes aos atingidos pelas obras hidrelétricas. Contudo, mediante as análises realizadas e os dados coletados em campo, pode-se verificar que a utilização das fontes hídricas reveste-se de políticas públicas ambientais e sociais rigidamente construídas, mas os interesses políticos e econômicos que perpassam essas ações distorcem a aplicação desses direcionamentos nas práticas sociais, situação na qual os atingidos são aviltados e obrigados ou a aceitar as determinações impostas ou a promoverem um movimento de organização social na busca por defesa e garantia de direitos. Os resultados deste estudo oferecem à sociedade e, principalmente, aos movimentos sociais, insumos que possibilitam refletir sobre os interesses dominantes e o atendimento social. Dessa maneira, pode nortear e orientar formas de sobrevivência e fortalecimento social na busca por promover a garantia e a defesa de direitos.

PALAVRAS CHAVE: Políticas Públicas, Produção de energia hidrelétrica, determinações estatais, organização social, movimento dos atingidos por barragens.

BARROS, Marcio Jose de. **State and the production of electricity in Brazil: the collective organization of rural producers affected by dams on the Iguazu River in the West and Southwest of Paraná.** 2020. 222. Dissertation (Master in Education). Western Paraná State University – UNIOESTE, Cascavel.
Advisor: Prof. Dr. Roberto Antonio Deitos

ABSTRACT

The dissertation *State and the production of electric energy in Brazil: The collective organization of rural producers affected by dams on the Iguazu River in the West and Southwest of Paraná*, developed at the Western Paraná State University - UNIOESTE, campus of Cascavel/PR, in the research line "Education, Social Policies and the State", aims to analyze the relationship that the "democratic State" of law establishes with the dominant society and those citizens affected by the process of building hydroelectric plants in order to review if whether there are political interests, economic and political parties that influence the constitution, maintenance and/or dissolution of the Social Movement of People Affected by Dams in the West and Southwest of Paraná, more specifically in the social movements of Salto Caxias and Baixo Iguazu. For this purpose, this study was based primarily on the bibliographic and documentary methodology according to based on scholars and documents such as Laws, Decrees and Resolutions, but it directs its structuring axis to the social and qualitative research field which was carried out through the application of interviews, supported by semi-structured questionnaires, applied to producers and rural producers affected by the aforementioned Hydroelectric Plants, thus making it possible to give voice to those citizens to express their stories, perceptions and experiences. Theoretically, hydroelectricity production is the basis for maintaining the economic growth by fostering the industrial sector, and gains visibility on the premise of a less aggressive energy source, as it meets environmental as well as social legislation regarding those affected by hydroelectric works. However, through the analyzes carried out and the data collected by our research, it can be seen that the use of water sources is rigidly constructed with environmental and social public policies, but the political and economic interests that permeate these actions distort the application of these guidelines in social practices, where those affected are demeaned and forced to either accept the imposed determinations or to promote a movement of social organization searching for defense and guarantee of rights. The results of this study offer important inputs to our society and especially to social movements that enable to reflect on dominant interests and social service. In this ways they can be ways to guide survival actions and social empowerment concerning the promotion of the guarantee and defense of rights.

Key Words: Public Policies, Hydroelectric energy production, state regulations, social organization, movement of citizens affected by dams.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Bacias Hidrográficas do Estado do Paraná	97
Figura 2 - Divisão da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu	98
Figura 3 - Localização das Usinas Hidrelétricas da Bacia do Rio Iguaçu	98
Figura 4 - Local da Construção da Usina Hidrelétrica Salto Caxias	102
Figura 5 - Localização da UHE Salto Caxias	103
Figura 6 - Usina Hidrelétrica Salto Caxias.....	104
Figura 7 - Início das obras Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu	107
Figura 8 - Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu em funcionamento	108
Figura 9 - Jingle apresentado nas rádios da região sobre a implantação da usina Baixo Iguaçu.....	109
Figura 10 - Jingle apresentado nas rádios da região sobre a implantação da usina Baixo Iguaçu.....	110
Figura 11 - Textos utilizados para campanhas em rádios e jornais	110
Figura 12 - Textos utilizados para campanhas em rádios e jornais	111
Figura 13 - Textos utilizados para campanhas em rádios e jornais	111
Figura 14 - Textos utilizados para campanhas em rádios e jornais	112
Figura 15 - Textos utilizados para campanhas em rádios e jornais	112
Figura 16 - Fotos de visitas realizadas aos moradores da região do alagamento da usina Baixo Iguaçu	113
Figura 17 - Fotos de visitas realizadas aos moradores da região do alagamento da usina Baixo Iguaçu	113
Figura 18 - Fotos de visitas realizadas aos moradores da região do alagamento da usina Baixo Iguaçu	114
Figura 19 - Fotos de visitas realizadas aos moradores da região do alagamento da usina Baixo Iguaçu	114
Figura 20 - Fotos de visitas realizadas a usina Baixo Iguaçu	115
Figura 21 - Divulgações, em revistas, das ações referentes à usina Baixo Iguaçu.....	115
Figura 22 - Fotos de visitas realizadas aos moradores da região do alagamento da usina Baixo Iguaçu	116
Figura 23 - Reassentamento Agroibema	130
Figura 24 - Reassentamento Capanema.....	136

Figura 25 - Reassentamento Santa Tereza.....	136
---	------------

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 - Famílias reassentadas e famílias desistentes – Agroibema	131
GRÁFICO 2 - Porcentagem de Famílias Entrevistadas	132
GRÁFICO 3 - Estrutura familiar idade – Agroibema	134
GRÁFICO 4 - Composição familiar referente à ocupação – Agroibema	134
GRÁFICO 5 - Percentual de famílias entrevistadas em relação às reassentadas – Baixo Iguaçu	137
GRÁFICO 6 - Estrutura familiar por idade – Baixo Iguaçu.....	139
GRÁFICO 7 - Composição familiar referente à ocupação – Baixo Iguaçu	140
GRÁFICO 8 - Reassentados Municípios de Origem	140

LISTA DE SIGLAS E ABREVIações

ANEEL	Agência Nacional de Energia Elétrica
BIG	Banco de Informação de Geração
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CFURH	Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos
CGH	Centrais Geradoras Hidrelétricas
CIC	Cidade Industrial de Curitiba
CIC	Conselho Internacional de Ciência
CMB	Comissão Mundial de Barragens
CONAMA	Conselho Nacional de Meio Ambiente
COPEL	Companhia Paranaense de Energia Elétrica
CPT	Comissão da Pastoral da Terra
CRABI	Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu
CRAB-RS	Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Grande do Sul
CRAS	Centro de Assistência Social
EIA	Estudo de Impactos Ambientais
FAO	Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação
FIRJAN	Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro
FUNAG	Fundação Alexandre de Gusmão
IAP	Instituto Ambiental do Paraná
IBAMA	Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IHA	Associação Internacional de Energia Elétrica
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPARDES	Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
ISA	Instituto Socioambiental
IUCN	União Internacional para a Conservação da Natureza
MAB	Man and Biosphere
MAB	Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens

MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDIC	Ministério da Economia Indústria Comércio Exteriores e Serviços
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MME	Ministério de Minas e Energia
MST	Movimento Sem Terra
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMS	Organização Mundial da Saúde
ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Programa de Aceleração de Crescimento
PAEG	Programa de Ação Econômica do Governo
PBA	Projeto Básico Ambiental
PCH	Pequenas Centrais Hidrelétricas
PIB	Produto Interno Bruto
PNEE	Plano Nacional de Energia Elétrica
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
RAP	Receita Anual Permitida
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
SANEPAR	Companhia de Tratamento de Águas
SEAB	Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento
SEMA	Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
SIS	Síntese de Indicadores Sociais
UHE	Usina Hidrelétrica
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação a Ciência e a Cultura
UNIOESTE	Universidade do Oeste do Paraná
GEPES	Grupo de Estudo em Políticas Públicas Sociais
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos
CNAEE	Conselho Nacional de Águas e Energia Elétricas
CHESF	Companhia Hidro Elétrica do São Francisco
PETROBRAS	Petróleo Brasileiro
ELETRORÁS	Centrais Elétricas Brasileiras
SISNAMA	Sistema Nacional do Meio Ambiente
CGCEO	Center for Global Change and Earth Observations
ENERSUL	Estudos Energéticos da Região Sul

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	15
1. CONCEITUAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTADO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS E O SURGIMENTO DO MOVIMENTO SOCIAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS	25
1.1 GESTÃO/SUCESSÃO POLÍTICA PARTIDÁRIA E ENERGIA HIDROELÉTRICA: O USO DAS ÁGUAS COMO UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, A PARTIR DA DÉCADA DE 30.....	26
1.1.1 A necessidade de uma nova fonte de energia	29
1.1.2 As ações de Vargas e os direcionamentos políticos sucessórios que deram a tônica a utilização da energia hidrelétrica até a vigência do governo militar	32
1.2 OS DIRECIONAMENTOS DO ESTADO REFERENTES À PRODUÇÃO DE HIDROELETRICIDADE NA CONJUNTURA DO PERÍODO DITATORIAL	43
1.3 ANÁLISE DA FIGURA ESTATAL NA CONJUNTURA ECONÔMICA, POLÍTICA, PARTIDÁRIA E SOCIAL CAPITALISTA: A PRODUÇÃO DE HIDROELETRICIDADE E SUAS MEDIAÇÕES	57
1.4 A GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL NO CONTEXTO DE INTERESSES POLÍTICOS E PARTIDÁRIOS E OS ORGÃOS DE REGULAÇÃO ...	71
1.5 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O ESTADO CAPITALISTA: AÇÃO CRÍTICA E REFLEXIVA DAS MASSAS MARGINALIZADAS	82
2. O ESTADO E A INFRAESTRUTURA DA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PARANÁ E O MOVIMENTO SOCIAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELETRICA GOVERNADOR JOSÉ RICHÁ (SALTO CAXIAS) E USINA HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU	90
2.1 AS USINAS HIDRELÉTICAS DE SALTO CAXIAS E BAIXO IGUAÇU E O IMPACTO SOCIAL DO DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO.....	97
2.1.1 O processo de implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias	102
2.1.2 A Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu	106

2.2	OS PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS.....	118
2.3	CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO DA REGIÃO OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ À ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO DE SALTO CAXIAS E BAIXO IGUAÇU E IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS	128
2.3.1	Salto Caxias	130
2.3.2	Baixo Iguaçu	135
2.4	OS IMPACTOS E CONCEPÇÕES DA CONSTRUÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA PELOS PRODUTORES ATINGIDOS	142
2.5	O PROCESSO DE ENFRENTAMENTO SOCIAL SUAS MEDIAÇÕES E CONTRADIÇÕES	149
2.6	RELAÇÃO E CONFLITOS ENTRE AS EMPRESAS PRIVADAS E PÚBLICAS E OS ATINGIDOS POR BARRAGENS – CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES.....	171
2.7	AS LUTAS SOCIAIS E AS REAÇÕES DE APOIO OU CONTRÁRIAS ÀS REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS.....	177
2.8	EDUCAÇÃO POPULAR E O MOVIMENTO SOCIAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: SEUS DESAFIOS E POSSIBILIDADES	187
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	202
	REFERÊNCIAS	210
	APÊNDICES	220
	APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA DE CAMPO BAIXO IGUAÇU	220
	APÊNDICE 2- QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA DE CAMPO SALTO CAXIAS	221
	APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E EXCLARECIDO	221

INTRODUÇÃO

A comunidade na qual nasci e me formei pertence à cidade de Boa Vista da Aparecida, região oeste do estado do Paraná, onde se situa a denominada Linha Sanepar, nome característico, pois na localidade estava implantado um centro de tratamento de água, da Companhia de Saneamento do Paraná (SANEPAR), que abastecia a cidade. Essa comunidade é, também, conhecida como Ponte do Jacutinga, nome da mesma forma característico, relativo à construção da ponte sobre o Rio Jacutinga, que cortava e dividia as terras dos moradores da região. Rio esse que seria transformado e que modificaria a vida dos moradores.

Já na década de 80, segundo os relatos dos moradores, ouviam-se boatos sobre a construção de uma Usina Hidrelétrica (UHE) na região, mas nada muito concreto. A partir do final da década de 80, os até então boatos começaram a se tornar realidade com a visita de técnicos às pequenas propriedades, os quais estavam incumbidos de fazer o levantamento socioeconômico dos moradores que compunham as famílias pertencentes às comunidades, bem como dos bens materiais que faziam parte de cada propriedade.

À época, os produtores da região não sabiam qual era a real intenção dessas visitas e dos questionários aplicados aos moradores, mas desconfiavam que estavam ligados à antiga história da construção da usina. Logo após essas visitas, e motivados pelo já acontecido com a Itaipu, começou-se um processo de mobilização e organização dos moradores não apenas da comunidade da ponte do Jacutinga, mas de várias comunidades ribeirinhas que perfaziam o leito do Rio Iguaçu, perpassando as cidades de Três Barras do Paraná, Boa Vista da Aparecida, Capitão Leônidas Marques, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, Boa Esperança do Iguaçu, Cruzeiro do Iguaçu, São Jorge D'Oeste e Quedas do Iguaçu, cidades estas que também seriam afetadas se realmente a construção da usina viesse a se concretizar.

No início da década de 90, os boatos se tornaram realidade e todo um processo de luta e organização dos produtores rurais ribeirinhos foi estruturado, visando garantir a defesa dos direitos sociais dos atingidos. Comissões foram constituídas, reuniões se tornaram cotidianas, acampamentos, enfrentamentos, passeatas e, aos poucos, aqueles moradores, produtores rurais simples, passaram a se posicionar como sujeitos de luta, conscientes de seu papel político e social.

Após anos de negociações, divergências, entraves e embates, no ano de 1998, todos os moradores atingidos pela usina de Salto Caxias estavam reassentados¹ em áreas escolhidas pelos próprios produtores e equipadas com infraestrutura de habitação, energia elétrica, abastecimento de água, educação e saúde, ou haviam recebido carta de crédito para que pudessem recomeçar suas vidas em locais onde apontassem ser melhor.

Mas um fato chamou a atenção, o movimento social de Salto Caxias foi considerado um movimento organizado e sólido e, por esse motivo, alcançou o satisfatório grau de sucesso nos embates e negociações, mas, após o reassentamento, essa organização começou a se fragilizar, perdendo sua representatividade e organização.

Ao iniciar meu curso de pedagogia, o qual foi concluído em 2011, tive a possibilidade de ampliar minha visão na perspectiva da análise das relações políticas e práticas do Estado capitalista e suas consequências para a parcela da sociedade que não detém o poder dos meios de produção, os quais ou estão subjugados a compor a grande parcela social de marginalizados, expulsos do poder decisório “democrático”, ou buscam se organizar, visando entender os meandros pelos quais o poder se manifesta, compreender os processos políticos e partidários e fazer o contraponto à segregação capitalista.

Nesse período de formação acadêmica, novamente a questão acima citada se faz presente: Quais motivos levaram o movimento social dos atingidos pela barragem de Salto Caxias a se fragilizar?

Ao inserir-me, também, no curso de Psicologia – o qual foi concluído em final de 2019 – pude ampliar a visão sobre as ações do Estado do capital agora em outro nível, observando-as em um grau de relação e dominação no campo psicológico, o que possibilitou alargar a reflexão não apenas sobre as consequências econômicas, mas, agora de forma mais focada, sobre como certas determinações dominantes agem nos processos psíquicos dos sujeitos e se tornam forças que têm a

¹ Segundo a agência da ONU para refugiados UNHCR ACNUR BRASIL, “O reassentamento é a transferência de refugiados de um país anfitrião para outro Estado que concordou em admiti-los e, em última instância, conceder-lhes assentamento permanente. (Disponível em: <<https://www.acnur.org/portugues/solucoes-duradouras/reassentamento/>> acesso em:15 set. 2019. Em se tratando de questões referentes ao deslocamento de produtores ribeirinhos atingidos por barragens, esse termo pode ser entendido como a “ação de fixar novamente, assentar, em um outro lugar, um grupo de pessoas” (Disponível em: < <https://www.dicio.com.br/reassentamento/>> acesso em:15 set. 2019.

possibilidade de manipular ou limitar os comportamentos sem que, muitas vezes, os sujeitos percebam que estão sendo manipulados e limitados. Ações as quais não apenas promovem efeitos econômicas e sociais, mas – e quem sabe de forma muito primordial – marcam psicologicamente as pessoas que, quando nos referimos à construção de Usinas Hidrelétricas, são arrancadas de seu lugar de origem, de onde não só retiram seu sustento, mas, também, onde construíram e constroem suas vidas, sendo aviltadas, massacradas e espoliadas em vários sentidos de seu existir.

Dessa forma, é nesse contexto que acontece minha aproximação com a temática de estudo, pois eu e minha família fazíamos, e fazemos, parte dessa história de embates e lutas sociais pela garantia e pela defesa de direitos, pois a prática da história, por mais que, temporalmente, ela, agora, pertence ao tempo passado, ainda reverbera sentimentos de luta e indignação pelas imposições e determinações dessa sociedade na qual o capital predomina e que não valida os sujeitos em seu contexto maior de humanidade. É, assim, nesse cenário, também, que se desenha minha prática social e o meu local de fala, motivado pelo desejo de entender, qual a relação que o Estado democrático de direito estabelece com a sociedade dominante e com os atingidos no processo de construção de usinas hidrelétricas. Isso se dá, ao observar esse contexto a partir da análise das relações e articulações estabelecidas com os sujeitos sociais, políticos, econômicos e partidários envolvidos na questão.

A presente pesquisa encontra amparo em minha entrada, no ano de 2018, no Programa de Pós-Graduação em Educação, da Universidade Oeste do Paraná (UNIOESTE), e no Grupo de Estudo e Pesquisa em Política Educacional e Social (GEPES), sendo este um importante espaço de construção e debate referente às políticas educacionais e sociais.

Em uma sociedade que se fundamenta nos princípios do capital, pode-se verificar que existe a divisão social em duas classes distintas, fundamentalmente, antagônicas e bem definidas: de um lado, a dos que detêm os meios de produção e, do outro, a dos que vendem sua força de trabalho.

O que distancia essas duas realidades está centrado no controle do poder econômico. A primeira classe detém os meios de produção e de transformação e, dessa forma, utiliza-os, delinea e direciona o movimento metabólico social, buscando contemplar seus interesses de concentração de poder político e econômico.

A outra classe, ou seja, os trabalhadores, pode ser considerada a que faz, realmente, acontecer o movimento reprodutivo do capital. Tal ação se dá por meio da venda de sua mão de obra, transformada em trabalho, mas – por estar, em muitos momentos, enredada na trama social, construída pelas determinações e contradições do poder dominante, minuciosamente tecida – essa classe não se percebe como explorada nessa ação, e fica à mercê dos ditames hegemônicos.

Esses trabalhadores, da segunda classe mencionada, submetem-se à venda de sua força vital, em jornadas de trabalho exaustivas e desgastantes, em troca de determinado valor econômico, “salário”. É esse valor que dá a tônica a seus objetivos, pois pode possibilitar-lhes adquirir bens de consumo. Isso, por sua vez, possibilita um sentimento de “afastamento” da base empobrecida, pois, ao adquirir alguns bens valorizados socialmente, cria-se uma falsa realidade que os assemelha à elite, e, fantasiosamente, alça-os a uma ascensão social, sendo essa deturpada, já que desconecta os sujeitos reais de sua base concreta e os confina em uma realidade idealizada e programada.

Toda essa estrutura é, socialmente, pensada e construída mediante ações políticas e interesses partidários. Esses representam o poder de uma parcela social que visa, em seu objetivo primeiro, a manter os trabalhadores em uma redoma de interesses econômicos dominantes, atendendo às necessidades de manutenção do sistema metabólico, não permitindo que o mesmo perca seu poder e se esfacele. Isso é possível, graças ao fato de que, nesse sistema, aponta-se que “todos podem galgar novos horizontes”. Assim, os trabalhadores, dentro de um movimento ainda não reflexivo, transformam-se na força necessária que auxilia a manter o crescimento capitalista, cumprindo funções de manutenção do sistema. Entre essas funções está a de instaurar, dentro da própria classe explorada, uma guerra pelo poder, uma disputa entre os integrantes da classe de trabalhadores pela busca de alcançar seu próximo patamar rumo ao objetivo de estar entre os economicamente eleitos.

Dessa forma, fragilizam-se os vínculos que possibilitariam a percepção dos sujeitos trabalhadores como classe. Isso os afasta de um processo de mudança social e rompe com a objetividade de classe que possibilitaria desenvolver um movimento reflexivo sobre as imposições do capital.

Ao mesmo tempo, nesse cenário de individualidades, instauram-se lutas internas por destaque social, espelhadas no modelo hegemônico, que contribuem de

forma direta com a manutenção e o crescimento do metabolismo social dominante. Tais lutas resultam na competitividade e, conseqüentemente, na produção de tecnologias e produtos que agregam ainda mais poder à classe hegemônica, ao mesmo tempo que segregam, ainda mais, os trabalhadores, lançando uma parcela cada vez maior da classe de trabalhadores ao desalento e à marginalidade social².

No entanto, uma parcela desses trabalhadores acaba por se desenredar dos limites impostos pelo domínio de classes e passa a se questionar sobre a organização e o direcionamento das ações estabelecidas, bem como sobre suas possibilidades nesse modelo socioeconômico.

Um exemplo claro desse apontamento centra-se no movimento social dos atingidos por barragens de Salto Caxias e Baixo Iguaçu. Nele os produtores rurais – ao analisarem que seus direitos de permanecer na terra (esse espaço que não se apresenta apenas como meio físico, mas como meio de vida, de onde retiram seu sustento e onde constroem sua cultura) vê-se ameaçado pela construção de hidrelétricas, sem que se promova o atendimento adequado às famílias ribeirinhas – promovem um processo de organização social de defesa e garantia de direitos. Isso se dá em um levante não contra a implantação de Usinas Hidrelétricas, mas em oposição às determinações e às contradições do modelo socioeconômico vigente de exploração, estabelecido e fortalecido pela política econômica e partidária que prioriza ações de produção e acumulação de lucro.

Mediante isso, ao iniciar um processo reflexivo sobre o emaranhado de interesses no qual se perfazem as relações econômicas capitalistas, os trabalhadores identificam a situação de exploração estrutural, os reais interesses da classe dominante e o processo de vulnerabilidade social, econômica, cultural e relacional na qual se encontram, ou no qual foram lançados, e começam a repensar, sob outra ótica, as relações sociais, econômicas, políticas, culturais e ambientais.

Nesse cenário contraditório, entre interesses econômicos e atendimento social, é que começa a emergir o movimento social dos atingidos por barragens de Salto Caxias e Baixo Iguaçu, cada um com suas peculiaridades históricas, temporais

² O conceito de marginalidade social é amplo, e pode ser discutido em várias vertentes, como aponta Pichier (1980). Mas no contexto deste trabalho, a marginalidade é apresentada como “um resíduo social da ação dos sistemas” (TOTARO, 2016, p.310), que “se apoia na setorialização econômica para indicar a importância de alguns setores tecnificados em detrimento de outros, indicar também a pouca importância econômica destes últimos, de modo a serem apenas importantes como absorvedores de mão-de-obra” (PAOLI, 1973, p. 123). Nesse sentido, o termo marginalidade será tratado neste trabalho como ação de manter a margem dos direitos sociais uma parcela social a qual não detém o poder econômico.

políticas, econômicas e culturais. Tais aspectos serão tratadas, posteriormente nesta dissertação. Contudo, pode-se dizer que há nesse movimento um ponto convergentes: a luta pela garantia e defesa de direitos de forma mais solidária e mais igualitária, rompendo com a individualidade e possibilitando construir um novo patamar de relações.

Nesse contexto, e ciente de que a manifestação das intervenções dominantes podem ocorrer e se demonstrar nas relações sociais cotidianas de formas variadas, o objetivo principal deste estudo centra-se em analisar se os interesses políticos, econômicos e partidários do Estado influenciam, e como influenciam, na manutenção e/ou dissolução do Movimento Social dos Atingidos por Barragem na região Oeste e Sudoeste do Paraná, de forma mais específica, nos movimentos de Salto Caxias e Baixo Iguaçu.

Para isso, este estudo busca, primeiramente, compreender a organização social dos atingidos por barragens, mediante a conceituação e reflexão do papel político e econômico do Estado, bem como a função de suas Políticas Públicas, e, posterior a isso, analisar como aconteceu a intervenção do Estado e das empresas responsáveis pela construção das Usinas Hidrelétricas nas realidades sociais locais e como os produtores rurais ribeirinhos agiram nessas situações.

Partindo desses objetivos, a estrutura geral deste texto está disposta em introdução, duas seções e suas subdivisões e as considerações finais.

Na introdução narra-se um pouco do histórico de vida e da formação pessoal do pesquisador, bem como sua aproximação com a temática em análise, a questão geradora do interesse pelo estudo e seus objetivos geral e específicos.

A primeira seção direciona-se a conceituar e contextualizar a figura do Estado, das políticas públicas e da política partidária na conjuntura econômica, política e social capitalista. Nesse espaço se reflete sobre a questão se os interesses de classe influenciam no delineamento de políticas públicas para o setor energético da hidroeletricidade, bem como se estes influenciam no surgimento e limite de movimentos sociais, em especial, neste caso, dos atingidos por barragens de Salto Caxias e Baixo Iguaçu, explorando as contradições e mediações do Estado. Nesse sentido, para desenvolver este estudo e buscar responder a essa questão, realiza-se, primeiramente, uma pesquisa bibliográfica e documental, utilizando-se de pressupostos como os de: Faleiros (1980); Brum (1986); Paulo Netto (1992); Helm (1993); Silva (1998); Gohn (1998); Vieira (2001); Cata (2002); Germani (2003);

Germani (2003); Parmegiani (2006); Carniatto (2007); Karpinski (2007); Deitos (2010); Matiello (2011); Derroso e Ichikava (2012); Engels (2012); Conte (2013), entre outros), bem como a análise de documentos oriundos do PAEG (1964); PNUD (2018); ANEEL (2018); ITAIPU (2019); MME (2019); e resoluções como Resolução do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) nº 001, de 23 de Janeiro de 1986, visando historicizar e refletir sobre o cenário político, partidário, econômico e social a partir de onde começa a ser planejada a construção de grandes hidrelétricas, entendendo os objetivos e a função do Estado e das políticas públicas nesse contexto, bem como a necessidade do surgimento do Movimento dos Atingidos por Barragens.

Posterior a isso, a segunda seção busca promover, mediante a aplicação de pesquisa de campo, uma análise da organização do Movimento local dos atingidos por barragens de Salto Caxias e Baixo Iguaçu. Isso possibilita refletir sobre sua organização a partir do posicionamento histórico, político, partidário e social de cada espaço, bem como observar se houve e como se delineou o processo de articulação das ações do Estado com os produtores atingidos e empresas responsáveis pela construção das hidrelétricas. Tal procedimento permite compreender como os produtores rurais ribeirinhos se posicionaram, bem como as possibilidades e limites do movimento social, mediante os direcionamentos em um modelo econômico capitalista.

Salienta-se que esta pesquisa está devidamente aprovada e autorizada pelo Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEP), promovendo, dessa forma, a defesa à integridade física e emocional, à dignidade e aos interesses dos sujeitos envolvidos em coleta de dados das atividades de pesquisa.

O questionário para a coleta de dados utilizado na pesquisa de campo está composto por vinte e três questões referente ao questionário aplicado aos Reassentados de Salto Caxias (apêndice 01, p. 214) e por 24 questões referentes ao questionário aplicado aos Reassentados do Baixo Iguaçu (apêndice 02, p. 215), sendo elas semiestruturadas e abertas, buscando possibilitar, assim, uma pesquisa de campo, social e qualitativa.

Essa escolha se fundamentou na preocupação com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados e centra-se na compreensão e explicação dinâmica das relações sociais, visando transcrever o dinamismo da vida

social e coletiva e seus significados, pois sem interpretação e significado não há ação social.

Nesse sentido, Minayo (2002) aponta que a pesquisa social é, necessariamente, qualitativa, pois esse tipo de pesquisa permite verificar o dinamismo da vida individual e coletiva, compreendendo toda a riqueza dessas relações e os significados dela transbordantes, sendo que “essa mesma realidade é mais rica do que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela” (MINAYO, 2002, p. 15). Relacionado a isso, Gil (2008) aponta que a pesquisa de campo possibilita o aprofundamento muito maior das questões propostas, pois parte da realidade e das vivências e significados únicos.

A coleta de dados realizou-se em um caminho complexo e delicado, em relação aos atingidos pela Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, pois ainda estavam tocados e motivados pelo descaso das ações da empresa e do Estado, manifestando, assim, a efervescência da luta pela garantia de direitos, em relação às questões sociais peculiares ao contexto. O contato com a realidade social causou, no primeiro momento, um certo distanciamento, mas que se desfez após a apresentação do estudo. A realização das entrevistas na comunidade Agroibema foi de mais fácil acesso, visto ao fato de as lutas sociais já terem se assentado e o pesquisador ter sido reassentado e ter residido na comunidade.

Para realização das entrevistas nas comunidades do Baixo Iguaçu foram necessários vários contatos telefônicos e de um período de tempo de articulação, primeiramente, com os representantes do MAB Nacional, os quais estavam acompanhando a organização do movimento dos atingidos da localidade, solicitando auxílio com o primeiro contato referente aos moradores, o que se realizou por mais de um ano.

Posterior a isso, foram realizados deslocamentos às cidades onde se encontram os reassentamentos, para realização de forma presencial das entrevistas com os sujeitos desta pesquisa. Foram realizados cinco deslocamentos para a cidade de Capanema, localizada a 122 quilômetros de distância de Cascavel; cinco deslocamentos ao interior de Santa Tereza do Oeste, localizada a 30 quilômetros de distância de Cascavel; e dois deslocamentos ao reassentamento Agroibema, localizado na cidade de Ibema, a 55 quilômetros da cidade de Cascavel. Esses deslocamentos foram necessários, pois são nestas localidades que estão constituídos os reassentamentos de interesse da pesquisa.

Primeiramente a proposta de estudo foi fundamentada em realizar entrevista com vinte moradores reassentados e participantes do movimento dos atingidos por barragens da usina hidrelétrica Baixo Iguaçu e vinte moradores reassentados e participantes do Movimento dos Atingidos por Barragens de Salto Caxias. Objetivo esse que não se concretizou nos dois campos de pesquisa, que acabaram se limitando a vinte e seis entrevistas.

Essa limitação, primeiramente, demonstrou-se frustrante, mas acabou expondo, de forma clara, as ações do capital referentes aos limites impostos ao movimento social dos atingidos por barragens, sendo esta parte do objetivo deste estudo. Tais limites serão abordados no decorrer das análises da pesquisa de campo.

Mediante a coleta de dados realizada, passamos, posteriormente, à análise das entrevistas. Para que não seja exposta a identidade dos entrevistados, seus nomes foram suprimidos, sendo que serão nominados de Produtor(a), seguido de um número de um ao vinte e seis. O tratamento dos dados será realizado mediante a apresentação e a reflexão de seis categorias de análise que perpassaram segunda seção, estruturando o pensamento e a compreensão da realidade e as ligações estabelecidas, as quais visam possibilitar alcançar a reflexão e o entendimento da questão de estudo proposta.

As categorias de análise são: identificação dos sujeitos; os impactos e concepções da construção de uma usina hidrelétrica pelos produtores atingidos; a reação dos produtores; processo de implantação e enfrentamento; relação e conflitos de interesses entre empresas públicas e privadas e os atingidos; as lutas sociais e as reações de apoio ou contrárias às reivindicações do movimento dos atingidos por barragens; o estado e a situação do atingidos por barragens.

A pesquisa de campo nesse sentido tem por finalidade a busca por se apropriar dos fatos, partindo do local, da vivência, da experiência e da importância da fala dos produtores, refletindo os fatos sociais, políticos, partidários e econômicos, mediante esse lugar de vivências ricas, significativas e vivas.

Desse modo, a pesquisa busca, neste movimento, dar valor à voz dos que viveram e vivem essa história, “ouvi-las e, a partir delas, procurar compreender e apreender o sentido de suas falas. Assim, as questões serão tratadas na forma de episódios narrativos, isto é, de “vozes” imbricadas em falas, relatos e experiências.” (CARNIATTO, 2002, p. 10-11).

Além da análise do discurso dos entrevistados, utilizamos para nos auxiliar no entendimento da questão, pressupostos de estudiosos como: Furtado (1961); Vasquez (1997); Minayo (2002); Carniatto (2002); Gil (2008); Matiello (2011), Ros (2011); Pereira (2011); Gonçalves (2012); Restrepo e Rojas (2014); Niheues (2014); entre outros, bem como documentos do Plano Nacional de Desenvolvimento (1975); SEAB (2003); IPARDES (2010); IPEA (2017); e fontes documentais desse processo (fotos, matérias de jornais, publicações em revistas, documentos das usinas) entre outros.

Nas considerações finais, retomamos o objetivo geral e os específicos e, em um breve diálogo, apresentamos os resultados alcançados, bem como algumas lacunas da pesquisa e os possíveis caminhos a se seguir.

1. CONCEITUAÇÃO E CONTEXTUALIZAÇÃO DO ESTADO E DAS POLÍTICAS SOCIAIS E O SURGIMENTO DO MOVIMENTO SOCIAL DE ATINGIDOS POR BARRAGENS

Esta seção tem como finalidade conceituar e contextualizar a figura do Estado, além de entender como as políticas públicas são pensadas, construídas e aplicadas na conjuntura social, econômica e partidária permeada por interesses, mediações e contradições da sociedade dominante, de forma especial aquelas direcionadas aos atingidos por barragens, trazendo à discussão, a figura do Estado democrático de direito e a sua função dentro de uma sociedade estruturada com base de sustentação no modelo capitalista, bem como discutir sobre a função das Políticas Públicas neste contexto.

Dessa forma, partimos, primeiramente, promover uma retomada histórica, refletindo o cenário de gestão e sucessão política, partidária e econômica a partir de meados do século XIX, apontando os objetivos norteadores da estruturação socioeconômica que se delinearam desde esse período, e seus objetivos centralizadores, identificando em qual contexto, e por quais motivos, emerge a necessidade de buscar novas formas de atender a demanda energética do país e a opção pela hidroeletricidade.

Posterior a isso, realizamos uma análise para evidenciar os direcionamentos do Estado referente à produção de hidroeletricidade na conjuntura do período ditatorial, a fim de verificar se existiram determinações governamentais relacionadas à questão, bem como as influências do plano econômico desenvolvido à época nesse cenário.

Partindo desse embasamento histórico, analisamos a figura estatal na conjuntura política, econômica, partidária e social atual, referente à produção de hidroeletricidade e suas mediações, analisando como o Estado, atualmente, está se posicionando frente ao processo de produção hidroelétrica, seu apoio à produção e seu atendimento às consequências sociais dessa ação.

Com base nesse embasamento podemos compreender o surgimento dos movimentos sociais dos atingidos por barragens e sua finalidade no atual modelo socioeconômico, como a seguir fica exposto.

1.1 GESTÃO/SUCESSÃO POLÍTICA PARTIDÁRIA E ENERGIA HIDROELÉTRICA: O USO DAS ÁGUAS COMO UM PLANO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, A PARTIR DA DÉCADA DE 30

Desde o momento em que surgiu o conceito de propriedade privada e se apregooou sua prática mediada pelo jogo de interesses, monopólio do poder, domínio político e econômico das ações nas mãos de poucos, visando contemplar interesses individuais, vivencia-se o alvorecer da divisão social em classes e suas relações antagônicas, as quais são mediadas pela manutenção do *status quo* dominante que se coloca, hierarquicamente, superior, mediante a exploração da mais valia, pautada na acumulação do lucro de forma desigual. Dessa forma,

[...] a luta de classes se instaura na sociedade no momento em que a riqueza socialmente produzida na forma do excedente econômico, dadas às condições históricas, passou a ser apropriada por um grupo particular da sociedade como propriedade privada. Tal apropriação, necessariamente, provocou uma ruptura entre os interesses dos indivíduos e os interesses comunitários. O caráter antagônico e inconciliável desse conflito resultou no aparecimento das classes sociais. (ANDRADE, 2012, p. 12).

Nesse contexto é onde surgem interesses inconciliáveis, pois, justapostos e individualistas atrelados aos interesses da classe dominante, surge a figura do Estado que, segundo Andrade (2012), é defendido pelos apologistas burgueses como um “órgão de “conciliação” das classes” (p. ??). Tal assertiva não se perfaz numa prática na qual o Estado se apresenta por “um órgão cujo princípio fundamental é a opressão de uma classe por outra; um órgão cuja função se manifesta concretamente como a “ordem” que legaliza e garante tal opressão”, (ANDRADE, 2012, p. 12), visto que “o poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia”, (MARX; ENGELS, 1998, p. 12), pois “o Estado surge no lugar, na hora e no grau em que as condições de classe não podem, objetivamente, conciliar-se. E vice-versa: a existência do Estado demonstra que as contradições de classe são inconciliáveis”, (LENIN, 1987, p. 55). Dessa forma o Estado “adquiriu uma existência particular a par, e fora, da sociedade civil [...] ele nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa quanto internamente, para a garantia mútua da sua particularidade e dos seus interesses.” (MARX; ENGELS, 2009, p. 111).

Assim, seria ingenuidade recair ou manter a ideologia, amplamente divulgada, de Estado como órgão articulador, garantidor e protetor dos direitos coletivos, pois é, essencialmente, sustentado por articulações políticas e interesses os quais representam uma “estrutura totalizadora de comando político do capital”, (MÉSZÁROS, 2002, p. 106), sendo assim, “a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 106).

Nesse sentido, “o modo de produção da vida material condiciona o processo da vida social, política e espiritual em geral”, (MARX, 1977, p. 301), ou seja, a ideologia apregoada pelo Estado do Capital afasta os sujeitos não apenas concretamente, mas ideologicamente em classes sociais distintas e fragiliza, com grande eficiência, a possibilidade de articulação social, pelo domínio de um movimento de imposição de interesses.

Todo esse cenário é sustentado pelo poder político, sendo que “o poder político propriamente dito é o poder organizado de uma classe para oprimir a outra”, (MARX, 2003, p. 46). Nesse sentido, “a formação do Estado moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema”, (MÉSZÁROS, 2002, p. 106), e não uma instituição de garantia e defesa de direitos individuais e coletivos. O Estado Capitalista, dessa forma, é um poder sustentado por articulações de interesses políticos e econômicos que produz mediações a partir das relações de produção e exploração sociais.

O entendimento da figura do Estado e seus direcionamentos referente às intervenções ambientais bem como ao atendimento social nascente destas, deve partir da compreensão das relações construídas e sustentadas por uma pluralidade de fatores de ordem econômica, política partidária, sociais e de classe, assim como os interesses diversos que se manifestam e sustentam sua estrutura e representatividade.

A figura estatal, assim, não pode ser vista em um direcionamento único, mas como um jogo de forças e interesses, em um processo de articulações, embates e consensos, aproximações e distanciamentos.

Verificar a influência das ações partidárias nesse contexto de relações auxilia no entendimento do posicionamento do Estado e de seus direcionamentos em relação a questões sociais e ambientais, bem como no apontamento de suas prioridades. Tal ação é importante no entendimento do posicionamento do Estado e

seus direcionamentos em cenários diversos, e sobre sua ação referente ao atendimento de prioridades principais e secundárias e na relação com as demais articulações políticas que perfazem o contexto governamental. Nesse sentido, o jogo de forças majoritárias no contexto político partidário influencia, diretamente, no acesso ao conhecimento, na ação direta dos trâmites burocráticos e na tomada de decisão pelo apoio ou não de iniciativas que interferem nas questões sociais. Desse modo, o conhecimento está diretamente ligado ao poder de decisão, como afirmam Freitas e Araujo (2016) ao apontarem que

[...] a assimetria de informação é determinada primeiramente pela composição do gabinete de governo. Os partidos no executivo tem mais informação que os partidos fora dele. Mas também no interior do executivo, entre os partidos que integram a coalisão, a informação é distribuída de maneira desigual. E esta desigualdade é reflexo do poder decisório. (FREITAS; ARAÚJO, 2016, p. 02).

Direcionado a isso, ao se tratar sobre a questão da implantação do parque hidrelétrico brasileiro, não se pode fugir dessa regra de entendimento das relações de força e do jogo de interesses no qual os direcionamentos do Estado se estabelecem, sendo importante entender os diversos contextos que o demandaram, sustentaram, e/ou ainda sustentam, essa necessidade, bem como seus objetivos e finalidades. Esses influenciam as ações estatais e sua postura, delineando e definindo as políticas de fomento econômico e de atendimento social às pessoas e às famílias atingidas pela construção de hidrelétricas.

Nesse sentido, ao adentrar no processo de análise do Movimento Social dos Atingidos por Barragens, visando entender a relação estabelecida entre Estado democrático de direito, produtores rurais atingidos pela construção de Usinas Hidrelétricas e objetivos da classe social dominante, torna-se importante, primeiramente, refletir sobre o cenário no qual surge a necessidade de construção desses empreendimentos, bem como o contexto político, econômico e partidário que embasa essa necessidade e, concomitante a isso, verificar como as demandas sociais foram atendidas.

Assim, esta pesquisa parte de uma análise do contexto de gestão política brasileira, emanada das consequências econômicas da primeira guerra mundial, bem como dos direcionamentos e planejamentos econômicos e influências partidárias que foram se encadeando a partir desse contexto.

1.1.1 A necessidade de uma nova fonte de energia

Durante a primeira guerra mundial, a economia norte americana se fortaleceu, investindo, fortemente, na área industrial, visando, com isso, à exportação de produtos industrializados para países atingidos pelos impactos do conflito, principalmente os países europeus. Com o restabelecimento econômico e político dessas nações, diminuiu-se, de forma acentuada, a necessidade de importações provenientes da América do norte.

Com esta reestruturação dos países demandantes, houve a diminuição direta do fluxo econômico oriundo das exportações e a consequente fragilização das relações comerciais entre América do norte mais especificamente dos Estados Unidos da América (EUA) e a Europa.

A economia dos EUA a época encontrava-se embasada fortemente nesse mercado exportador e, mediante a tal situação, sofre consequências econômicas severas. Os resultados do enfraquecimento desse mercado comprador podem ser percebidos detectados mediante o acúmulo de produtos industrializados, base da economia dos Estados Unidos, seguido da consequente desvalorização das ações empresariais, tendo como reflexo a falência, em massa, de empresas e o aumento do desemprego.

Com esse cenário de desaceleração de exportações instaurou-se uma crise econômica, chamada de “Grande Depressão”. Essa crise não afetou apenas a os Estados Unidos, mas, conseqüentemente, a todos os países que mantinham relações comerciais com essa economia, pois, como uma forma de superação da crise econômica americana, houve a interrupção dos fluxos financeiros internacionais, relacionados à compra e venda de produtos, bem como a interrupção na concessão de financiamentos.

Nesse contexto de instabilidade econômica e fragilização de vínculos comerciais, a economia brasileira sofre impactos diretos, pois mantinha sua economia fortemente embasada na produção cafeeira, tendo no espaço do EUA um dos seus principais mercados compradores. À época, a economia brasileira estava sendo politicamente gerenciado por Washington Luís, último presidente da República Velha que norteava suas ações por uma política agrária, fundamentada

no republicanismo, e considerava que a base essencial de uma boa administração seria “a resolução dos problemas financeiros, objetivados no equilíbrio orçamentário e na estabilidade monetária”. (VIEIRA, 1956, p. 108).

Com a repercussão causada pela “Grande depressão”, a importação do café brasileiro diminuiu drasticamente, assim como o preço pago pelo mesmo. Isso pode ser constatado na escrita de Abreu (1999), quando aponta que,

[...] a partir de meados de 1928, o Brasil começou a sofrer significativo choque externo. A política monetária restritiva dos EUA, justificada pela tentativa de controlar a bolha que se formava em Wall Street, acarretou a interrupção dos significativos fluxos de capital iniciados em 1926. As dificuldades de obtenção de recursos para a sustentação dos preços de café, somadas à queda do nível de atividade na economia mundial, levaram à queda espetacular dos preços de café a partir do final de 1929: em 1932 estavam em nível da ordem de um terço do patamar de 1929. A queda das exportações foi brutal pois, em 1929, as exportações de café respondiam por mais de 70% das exportações totais brasileiras. (ABREU, 1999, p. 3).

Esse desequilíbrio demandou um replanejamento econômico do país, levando à necessidade de encontrar novas formas de alavancar a economia, pois

[...] a Grande Depressão desencadeada pela “quebra” da Bolsa de Nova York desarticulou completamente o mercado mundial. Foi um teste para o capitalismo, que teve, entre as suas consequências, a mudança das políticas econômicas vigentes antes de 1929, tanto em níveis internos como externos. O Brasil, sendo um país agroexportador, sofreu fortemente com o colapso econômico e procurou alterar a sua estrutura e política econômicas como forma de reação à crise. (MARTINS; KRILOW, 2015, s/p).

Essa alteração na base econômica brasileira é notável nos apontamentos de Abreu (1999), demonstrando que “o impacto da grande depressão provocou significativa alteração na composição do produto, com o aumento da participação da indústria e redução correspondente da agricultura.” (ABREU, 1999, p. 11).

Após a crise de 1929 e o encerramento do período da República Velha, é instaurada uma nova organização política partidária, chamada de Segunda República, que se estende de 1930 a 1937, perpassada de forma majoritária pelo governo de Getúlio Vargas. Esse período histórico é conhecido também como “Era Vargas”, sendo considerado como um momento de transição entre uma ordem

predominantemente agrícola agroexportadora para um foco mais urbano e industrial. Essa migração reduz o papel da oligarquia cafeeira, iniciando,

[...] o prelúdio de uma nova institucionalidade, conformada por um Estado com características nacionais, que, até então, era limitado pelas contingências locais e regionais ao longo daquele período, vai se delineando um padrão de acumulação e de dominação política qualitativa e quantitativamente distinto do padrão agro-exportador [sic] da República Velha. (PINTO; BALANCO, 2008, p. 49).

Esse novo cenário socioeconômico partidário brasileiro, que começa a ser delineado com a entrada de Vargas no poder, “coloca em relevo a compreensão da natureza das relações entre Estado e sociedade, das interações entre classes e/ou suas frações e, ainda, das estratégias dos segmentos fundamentais da sociedade (dominantes e dominados)”, (PINTO; BALANCO, 2008, p. 74), delineando-se, dessa forma, como um novo padrão de acumulação, embasado na industrialização e direcionado a potencializar as relações econômicas.

Ainda nesse período, e sobre a gestão de Vargas, é constituído o Estado Novo (1937–1945). A concepção e o direcionamento econômico, político e partidário do Estado Novo, segundo Skidmore (2010), pode ser considerado como um regime autoritário, nacionalista, anticomunista pautado na valorização do nacionalismo, e na centralização do poder na figura do executivo federal, em uma política de substituição de importações, na qual ficaria por conta do Estado promover o apoio para o desenvolvimento e crescimento industrial do país, passando agora “a configuração de um Estado com características nacionais de ampliação da acumulação, cada vez mais, pautada na estrutura industrial em vista da ampliação do mercado interno.” (PINTO; BALANCO, 2008, p. 52).

Diante isso, o foco principal do Estado Novo foi restabelecer os compromissos com os credores externos, fragilizados pelos reflexos da Grande Depressão, utilizando, para isso, o fomento industrial do país.

Esse movimento de restabelecimento do crescimento econômico brasileiro pautou-se na intervenção e na regulação econômica pelo Estado de forma direta. Priorizou-se, neste período, a criação de instrumentos de regulação estatal referentes a financiamentos, mão de obra, salário mínimo, bem como a criação de empresas e órgãos nacionais, como, por exemplo, Vale do Rio Doce (1942); Fábrica Nacional de Motores (1943); Companhia Siderúrgica Nacional (1940) e Companhia

Hidro Elétrica do São Francisco (1945), como recurso ao fornecimento de matéria prima para a indústria, concentrando, assim, as ações nas mãos do governo.

Frente a esse cenário econômico que se delineou, a questão hídrica – que já se fazia presente, mas ainda em uma escala de menor nível de exploração – passa, então, a ganhar destaque como uma importante opção de fomento energético ao parque industrial, adentrando as discussões em níveis econômicos e político. Essa discussão não pode ser considerada como algo novo, mas, sim, um planejamento que vai se delineando, fortalecendo e se definindo, de forma histórica, mediante os interesses políticos e partidários dos gestores.

Nesse processo histórico de ajustes e de interesses, são as ações do governo Vargas – e daqueles que o sucederam – que acabam, como podemos ver na sequência, sendo fatores determinantes.

1.1.2 As ações de Vargas e os direcionamentos políticos sucessórios que deram a tônica a utilização da energia hidrelétrica até a vigência do governo militar

Retomando o supracitado, com as consequências da crise que se instalou por meio dos reflexos da Grande Depressão, outras formas de sustentar e potencializar o desenvolvimento econômico tiveram que ser desenvolvidas e a hidroeletricidade foi uma das escolhas para tornar o país atrativo a investimentos. Esse contexto pode ser observado nas ações tomadas pelo governo Vargas em seu primeiro mandato.

Em 10 de Julho de 1934, início do primeiro governo de Vargas, foi estabelecido o decreto nº 24.643, chamado de Código das Águas. Esse decreto regulamenta o uso das águas, permitindo “ao poder público controlar e incentivar o aproveitamento industrial das águas”, (DECRETO 24.643, 1934), já estabelecendo que “a energia hidráulica exige medidas que facilitem e garantam seu aproveitamento racional.” (DECRETO 24.643, 1934).

Esse documento ainda explicita o poder da união sobre o uso dos recursos hídricos e regulamenta a produção de hidroeletricidade, bem como a sua concessão. O mesmo já apontava sobre os trâmites a serem aplicados ante à necessidade de desapropriação, apontando que “as águas públicas de uso comum ou patrimoniais,

dos Estados ou dos Municípios, bem como as águas comuns, as particulares, respectivos álveos e margens, podem ser desapropriadas por necessidade ou por utilidade pública.” (DECRETO 24.643, 1934).

O decreto referido também trata sobre o processo de concessão das águas, explicitando, em seu art. 44, que “a concessão para o aproveitamento das águas que se destinem a um serviço público será feita mediante concorrência pública, salvo os casos em que as leis ou regulamentos a dispensem” (DECRETO 24.643, 1934), e complementa sobre essa questão, declarando, ao mesmo tempo, a hegemonia do Estado na exploração econômica, apontando, no Art. 46, que a “concessão não importa, nunca, a alienação parcial das águas públicas, que são inalienáveis, mas no simples direito ao uso destas águas.” (DECRETO 24.643, 1934).

O documento legisla, ainda, sobre as ações que se destinem à produção de hidroeletricidade, mencionando que “compete a União, aos Estados ou aos municípios providenciar sobre a desobstrução nas águas do seu domínio”, (DECRETO 24.643, 1934), ao mesmo tempo em que não limita a exploração dos recursos hídricos por organizações não nacionais quando cita, em seu art. 195, que “as autorizações ou concessões serão conferidas exclusivamente a brasileiros ou a empresas organizadas no Brasil.” (DECRETO 24.643, 1934).

Nesse mesmo bojo de direcionamentos, foi criado, em 1939, o Conselho Nacional de Águas e Energia Elétrica (CNAEE), tendo como objetivos:

[...] estudar as questões ligadas à exploração e à utilização da energia elétrica no país, especialmente de origem hidráulica, e propor soluções às autoridades competentes. Além disso, cabia-lhe organizar os planos de interligação de usinas elétricas na forma estabelecida pelo decreto que criou o Código de Águas (Decreto nº 24.643, de 10 de julho de 1934), e organizar a regulamentação deste decreto, bem como das demais leis referentes à utilização dos recursos hidráulicos e da energia elétrica no país. (ABREU, 2009, s/p).

Mediante essa análise, pode-se entender que a exploração dos recursos hídricos e a possibilidade de exploração hidro energética do país já se perfaziam nos planos de desenvolvimento econômico desde 1934, e vão se consolidando nos anos posteriores como uma forma de sustentar e alavancar a economia nacional, em um

plano de desenvolvimento e crescimento econômico perpassado, claro está, por interesses políticos.

Direcionado a isso, está à criação, pela união, em 1945, da empresa de economia mista, denominada de Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), ainda na vigência do governo de Vargas, e posterior regulamentação, em 1948, já no governo Dutra, pelo decreto- Lei nº 8.031. O objetivo da CHESF centrou-se em “promover o aproveitamento do potencial energético da cachoeira de Paulo Afonso, situada no rio São Francisco entre os estados de Alagoas e Bahia”. (BRANDI, 2009, s/p). A criação da CHESF demarca o interesse e a intervenção do Estado na produção de energia, mediante a utilização dos recursos hídricos.

Com a deposição de Getúlio Vargas, em 1945, e após o governo transitório de José Linhares, houve a posse de Eurico Gaspar Dutra (1946–1951) e, com essa, um novo quadro político partidário surgia. O governo de Dutra é marcado pela redação de uma nova constituição, promulgada em 1946, na qual se buscava restabelecer os direitos democráticos e políticos suspensos.

Mas contrariamente a isso, segundo Santos (2013), esse período foi marcado por respostas autoritárias, bem como pressões e repressões a manifestações sociais. O governo exclui os analfabetos do direito ao voto, bem como mantém excluídos os trabalhadores rurais ao acesso dos direitos trabalhistas. Além disso, a nova constituição restringe o direito do trabalhador à greve.

O plano de governo de Dutra, nomeado de SALTE, priorizou investimentos nas áreas de saúde, alimentação, transporte e energia. O governo de Vargas tinha por fundamento o nacionalismo protecionista, dificultando a entrada do capital estrangeiro no país, seja em qual modalidade se apresentasse. Já a política econômica de Gaspar Dutra, priorizou o livre comércio, com a abertura das fronteiras e do mercado, recorrendo ao capital estrangeiro e facilitando a entrada de empresas e produtos estrangeiros no país.

Essa abertura pode ser vista na exposição de Reigoto (2017), ao salientar que “a política econômica do governo Dutra pode ser dividida em três fases: liberal plena, liberal com controle de importações e desenvolvimentista”, (REIGOTO, 2017, p. 3). O autor esclarece que,

[...] a fase liberal plena é marcada pela noção da necessidade de redução dos gastos públicos em função do diagnóstico de inflação de

demanda e também liberalização do fluxo de capitais e fixação da taxa de câmbio valorizada, implicando a rápida evaporação das reservas internacionais. Essa perda de divisas fez com que o governo adotasse o controle de importações de modo a possibilitar a manutenção de importações necessárias ao país a partir de meados de 1947, mas sem o abandono da orientação liberal na condução da política econômica dado que manteve a conta capital aberta, fase esta verificada entre meados de 1947 e 1949. A terceira fase, de 1949 ao fim do mandato, representa um enfraquecimento da ideologia liberal e a opção pelo desenvolvimento como finalidade da política econômica, privilegiando o setor indústria, com menor preocupação em relação aos gastos públicos e uma política monetária expansionista, destacando a ampliação creditícia realizada pelo Banco do Brasil em todo o período, mas que passaria a ser política de governo a partir deste momento. (REIGOTO, 2017, p. 3).

Nesse período, mediado pelo contexto da Guerra Fria, o Brasil rompe diplomaticamente com o bloco socialista composto pela União Soviética, e se posiciona ao lado dos Estados Unidos, oficializando seu alinhamento com o bloco capitalista. Esse posicionamento político gera desconforto a uma parcela representativa da sociedade, fato esse que auxilia, em 1950, a entrada de Vargas novamente ao poder.

Em 1951, com a volta de Getúlio Vargas ao poder, o mesmo “reassume a Presidência da República em meio a um processo inflacionário que tomou força na economia brasileira, por volta de 1949, e que teve [...] efeito benéfico em relação às inversões na indústria, funcionando como um mecanismo de capitalização por parte do setor empresarial.” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 1). Nesse sentido,

[...] o plano de desenvolvimento econômico e social de Vargas pretendia consolidar o salto para a industrialização, criando novos blocos industriais e constituindo o setor pesado dos bens de produção. A questão principal reside no fato de que a estratégia foi pensada sob a liderança da empresa pública, minimizando a participação da empresa estrangeira. O Plano evidenciava um conteúdo nacionalista, que não deixou de despertar resistência por parte do capital estrangeiro e das agências internacionais de financiamento. (AREND, 2009, p. 120).

Em 1952, foi lançada a campanha pela nacionalização do petróleo, a qual foi nomeada de “o petróleo é nosso”, que nacionalizou a exploração do petróleo e criou a Petróleo Brasileiro S.A (PETROBRÁS). Nesse mesmo direcionamento, em 1953, foi criada a Centrais Elétricas Brasileiras S. A (ELÉTROBRAS), empresa estatal de distribuição de energia, sendo que a CHESF “passou à condição de subsidiária da

holding federal.” (BRANDI, 2009, s/p). Vargas ainda concedeu aumentos de salários significativos, o que potencializou o aumento dos ataques militares a seu governo.

Vale ressaltar que esse pensamento nacionalista de Vargas nada tem a ver com o fechamento das relações internacionais, pelo contrário, como afirma Araújo (2015),

[...] a ideologia nacional desenvolvimentista não implicava que o nacionalismo varguista propusesse o rompimento com o capital estrangeiro: muito pelo contrário, ele era considerado de extrema importância para dar continuidade ao projeto de acelerado desenvolvimento econômico. O discurso ideológico do presidente apelava à independência e à autonomia econômica do país, porém nenhuma delas propunha busca da autarquia ou do fechamento para o exterior. (ARAÚJO, 2015, p. 64).

Essa questão pode ser claramente identificada na mensagem presidencial de Getúlio Vargas, realizada em 1951, ao Congresso Nacional, na qual aponta que,

[...] a carência de capitais nacionais, impossível de suprir-se sem sacrifício dos níveis de vida, reclama um crescente influxo de capitais estrangeiros. As condições institucionais do País são favoráveis à atração de capitais estrangeiros. A Constituição de 1946 pode ser considerada das mais liberais no tratamento dispensado aos investimentos alienígenas [...]. Entretanto, a entrada de capital de fontes privadas estrangeiras não tem correspondido às nossas expectativas [...]. São os países exportadores de capitais que podem tornar as medidas mais eficazes para facilitar as inversões em países como o Brasil. Contudo, é intento do meu Governo facilitar o investimento de capitais privados estrangeiros, sobretudo em associação com os nacionais, uma vez não firmam interesses políticos fundamentais do nosso País. O capital dos imigrantes deve, em particular, ser objeto de facilidades especiais. O esforço enérgico e sistemático de desenvolvimento econômico será um fator de confiança para o capital privado alienígena. (VARGAS, MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL, 1951).

O segundo governo de Getúlio Vargas se inicia “com uma concepção mais definida e abrangente do desenvolvimento capitalista brasileiro, procurando articular agricultura, industrialização, capitalismo internacional, sistema financeiro e a situação das massas urbanas.” (ARAÚJO, 2015, p. 65). Nesse governo, a questão energética ganhou ênfase como propulsora da economia do país:

Em linhas gerais, propunha-se a alteração do balanço energético, tanto quantitativa quanto qualitativamente, além de ser defendida a

idéia [sic] de que a oferta de energia deveria preceder e estimular a demanda. A modernização da matriz energética também era uma das diretrizes, visando privilegiar as fontes mais nobres de energia, principalmente a eletricidade, petróleo e o carvão mineral, em detrimento da lenha. O diagnóstico quanto à situação do setor elétrico dava destaque à intervenção do Governo Federal nos problemas hidrelétricos, na defesa do Código de Águas de 1934 e no princípio de nacionalização progressiva das fontes hidráulicas. (ARAÚJO, 2015, p. 65).

Essa questão, voltada à eletricidade como ferramenta de crescimento econômico e interferência direta do Estado em garantir essa exploração, pode ser corroborada, também, nas proposições de Vargas, em 1951, quando aponta que,

[...] o aumento da produção de energia elétrica constitui imperativo do programa do Governo, que se empenhará em promover o aproveitamento racional das enormes reservas hidráulicas do País cooperando com a iniciativa privada, que iniciou esse aproveitamento no princípio do século sob o regime de concessão. A vigilância do poder público, aqui, como em todo mundo, tornou-se indispensável para suprir as deficiências do regime de concessão, em face da complexidade crescente dos interesses em jogo [...]. Com efeito, em país cujas fontes de energia térmica muito deixam a desejar, a utilização da energia hidrelétrica tinha que ser encarada como indústria-chave, sujeita, portanto, a determinadas regulamentações. (VARGAS, MENSAGEM AO CONGRESSO NACIONAL, 1951, p. 156).

Nesse contexto, pode-se averiguar que a questão energética é primordial para o desenvolvimento econômico do país, sendo um fator principal para atrair investimentos estrangeiros.

Após a morte de Getúlio Vargas, em 1954, o país teve como representantes legais, Café Filho, de 1954 a 1955; Carlos Luz, em 1955, com um mandato de três dias; Nereu Ramos, com um breve mandato, de final de 1955 a início de 1956; e Juscelino Kubitschek (1956–1961), quando a situação política se estabilizou.

Com a entrada de Juscelino Kubitschek no poder (1956–1961), foi estabelecido, segundo Silva (2017), um Programa de Metas que tinha por slogan o desenvolvimento de “50 anos em 5”³, o qual não se desvinculou totalmente da

³Esse termo se consolidou como lema do governo do presidente Juscelino Kubitschek e delineou seu plano de metas, que representava o ideal nacional desenvolvimentista que tinha por objetivo conduzir o Brasil a um rápido e sólido crescimento econômico, apoiado nos setores essenciais da economia. O Programa de Metas abrangia cinco setores básicos da economia para os quais os investimentos públicos e privados deveriam ser canalizados: energia (metas 1-5); transportes (metas 6-12); alimentação (metas 13-18); indústria de base (metas 19-29); e educação (meta 30). O ideal nacional-

política de Vargas. Esse programa visava, como principal objetivo, ao desenvolvimento econômico do Brasil, pautando-se em um conjunto de medidas: “as cinco áreas do plano eram: Energia (metas 1 a 5); Transportes (metas 6 a 12); Alimentação (metas 13 a 18); Indústrias de base (metas 19 a 29); Educação (meta 30) e a Construção de Brasília como meta especial.” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 1). Essas metas tinham como objetivo focal a dinamização do processo de industrialização.

O plano de colocar o Brasil no eixo da industrialização começou a se delinear, de forma consistente, no primeiro mandato de Vargas. Mas, é no Governo de Juscelino Kubitschek que a industrialização pesada tem início. O que diferencia os dois planos de governo centra-se na origem do capital utilizado para o fomento do crescimento industrial:

A diferença entre os dois governos estava centrada exatamente na questão do capital externo. A administração Vargas procurava ter mais controle e autonomia frente aos investidores estrangeiros, inclusive considerando que havia um certo nível de conflito entre autonomia nacional e capital externo. (ALBUQUERQUE, 2015, p. 1).

O Estado, nesse contexto de industrialização, passa a assumir a função de “realizador (mediador) da aliança com o capital externo e o maior e principal impulsor estrutural do desenvolvimento industrial” (Mourão, 2012, p. 78), situação que fica, claramente, exposta na “idéia [sic] de planejamento, exemplificada na criação de várias agências estatais com esse objetivo e, assim, transformando o Estado em grande aliado da economia industrial e intermediário entre o capital nacional e o estrangeiro.” (ALBUQUERQUE, 2015, p.2). Nesse sentido:

O poder público passara a atuar no sistema econômico do país lançando mão de todos os recursos disponíveis. Essa atuação destinou-se a acelerar o desenvolvimento econômico, particularmente a industrialização, e a impulsionar o setor privado nacional e estrangeiro. (IANNI, 1971, p. 142).

Com a entrada de Juscelino no poder, cria-se um novo direcionamento político e econômico que, segundo Arend (2009), transforma a postura até então

desenvolvimentista seria consolidado por um conjunto de 30 metas a serem alcançadas nesses cinco setores contemplados pelo Programa. A 31ª meta incluída, também conhecida como meta-síntese, foi a construção de Brasília, a nova capital da República. (MEDEIROS, s/d, p. 12-13).

nacional-desenvolvimentista para uma postura desenvolvimentista-internacionalista, na qual “os setores dinâmicos da indústria ficam sob controle externo, condicionando o desenvolvimento posterior da economia brasileira às estratégias de acumulação desenvolvidas em centros de decisões fora do Brasil.” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 3).Desse modo,

[...] note que o ideário não deixa de ser desenvolvimentista, mas deixa de ser nacionalista e preocupado em cristalizar os centros internos de decisão. Também, a transformação abrupta da matriz industrial brasileira, a forte presença do capital estrangeiro nos setores dinâmicos do processo de industrialização e a ruptura com a estratégia nacional de desenvolvimento encabeçada pelo governo Vargas, tanto trariam efeitos imediatos quanto exerceriam impactos na dinâmica de longo prazo da economia. A política econômica nacional teria que lidar agora com um novo arranjo de forças, já que os setores dinâmicos do processo de industrialização, internalizados, estavam de posse do capital internacional. (AREND, 2009, p. 134).

Dessa forma, frente à política econômica de Kubitschek, vê-se que o processo de industrialização continua se mantendo como foco principal, mas, agora, com um viés de abertura para o capital internacional. A produção de energia elétrica faz parte desse processo de crescimento, sendo apontada como “Meta 1 – energia elétrica: visava a aumentar a produção elétrica de 3.550.000kW, em 1955, para 5.000.000kW, em 1960. Esta meta foi quase totalmente cumprida e, em 1960, a capacidade instalada alcançava 4.800.000kW.” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 21).

Assim, Kubitschek, em seu mandato, “começou a construir um verdadeiro Estado paralelo e tecnocrático ao já existente, patrimonialista e, portanto, formado para atender aos interesses oligárquicos” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 14), criando diversas instâncias de controle em “uma estrutura estatal que estabelecia a mais profunda intervenção econômica que o país já havia presenciado.” (ALBUQUERQUE, 2015, p. 14). Portanto, é no mandato de Kubitschek que,

[...] inicia-se o modelo nacional-desenvolvimentista, gerando uma ruptura quase total da orientação econômica anterior com a superação da fase de “industrialização restringida”. O governo Juscelino optou por um desenvolvimento associado e dependente do capital estrangeiro, ocorrendo uma internacionalização da economia. Caracterizaram seu mandato a industrialização, a substituição de importações de bens de consumo, a limitação da capacidade de importar e o surgimento de uma classe de empresários industriais. Com Juscelino, ocorreu definitivamente a instalação da indústria

pesada, indústria automotiva, indústria de equipamentos industriais e indústria de base, que ganhou novo impulso com a instalação da indústria petroquímica e construção de novas usinas siderúrgicas. (SOUZA, 2013, p. 194).

Após o governo de Juscelino Kubitschek, o cenário político brasileiro sofreu algumas mudanças de comando, passando pela gestão de Jânio Quadros, de 31 de Janeiro de 1961 a 25 de agosto de 1961; Ranieri Mazzilli, de 25 de Agosto a 07 de Setembro de 1961; e João Goulart, que assumiu a presidência em 07 de setembro de 1961, permanecendo no poder até 02 de Abril de 1964.

O governo de Jânio Quadros foi um governo curto, iniciando-se em 31 de janeiro de 1961 e tendo seu final em 25 de agosto do mesmo ano, com uma duração de 206 dias. Jânio alçou-se ao poder mediante o slogan no qual se propunha a varrer a corrupção do Brasil, alcançando uma expressiva votação. Jânio Quadros utilizou-se de uma imagem muito bem trabalhada e pensada, criando uma identificação, principalmente, com setores populares. Isso se evidencia na publicação de Muniz (2010), na qual se analisa o discurso de Jânio Quadros:

Somos um Estado democrático cujos fins se contêm no governo do povo, pelo povo e para o povo. O povo estará comigo e comigo governará. O povo será, a um tempo, a minha bússola e o meu destino. Investido na chefia do Executivo, julgo-me no dever de expor, para ciência de todos, o estado atual da República. (QUADROS *apud* MUNIZ, 2010, p. 10).

Além do contexto político, a subida de Juscelino ao poder, pelas mãos do povo, deixa expresso o entendimento que a força popular possui. As iniciativas desse modelo político e econômico seguiram algumas prioridades, sendo elas: “redução do desequilíbrio do balanço de pagamentos, renegociação da dívida externa e combate à inflação.” (MESQUITA, 2010, p. 4). As propostas de Jânio Quadros não se estabeleceram e toda a expectativa criada sobre sua gestão logo se tornou decepção e os problemas mais urgentes do país não foram superados, pelo contrário, agravaram-se com inflação alta, desemprego e crescimento reduzido.

À época do mandato de Jânio Quadros, o contexto internacional era regado pela Guerra Fria, bipolarizada entre o bloco capitalista – liderado pelos Estados Unidos – e o bloco socialista, representado pela União Soviética. O Brasil, declaradamente, apoiava os Estados Unidos em um movimento capitalista. Com a

entrada de Jânio Quadros no poder, a política internacional Brasileira se posicionou de forma independente, ou seja, promoveu-se nesse período o restabelecimento de contatos políticos com bloco socialista e capitalista, pois não se levava em consideração a posição ideológica dos países com os quais estava se estabelecendo relações políticas e econômicas.

Esse posicionamento político, embasado em uma política externa independente, foi considerado, como salienta Silva (2019, s/p), “o golpe final sobre o governo”, pois a política externa independente, proposta pelo governo de Quadros, “começou a defender uma espécie de “terceira via” para as relações exteriores do Brasil, ou seja, começou a redefinir as relações diplomáticas com os Estados Unidos e a retomar os contatos com a União Soviética, suspensos desde 1947.” (SILVA, 2019, p. s/p). A saída de Jânio Quadros do poder acontece com sua renúncia, em agosto de 1961.

Nesse período, marcado pelo governo de Jânio Quadros, a questão de produção de hidroeletricidade pouco teve ênfase.

Silva (2013) aponta que os primeiros anos da década de 60, em análise de seu aspecto político, coincidem com os primeiros anos da década de 50, pois estão no comando político do país, governos mais populistas. Nesse sentido, o autor aponta que,

[...] Vargas, principalmente, e João Goulart foram grandes expoentes do populismo no Brasil, ou seja, líderes que exerceram práticas de um fenômeno político que emergiu em razão das debilidades políticas em que classes dominantes do setor oligárquico se encontravam, havendo uma incorporação das massas ao jogo político e oportunizando a expressão das suas manifestações, sempre amparadas no caráter carismático de seus líderes, empenhados em conseguir respaldo popular para suas propostas. (SOUZA, 2013, p. 189).

Esses dois governos, nos quais se obteve o apoio da base popular, estão separados, como já vimos, pelo governo de Juscelino Kubitschek que, segundo Souza (2013), – fazendo aliança com o comando militar, visando com isso estabilidade política – priorizou o internacional-desenvolvimentismo, abrindo as portas para capitais estrangeiros e atuando, diretamente, na acumulação de lucro da classe de empresários industriais, reforçando a concentração de renda burguesa, típica da sociedade capitalista. Contudo, houve a elevação do nível econômico da

população em geral, como forma de amenizar e controlar a sociedade de base, mas o foco estava direcionado ao grande capital.

Mediante esse revés econômico, político e partidário sai Juscelino, com uma proposta de crescimento econômico burguês internacionalista, e entra Goulart, com uma mais popular. Por isso houve, nesse período, um embate social, pois a “sociedade se dividia entre as propostas da esquerda e da direita em vigor no debate político à época.” (SILVA, 2013, p. 190).

Ainda segundo Silva (2013), com João Goulart assumindo o poder “a esquerda passou a acreditar que possuía grande força política, baseada no aumento de poder de mobilização entre sindicatos, estudantes, trabalhadores rurais e formação das ligas camponesas.” (SILVA, 2013, p. 198). Contudo, o governo de João Goulart estava ligado, diretamente, ao de Getúlio Vargas e teve a oposição dos militares a sua posse, sendo considerado pelos setores conservadores como um político esquerdista. Dessa forma, a ascensão de Goulart ao poder foi aceita com condições impostas pelos militares, sendo ela apenas possível mediante a aceitação de um regime parlamentarista, que retirava parte de seus poderes constitucionais.

Essa postura limitadora justifica-se como afirma Delgado (2009) na questão de grande mobilização e força popular que se organizava a época, que se apresentava como forte pressão política, desestabilizando o cenário econômico, o que acarretava em risco para investimentos internacionais. Tal fato “levou à articulação de uma conspiração liderada pelo capital multinacional, que se aliou às elites orgânicas, técnico-empresariais e aos militares brasileiros.” (DELGADO, 2009, p. 135-136).

Nesse mesmo sentido, Dreifuss (1981) aponta que toda essa organização foi pensada como uma manobra de contenção ampla, já direcionada e esquematizada ao golpe militar. No mesmo direcionamento, Toledo (2004) salienta que “o governo Jango nasceu, conviveu e morreu sob o signo do golpe.” (TOLEDO, 2004, p. 17,18). Portanto,

[...] o Governo Goulart, a rigor, nunca existiu. Essa é que é a pura realidade. Foi demasiadamente contestado pelo sistema de poder do Brasil, seja pelos setores privados, seja pelos setores militares. [Goulart] nunca conseguiu sair de uma situação de transitoriedade. No começo sua luta foi fundamentalmente para restabelecer o poder do presidente e, em seguida, foi absorvido pelo problema sucessório. Ele não pode ser comparado com um governo normal. Nunca dispôs

de suficiente poder. Na verdade, durante quase todo seu governo [Goulart] foi uma espécie de candidato a alguma coisa e não propriamente um presidente. (FURTADO *apud* MALAN, 1995, p. 101).

Nesse cenário econômico e político se orquestrou e se implantou, na prática, o Golpe Militar de 1964, que teve como representação a sobreposição de interesses autoritários da classe burguesa, defendendo a internacionalização da economia em um modelo dependente do capital internacional, direcionado a subvenção econômica ao capital dos EUA, em uma relação de dependência de países centralmente capitalistas, (SILVA, 2013), com forte intervenção do Estado nas ações.

Desta forma, é nesse contexto – mediado por um jogo de forças e interesses políticos, econômicos e partidários – que vai sendo construído, desde a década de 30 – mediante uma gestão oscilante entre governos populista e governos autoritários, mas com a mesma base desenvolvimentista ora nacionalista, ora internacionalista – o projeto de modernização e industrialização do país. Nele o foco na utilização da energia hídrica vai mostrando-se cada vez mais necessário para manter o metabolismo do crescimento econômico industrial, ampliando a representatividade política e as alianças, bem como, possibilitando atrair o interesse do capital estrangeiro.

Esse cenário deixou muito a desejar socialmente, centrando-se no econômico e se desvincilhando das questões sociais ocasionadas pela implantação dos projetos hidroelétricos. Esse direcionamento tende a se expandir na década de 60 com o governo militar, declaradamente voltado a atender a necessidade de crescimento econômico burguês e com abertura total ao capital estrangeiro.

Nesse sentido, a partir de agora, passamos a analisar como este Estado, de base militar, posiciona-se frente à questão da produção hidrelétrica e como se posiciona no sentido de atender às demandas sociais oriundas da implantação desses empreendimentos energéticos.

1.2 OS DIRECIONAMENTOS DO ESTADO REFERENTES À PRODUÇÃO DE HIDROELETRICIDADE NA CONJUNTURA DO PERÍODO DITATORIAL

A década de 60 foi marcada por profundas transformações econômicas e políticas. Segundo Kerecki e Santos (2009, p. 183-184), “é justamente neste período que tivemos a primeira grande crise do Brasil industrial. Segundo alguns analistas essa crise foi à herança dos excessos do plano de metas do governo JK”, salientando que, em 1964, a taxa de inflação atinge 91,8%, “demonstrando claramente o esgotamento deste modelo político. No aspecto econômico tivemos a crise do modelo do PSI (processo de substituição de importações), além de uma crise cíclica do próprio sistema capitalista.”

À essa época, acontece, também, o desdobramento do golpe militar e o início do gerenciamento político moderado pelo regime militar. Essa nova gestão política busca embasar sua legitimidade “principalmente através de seu empenho para construir um suposto ideário de democracia que visava sedimentar um sistema de idéias [sic], valores e interesses”. (REZENDE, 2013, p. 65). O pensamento político militar estava sustentado na [...] insistência em uma fórmula de democracia que pressupunha “liberdade mas não (excluía) responsabilidade, nem importava em licença para contrariar a própria vocação do país” era a base deste processo.[...] REZENDE, 2013, p. 65).

Esse período foi, fortemente, marcado por hostilidades a qualquer força que demonstrasse oposição ao pensamento militar, atingindo, diretamente, sindicatos e forças progressistas. Esse pensamento norteador “sedimentava uma perspectiva de democracia que se estruturava sobre a não aceitação e a não tolerância de toda e qualquer ação e/ou reivindicação, as quais eles consideravam subversivas e contrárias à democracia com responsabilidade.” (REZENDE, 2013, p. 66). A essas informações, o autor agrega, ainda, que

[...] para a doutrina da Escola Superior de Guerra, a ameaça (comunista) vinha “não da invasão externa, mas dos sindicatos trabalhistas de esquerda, dos intelectuais, das organizações de trabalhadores rurais, do clero e dos estudantes e professores universitários. Todas essas categorias representavam séria ameaça para o país e por isso teriam que ser todas elas neutralizadas ou extirpadas através de ações decisivas”. (REZENDE, 2013, p. 66).

Toda essa composição política, que emerge nesse momento, vai passar, de forma permanente, a marcar, diretamente, as ações em relação ao atendimento social referente à construção de usinas hidrelétricas.

Lima e Konrad (2013, p. 2) apontam que – após o golpe Civil-Militar de 1964, “em que se travaram disputas políticas entre dois projetos de sociedade para o País: um nacional-reformista e outro liberal conservador”, e com sobreposição do liberal-conservador – o Brasil passou a acompanhar alterações em sua estrutura política, econômica e social, sendo apresentado o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG) como proposta para alavancar a economia brasileira. “O PAEG foi o primeiro plano econômico do novo governo militar, neste momento, sem a necessidade de atender as massas, pois estas estavam sob um governo ditatorial.” (LIMA E KONRAD, 2013, p. 2).

Esse programa tinha como propósito básico a “estabilização, desenvolvimento e reforma democrática” (REVISTA BNDES, 1964, p. 209), visando, com isso, alcançar alguns supostos objetivos, como, por exemplo, promover o crescimento global. Isso seria feito ao se retomar o crescimento econômico do país, que havia sido interrompido nos anos de 1962 e 1963, visto que, no início da década de 1960, a organização da economia brasileira “vivia um período de dificuldade. Após anos de forte crescimento, os efeitos da política expansionista da administração Kubitschek (1956-1961) faziam-se sentir, particularmente a elevação da inflação e o desequilíbrio no balanço de pagamentos.” (LOUREIRO, 2013, p. 671).

Outro objetivo do PAEG estava direcionado ao desenvolvimento do programa desinflacionário, pois, segundo Carvalho (2018), o período anterior às ações do PAEG “foi marcado pela presença de um processo inflacionário cada vez mais persistente e de forma ascendente, partindo de uma taxa de 30% a.a. em 1960 para uma taxa de 80% a.a. em 1963.” (CARVALHO, 2018, p. 9).

O PAEG também estabelecia como objetivos repensar a política de empregos e a política de distribuição de renda, estando essas interligadas em uma ação de incentivo aos investimentos e, como último objetivo, atuar na balança de pagamentos, agindo na questão dos déficits descontrolados.

Para que esses objetivos pudessem ser atingidos, o programa apontava várias metas setoriais e, entre elas, apresenta-se a energia elétrica. Tal meta visava “duplicar o suprimento de energia elétrica até 1970, elevando para 11,4% a.a a taxa cumulativa de crescimento da potência instalada”, (REVISTA BNDES, 1964, p. 212), além de apontar à necessidade de um investimento estimado em Cr\$ 3 trilhões e 732 bilhões, sendo que 70% desses seriam recursos nacionais.

O PAEG promoveu o crescimento econômico chamado de “milagre econômico”, nome esse caracterizado pela rapidez e excepcionalidade como ocorreu o alavanque. O objetivo econômico do governo centrava-se na estabilização da taxa de inflação. Para isso, foram tomadas medidas como “achatamento dos salários, devido à falta de atualização dos valores reais destes salários” (KERECKI; SANTOS, 2009, p. 184), além de adotar um “sistema de desvalorizações cambiais progressivas como forma de equilibrar a balança de pagamentos, e também, medidas para atrair capitais estrangeiros que de certo modo foram afugentados pelo último governo populista.” (KERECKI; SANTOS, 2009, p. 184).

Salienta-se, contudo, que os objetivos de estabilização, desenvolvimento e reforma democrática supracitados, apontados pela Revista do BNDES, devem ser criticamente observados, a fim de se entender para quem seriam direcionados esses fatores de crescimento apontados, visto o cenário estar sendo gerenciado por direcionamentos oriundos de um processo militarizado.

Nesse sentido, vale ressaltar que o crescimento econômico não promoveu a melhoria da qualidade de vida da população, mas, contrário a isso, aprofundou a pobreza, não gerou, assim, desenvolvimento amplo, mas potencializou as parcelas sociais pertencentes à classe dominante, pois o processo político era demarcadamente centralizador e autoritário, sendo que “se abominava qualquer possibilidade de que a correlação entre as forças sociais adquirissem contornos definidores do processo político brasileiro”, (REZENDE, 2013, p. 67), e este sentimento de “democracia”, que tomava conta dos ideais militares, fundamentava-se, principalmente, “no princípio de desarticulação e/ou eliminação, através de inúmeros instrumentos, das forças sociais opostas.” (REZENDE, 2013, p. 67).

Nesse período, os grupos multinacionais tiveram acesso irrestrito à economia do país, avançando “celeremente dominando os ramos mais dinâmicos e rentáveis da economia, em detrimento das empresas privadas nacionais.” (BRUM, 1986, p. 96). Desta forma, “acentuou-se a situação de dependência econômica do País, não fugindo muito a regra da época do café, estreitando-se, de forma cada vez mais intensa e efetiva, os vínculos com o capitalismo internacional, atrelando aos interesses estrangeiros as decisões a respeito das principais questões econômicas internas.” (LIMA; KONRAD, 2013, p. 4).

Assim, o contexto da década de 60 e início da década de 70 foi marcado, fortemente, pelo desenvolvimentismo econômico, tendo como objetivo central a

preocupação em alavancar o potencial econômico do país (SANTAGADA, 1990) por intermédio da financeirização⁴ da economia, mediante a injeção de recursos financeiros internacionais no processo de industrialização e, também, no processo de modernização agrícola do país. Ressalta-se, aqui, que o foco retorna, também, à questão agrícola, contudo deve se observar que esses investimentos não são gerais, mas, direcionados a grandes monopólios, proporcionando a retomada do crescimento econômico e atendendo diretamente a interesses da classe burguesa.

Esse movimento econômico demonstrou seu outro lado ao apresentar o endividamento do país que se escamoteou com a apresentação momentânea de grandes resultados financeiros chamados, à época, de “milagre econômico”⁵.

Esse contexto – que aliou à aplicação de recursos externos oriundos de financiamentos a modernização do campo, a ampliação do parque industrial e a farta oferta de mão de obra disponível como resultado dos excluídos da terra, mediante o desenvolvimento e a implementação tecnológica das atividades agrícolas, reflexo da modernização da agricultura – propiciou o cenário perfeito para alavancar o “crescimento econômico” do país. Contudo, ele gerou, em contraponto, um empobrecimento estrutural, pois o foco estava no crescimento econômico e não no desenvolvimento social, e a falta de acesso político e econômico do pobre às políticas de crescimento, gerou “a exclusão social e política da maioria da população, em especial dos trabalhadores.” (SANTAGADA, 1990, p. 121).

Segundo Santagada (1990), nesse contexto houve um movimento de crescimento econômico não acompanhado pelo desenvolvimento social, pois a função das ações promovidas de crescimento nunca esteve atrelada à melhoria da qualidade de vida e a minorar a dívida social, mas, sim, a enriquecer, ainda mais, a

⁴ Termo que traz o entendimento referente à influência direta de grandes monopólios financeiros internacionais na economia dos países, visando usufruir dessas economias para ampliar o poder capitalista, mediante a necessidade de produção. Segundo Oliveira (2018), a financeirização está relacionada ao “desenvolvimento do comércio internacional, a exploração e controle das fontes de matéria-prima, a expansão da exploração da força de trabalho e o alargamento dos mercados, tiveram como consequência o desenvolvimento de novos monopólios, os monopólios financeiros. Esta mundialização do sistema capitalista (hoje, por muitos denominada de globalização) desenvolveu novos fenômenos de domínio e de sobre-exploração sobre os trabalhadores e os povos que ainda hoje se refletem em diferentes e novas dimensões da vida política, econômica, social e cultural.” (Disponível em: <<http://www.pcp.pt/financeirizacao-da-economia>> Acesso em 11 de out. 2019).

⁵ Termo utilizado para destacar o período brasileiro que, segundo Veloso, Villela, Giambiagi (2008, p. 221), caracteriza-se em função das extraordinárias taxas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) então verificadas, de 11,1% ao ano (a.a.). Uma característica notável do “milagre” é que o rápido crescimento veio acompanhado de inflação declinante e relativamente baixa para os padrões brasileiros, além de superávits no balanço de pagamentos.

classe dominante, visto que os privilégios foram centrados nas classes média e alta. Esses sujeitos viram o Produto Interno Bruto (PIB) crescer, assim como sua rentabilidade, enquanto os trabalhadores assalariados sofriam com uma política de arrocho salarial e exclusão de direitos sociais, estabelecendo, como Oliveira (2003) aponta, o “Estado do Mal-Estar”⁶.

Na década de 70, um novo cenário econômico começou a se desenhar, influenciando, diretamente, a questão econômica brasileira, pautado, agora, na crise do petróleo. Essa crise desarticulou o cenário do “milagre econômico” fase na qual “a dívida externa bruta passou de US\$ 12 bilhões para US\$ 64 bilhões entre 1973 e 1980, e o pagamento de juros para os anos referidos foi de US\$ 500 milhões e US\$6 bilhões respectivamente.” (SANTAGADA, 1999, p. 124).

A economia brasileira estava fundada, primordialmente, no crescimento industrial, sendo que o petróleo, na década de 1970, era uma das principais fontes energéticas utilizadas para manter em funcionamento o metabolismo econômico. Para agravar a situação, o Brasil não tinha uma diversidade de fontes energéticas, pois “apenas duas fontes de energia, petróleo e lenha, respondiam por 78% do consumo” (TOMASQUIN, GUERREIRO, GORINI, 2007, p. 49), o que colocava a economia brasileira em uma situação de cautela.

Contudo, desde a década de 30, a produção de hidroeletricidade já se fazia constante no Programa de Desenvolvimento Econômico e com o PAEG o planejamento de exploração dessa fonte energética em metas de ampliação de produção se apresentava bem significativa.

Aliado a isso, no final da década de 60, antes de se anunciar a crise do petróleo, o Brasil participou da Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para o Uso Racional e a Conservação dos Recursos da Biosfera, realizada em Paris, em 1968. O evento foi realizado pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), e teve como participantes parceiros: Organização Mundial da Saúde (OMS); Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação (FAO); Organização das Nações Unidas (ONU); União Internacional para a Conservação da Natureza (IUCN) e Conselho Internacional de Ciência (CIC). Essa conferência teve como objetivo

⁶ Esse termo é utilizado por Oliveira (2003) para contextualizar o pensamento, a existência, de um crescimento econômico sem um acompanhamento das questões sociais, ou seja, o “Estado do Mal-Estar” caracterizar-se-ia pela acumulação de riquezas por uma pequena parcela social capitalista.

principal discutir sobre a conservação e o uso de formas sustentáveis dos recursos da biosfera.

Nesse encontro foi delineado o programa denominado *Man and Biosphere* (MAB), sendo, efetivamente, criado em 1970. O Brasil, como país membro da ONU, comprometeu-se com os acordos e pactos oriundos dessa conferência de preservação do meio ambiente. Isso impactaria, posteriormente, de forma direta, na economia do país, mediante o cenário que se desenhava, visto que a outra de suas principais fontes energéticas era a lenha. Neste cenário de crise no atendimento ao fomento energético industrial, a gestão política brasileira vislumbra uma ameaça ao crescimento econômico.

Com a economia inserida em uma crise estrutural e com uma dívida externa alargada, torna-se fundamental pensar em novas formas de manter o maquinário industrial em pleno funcionamento, aquecendo o crescimento econômico na busca por manter o Brasil atraente para investimentos internacionais.

Segundo Conte (2013), nesse período, o processo de industrialização crescente que o Brasil vivenciava, demandou a necessidade de expansão da infraestrutura de transporte e de energia para atender ao parque industrial brasileiro em ênfase de crescimento. Essa demanda foi um complicador, pois a produção energética estava em seu limite, sendo ainda acirrada pela crise do petróleo em 1973, que ampliou a vulnerabilidade do setor. Diante desse cenário, Conte (2013) aponta que,

[...] na medida em que ocorria esse processo de crescimento econômico no Brasil, onde o Estado incentivava novos e contínuos investimentos no setor agrícola e industrial, buscava cada vez mais recursos externos no intuito de desenvolver também os outros setores como, por exemplo, o setor energético. É neste contexto do “milagre econômico” que o governo vai atentar para a produção de energia elétrica, recuperando antigos projetos e realizando acordos internacionais para a concretização de novos, que aproveitassem o potencial disponível no país. Nesta conjuntura, a eletricidade surge como um ponto primordial nas diretrizes de execução do planejamento nacional. (CONTE, 2013, p. 174).

O que necessita de entendimento nesse contexto não se assenta nas ações de crescimento econômico necessárias para o desenvolvimento do país como a utilização dos recursos hídricos, mas na forma como são pensadas e postas em

prática essas ações. Nesse direcionamento, Rezende (2013) aponta as prioridades desse processo,

O regime militar, no entanto, se empenhava em construir um suposto ideário de democracia que se constituiu na base de seu apelo à legitimidade, no qual o espaço da política perdia paulatinamente o sentido, não em um processo de negação ostensiva de sua importância, mas pela atuação no sentido de minar toda e qualquer possibilidade de que os agentes sociais se colocassem na arena política. (REZENDE, 2013, p. 73).

Esses direcionamentos autoritários e opostos a qualquer manifestação social podem ser identificados, de forma clara, na construção de hidrelétricas a partir desse momento, pois, mediante esse cenário ambiental e a crise do petróleo que se instaurou, as ações propostas e planejadas no PAEG – referentes ao levantamento de áreas pluviais barráveis para o planejamento e construção de usinas hidrelétricas – foram ampliadas de forma autoritária e incisiva, sendo ainda fortalecidas pelo fato delas serem uma forma de geração de energia caracterizada como “energia limpa”⁷, e sem tantos impactos sociais.

Nesse cenário, regado pela política expansionista e a efervescência do parque industrial brasileiro que demanda um potencial energético alto para manutenção de seu funcionamento, realiza-se a construção de Itaipu Binacional, considerada a segunda maior Usina Hidrelétrica do mundo em relação à potência instalada (14.000 MW), ficando atrás apenas da Usina de Três Gargantas, na China (18.200 MW).

Itaipu é considerada a líder mundial em produção energética, tendo um acumulado, até o ano de 2016, 2.61 bilhões de MWh, contra 1.19 bilhões de MWh referentes a Três Gargantas. Vale ressaltar que a usina brasileira começou suas atividades em 1984 e a chinesa em 2006.

Itaipu representou, além de uma potência econômica em geração elétrica, uma obra de “caráter imprescindível e prioritária” coerente e de acordo com a atual

⁷ O termo energia limpa vem sendo usado para justificar a construção de usinas hidrelétricas sendo que estas produzem energia com menos impacto ambiental. Esse conceito não se fundamenta pois segundo Bermann (2010) “Isso pode parecer uma surpresa, mas nos primeiros dez anos de operação de uma usina da Amazônia, a matéria orgânica, a mata, ela apodrece porque a água a deixa encoberta permanentemente. E o processo de apodrecimento é muito forte, acidifica a água e emite metano, que é um gás 21 vezes mais forte que o gás carbônico, principal gás do efeito estufa. Isso é conhecido pela ciência mas não é considerado porque não é de interesse de quem concebe essas usinas.”

política econômica, priorizando a industrialização e a acumulação de capital. Além disso, configurou-se, também, como uma questão de hegemonia política, sendo que, como afirma Germani, (2003, p. 31), “toda discussão se caracterizou como uma nítida disputa entre Argentina e o Brasil pelo domínio do Paraguai, questão antiga intrinsecamente ligada à hegemonia do cone sul.” Esse posicionamento de Germani é afirmado por Catta (2002), que explicita que,

[...] localizada na região da ‘tríplice fronteira’, o governo buscava ocupar estrategicamente o espaço fronteiriço com o Paraguai e a Argentina, impondo um projeto de dimensões gigantescas, que pudesse definir seu controle sobre o ‘conesul’ da América do Sul, e no mesmo sentido, trazer o país guarani para seu eixo de influência afastando-se da tradicional dependência com a Argentina. (CATTÁ, 2002, p.190-191).

Os interesses políticos partidários, no delineamento de ações econômicas, ficam ressaltados nas tomadas de decisões nesse momento histórico. O período ditatorial, que se inicia em 1964 e se estende até 1984, assumiu, de forma direta, segundo Ferrari, Pereira e Fernandes (2009), ações visando ao controle político, da economia e social, “ocasionando os mais brutais acontecimentos sob a forma de violência, censura, repressão, exílio, prisão e diversas outras formas de coerção da sociedade.” (FERRARI; PEREIRA; FERNANDES, 2009, p. 2).

Esse regime ainda influenciou, fortemente, a condição de vida das classes dominadas que tiveram que se submeter aos direcionamentos estatais que, segundo Bellingieri (2005), foram implementados por um modelo embasado em medidas impopulares, priorizando arrocho salarial, aumento de impostos, reforma tributária, reforma monetária financeira, reforma política externa, entre outras, que tinham por finalidade priorizar a estabilização e retomar o crescimento da economia, adaptando-se às necessidades de uma economia industrial.

A construção de Itaipu teve como consequência, para a formação do lago hidrelétrico⁸, a inundação de 1350 Km de área, isso em nível normal, podendo chegar a 1561 km em seu nível máximo. Isso apresentou, como reflexo social e ambiental, a desapropriação de 8.519 propriedades, em uma média de 40.000 pessoas.

⁸ São reservatórios individuais, responsáveis por conter a água que será direcionada às turbinas para produção de energia elétrica. As terras inundadas pertencem ao lago hidrelétrico.

Mediante esses dados, a empresa alega que foram pagas indenizações na casa de US\$ 209 milhões, o que permitiu aos atingidos adquirir áreas 60% maiores que as alagadas.

Representantes da empresa também salientam que 86% dos atingidos permaneceram no Paraná, pontuando, ainda, que até mesmo famílias sem direito à indenização foram incluídas em projetos de reassentamento pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), além dos atendimentos aos índios Avá-guaranis que foram realocados para uma área aproximadamente 90 vezes maior do que aquela em que viviam antes. (ITAIPU MITOS E FATOS, 2019).

O que não fica explícito na análise dos fatos divulgados são os conflitos oriundos da desapropriação compulsória dos ribeirinhos para formação do lago hidrelétrico necessário para a produção de energia. Conflitos esses que demonstram as imposições e as contradições características do momento político, tanto por parte da empresa responsável pela obra como do Estado. Esse posicionamento truculento poder ser identificado nas reflexões de Germani (2003), quando expõe:

Pode-se observar, no decorrer dos processos de desapropriação, que Itaipu e os jagunços são a mesma coisa. Os jagunços de Capanema ou mesmo da própria “área de conflito” eram agentes de uma determinada forma e etapa do capital. Itaipu é um jagunço moderno, de terno gravata e helicóptero; o outro era um jagunço de trabuco. Mas ambos são a personificação do capital e da propriedade privada da terra. (GERMANI, 2003, p. 58).

Esse desalinho em relação à construção de Itaipu, referente ao que a empresa divulga, relacionado ao atendimento social e ao que realmente aconteceu no delineamento das ações da construção da usina, demonstra a forma autocrática assumida pelo regime militar, a qual busca legitimar as ações,

[...] como algo que ia além da tentativa de se conseguir obediência para um determinado sistema de poder. Ela significava um processo muito mais complexo do que isto, na medida em que se procurava construir, de maneira contínua, uma determinada ordem, em que todos aderissem, nos âmbitos objetivo e subjetivo, a uma dada forma de organização social. (REZENDE, 2013, p. 31).

Essa relação de prioridade econômica em detrimento a questões sociais deixa explícito que os interesses estavam direcionados a projetos econômicos e políticos oriundos da necessidade de contemplar os objetivos emergentes da classe

política dominante de forma autoritária, fato que se apresenta, também, nas manifestações dos atingidos por Itaipu, citadas por Germani,

Na primeira reunião que houve com a gente da Itaipu, tinha uns 10. Tinha quem avalia, quem faz proposta, quem determina, quem manda [...]. A reunião deles era pra fala o preço que iam paga, mas nunca deixaram ninguém contente com os causos deles. (GERMANI, 2003, p. 71).

Germani (2003) ainda pontua que o processo de desapropriação aplicado por Itaipu desenvolveu-se em algumas facetas, entre elas estão as indenizações individuais e salteadas. Esse fato poderá ser visto na análise da pesquisa de campo que, posteriormente, trata esta pesquisa. Tal ação possibilitava um controle e um domínio maiores, por parte da empresa, em relação às ações tomadas e, ao mesmo tempo, desarticulava e tornava mais difícil a organização de ações coletivas.

Isso pode ser observado na fala de um produtor atingido transcrita de Germani (2003) que salienta “a Itaipu é muito esperta e não paga parelho, vão pagando salteado e enfraquecendo o pessoal, porque cada um espera que na sua vez Itaipu pague melhor.” (GERMANI, 2003, p. 75).

A construção de Belo Monte, é outro cenário onde se apresenta toda a força de intervenção dos interesses da política, priorizando a construção da usina. Segundo dados retirados do site do Ministério de Minas e Energia (MME), a Usina Hidrelétrica de Belo Monte, construída no curso do Rio Xingu, planejada como parte central do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) do governo brasileiro, visando estimular o crescimento econômico do país por meio de investimentos em obras de infraestrutura, é a segunda maior hidrelétrica brasileira, menor apenas que Itaipu Binacional, sendo projetada com capacidade de produzir 11 mil megawatts.

A empresa responsável pela administração da Usina hidrelétrica de Belo Monte é a sociedade anônima de capital fechado, Norte Energia. Composta por empresas de diferentes segmentos, sendo a Eletrobrás que possui 15%, a Eletronorte (15%), a Chesf (19,98%), a Petros (10%), a Funcef (10%), a Neoenergia (10%), a Aliança Norte Energia (Vale e Cemig, com 9%), a Amazônia Energia (Cemig e Light, com 9,77%), Sinobras (1%) e a J. Malucelli Energia (0,25%).

No relatório de Demonstrações Financeiras Intermediárias (2018), divulgado pela Norte Energia, consta que o empreendimento exigiu um investimento em torno de 38,6 bilhões de reais, necessitando, ainda, de mais investimentos para a

conclusão. Do valor acima citado, 27.768.755 bilhões foram financiados pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Esses dados demonstram um investimento maciço de recursos públicos brasileiros, em uma obra realizada por uma empresa majoritariamente estrangeira. Em contra ponto, estudo divulgado pelo Instituto Socioambiental (ISA), em 2018, referente ao impacto socioambiental da construção de Belo Monte aponta que cerca de quarenta mil pessoas foram removidas para construção e funcionamento da usina, sendo que a população ribeirinha, formada por aproximadamente 235 famílias, foram os últimos a serem deslocados foi a última a ser deslocada, em ações que desconsideraram as suas especificidades culturais e históricas, impossibilitando a continuidade de seus modos de vida após a remoção.

Esse posicionamento, de não atendimento e desatenção com o social por parte da empresa e do Estado, é que vai requerer dos atingidos a necessidade de organização de um movimento social, visando à garantia dos direitos básicos da população atingida.

Esse posicionamento fica exposto na fala⁹ de Leonardo Batista, participante do Conselho Ribeirinho, que vivia onde hoje é o reservatório da usina, quando salienta que “não estamos pedindo, estamos exigindo os nossos direitos” e na fala de Rita Cavalcante, conselheira da localidade do Cotovelo: “O ribeirinho sem o território não é ribeirinho. E o meu território me dá ferramentas para construir a minha identidade com dignidade”. Essas duas falas apenas reafirmam a forma truculenta e o descaso com o social na construção desse empreendimento. Harari (2018), ainda destaca que,

[...] os ribeirinhos foram os últimos a serem deslocados, sem que se previsse um tratamento diferenciado nas propostas de reassentamento que reconhecesse suas especificidades históricas e culturais, e que fosse capaz de garantir a continuidade de seu modo de vida após a remoção (HARARI, 2018, s/p).

Ao não atender as demandas sociais oriundas da construção da obra, esse posicionamento da empresa descreve que sua finalidade está voltada a outros fatores, sendo as questões sociais tratadas apenas como consequências que devem

⁹ Os relatos indicados referem-se à transcrição das falas de produtores(as) em notícia publicado pelo Instituto Socioambiental (ISA) retirada do site < <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/ribeirinhos-atingidos-por-belo-monte-exigem-retomar-seu-territorio>> em 09 de dez. 2019.

ser resolvidas e superadas. Ao mesmo tempo, não se identifica grande movimentação no direcionamento de ações do Estado, no sentido de garantir os direitos dos atingidos.

O potencial de produção de energia elétrica, mediante a utilização dos recursos hídricos brasileiros, bem como a ciência dos impactos sociais dessa utilização, são pontos constantes no Plano Nacional de Energia Elétrica (PNEE), que traz a essência das ações do PAEG, discutindo o cenário energético do país. Nele aponta-se que “das fontes energéticas disponíveis no país para a geração de energia elétrica, a hidroeletricidade é a que apresenta melhores perspectivas de aproveitamento, devido ao grande potencial disponível a custos inferiores ao das outras opções.” (PNEE, 1987 – 2010, s/p).

O PNEE traz levantamentos realizados sobre o potencial hidroelétrico do país, demonstrando que ele está em torno de 106,7 GWano, destes 24,5 GWano já estão em operação ou em construção, e dos 82,2 GWano restantes, 59% encontram-se inventariados e 41% estimados.

Esses dados auferidos deixam evidente o caráter organizativo estrutural do potencial de exploração e possível ampliação da rede de energia hidroelétrica. Eles, ainda, demonstram que a implantação de uma Usina Hidrelétrica (UHE) é algo planejado e estruturado, assim como se tem ciência das consequências ambientais e os custos sociais dessas iniciativas antes do início de sua construção, pois “o grau de aproveitamento do potencial hidroelétrico brasileiro não dependerá exclusivamente das estimativas atuais dos custos das fontes energéticas que com ele competem” (PNEE, 1987, s/p)., mas refere-se, também, às reações sociais emergidas mediante o início das obras, pois essas “reações da sociedade diante delas determinarão em grande medida o seu desenvolvimento futuro.” (PNEE, 1987, s/p).

A questão da hidroeletricidade é posta em um planejamento a longo prazo, direcionado a atender uma demanda, sendo que apenas o que pode se contrapor a este planejamento são as ações da sociedade organizada em prol de seus direitos sociais.

Com a implantação dos complexos hidrelétricos, o país ganha potência em produção de energia elétrica e capacidade de fomentar o setor industrial e tecnológico. Contudo, amplificam-se, ainda mais, as contradições sociais e aumenta a “dívida social”, pois a produção de hidroeletricidade, sem direcionar atenção

necessária às suas consequências, deixa profundas marcas sociais, culturais e ambientais, pois “os problemas sociais são reduzidos a meros impactos potenciais a serem minimizados.” (PARMEGIANI, 2006, p. 112).

Além de ser uma questão econômica uma obra hidrelétrica é uma questão política determinada pelo jogo de forças que direciona as ações a sua consecução, desde o estudo do melhor ponto a ser desenvolvido o projeto, recursos necessários a construção bem como estratégias de contenção e superação dos impactos socioambientais, os quais já foram calculados antes mesmo de divulgar socialmente a proposta. Nesse sentido,

[...] o processo de tomada de decisão sobre a construção de uma obra desta natureza envolve princípios e procedimentos comuns a todas as empresas do setor. As decisões são tomadas nos gabinetes dos planejadores da política, a partir de estimativas e cálculos pouco transparentes e extremamente técnicos que implicam, já em uma primeira fase, de levantamento de dados, em enormes gastos e investimentos. Uma vez que se define o aproveitamento de certa bacia ou rio, é apenas após a realização de contratos com as empresas que irão construir a obra que se procede ao que se convencionou chamar de ‘avaliação dos impactos sociais’. Na medida em que a avaliação dos impactos sociais é uma das últimas etapas dos procedimentos adotados pelas empresas do setor, a questão social, propriamente dita, só pode ser compreendida como um “problema” que deverá ser resolvido a todo custo. (PARMEGIANI, 2006, p. 109).

Nesse sentido, pode-se verificar a existência de um processo de evolução na forma de intervenção do Estado na construção de usinas hidrelétricas, bem como seu posicionamento frente às consequências sociais oriundas dessas obras.

A questão da hidroeletricidade vem sendo utilizada desde a década de 30 não apenas como possibilidade de sustentabilidade energética do país, mas, também, como possibilidade de alianças e intervenções políticas.

A partir da década de 60, esses objetivos se acentuam e a hidroeletricidade passa a se apresentar como uma ferramenta mais consistente de aceleração da economia nas ações do PAEG aliado ao II PND, ganhando tónus oriundo das ações do governo militar. Nesse contexto, o Estado passa não só a intervir de forma direta, priorizando interesses políticos, econômicos e de classe, mas se posicionando de forma pouco flexível a manifestações sociais, as quais não estejam diretamente atendendo seus objetivos impostos.

Nesse cenário ditatorial, pouca ênfase é dada às consequências sociais e ambientais da construção de usinas hidrelétricas, pois o posicionamento intervencionista e autoritário do Estado, preconiza a promoção e o acúmulo de lucro em detrimento a atenção social e ambiental necessárias, se afastando do diálogo visando o equilíbrio entre empresas, setores econômicos e atingidos propostos em leis ambientais.

Assim, a análise histórica de como aconteceu o processo de delineamento e intervenção nas realidades sociais atingidas pela construção de hidrelétricas possibilita entender as intervenções que ainda hoje acontecem e, mediante um processo de articulação e organização social, promover ações visando com isso à defesa e à garantia dos direitos sociais.

Na sequência, passamos a analisar como o Estado tem se posicionado frente a questões de construção de hidrelétricas e como tem mediado os interesses e conflitos oriundos dessas ações.

1.3 ANÁLISE DA FIGURA ESTATAL NA CONJUNTURA ECONÔMICA, POLÍTICA, PARTIDÁRIA E SOCIAL CAPITALISTA: A PRODUÇÃO DE HIDROELETRICIDADE E SUAS MEDIAÇÕES

Na seção anterior, ao refletir sobre a questão de desenvolvimento do potencial energético no período ditatorial, verificou-se o atendimento mais direcionado aos interesses da classe política em ênfase, contrastando com as consequências sociais vivenciadas pelas pessoas e famílias desabrigadas pela construção das obras. Neste contexto, a produção de energia hidroelétrica teve como princípio básico a necessidade de sustentar o crescimento econômico capitalista, fomentando a abertura do mercado nacional para atrair investimentos internacionais, o que não cumpre apenas uma função econômica, mas, também, contempla um processo de articulação política interna e externa.

Fica clara, desta forma, uma hierarquização de interesses, que partem do econômico, e das relações de interesses políticos, e se direcionam ao social. Nesse processo, os atingidos pelas obras de grandes UHE's eram vistos como consequências a serem superadas para se alcançar os objetivos propostos.

Mediante isso, passamos, agora, a promover uma análise de como o Estado, além do período ditatorial, apresenta suas ações frente a essa conjuntura de produção de hidroeletricidade, analisando se a primazia ainda se direciona ao fator econômico, ou se as consequências sociais passam a ser observadas com mais cautela referentes à construção de hidrelétricas.

Atualmente no Brasil, segundo dados retirados do site da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2009), estão em funcionamento entre Centrais Geradoras Hidrelétricas (CGH), Pequena Centrais Hidrelétricas (PCH) e Usinas Hidrelétricas (UHE), 1342 unidades de geração de energia. Constam, ainda, 37 em construção e 117 em planejamento.

A construção de uma usina hidrelétrica se apresenta envolta por ideais de modernização e desenvolvimento social e econômico da localidade e dos moradores onde o empreendimento será construído, estendendo-se a nível nacional. Tais apontamentos serão observados, posteriormente, nas informações fornecidas pelos entrevistados.

Esses ideais propostos pelo Estado e pelas empresas responsáveis pela construção e distribuição de energia não apresentam as reais intervenções referentes à construção de uma obra dessa natureza. Contudo, ao se tratar da produção hidroenergética, interligando-a, de forma direta, à modernização e ao desenvolvimento, bem como a uma forma sustentável de produção de energia, esses apontamentos potencializam a sua aceitação social, já que “prioriza-se a geração hidroelétrica sob o pretexto da necessidade de impulsionar o desenvolvimento do País.” (MALDANER; AKAMA, 2017, p. 20).

Em contraponto, não se direciona a visibilidade e a atenção necessária às pessoas atingidas, bem como à discussão com as mesmas sobre as consequências dessa construção, as quais vão afetar facetas culturais, sociais e ambientais, e a possibilidade de desenvolver ações que, ao menos, minimizem essas consequências. Esses diálogos, por mais que são previstos mediante indicativos na legislação ambiental, não são relatados como uma prática realizada pela empresa ou pelo Estado nos relatos dos produtores entrevistados.

Esses apontamentos referentes à melhoria de qualidade de vida, a qual supostamente a construção de uma hidrelétrica promoverá, na análise concreta da realidade social e nas falas dos entrevistados, tornam-se apenas rumores falsos e vazios. Essas obras não promovem o crescimento econômico ou a melhoria da

qualidade de vida do brasileiro. Pelo contrário, promovem o aumento da exclusão e o empobrecimento social e ambiental.

Essa lacuna referente ao cumprimento do proposto em lei, bem como referente ao atendimento da demanda social, originada pela intervenção da construção de hidrelétricas, pode ser encontrada, também, mediante a análise de dados coletados do Movimento Nacional dos Atingidos Por Barragens (MAB). Nesse banco de dados consta que mais de um milhão de pessoas já foram atingidas¹⁰ pela construção de usinas hidrelétricas e, em muitos casos, nenhuma forma de ressarcimento foi alcançada, pois “nas barragens em construção a regra das empresas tem sido excluir e diminuir os direitos das famílias” (MAB, 2008, p. 5). Isso vai em direção oposta ao desenvolvimento econômico e social apregoado para sustentar a necessidade de construção de usinas.

A esses apontamentos, segundo dados divulgados pela ANEEL (2019), pode-se acrescentar que mais de 1 milhão de brasileiros não tem acesso à energia elétrica em suas residências, um dado discrepante para um país destaque em produção de eletricidade. Desta forma, surge uma questão conflitante, ou não estão sendo cumpridos os objetivos de crescimento econômico e social nos quais se pautam a construção de hidrelétricas, ou os mesmos não se concretizam e estão sendo divulgados de forma distorcida.

Nessa direção, as observações realizadas apontam que existem pessoas que estão ficando à margem dos objetivos propostos de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida, não sendo ressarcidas por seu deslocamento involuntário para a construção das obras, ou não lhe sendo possibilitado o acesso aos bens produzidos ou à proposta de melhoria de sua qualidade de vida. Em muitos casos, acontece o oposto, aprofundando, ainda mais, a marginalização e o empobrecimento dessa parcela social que, nessa questão, trata-se, diretamente, dos atingidos por barragens. Contudo, salienta-se, em levantamento de dados realizado pela FUNAG (2016), que o Brasil é considerado o nono país no ranking dos maiores PIB mundial, ou seja, existe um crescimento econômico real e concreto acontecendo.

¹⁰ Os atingidos são considerados pelo MAB como populações ribeirinhas, dentre elas camponeses, pequenos agricultores, sem-terra, índios, pescadores, ribeirinhos, quilombolas, mineradores entre outros, expulsos de suas terras e casas sem proposta de indenização e atendimento adequados.

O cenário das obras e o parque de construção produzem transformações que perpassam as mudanças geográficas, culturais e sociais. Eles também promovem mudanças políticas e econômicas, mediante as relações de interesses e de poder estabelecidas. A construção de uma usina hidrelétrica, além de produção de energia, produz *status* ao país e, também, à localidade de implantação da obra, pois ampara uma figura de Estado austero e sustentável, mediante a garantia de produção de energia suficiente para o manter em crescimento.

Nesse viés, existe a necessidade de cautela ao se desenvolver um pensamento de que obras hidrelétricas produzem, diretamente, crescimento e sustentabilidade às localidades de sua implantação, pois sabe-se que a construção de uma unidade hidrelétrica, primeiramente, não demonstra suas consequências socioambientais e nem o processo de fragilização das relações políticas, econômicas e culturais dos atingidos.

As primeiras informações que são divulgadas dizem respeito aos pontos positivos e a grandiosidade da obra. Podemos detectar esse posicionamento na fala do Produtor(a) - 3, atingido pela usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu. Em suas declarações, ele relata que havia indicativos de que seria construída uma hidrelétrica na região há mais de vinte anos e que a mesma se afunilou em torno de seis a sete anos e as primeiras informações recebidas pelos moradores da região eram positivas:

Essa notícia da construção da usina, veio um monte de informação que a gente foi pegando de que era uma coisa muito boa que vinha. Todo mundo falava que a usina era uma coisa muito boa, vocês vão ganhar muito dinheiro nas terras de vocês, é uma coisa boa, e depois a gente viu que era só conversa. Mas assim, a gente, a expectativa que a gente tinha, que se fosse atingido por ela, que se fosse justamente indenizado, era o mínimo, o mínimo que a gente almejava. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 3, 2019).

Pode-se notar esse direcionamento, também, na fala do Produtor(a) -2, igualmente atingido pela usina Baixo Iguaçu. Ele/Ela relata que “foi uma empolgação muito grande, porque aquilo que a gente ouvia falar também com o povo do Salto Caxias, então a gente achava, vai ser maravilhoso, isso ai vai mudar a nossa vida.” (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 2, 2019).

Os impactos reais da construção de uma hidrelétrica são sentidos pelas pessoas após a interferência direta da empresa em seu cotidiano. Isso ocorre, principalmente, com os atingidos, que perdem suas terras, seu modo de vida e sua sustentabilidade econômica. Os demais moradores da localidade, que não sofrem diretamente as consequências, são conduzidos, por todo um arcabouço de informações divulgadas, referente a resultados e projetos a serem desenvolvidos, a continuar vendo o cenário por um viés positivo, pois, não se pode negar o fato de que a construção de uma hidrelétrica, em sua efervescência, modifica, acentuadamente, a vida econômica do local, mediante o aumento de pessoas empregadas da própria localidade e de pessoas vindas de fora, que potencializam o mercado local, fazendo movimentar a sua economia.

Esse posicionamento é visível no ato realizado pelos moradores de Capanema – PR que, no dia 17/09/2014, quando se reuniram com outros moradores das cidades vizinhas à usina Baixo Iguaçu, sendo elas: Capitão Leônidas Marques, Realeza, Nova Prata do Iguaçu e Planalto, em frente ao canteiro de obras da hidrelétrica, para solicitar a liberação das obras da usina, pois elas estavam suspensas por decisão da Justiça Federal, por problemas de licença ambiental.

Essa manifestação se deflagra motivada por questões econômicas, pois os manifestantes pontuam que, com a interdição da obra, cerca de 1,3 mil trabalhadores foram demitidos e isso causou uma diminuição de circulação financeira no comércio local nesse período de interdição, em torno de 7 milhões.

Implantou-se, claramente, no entendimento social que a construção da hidrelétrica promoverá o desenvolvimento econômico da localidade de forma perene, ficando as questões ambientais e sociais, como a desapropriação dos produtores atingidos diretamente pela construção da usina, em segundo plano.

Dessa forma, constrói-se um cenário no qual a empresa responsável pela obra não precisa mais entrar em um embate social direto, pois, em um jogo de forças e interesses, a construção da obra passa a influenciar, diretamente, no contexto econômico, tornando-se um desejo social, “o sujeito converte-se assim num produto do sistema, a serviço da produção. A produção produz os objetos, mas também um sujeito para o objeto” (FALEIROS, 1980, p. 33), ou seja, a construção da obra passa a não mais ser algo de fora, mas um desejo demonstrado pela própria sociedade local.

Além dessas mudanças pontuais que movimentam a economia local, a gestão pública dos municípios atingidos pelo lago hidrelétrico, receberá um recurso extra em seu orçamento, chamado de Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH). Essa compensação, segundo a ANEEL (2007), é uma forma de “pagamento pela exploração dos recursos hídricos na geração de energia elétrica. É um ressarcimento pela inundação de áreas por usinas hidrelétricas, e um pagamento pelo uso da água na geração de energia.” Esse recurso financeiro auxilia na movimentação econômica e na realização de obras, possibilitando, mediante o interesse do gestor, promover melhorias e investimentos na localidade, bem como destaque político da gestão.

Nesse contexto, evidencia-se o jogo de interesses econômicos e políticos que atuam, estando ele além, apenas, da construção e de suas intervenções físicas, flexibilizando ações a favor da construção de hidrelétricas. Assim, o Estado, considerado como poder articulador (FALEIROS, 1991), permite o desenvolvimento de ações apresentadas e incutidas como importantes para o desenvolvimento econômico e social, mas que sobrepõem uma conjuntura da qual emanam relações de interesses políticos, partidários, sociais e econômicos.

Diante da superficialidade com que são apresentadas as intervenções causadas pela construção da obra, ao mesmo tempo contrapostas com a movimentação econômica e a compensação financeira, suprimem-se o entendimento das relações de interesses que se escondem por intermédio da construção de uma hidrelétrica e das reais consequências sociais, econômicas e ambientais que se manifestarão na realidade das localidades não apenas no momento, mas em uma perspectiva futura. Isso conforma, mediante informações não claras e distorcidas, a manifestação de apoio social, aceitando-se, sem grandes resistências, as intervenções nas comunidades. Esse movimento nos permite entender o Estado, apontado por Evaldo Vieira (2001), como um aparelho que promove a materialização dos desejos dominantes, pois

[...] o Estado não cria a sociedade, mas acontece o contrário. Determinada sociedade expressa em determinado Estado e em determinado governo suas necessidades individuais e grupais, suas ansiedades, seus preconceitos, suas contradições e sua maldade, os quais estão presentes em várias circunstâncias passíveis de análise (VIEIRA, 2001, p.14).

A atual realidade social capitalista assenta-se em ações individualizadas, entrelaçadas nas ações de dominação desenvolvidas pelos Aparelhos Ideológicos (AI), que propagam e transmitem os objetivos do Estado dominante. Sendo assim, essas ações do Estado capitalista não agem forma incisiva na realidade social, visto poder fragilizar o estado de confiança construído. É, no entanto, um projeto econômico que se manifesta e que, aos poucos, vai realizando as ações necessárias para estruturar o alcance dos objetivos propostos.

Assim, quando se apresenta a possibilidade de crescimento econômico à localidade e quando este se torna perceptível, mediante a movimentação econômica que realmente acontece, tende a criar uma força que dificulta o desenvolvimento de um posicionamento contrário. A sociedade, desejando o crescimento, posiciona-se a favor dessas ações que, supostamente, o farão acontecer.

Agregado a isso, essa forma de geração de eletricidade, acreditada ser, como já supracitado, uma “forma limpa” de produção, implementa, ainda mais, a força a favor do processo de construção, justificando, juntamente com todos os fatores econômicos envolvidos, alguns desarranjos na construção dessas usinas. A questão centra-se em que esse entendimento não se efetua na prática, visto todas as consequências socioambientais demonstradas ao longo do processo de construção, citadas nos relatos de campo.

Além de consequências diretas na vida das pessoas atingidas pelo alagamento, que retiravam seu sustento da terra, a construção de uma hidrelétrica, traz agregada, segundo Junke e Mello (1990), a perda de solos; perda de espécie de plantas e animais; modificação da geometria hidráulica do rio; modificações na hidrologia; modificações da carga sedimentar; mudanças faunísticas e florísticas abaixo e a cima da represa; impactos para a pesca e aquicultura; crescimento maciço de macrófitas aquáticas; deterioração da qualidade da água; impacto no balanço global de CO₂, entre outros.

Todo esse arcabouço de interferências promove a modificação da biodiversidade local, podendo promover a mudança do microclima local, e transformar o processo agrícola antes desenvolvido na localidade, alterando, ainda mais, as relações sociais e econômicas.

Esses dados nem sempre são postos à discussão e, quando tratados, são pouco aprofundados, sendo escamoteados por “programas ambientais” a serem implantados. Esses mascaram o tratamento direcionado aos atingidos pelas

barragens, sendo, contudo, amplamente divulgados como “investimentos” a serem realizados pela empresa. Isso se torna visível na análise da revista publicada referente às ações de Itaipu Binacional, que ressalta os pontos positivos do empreendimento, e destaca que,

Itaipu se orgulha de aplicar na prática os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU. Há muito tempo, Itaipu aplica na prática todos os fundamentos dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e da Agenda 2030, estabelecidos pela Organização das Nações Unidas – ONU. Como líder mundial em produção de energia limpa e renovável, foca suas ações no desenvolvimento regional, na proteção ao meio ambiente, no turismo, na igualdade de oportunidades e no progresso tecnológico e social do Brasil e do Paraguai. (REVISTA ITAIPU, 2017).

Contudo, as consequências socioambientais não podem ser tratadas com desconhecimento pela empresa responsável pela obra e nem pelo Estado. Essas intervenções já são conhecidas e estudadas, visto a necessidade de realização prévia do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), antes da liberação da construção da barragem.

Segundo a resolução CONAMA Nº 001, de 23 de janeiro de 1986, em seu artigo 2º, aponta que o protocolo da construção “Dependerá de elaboração de Estudo de Impacto Ambiental e respectivo Relatório de Impacto Ambiental - RIMA, a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do IBAMA em caráter supletivo, o licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente.” (RESOLUÇÃO 001, CONAMA, 1986).

Essa mesma resolução considera, ainda, em seu artigo primeiro, que impacto ambiental é “qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas, direta ou indiretamente.” (RESOLUÇÃO 001, CONAMA, 1986).

Assim, os impactos socioambientais da construção de uma usina hidrelétrica são conhecidos e previamente dispostos à análise, sendo responsabilidade da empresa concessionária realizar esses estudos antes do início das intervenções, bem como é responsabilidade do Estado fiscalizar e avaliar essa análise, aprovando ou não a construção do empreendimento. Esses estudos devem estar à disposição do público, sendo possível a realização de audiência pública, disciplinada pela

resolução do CONAMA 009, de 03 de dezembro de 1987, com a finalidade de “expor aos interessados o conteúdo do produto em análise e do seu referido RIMA, dirimindo dúvidas e recolhendo dos presentes as críticas e sugestões a respeito.” (RESOLUÇÃO 009, CONAMA, 1987).

Contudo, salienta-se que a audiência pública ocorre em três momentos específicos: se for provocada pelo órgão competente pelo licenciamento, requerida pelo Ministério Público, ou na decorrência da solicitação por cinquenta moradores ou mais da localidade. (EIA; RIMA CAVERNOSO II, 2009, p. 38). Sendo assim, ela não é uma obrigatoriedade.

Outro ponto não discutido, referente às intervenções oriundas da construção de uma usina hidrelétrica, refere-se ao processo de desmobilização das obras mediante sua conclusão. A mobilização de todos os trabalhadores que farão parte do processo de construção, como já apontado, amplia o movimento econômico da cidade sede da obra, por outro lado, esse movimento se finda com a finalização da construção.

Essa desmobilização promove uma nova alteração da dinâmica demográfica e econômica da localidade, tendo em vista as demissões dos trabalhadores contratados para serviços pontuais e o esvaziamento dos trabalhadores vindos de fora. Com esse fator, inicia-se um processo migratório dessas pessoas para outras localidades e um aumento de pessoas desempregadas.

Isso fica claro no parecer do EIA, referente ao Complexo Hidrelétrico Madeira, cuja redação expressa que “o grande risco desta etapa é o desemprego em larga escala, a diminuição da renda e a sobrecarga da população desocupada que não sai de Porto Velho, mas ali se instá-la sobrecarregando a rede de infraestrutura e serviços urbanos.” (INSTITUTO PÓLIS, 2006, p. 25).

Nesse sentido, o que, em primeiro momento, demonstrava-se como fomento à localidade, passa a ser constatado como um ponto conflituoso e deficitário. Isso ocorre, pois, com a desmobilização da obra e seus resultados, que entre eles aponta-se o desemprego, amplia-se a demanda por aumento de investimentos em serviços públicos, na área de assistência social, saúde, educação entre outras. Recursos, esses, que terão de ser remanejados de outras políticas públicas, podendo torná-las deficitárias também e, aliado a isso, acontece a diminuição da arrecadação de impostos, pela perda de áreas cultiváveis inundadas, e a diminuição do movimento econômico.

O que antes era apontado, divulgado e aceito como ganhos econômicos, passa a cobrar um alto custo social, mas se ressalta que esse é um custo a ser pago pela localidade de instalação do empreendimento e pelos seus moradores e não pela empresa responsável pela construção da usina ou pelos representantes estatais.

Referente a esse contexto de desmobilização, Ferraz (2016) realizou estudos com localidades onde foram construídas hidrelétricas. O estudo levou em consideração a análise do contexto sócio econômico realizado antes e depois da implantação das usinas e do recebimento da Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH). Tal estudo indicou que o impacto das compensações foi bastante limitado. Nesse sentido, o autor comenta que, “apesar de o IDH-M e a Mortalidade Infantil ter apresentado uma pequena melhora, a taxa de analfabetismo para a população de 11-14 anos e a concentração de renda (medida pelo Índice de Gini) pioraram.” (FERRAZ, 2016, p. 65).

A construção de uma usina hidrelétrica, dessa forma, é considerada como a chegada da modernização, mas que instaura um “conflito silencioso” (MALDANER; AKAMA, 2017, p. 20), pois, além de interesses voltados à geração de energia elétrica, ela está assentada em relações de interesses políticos, partidários e econômicos. A figura estatal nesse cenário passa a delinear seus contornos de atuação, pois, visto ter conhecimento prévio referente aos impactos ambientais e sociais que a construção vai ocasionar, bate o martelo com posicionamento favorável, aprovando a construção.

Nesse sentido, e em relação à construção de hidrelétricas, o Estado deve ser entendido, em relação às relações de interesses e aos embates de forças que o constituem, visto que este,

[...] é antes um produto da sociedade, quando esta chega a um determinado grau de desenvolvimento; é a confissão de que essa sociedade se enredou numa irremediável contradição com ela própria e está dividida por antagonismos irreconciliáveis que não consegue conjurar. Mas para que esses antagonismos, essas classes com interesses econômicos colidentes não se devorem e não consumam a sociedade numa luta estéril, faz-se necessário um poder colocado aparentemente por cima da sociedade, chamado a amortecer o choque e a mantê-lo dentro dos limites da “ordem”. Este poder, nascido da sociedade, mas posto acima dela e se distanciando cada vez mais, é o Estado. (ENGELS, 2012, p. 213).

O Estado, assim, não pode ser concebido apenas como promotor de benesses sociais, mas necessita ser analisado por determinadas conjunturas políticas e partidárias nas quais se constitui e por seus objetivos, ou seja, o Estado não pode ser representado como um único bloco de direcionamentos. Contudo, em uma sociedade de base estritamente capitalista, o Estado não está totalmente voltado a garantir o direito da coletividade, mas se direciona de forma acentuada em amortecer os conflitos originados na necessidade de manutenção dos interesses majoritários nesse contexto.

Nesse sentido, e pensando a construção de usinas hidrelétricas no contexto da sociedade capitalista, Ferreira e Mafra (2016) comentam que a prioridade centra-se nas relações que se estabelecem nesse contexto, no jogo de forças e as relações de poder econômico e de interesses políticos que se perfazem. Nesse contexto, os direcionamentos e a atenção voltada aos atingidos pelas hidrelétricas ficam em segundo plano, já que,

[...] em relação à construção de barragens, observa-se a presença de interesses antagônicos. De um lado temos o Estado que, ao adotar a perspectiva de crescimento econômico e progresso, concede às empresas consorciadas o direito de construção e operação de hidrelétricas em prol da geração de energia elétrica e os consórcios empreendedores, cujo objetivo está centrado no lucro e/ou no fornecimento de energia para outros empreendimentos que integram seus conglomerados empresariais. Do outro lado, à mercê desses interesses, temos as comunidades atingidas por esses empreendimentos que, não tendo envolvimento com a decisão das organizações ou com seus objetivos mais gerais, desconhecem os impactos que estes podem causar e se submetem ao imperativo de ter de recomeçar sua vida. (FERREIRA; MAFRA *et. al*, 2016, p. 459).

Manifesta-se, desse modo, a expressão do conflito de interesses contraditórios, prezando pela promoção da política econômica e pelos interesses políticos majoritários, entrando em contradição com as necessidades sociais, o Estado, e digo novamente, capitalista, dessa forma usa de dois pesos e duas medidas, priorizando sua base de interesses.

O que dá ênfase aos objetivos estatais assenta-se no direcionamento político e partidário, para o qual os representantes do Estado convergem. Nesse sentido, as ações podem priorizar, em primeira instância, a geração de lucro e o atendimento a empresa concessionária, estando, diretamente, interligado ao objetivo de manutenção hegemônica, colocando o atendimento às demandas sociais como

ação não prioritária, ou, em outro viés, podem atender as duas demandas de forma mais linear.

Contudo, no caso da construção de usinas hidrelétricas, é importante que se entenda que a questão não está somente voltada à produção de energia, esse é apenas o fator que fica mais evidente, pois esse mercado amplifica sua potência de lucro, adentrando em outras áreas afins, como, por exemplo, em processos de concessão e distribuição da energia.

A organização desses processos fica à responsabilidade da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), sendo essa uma autarquia em regime especial, vinculada ao Ministério de Minas e Energia (MME), ligada aos direcionamentos do Estado. Sua criação é instituída pela Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, e, também, pelo decreto nº 2.335, de 6 de outubro de 1997.

Os objetivos da ANEEL se efetuam na área de regulação referente a ações de geração (produção), transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como fiscalização, implementação de políticas e diretrizes do governo federal, relativas à exploração da energia e ao aproveitamento dos potenciais hidráulicos, tarifação, diminuição das divergências entre agentes e consumidores. Nesse contexto, a ANEEL regula todas as ações voltadas à geração de energia elétrica no país.

Referente às funções da ANEEL, uma em especial nos chama a atenção: a outorga e a concessão, tendo sua finalidade na permissão e na autorização de empreendimentos e serviços de produção de energia elétrica, mediante a delegação, pelo Estado, dos direitos oriundos da utilização dos recursos naturais.

Ao analisar este objetivo, pode-se averiguar que o Estado brasileiro, em muitas situações, não produz diretamente energia elétrica, mas leiloa, mediante a concessão por determinado período de tempo, o direito a empresas privadas à geração e à transmissão da eletricidade, inclusive da hidroeletricidade. Novamente, essa postura se embasa no discurso de desenvolvimento econômico, visto a empresa ganhadora ser a que oferecer maior deságio, ou seja, a que se dispõe a dar o maior desconto em relação à Receita Anual Permitida (RAP) ao Estado.

Esse processo de concessão pode ser entendida em duas perspectivas: a primeira está relacionada ao fornecimento de energia elétrica mais barata – mediante ao deságio ofertado –, o que possibilita ao Estado incentivar seu polo

industrial, e a segunda, relaciona-se à entrada de recursos financeiros direto aos cofres públicos, mediante a venda das concessões.

O montante de valores movimentados com a venda de direitos ao uso dos recursos hídricos é bem significativo. Isso fica evidente mediante análise de dados da ANEEL (2018) referente ao resultado dos leilões 2005 a 2018. Neles aponta-se que o valor arrecadado com a venda de lotes hidrelétricos está em torno de 695.756.780,000 bilhões de reais. E em transmissão, do ano de 1999 a 2018, foram arrecadados 16.099.480.005,80 bilhões de reais.

Mas esse deságio ofertado acaba, também, por onerar as ações da empresa ganhadora da licitação. A tendência, em casos de perda financeira, é a busca por recuperar essas perdas, o que pode influenciar, diretamente, no atendimento das pessoas atingidas pela construção da usina, ou seja, os produtores rurais ribeirinhos. Isso ocorre mediante a aplicação de processos de indenização pouco favoráveis aos produtores.

Esse deságio possibilita ao Estado garantir a oferta de energia a um menor custo, desenvolvendo a visão de um país energeticamente sustentável, ao mesmo tempo em que não se envolve, diretamente, na construção e na manutenção dos empreendimentos, bem como, nas consequências sociais da construção das hidrelétricas. Além disso, o Estado amplia a entrada de recursos financeiros nos cofres públicos oriundo dos leilões.

O Estado, nesse sentido, vende o direito do uso e da implantação de usinas hidrelétricas, dando às empresas a liberdade de usufruir desse bem por tempo determinado. A função do Estado, neste contexto, é de mediação, passando a atuar como garantidor das condições externas de uso desse bem. Assim;

[...] a intervenção estatal incide na organização e na dinâmica econômica desde dentro, e de forma contínua e sistemática. [...]. As funções políticas do Estado imbricam-se com as funções econômicas [...] Vale dizer: o Estado funcional ao capitalismo monopolista é, no nível de suas finalidades econômicas, o 'comitê executivo' da burguesia monopolista – opera para propiciar o conjunto de condições necessárias à acumulação e à valorização do capital monopolista. (PAULO NETTO, 1992, p. 20-22).

Dessa maneira, é evidente que as ações do Estado capitalista, se constituem perpassadas por relações de interesses econômicos e políticos que se demonstram contraditórios entre os atingidos, em um cenário de construção de

barragens, na qual os indivíduos buscam ser ressarcidos, de forma justa, por suas terras por parte de empresas responsáveis pela construção, as quais visam à rentabilidade.

Nesse sentido, aclara-se a situação de que “[...] o Estado não se encontra fora ou acima da sociedade, mas é atravessado pelas forças e lutas sociais que condicionam a articulação das exigências econômicas e dos processos em cada conjuntura.” (FALEIROS, 1991, p.57). O Estado, assim, ganha a tônica de seus representantes, podendo ser de ordem fundamentalmente capitalista, ou, mais flexível e abrangente, sensível às causas sociais, ou seja, o Estado mantém sua base capitalista e econômica, mas ganha os contornos da classe que detém o poder e a articulação política partidária em determinado momento histórico.

Ao se entender a sociedade capitalista como um sistema amplamente desenvolvido e complexo, que se projeta e promove ações visando ao acúmulo de bens e riquezas, as ações Estatais, se pautadas em relações políticas partidárias não flexíveis, não irão destoar de sua gênese, sendo contraditórias a tudo que impeça o alcance de seus objetivos. Assim, as diretrizes políticas e partidárias que formam a base governamental, em determinado momento, tornam-se as diretrizes norteadoras do Estado.

Chega-se, assim, a um delineamento da concepção referente à figura do Estado, dentro de um direcionamento capitalista, entendendo este não como um único bloco de direcionamentos, mas como uma estrutura que se manifesta em relação à conjuntura política, econômica e partidária, perpassada por interesses e lutas de classe. Isso relacionado à produção de hidroeleticidade, mostra que o Estado pode assumir uma postura de mediador ao amortecer as contradições resultantes desse processo sem, contudo, posicionar-se contra as determinações econômicas, ou adotar uma postura mais flexível, atendendo às demandas econômicas sem deixar de atender às demandas sociais.

Nesse sentido, a análise do cenário político e partidário, bem como dos objetivos que regem o direcionamento das ações nesse cenário são fundamentais para compreender a ação da figura estatal em determinado contexto.

Desse modo, na sequência, tratamos do tópico que abrange a gestão política e as ações dos órgãos reguladores nos contextos de construções de hidroelétricas.

1.4 A GESTÃO DA POLÍTICA PÚBLICA AMBIENTAL NO CONTEXTO DE INTERESSES POLÍTICOS E PARTIDÁRIOS E OS ORGÃOS DE REGULAÇÃO

Ao se partir da compreensão do Estado como uma instituição política multifacetada, cujo direcionamento é estabelecido por relações de interesses, delineados pelo embate e consenso de forças políticas e partidárias, a gestão da Política Pública, na área ambiental, sua implementação, assim como a criação dos órgãos gestores responsáveis pela aplicação e validação dessas, deve, necessariamente, ser analisada sobre essa ótica, pois,

[...] as relações sociais, políticas, culturais e econômico-financeiras, expressam contradições de interesses, da luta de classe, configurada e constituída em suas manifestações internas e externas, que definem os traços do desenvolvimento do capitalismo no Brasil, produzindo condições estruturais e políticas que avançam através de mediações que se produzem nas tensões geradas nas disputas entre interesses de classe e de nações, interesses capitalistas internos e externos. (DEITOS, 2015, p. 7).

Nesse sentido, ao pensar sobre Política Pública ambiental, torna-se necessário entender o direcionamento estatal no qual essas ações são gestadas e implementadas, bem como seus objetivos em determinado momento político.

A gestão pública apresenta nuances diferentes de atendimento, que estão, diretamente, ligadas às prioridades e interesses da gestão política majoritária em determinado contexto de articulação partidária. Podem, assim, estar pautadas por uma demanda que visa atender às necessidades de crescimento econômico, mas, ao mesmo tempo, direcionar ações às necessidades sociais de base, ou podem estar pautadas em uma demanda de atendimento restrita aos interesses do capital.

Contudo, mesmo quando direcionada a atender também as necessidades de base, não se pode desconsiderar os fatores estruturantes do Estado vigente, “aqueles que são distintivos e distinguidores das ações de Estado para e com a sociedade “realmente existente”, que é desigual, ou seja, a riqueza produzida, o território e o “uso” dos “espaços” de poder não é utilizado (apropriado) de forma igualitária” (ARAUJO; MACHADO, 2013, p. 173-174), ou seja, as intervenções em ações que priorizem o social não deixam de ser implementadas, até por sua necessidade política de manutenção social, mas terão que enfrentar sempre maior

pressão política para se estabelecerem. Nesse sentido, a intenção da classe burguesa é construir um Estado “diminuído em sua base social, mas burocraticamente eficaz para o capital.” (BORON, 1994, p. 81).

Esse atendimento básico, destinado pela articulação política do Estado hegemônico capitalista às classes que não detém o poder de articulação política, vem ao encontro das necessidades demandadas pelo crescimento econômico, o qual deve, necessariamente, manter-se em ascensão para sustentar o maquinário de geração de lucro, ao mesmo tempo em que promove ações que contém e harmonizam as questões sociais.

A ação do Estado, dessa forma, centra-se no fornecimento do mínimo existencial que, na concepção de Oliveira (2016), é definido como sendo ações governamentais voltadas a garantir a sobrevivência básica do homem, sem as quais desaparecem as condições existenciais dos sujeitos. O mínimo existencial concentraria, dessa forma, o núcleo de dignidade da pessoa. Nesse conceito reside, portanto, um ponto importante, visto que a questão de dignidade não é interpretada como um conceito “fixista”, devendo ser levado em consideração todo o arcabouço referente ao poder governamental, a sociedade e a evolução social, estando essa, diretamente, ligada à gestão e aos interesses políticos de determinado contexto histórico, mas sempre embasado na demanda hegemônica.

Nessa perspectiva de interesses econômicos, intrinsecamente ligados ao jogo de forças políticas que encabeçam a gestão do Estado, é que a questão de intervenção ambiental e exploração das riquezas naturais vão se delineando, como também, a necessidade de sua regulação.

Segundo Borges, Rezende e Pereira (2009), a intervenção humana no meio ambiente e a sua utilização para a manutenção da vida é muito antiga, sendo que a conquistas de territórios está ligada à demonstração e à concentração de poder político e econômico. Com a industrialização esse contexto se ampliou, pois

[...] a indústria acelerou a extração dos recursos naturais que, incentivada pela cobiça humana, visava à obtenção do lucro a qualquer custo, e em curto prazo. Por seu instinto, a busca de riquezas sem limite pelo homem, sem se dar conta de que os recursos são limitados, estão se tornando escassos. (BORGES, REZENDE; PEREIRA, 2009, p. 448).

Neste contexto, ainda segundo os autores, a exploração começa a ameaçar a existência humana, surgindo, a partir deste cenário, a necessidade de “normas que visam a disciplinar a conduta humana para a proteção ambiental e o consumo racional dos recursos naturais: normas estas que influenciaram o surgimento de um novo ramo jurídico, que é o Direito Ambiental.” (BORGES; REZENDE; PEREIRA, 2009, p. 448).

Essas normas legais que passam a tutelar as ações referentes ao meio ambiente e a garantir sua exploração de forma “adequada” ganharam seus delineamentos com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988, na qual o direito a um meio ambiente saudável passa a ser considerado como um direito fundamental, apontando, em seu Art. 225, que “todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para às presentes e futuras gerações.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1988, p. 131).

Neste direcionamento de preservação dos recursos naturais como um bem e um direito fundamental, já em 1981, são criados diversos órgãos de proteção e regulação ambiental. A Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981, dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, direcionando seus fins e mecanismos de formulação e aplicação. A referida lei, em seu Art. 2º, aponta que,

[...] a Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana. (LEI 6.938, 1981).

Tal lei dispõe, nesse direcionamento, sobre a Política Nacional de Meio Ambiente, constituindo o Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), sendo esse “um modelo descentralizado de gestão ambiental, criando uma rede articulada de organizações nos diferentes âmbitos da federação.” (PORTAL RESÍDUOS SÓLIDOS, 2014, s/p).

O SISNAMA passa a ser composto para o cumprimento de suas ações por alguns setores como: Conselho de Governo, responsável por assessorar as decisões presidenciais em relação à Política de Meio Ambiente; Conselho Nacional

do Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo e deliberativo, sendo formado por “representantes dos diferentes setores do governo (em âmbitos federal, estadual e municipal), do setor produtivo e da sociedade civil, assessora o Conselho de Governo e tem a função de deliberar sobre normas e padrões ambientais” (PORTAL RESÍDUOS SÓLIDOS, 2014, s/p); Ministério do Meio Ambiente (MMA), “órgão central, com a função de planejar, supervisionar e controlar as ações referentes ao meio ambiente em âmbito nacional” (PORTAL RESÍDUOS SÓLIDOS, 2014, s/p); Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), que “encarrega-se de executar e fazer executar as políticas e as diretrizes nacionais para o meio ambiente. É o órgão executor.” (PORTAL RESÍDUOS SÓLIDOS, 2014, s/p), criado, posteriormente, pela Lei nº 7.735, de 22 de Fevereiro de 1989; Órgãos Seccionais, formados por “entidades estaduais responsáveis pela execução ambiental nos estados, ou seja, as secretarias estaduais de meio ambiente, os institutos criados para defesa ambiental” (PORTAL RESÍDUOS SÓLIDOS, 2014, s/p) e Órgãos locais ou entidades municipais, sendo esses “responsáveis pelo controle e fiscalização ambiental nos municípios.” (PORTAL RESÍDUOS SÓLIDOS, 2014, s/p).

Nesse sentido, existe toda uma estrutura responsável pelo estudo e delineamento legal de regras e normas sobre a intervenção no meio ambiente e o atendimento de suas consequências. Ressalta-se, porém, que as pessoas de referência desses órgãos gestores estão, historicamente, ligados à gestão política partidária. Assim, o direcionamento das ações não foge das estratégias governamentais e econômicas, estabelecidas em determinado contexto de articulação.

A Política Pública, como apontado por Fonseca (2012), tornou-se uma expressão comum, sendo amplamente discutida e contextualizada, utilizada de forma frequente em ações eleitorais e “tal profusão de espaços em que é invocada, sempre de forma distinta, faz dessa expressão algo com aparência “neutra” e “consensual”, pois supostamente voltada ao “bem público” e ao “bem-estar social.” (FONSECA, 2012, s/p).

Ainda, segundo o autor, essa construção conceitual de forma positiva dificulta posicionamentos contrários em relação a essas ações, cujos objetivos seriam aparentemente “minorar e/ou resolver problemas que afetam grande número de pessoas e, conseqüentemente, o país.” (FONSECA, 2012, s/p).

Fonseca (2012) aponta, ainda, que o conservadorismo, que representa majoritariamente a classe média e alta da sociedade brasileira, “tende a se aproveitar desses supostos consensos como forma de imprimir – aberta ou sorrateiramente – suas demandas” (FONSECA, 2012, s/p) e, ainda, conclui que, “essa imagem “generosa” das políticas públicas, em que todos ganham e ninguém discorda, é não apenas falsa como representa verdadeira armadilha aos reformadores sociais.” (FONSECA, 2012, s/p).

Contudo, há de se conceber o Estado como uma organização não monolítica, dessa forma, a Política Pública pode tomar direcionamentos distintos em cenários e articulações também distintas, sendo o ponto convergente dessas ações a gestão e o interesse político que fornecem suporte ao plano governamental e à ação social. Nessa perspectiva, Fonseca (2013) aponta que,

[...] sem negar de forma alguma que vontade política, mobilização social, investimento público (orçamentário, de pessoal, legal e logístico) e regulação estatal – elementos constitutivos das políticas públicas – são fundamentais à reversão de situações de desigualdade, ao contrário, deve-se contudo indagar a respeito dos limites quanto a seus efeitos. (FONSECA, 2012, s/p).

Partindo desse entendimento, que consideram o fato dos interesses políticos e partidários influenciarem a implantação prática das Políticas Públicas, todo um arcabouço legal de regulação, proteção e atendimento às demandas ambientais, decorrentes da intervenção do homem na natureza, são estabelecidos, diretamente, ligados ao modelo político e econômico adotado por determinada gestão em determinado contexto, como, também, é influenciado pela demanda social organizada.

Contudo, é importante salientar que os objetivos socioeconômicos e financeiros dominantes estarão sempre sendo contemplados, visto seus representantes sobreporem seus interesses pelo poder político a eles direcionado, já o atendimento social à classe pobre estará sujeito aos interesses políticos da classe dominante, ou ao nível de sua organização social.

Nesse sentido, Deitos (2005) volta-se à importância de compreender essas ligações estruturais de interesses, as quais sustentam e direcionam as ações políticas da estrutura estatal. Esse entendimento dos interesses políticos dominantes nas ações socioambientais de intervenção é de fundamental importância, pois,

[...] sem a compreensão da sua articulação com os interesses externos é impossível desvelar nossas relações sócio econômico-financeiras que, historicamente, determinaram e sustentam a um só tempo, nossas relações político-ideológicas, desde o Brasil Colonial até a República de FHC e de Lula. (DEITOS, 2005, p. 7).

Esse contexto de relações de interesse não se demonstra de forma clara, pois se reveste de uma ideia sustentada no crescimento econômico e social, dificultando a compreensão das relações estabelecidas. Nesse sentido, de forma paulatina, foi-se promovendo “o esvaziamento dos espaços de participação e, conseqüentemente, a formação de um apartheid social cada vez maior”, (SILVA, 1998, p. 44). Ao surgir na industrialização, esse “apartheid” dificulta e fragiliza a construção de ligações sociais que possibilitem o enfrentamento à supremacia do modelo hegemônico excludente.

Nesse sentido, podemos verificar que as Políticas Públicas não se constituem como uma benesse social do Estado, mas nascem da necessidade de manutenção e amortecimento do impacto social do poder dominante, mediante certo atendimento das demandas sociais. Esse atendimento visa, não necessariamente, possibilitar que o pobre tome conhecimento dos mecanismos da estrutura política e econômica vigente, mas que se sinta contemplado ao ter acesso aos mínimos sociais para manutenção de sua vida.

Todo esse esboço político e econômico, segundo Faleiros (2014, p. 11), é permeado por um ponto estruturante: “a questão do poder”. É através da manifestação do poder que podem ser compreendidas as articulações realizadas pelo Estado e suas finalidades. Torna-se, assim, fundamental pensar as Políticas Públicas formadas mediante esse contexto, permeado e sustentado pelo poder que, historicamente, concentrou-se na sociedade burguesa.

Mediante a análise dessa conjuntura – que envolve as facetas políticas, sociais, partidárias e econômicas – entende-se que o Estado não seja uma ferramenta originária do capital, bem como não o são as políticas públicas, mas os direcionamentos do fazer Estatal estão, diretamente, ligados a quem, em determinado momento social, mantém o “poder”. Desta forma, o Estado e as políticas sociais não são ferramentas usadas para dominação, contudo, também, não são ferramentas de mudança, mas uma forma pela qual o poder dominante direciona seus objetivos, mediante ligações e articulações políticas e econômicas.

Assim, “o poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia”, (MARX; ENGELS, 1998, p. 12), que, atrelado aos interesses dominantes, “nada mais é do que a forma de organização que os burgueses se dão, tanto externa quanto internamente, para a garantia mútua da sua particularidade e dos seus interesses.” (MARX; ENGELS, 2009, p. 111). Nesse sentido, as Políticas Públicas são derivações desse interesse, apresentado pelo estado burguês, e não podem ser consideradas como “benevolência social, mas a articulação e o jogo contraditório que exprime a luta de classes e as mediações econômicas-sociais existentes numa determinada sociedade e contexto social.” (DEITOS, 2010, p. 210).

Ao falar sobre as Políticas Públicas, Faleiros (1991) sintetiza-as como “[...] formas de manutenção da força de trabalho econômica e politicamente articuladas, para não afetar o processo de exploração capitalista e dentro do processo de hegemonia e contra-hegemonia da luta de classes.” (FALEIROS, 1991, p. 80). Fica claro que os delineamentos e interesses políticos direcionam as Políticas Públicas nascidas em um Estado capitalista, as quais visam a atender ao todo, mas tem por finalidade primeira manter os sujeitos sociais contidos às necessidades e aos direcionamentos políticos e econômicos dominantes, proporcionando, para isso, condições mínimas de subsistência da vida. Com isso, chega-se a desarticular significativos processos de oposição contra a hegemonia capitalista, visto que estes raramente encontram, no chão social, força suficiente para se desenvolverem, pois as ações políticas visam a apartar ações de interesses contrários.

Podemos identificar essa lacuna existente entre as classes sociais mediante análise de ações que priorizam os meios de produção, em detrimento ao social. Fernandes (2013) contextualiza esse cenário ao apontar, de forma artística, as desigualdades sociais e, ao mesmo tempo, aponta a importância de ações articuladas da base social para superar os limites impostos:

Se a senhora morre ali na esquina da vida onde a classe oprimida
esbarra no opressor?
[...] o operário da obra fica acidentado em casa sem assistência
alguma?
Se a criança faminta chora na palafita molhada da chuva, da
enchente e do soluço da própria mãe?
[...] Se o posto de saúde anda todo abandonado e o lixo acumulado
sobre as águas da baixada toma o assoalho das casas?
Se o lago da barragem já tem data marcada para cobrir toda a área
num pesadelo terrível para quem não tem para onde ir?

Se os quinhentos milhões do tal Comitê Gestor para os municípios prejudicados por Belo Monte saem do bolso dos brasileiros através da conta de luz?

Se os políticos e a Norte Energia botam placas e fazem a farra com o chapéu dos outros, ou melhor, com o nosso chapéu, dando ao capitalismo um tom de filantropia?

Se o dia a dia do empobrecido é um flagelo sem fim como se fora uma sina escrita nalgum livro da morte?

Se estado de emergência é só pra fazer compra sem qualquer licitação?

[...] Se a obediência à causa da liberdade é mais forte que o medo?

Se as balas de açúcar já não adoçam a vida, que se tornara amarga demais?

[...] Então ainda é hora de organizar o povo, pois o novo vai nascer!

O novo pode nascer. (FERNANDES, 2013, s/p).

Fernandes (2013) salienta em seu escrito, a luta do Movimento dos Atingidos pela construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, e vai além disso, pois explicita as condições de descaso da empresa e do Estado vivenciadas pelos moradores da região pela construção da obra. Ao mesmo tempo, reflete sobre o posicionamento do Estado referente a essas questões, o que revela aspectos sobre a forma que as Políticas Públicas de atendimento aos atingidos por barragens estão sendo implementadas e desenvolvidas nesse modelo socioeconômico, ressaltando, assim, para que e a quem elas servem.

Em contraponto, Fernandes (2013) demonstra que é apenas pela movimentação e organização social coletiva que se pode promover uma ação, na qual as necessidades sociais possam ser ouvidas e atendidas de forma mais positiva.

Mediante a atual estruturação e o direcionamento do Estado por uma política burguesa, as Políticas Públicas não se desenvolvem em benefício equânime a todos os cidadãos, por mais que, no ordenamento legal, como já vimos anteriormente, assim estejam dispostas. Trata-se de um “pano de fundo” não estático, ou dado para todo sempre, mas, permanentemente, “produzido e re-produzido” (conforme Henri Lefebvre *apud* MACHADO; MARTINS, 2011).

Para refletir e compreender essas relações de poder estabelecidas, ou seja, a base de gestão política em determinado contexto, é necessário observar as relações contraditórias desenvolvidas no lócus político, sendo esse local privilegiado para entender as relações estruturantes da sociedade capitalista.

A construção de usinas hidrelétricas, por exemplo, fortalece-se no ideário de possibilitar fomento e crescimento econômico ao país. Tal fato realmente acontece e não podemos nos contrapor a isso. Mas, a questão está em termos de clareza sobre a questão de para quem esse crescimento econômico está direcionado e quem dele irá usufruir.

Para a construção de uma obra dessa magnitude, existe uma demanda acentuada de materiais físicos de diversos nichos de mercado. Exemplo disso é a obra de Itaipu Binacional, que consumiu 12,7 milhões de m³ de concreto. A ferragem utilizada permitiria a construção de 380 Torres Eiffel, o processo de escavação da obra foi 8,5 vezes superior ao do Eurotúnel (que liga França e Inglaterra sob o Canal da Mancha), além de todo seu aparato tecnológico e toda a articulação política e concessões feitas, mediante leilões de produção e transmissão de energia que movimentam grandes montantes financeiros.

Todo esse processo impulsiona a economia do país, não se pode negar, a questão está em reconhecer quais os estratos sociais são mais beneficiados com essa movimentação. Segundo dados da Síntese de Indicadores Sociais (SIS) IBGE (2018), “o PIB per capita e o consumo das famílias atingem, no triênio final do período, taxas acumuladas de decréscimo de 8,1% e 5,6%”. Esses dados mostram, claramente, que não existe uma influência positiva na melhoria da qualidade de vida geral dos brasileiros. Ou seja, existe um crescimento econômico em andamento sem, contudo, ser acompanhado pelo crescimento social.

Essa postura de descaso com o social fica muito clara na implantação de usinas hidrelétricas, mediante a fragilidade das ações de atendimento às pessoas que tiveram suas terras alagadas, para formação do lago hidrelétrico.

Por mais que se apresente todo um arcabouço burocrático de leis de proteção socioambientais, normas, regulamentações, regras e relatórios como o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), responsáveis por avaliar os impactos que determinada obra vai ocasionar em determinado espaço socioambiental, visando a instrumentalizar as ações “necessárias” à intervenção nesse meio, minorando suas consequências, temos verificado que muito ainda fica descoberto em relação ao atendimento das famílias atingidas.

Contudo, em contraponto ao que realmente ocorre nas intervenções sociais, existe a divulgação de ações que demonstram, amplamente, a implantação de

programas socioambientais que têm por objetivo atender aquela realidade em questão. A apresentação dessas ações tem efeito social, político e ideológico muito forte, deturpando a realidade de violências e descaso pela qual os produtores rurais atingidos passam, ganhando aprovação e apoio popular. Essas ações, segundo Antunes (1996), são fundamentais para o capital, pois,

[...] na medida em que se retrai o âmbito de lutas para esse universo, no universo da luta meramente imediatas e não vislumbra nada além da imediaticidade, para além do capital. Isto é o mundo que o capital sonha, pois quando cada um cuida da sua dimensão meramente imediata, os interesses para além do imediato não são aflorados e, não sendo aflorados, o questionamento essencial torna-se muito difícil. (ANTUNES, 1996, p. 82).

Essas ações que visam a intervenções socioambientais podem ser constatadas ao se analisar as informações constantes no site da Copel, referentes à Usina hidrelétrica de Salto Caxias, no qual consta que o Projeto Básico Ambiental (PBA) foi aprovado pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) em 22/02/94, com a emissão da Licença de Instalação, contendo 26 programas ambientais com o objetivo de minimizar e/ou compensar as consequências negativas da construção, e de maximizar as positivas. O mesmo ocorre com a construção da Usina Baixo Iguaçu, na qual se inserem 31 programas socioambientais.

Em contraponto, existe uma fragilização da Política Pública de atendimento aos atingidos, visando a garantir seus direitos, sendo que lutas sociais tiveram que ser travadas para que a garantia de uma indenização o mais justa possível, e a possibilidade de que os mesmos permanecessem na terra fosse garantida. Constatamos, por meio disso, a questão do poder de classe e como este se organiza para o atendimento dos interesses hegemônicos.

Tonet e Nascimento (2009) comentam a concretude que intensifica a exploração, a opressão e a submissão entre os sujeitos, pois analisam o Estado como “uma categoria cuja existência está, inextricavelmente, articulada com a sociedade de classes”, (TONET; NASCIMENTO, 2009, p. 26). Os autores complementam as reflexões, expressando que a função do Estado é a dominação social, que, por sua vez, gera a alienação social aos trâmites que estão além do que se mostra concretamente, comentando que

[...] é porque a sociedade se encontra dividida em classes antagônicas que se faz necessária a existência do poder político. Deste modo, uma sociedade onde inexistam classes sociais não necessitará de poder político, mas apenas da potência que possibilite a sua autoadministração. A isso Marx chama de “administração das contas” em contraposição à “administração dos homens”, típica das sociedades de classes. (TONET; NASCIMENTO, 2009, p. 26).

Nesse sentido, para compreendermos a real finalidade do Estado, relacionado à implantação de usinas hidrelétricas, torna-se fundamental refletir sobre a base de relações, articulações e interesses que perpassam as relações políticas e econômicas em determinado recorte temporal e, ao mesmo tempo, analisar como estão acontecendo as intervenções no chão social em relação à aplicação do arcabouço legal, se elas ocorrem de forma correta ou interesseira para a implantação dessas obras.

A partir desse movimento analítico podemos mensurar o posicionamento do Estado, como uma força a garantir os direitos da sociedade democrática, ou, em um viés distinto, no qual se coloca a fomentar o crescimento econômico burguês, cenário no qual “o Estado deixa de ser prestador de serviços e mantém o que historicamente sempre fez: ser subsidiador da iniciativa privada em áreas historicamente consideradas como de competência pública.” (SILVA, 1998, p. 43) Nesse cenário, o seu foco se direciona ao acúmulo econômico e os sujeitos são vistos apenas como consequências necessárias, que devem ser contidas e controladas, para que não atrapalhem ou interfiram nos delineamentos objetivados de crescimento e fortalecimento estrutural da classe burguesa.

Desta forma, ao observarmos o poema acima citado, o mesmo nos remete a analisar como estão estabelecidas e construídas as relações políticas e econômicas em determinado espaço tempo, e como são entendidos e atendidos os sujeitos dessas relações, seus valores, seus posicionamentos e suas necessidades.

Neste recorte temporal, o cenário de sustentação do poder estatal centra-se no atendimento das necessidades da classe dominante. Ao olhar a manifestação dos contextos sociais, devemos buscar, primordialmente, reconhecer e compreender os movimentos de interesses, tendo clareza de que essa manifestação não é estática, contudo se faz e se refaz de acordo com os posicionamentos políticos e partidários, sendo seus movimentos impulsionados, mas, ao mesmo tempo,

limitados por interesses, determinações, contradições e posicionamentos. Sobre isso, Silva (1998) comenta:

O incentivo do Estado ao processo de acumulação capitalista, sem mecanismos de proteção social aos trabalhadores, tensiona a democracia burguesa, e a participação popular que tende a lutar pela distribuição de renda e pela ampliação do acesso aos serviços. Percebemos que a preocupação maior não é o tamanho do Estado, considerando que os gastos para manter a economia estável continuam altos, mas é a participação das camadas populares e sua respectiva demanda por gastos sociais. (SILVA, 1998, p. 44).

Assim, frente a um contexto no qual a figura Estatal é sustentada de forma política e partidária por interesses dominantes, o qual direciona e conduz a formulação de Políticas Públicas pautadas em manter a ordem classista, o desafio das camadas populares se concentra em entender as ligações estruturais do poder posto, as quais, se não observadas de forma crítica e reflexiva, tendem a influenciar e desestruturar as forças de base, como forma de garantir o “apartheid social”. Isso tem como consequência a manutenção da harmonia hegemônica, e, a partir dessa concepção, resgatar a unidade sociopolítica, como uma força em busca de uma ação de garantia de direitos políticos, sociais e econômicos.

Desse entendimento das relações sociais de dominação e contradição, de forma aprofundada e reflexiva, é que nasce a manifestação dos movimentos sociais pautados na busca pela garantia de direitos e, entre eles, o Movimento Social dos Atingidos por Barragens. Essas ações reflexivas representam um dos aspectos essenciais de todo o contexto que envolve os atingidos por construções de hidroelétricas, sendo esse um dos aspectos aos quais nos dedicamos a seguir.

1.5 OS MOVIMENTOS SOCIAIS E O ESTADO CAPITALISTA: AÇÃO CRÍTICA E REFLEXIVA DAS MASSAS MARGINALIZADAS

Ao partirmos do entendimento construído até o momento, referente ao Estado e às Políticas Públicas oriundas de uma base capitalista que tem como prioridade “criar condições favoráveis para o desenvolvimento do processo de acumulação de capital”, (GERMANI, 2003, p. 12), a divisão em classes sociais, assume, além de questões econômicas, uma forma de poder de contenção. Essa

contenção é mediada, em sua grande maioria, por articulações políticas partidárias, que buscam o empoderamento da classe burguesa, seu crescimento e o fortalecimento do processo produtivo. Isso coloca, em segundo plano, em muitos cenários, ações que possibilitem a garantia de direitos sociais democráticos.

Em relação à questão social e ambiental, Carniato (2007) discute sobre a crise na qual a sociedade atual está inserida, crise essa não originada de fatores naturais, mas imposta pelas ações oriundas da necessidade de manutenção do modelo econômico atual, que interfere de forma predatória e exploratória:

O planeta vive uma condição ambiental marcada por profundas mudanças na civilização, nos modelos econômico, tecnológico e cultural. O atual modelo civilizatório dominante e exploratório, mais comum aos países, degrada o ambiente, bem como ignora os limites biofísicos da natureza. A crise ambiental, na qual o planeta está inserido, não é ecológica, mas social, marcada pela ação predatória do homem sobre o planeta, e, cuja resposta vem da natureza em um processo inverso. O homem age, a natureza reage. (CARNIATO, 2007, p. 12).

Esse viés, centrado no econômico, pode ser averiguado por meio da análise relacionada à abertura do mercado nacional para exploração e “investimentos”, sempre rodeada e permeada por supostos fatores, visando ao “desenvolvimento social” e econômico como, também, pela possibilidade de tornar o país competitivo. No entanto, é necessário entender que,

[...] a globalização é um novo sistema de poder, que exclui e inclui, segundo as conveniências do lucro; que destrói a cultura e cria continuamente novas formas de desejo no setor do consumo. Com isso gera novas formas de dominação, principalmente de ordem cultural. (GOHN, 2008, p. 8).

O que acontece nesse cenário é a fragmentação do acesso aos bens econômicos oriundos da abertura do mercado. Desse modo, o desenvolvimento econômico que, em um viés democrático, estender-se-ia a todos, potencializando o crescimento social – o qual justifica a abertura das portas econômicas e políticas à intervenção estrangeira – fica limitado ao crescimento econômico de uma pequena parcela social que detém o poder partidário, político e econômico. Em contraponto, uma grande maioria perde, de forma paulatina e continua, seus direitos de acessar esses bens, sendo lançada à margem social.

Nesse sentido, como aponta Carniato (2007, p. 13), “o uso dos recursos ambientais, a fim de promover o desenvolvimento econômico e o acúmulo de bens e capital, inseriu o pensamento de toda a humanidade na dicotomia: desenvolvimento *versus* preservação ambiental”. O sobrepeso desse impasse recaiu sobre a possibilidade de “desenvolvimento”, sem, contudo, direcionar o devido cuidado aos reflexos sociais e ambientais dessa escolha.

As consequências mais aprofundadas de tal ação, apenas podem ser apreensíveis com a desconstrução do pensamento do Estado como uma estrutura de cuidado social, usada para a aceitação mais fácil dessas intervenções, e a concepção do Estado, como já apontado por Deitos (2005), como uma estrutura mantida por relações sociais, políticas, culturais e econômico-financeiras, sustentadas pelos interesses de classe.

Ao partimos desse processo, o meio social torna-se uma realidade “de risco onde imperam as incertezas. Ignoram-se a diversidades culturais e a realidade das comunidades passa a se fechar ao redor delas mesmas, como forma de se protegerem da invasão da cultura homogeneizadora que se apresenta.” (GOHN, 2008, p. 8).

Ao fechar-se na busca por proteção, acontece um movimento oposto no qual abra-se a possibilidade de fragilização social ainda maior, pois instaura-se um movimento de distanciamento das forças de lutas sociais. Isso influencia, diretamente, em um processo de articulação social mais amplo.

A segmentação das classes em estamentos internos promove a fragilização de uma compreensão mais ampla e crítica que possibilita entender que, ao se distanciar, os diversos direitos sociais – que em seu núcleo preservam o mesmo objetivo – vão, aos poucos, fragmentando-se. Tal ação mina o movimento de luta mais amplo pelo acesso aos direitos sociais coletivos, tornando mais difícil à organização social construir autonomia e direcionamento.

Nesse sentido, ocorre, então, a fragilização das reivindicações referentes às necessidades da base social, visto que esse distanciamento das lutas por direitos sociais promove a marginalização e segmenta, de forma mais incisiva, os sujeitos sociais. Isso cria subclasses dentro de uma mesma classe espoliada, gerando dessa forma, um conflito que atinge, de forma pontual, a possibilidade de estabelecer um movimento de articulação social, com maior abrangência e representatividade,

questionando e propondo novas articulações políticas e uma nova possibilidade de acesso aos bens econômicos e políticos.

Esse movimento de distanciamento social apoia, não de forma consciente, a imposição de uma ordem política partidária dominante, em favor da ordem capitalista acumulativa, a qual promove a flexibilização e a desregulamentação social, atuando na perda de direitos sociais garantidos por lutas, priorizando o capital especulativo financeiro e contribuindo para a pulverização dos direitos coletivos. Dessa maneira,

[...] os efeitos da crise da economia globalizada e a rapidez das mudanças na era da informação levaram a questão social para o primeiro plano e com ela o processo de exclusão social, que já não se limita a categorias das camadas populares, historicamente excluídas de condições condignas de renda/salário, saúde, educação, moradia, transportes etc. O indivíduo é excluído “não apenas por ser desigual ou diferente, mas por ser considerado como não-semelhante, um ser expulso, não dos meios modernos de consumo, mas do gênero humano. (GOHN, 1998, p. 9).

Os sujeitos sociais, quando desarticulados, não conseguem se posicionar frente ao domínio exercido pelo poder político partidário, no qual a sociedade capitalista reside. Nesse sentido, tais sujeitos são lançados à margem e deixam de ser considerados como sujeitos de direito, pois não têm, como se diz no dito popular, o “poder da caneta”. Assim, eles passam a ser considerados como uma classe subalterna, uma consequência da estratificação social e do crescimento econômico que não abarca a todos, no qual, não podendo ser eliminados, são atendidos superficialmente com o direcionamento de Políticas Públicas assistencialistas.

Evidências desses fatos são expostas, de forma clara, na fala do Produtor(a) - 4, atingido pela usina hidrelétrica Baixo Iguaçu, ao salientar a maneira como a empresa fez a intervenção para início das obras, após a liberação judicial pelo Estado. Liberação está feita de forma incoerente frente à realidade vivenciada pelos atingidos, pois ela aconteceu mesmo sem a empresa ter se responsabilizado pelo ressarcimento econômico ou terem as negociações chegado a um acordo com os atingidos, intervindo, diretamente, em sua realidade econômica e social. Na fala do produtor(a) destaca-se que

[...] eles não deram tempo pros proprietários nem tira mudança e nem cerca, nem o gado, nada, nada. Quando eles conseguiram que a lei deu utilidade pública, simplesmente eles baixaram com umas

máquinas, com esteira enorme que a gente nunca tinha visto tão grande né, vieram empurrando tudo. E daí com aparato da polícia. [...] Lavoura de milho eles iam empurrando com esteira. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 4, 2019)¹¹.

Ressaltamos na fala do produtor(a) - 4 a postura e o objetivo do Estado Capitalista, bem como a forma e a concepção que este modelo estatal e a empresa têm sobre os moradores, agricultores ribeirinhos da localidade atingida pelo lago hidrelétrico, vistos como tudo, menos como pessoas de direito que devem ser respeitadas.

Ao expandir o poder político partidário referente ao setor econômico dominante, visando contemplar sua finalidade estrutural de acumulação de lucro, o Estado empurra as classes consideradas subalternas para as áreas periféricas, ampliando a separação de classes a partir das necessidades de acumulação de riqueza.

Ao mesmo tempo, o Estado impõe Políticas Públicas de subsistência, que se distanciam da finalidade de promover transformações sociais ou atender às necessidades fundamentais dessas classes, ou que possam extrapolar os mínimos necessários e instaurar conflitos. Elas são, assim, políticas – sejam elas educacionais, econômicas, sociais – organizadas para a manutenção da segregação social.

A finalidade desse modelo político partidário está em concentrar o poder de articulação nas mãos de uma pequena parcela social, mantendo, dessa forma, uma grande parcela da população em guetos sociais, dificultando a construção de plataformas de mudança. Isso ocorre, visto que fomentar ações nesse direcionamento implica a construção de barreiras que interferem, diretamente, na organização de base, ampliando a exploração da força de trabalho.

Dessa forma, vai sendo implantado, aos poucos, um processo de alienação, pois – na medida em que se distância os sujeitos sociais das discussões políticas e

¹¹ As falas utilizadas e descritas neste texto fazem referência à pesquisa de campo realizada com produtores rurais atingidos pelas Usinas Hidrelétricas de Salto Caxias e Baixo Iguaçu no Oeste e Sudoeste do Paraná. Elas foram transcritas, mantendo a construção dos relatos que seguem as fala de cada entrevistado e a forma de construção de sua narrativa, sem alterar os termos utilizados pelos mesmos. Esse direcionamento é utilizado como forma de valorizar as experiências sociais e culturais peculiares de cada sujeito participante do processo e, ao mesmo tempo, é um meio de buscar entender a forma de organização do Movimento Social por defesa e garantia de direitos sem interferências externas.

das informações sobre o conhecimento dos interesses internos e externos que sustentam a estrutura social dominante – também se afasta esses sujeitos da reflexão embasada na crítica das intrincadas relações partidárias de interesse e poder, que engendram o corpo de interesses classista. Isso, por sua vez, fragiliza o acesso ao conhecimento dessas práticas e deturpa a concepção de sociedade calcada no lucro.

A classe trabalhadora, dessa forma, apartada das decisões políticas e partidárias, vivencia, diante desse cenário, o desalento e a fragilização, por parte do Estado, de um atendimento às suas necessidades básicas com qualidade, e, por parte dos detentores dos meios de produção, a violação dos direitos humanos, que impõe o descarte de todo o contexto de vida desses sujeitos trabalhadores. Tal situação oprime e viola direitos fundamentais desses cidadãos, em prol do atendimento às necessidades do capital.

É nesse cenário – no qual as ações visando à acumulação financeira promovem o descaso com o pobre e se sobressaem as necessidades e os direitos à dignidade humana, e, mais especificamente no contexto deste trabalho de pesquisa sobre os atingidos por barragens – que nasce o Movimento Social dos Atingidos por Barragens. Tal movimento é entendido como “o momento em que pessoas inseridas num contexto determinado, suspendem a dimensão da vida cotidiana para tentar construir outro cotidiano, em conformidade com demandas, projetos e modos de vida que não são satisfeitos na situação anterior.” (POKER; ARBAROTTI, 2015, p. 18).

Nesse sentido, Guimarães (2015) aponta que,

[...] é partindo das contradições reais vivenciadas pela classe trabalhadora que se constrói uma plataforma de mudanças e bandeiras de luta. Daí a importância de situarmos as estratégias dos movimentos sociais no contexto de luta pela hegemonia, questão central quando nos referimos ao processo de organização e mobilização popular. Significa, por um lado, o processo de empreender a crítica teórica e prática à dominação capitalista e, por outro, construir as possibilidades de alteração dessa realidade. (GUIMARÃES, 2015, p. 722).

O Movimento Social dos Atingidos por Barragens, dessa forma, não é, simplesmente, uma força ativista e pontual. Ela forma-se não apenas como um levante da força social com o objetivo único de se posicionar contra a ordem

hegemônica vigente, mas se situa além e se posiciona, principalmente, como uma força educativa que propõe o entendimento das relações estruturantes da sociedade vigente, possibilitando um posicionamento crítico e reflexivo. Isso é, pois, necessário à transformação, visto que “a reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência da relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blablablá e a prática, ativismo.” (FREIRE, 1996, p. 12). Partimos, assim, não apenas de ideais e suposições, mas de um processo visando à análise concreta e factual da imposição de forças contidas no conflito de classes.

Esse movimento, então, tem por finalidade a emancipação política, econômica e partidária do sujeito social explorado e desprovido do poder dominante, promovendo ações de rompimento com a intolerância da ordem burguesa, à qual, segundo Guimarães (2015, p. 726), importa “pacificar a classe trabalhadora e evitar grandes pressões populares em direção a uma ruptura radical com a ordem vigente.”

Nesse sentido, o Movimento Social dos Atingidos por Barragens tem a função primeira de problematizar a exploração e reivindicar processos democráticos. Para isso toma à reflexão não apenas facetas sociais específicas, mas reflete sobre a ordem estrutural como um todo, para explicitar as contradições, bem como, as possibilidades de contribuir com uma nova leitura da sociedade em curso. Nesse sentido de luta pela construção de uma sociedade mais sustentável em suas diversas manifestações, Carniato (2007) aponta que a “mudança de postura e a adoção de novos valores, necessariamente, devem ser objetivos e preocupação desta geração e das novas civilizações, em busca do direito à vida e à dignidade humana. (CARNIATO, 2007, p. 16).

Referente a isso – e entendendo o Movimento Social dos Atingidos por Barragens como um processo amplo de defesa e garantia de direitos sociais coletivos – passamos, agora, à reflexão sobre esta manifestação social em dois cenários específicos, já apresentados anteriormente: Salto Caxias e Baixo Iguaçu, situados na região oeste e sudoeste do estado do Paraná, na bacia do Rio Iguaçu.

Essa escolha se direciona na tentativa de entender o posicionamento do Estado e suas formas de atuação, as quais impõem limites aos sujeitos sociais e, em contraponto a isso, verificar as possibilidades que as lutas sociais organizadas e estruturadas podem promover no contexto político, econômico e social vigente.

Essa visão será sustentada pela pesquisa de campo, desenvolvida com os atingidos por essas obras hidrelétricas mencionadas, ressaltando suas vivências sociais e seus embates na busca de garantia de direitos.

2. O ESTADO E A INFRAESTRUTURA DA PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO PARANÁ E O MOVIMENTO SOCIAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: O PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO DA USINA HIDRELETRICA GOVERNADOR JOSÉ RICHÁ (SALTO CAXIAS) E USINA HIDRELÉTRICA BAIXO IGUAÇU

Ao retomarmos as reflexões anteriormente apresentadas, salientamos que a questão energética brasileira, em particular a construção de grandes empreendimentos hidrelétricos, começou a ser discutida já na década de 1930, delineada por interesses políticos, partidários e de classe, mas ganhou contornos diretos de intervenção do Estado nos anos sessenta, com os direcionamentos do governo militar.

O planejamento, a construção e o funcionamento das hidrelétricas, desde seus primórdios, foram impulsionados pela filosofia desenvolvimentista. Essa concepção ganhou ênfase e intervenção estatal direta e se expandiu no governo militar. Nesse regime é adotada tal ação com “uma visão econômica politicamente engajada na defesa da industrialização”, (PEREIRA, 2011, p. 122), sendo ela forjada nas ideias que embasavam este momento sócio político.

A intervenção direta do Estado, que se delineou nesse período, é perceptível em alguns dos princípios norteadores da política à época, sendo eles:

- 1) a industrialização é a via da superação da pobreza e do subdesenvolvimento; 2) um país não consegue industrializar-se só através dos impulsos do mercado, sendo necessária a intervenção do Estado (intervencionismo); 3) o planejamento estatal é que deve definir a expansão desejada dos setores econômicos e os instrumentos necessários; 4) a participação do Estado na economia é benéfica, captando recursos e investindo onde o investimento privado for insuficiente. (PEREIRA, 2011, p. 122).

É importante pontuar que esse processo de intervenção direta do Estado se iniciou, mais acentuadamente, na década de 1960, e não se mitiga após isso, pois a construção de uma usina hidrelétrica não atende apenas aos objetivos de desenvolvimento econômico. Esses, claro, são sendo estes colocados em resalte para escamotear a rede de interesses políticos, partidários e de classe que é tramada e que sustenta os diversos fatores relacionados a esses empreendimentos. Sua construção envolve variados atores referentes ao cenário público e privado,

nacional e internacional e agentes de financiamento, que demonstram interesses diversos. Tais interesses, por esse mesmo motivo, podem se demonstrar, frequentemente, antagônicos. Isso origina conflitos que podem ser simples ou complexos, dependendo da amplitude do atendimento ou do distanciamento referente ao objetivo projetado por cada parte.

O cenário da construção de uma hidrelétrica, superficialmente, é considerado apenas como um movimento de intervenção no meio físico, que vai promover mudanças socioambientais em determinado contexto de vivências. Ao promover essas transformações, pode desagradar determinado grupo social, o qual – ao não se sentir atendido em suas demandas e não se contentando com as negociações econômicas ofertadas pelos atores responsáveis pela obra – fomenta um processo conflituoso entre atores responsáveis pelo empreendimento, os quais tem a “finalidade de atuar positivamente, auxiliando na economia nacional”.

Essa visão simplista é socialmente construída e ganha abrangência por intermédio da mídia. Tal fato é evidente nos diálogos estabelecidos com os produtores rurais atingidos pelo alagamento, pois apontaram que as informações divulgadas não eram compatíveis com as reais propostas realizadas pelas empresas e nem com as ações da empresa no processo de negociação com os produtores, as quais caminhavam por outras vias de convencimento.

Essa lacuna informacional repassada à sociedade torna superficial todo o processo de atendimento social necessário de ser promovido, inverte os posicionamentos e coloca os atingidos em muitas situações como “revoltados” ou “baderneiros”, como foi apontado nas entrevistas, e as empresas responsáveis pela construção da obra são vistas como vítima dessa revolta social, pois não conseguem prosseguir as obras de construção.

Nesse direcionamento, Piagentini, Benassi e Penteado (2014) discorrem em relação aos atores envolvidos em um processo de construção de usinas hidrelétricas, apontando que esses se constituem em dois grandes grupos, sendo os favoráveis à construção e os desfavoráveis a ela.

Segundo os autores, o grupo dos favoráveis seria composto e representado por “órgãos do governo, em todas as suas esferas – federal, estadual e municipal – e por grupos empresariais, públicos e privados, interessados nos produtos advindos da geração hidrelétrica.” (PIAGENTINI, BENASSI E PENTEADO, 2014, p. 140). Esse grupo apoia a construção de empreendimentos hidrelétricos, pois apontam que

a energia produzida pode atender às demandas sociais amplas, ou de determinados setores específicos, promovendo a possibilidade de desenvolvimento local, regional e de outras atividades que estão direta ou indiretamente associadas à implantação dessas obras.

Analogamente ao processo de sustentabilidade, os interesses desse grupo estão postos na necessidade de crescimento econômico, utilizando a questão de sustentabilidade como forma de minimizar e justificar os impactos ambientais, “Nessa óptica, o grupo dos “favoráveis” tem, de certo modo, seus interesses sobrepostos aos demais, tornando-os, muitas vezes, autoritários e centralizadores em suas tomadas de decisão.” (PIAGENTINI; BENASSI; PENTEADO, 2014, p. 140).

Ainda citando os autores referidos, o grupo dos desfavoráveis, ou menos favorecidos como podem ser também chamados, manifesta-se, basicamente, por “organizações civis, movimentos sociais, organizações não governamentais (ONGs) e outros grupos representantes da sociedade, especialmente da parte diretamente atingida pelo empreendimento.” (PIAGENTINI; BENASSI; PENTEADO, 2014, p. 142).

Esse grupo tem por escopo um senso de justiça com a promoção de ações imparciais e busca linearidade no atendimento das demandas socioambientais e econômicas, mediante a aplicação correta do processo de licenciamento ambiental e suas consequências.

Essa análise permite entender que, os “desfavoráveis”, ou seja, os atingidos e as entidades e ONG’s que defendem as pessoas e famílias atingidas, não são, necessariamente, contrários à construção das hidrelétricas e que não se opõem, nesse sentido, ao desenvolvimento econômico, mas buscam que as leis ambientais sejam cumpridas e seguidas, sem causar prejuízo às partes envolvidas, bem como que as consequências sociais sejam observadas e os produtores atingidos sejam ressarcidos. Já no grupo oposto, percebe-se um enfoque mais direcionado a questão de manutenção econômica.

Esse processo sustentado pela necessidade de desenvolvimento econômico e sustentabilidade nacional, calcado no processo de industrialização e intervenção Estatal, é perpassado pela noção de “colonialidade do poder” que, segundo Restrepo e Rojas (2010 *apud* Borges *et al.* 2014, p. 2), “é um fenômeno histórico [...] que se estende até nosso presente e se refere a um padrão de poder que opera através da naturalização de hierarquias territoriais, raciais, culturais e epistêmicas,

possibilitando a reprodução das relações de dominação”. Em outras palavras, seria a imposição e a desvalorização do social e do ambiental em prol das relações políticas, econômicas e de interesses, que podem ser consideradas mais valorizadas nesse contexto sócio político.

Interligado à colonialidade do poder, encontra-se um processo de violência, motivado por fatores econômicos, políticos partidários e de classe, que foi, historicamente, sendo construído e que desempenha papéis cada vez mais relevantes nos contextos atuais. A violência, assim, em uma sociedade de base capitalista, torna-se “categoria ontológico-social diretamente ligada à produção e reprodução da vida humana”, (ROS, 2011, p. 2), mantendo e sustentando a reprodução da modalidade de vida economicamente burguesa, não se concentrando, apenas, na esfera social, mas avançando em todos os cantos onde a relação estritamente econômica se faz presente. Nesse sentido, “a humanização da natureza nada mais é do que um processo pelo qual o homem lhe impõe uma lei a ela estranha, uma lei humana, forçando ou violentando sua legalidade natural.” (VAZQUEZ, 1977, p. 374).

Essa distorção entre o econômico e o social promove a marginalização de uma parcela significativa da sociedade que fica aquém de seus direitos, em detrimento aos interesses políticos, partidários e econômicos de classe. Apenas quando esses sujeitos excluídos conseguem compreender o enredo no qual estão inseridos – promovendo difíceis rompimentos com a trama da alienação, na qual estão confinados, não por sua incapacidade, mas pela forma como esse poder é estruturado e direcionado – é que passam a ter a possibilidade de desenvolver um olhar crítico sobre o processo de vulnerabilidade social, ambiental e econômica no qual se encontram. De esse momento em diante podem promover ações de resgate de sua dignidade social, mediante o entendimento e confronto ideológico, entre interesses de classe e direitos sociais coletivos, que foram paulatinamente sendo encolhidos.

Contudo, como apontam Piagentini, Benassi e Penteado (2014), a percepção dos atores envolvidos no processo de construção de usinas hidrelétricas, sejam eles favoráveis ou desfavoráveis, é permeado por interesses e interpretações, que, em muitos momentos, distanciam-se dos dados reais e se conflitam na busca por alcançar seus interesses específicos.

Desta forma, essa seção tem o objetivo de conduzir a discussão sobre essa temática, bem como discorrer sobre as relações estabelecidas entre os produtores rurais atingidos e as empresas responsáveis pela obra. Buscamos, isso, pela apresentação de pesquisa de campo, realizada com produtores rurais atingidos pelas Usinas Hidrelétricas de Salto Caxias e Baixo Iguaçu. Esses entrevistados participaram da organização do movimento dos Atingidos por Barragens das respectivas localidades. Nossa tarefa consiste em realizar a análise dos dados auferidos pela pesquisa realizada e, concomitante a isso, colocamos em pauta informações divulgadas, também, pelas empresas responsáveis pelas obras. Essas informações foram coletadas em documentos públicos, visando a compreender, por meio da investigação, como aconteceu, e está acontecendo, o processo de organização social do Movimento dos Atingidos por Barragens locais, frente ao processo de articulação e mediação desenvolvido pelas empresas responsáveis e a atuação do Estado nesse viés.

O questionário utilizado, que se constituiu em nossa base de reflexão, foi elaborado com vinte e três questões para os atingidos de Salto Caxias, e vinte e cinco questões para os produtores rurais atingidos pela usina Baixo Iguaçu. Elas são de natureza estruturada e aberta. Isso busca possibilitar, assim, uma pesquisa de campo social e qualitativa. Essa escolha se fundamentou com base na preocupação com os aspectos da realidade que não podem ser quantificados e centra-se na compreensão e explicação dinâmica das relações sociais, visando a transcrever o dinamismo da vida social e coletiva e seus significados, pois, sem interpretação e significado, não há ação social.

Contudo, por mais que tenha existido um questionário que deu base à entrevista de campo, esse instrumento não se fechou em si, pois o diálogo e seus relatos se tornavam flexíveis e extrapolaram as questões norteadoras. Tal fato enriqueceu a noção do pesquisador sobre como se delinearam as ações no campo de relações sociais, bem como, possibilitou a compreensão do ponto de vista dos atingidos, sobre a empresa e o Estado e seus embates, além do entendimento de como essas obras deixaram marcas psicológicas nesses produtores rurais que passaram pelo processo de sua construção e das consequências desse empreendimento.

A importância de possibilitarmos que os entrevistados se expressem de forma clara e liberta de limitações é encontrada nos pressupostos de Matiello (2011):

A postura de permitir narrativas livres foi adotada, pois o interesse estava no que os colaboradores teriam a dizer sobre o tema, quais acontecimentos eles mesmos julgavam relevantes em suas histórias de vida, sem estabelecer a priori o que tinha ou não importância para o registro histórico. (MATIELLO, 2011, p. 31).

Nesse mesmo sentido, Minayo (2002) aponta que a pesquisa social é, necessariamente, qualitativa, pois esse tipo de pesquisa permite verificar o dinamismo da vida individual e coletiva, compreendendo toda a riqueza dessas relações e os significados dela transbordantes, sendo que “essa mesma realidade é mais rica do que qualquer teoria, qualquer pensamento e qualquer discurso que possamos elaborar sobre ela”. (MINAYO, 2002, p. 15). Relacionado a isso, Gil (2008) aponta que a pesquisa de campo possibilita o aprofundamento muito maior das questões propostas, pois partem da realidade e de suas vivências e significados únicos.

Contudo, a pesquisa de campo cobra uma responsabilidade do pesquisador, visto que, como apontado por Matiello (2011),

[...] ainda há que se somar ao conceito o fato de que as pessoas não experimentam sua própria experiência apenas como ideias, mas também como sentimento, lidando com eles na cultura, “como normas, obrigações familiares e de parentesco, e reciprocidades, como valores ou na arte ou nas convicções religiosas.” [...] As narrativas colocam à memória a tarefa de lidar com ressentimentos e traumas. (MATIELLO, 2011, p. 36-38).

Em relação a isso, a coleta de dados se estabeleceu por caminhos complexos e delicados, principalmente em relação aos atingidos pela Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, que ainda estavam manifestando a efervescência da luta pela garantia de direitos, bem como ainda estavam impactados com o descaso do Estado e da empresa, em relação às questões sociais demandadas. Dessa forma, ainda muito tocados pela situação, em um primeiro momento, ocorreu um certo distanciamento, mas esse se desfez após a apresentação do estudo.

A realização dessas entrevistas necessitou de contato, primeiramente, com os representantes do MAB Nacional, os quais estavam acompanhando a organização do movimento dos atingidos da localidade, solicitando-lhes auxílio no primeiro contato com os moradores.

Posterior a isso, foram realizadas cinco viagens até a cidade de Capitão Leônidas Marques e Capanema, a uma distância de 95 quilômetros de Cascavel, bem como mais cinco viagens ao interior da cidade de Santa Tereza, a 30 quilômetros de Cascavel. Essas viagens foram necessárias, pois os reassentamentos, oriundos dos atingidos pela Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu, não concentraram suas moradas em uma única localidade. Fato esse muito significativo para o entendimento da trama de interesses impostos pelo capital. Esse, entre outros aspectos, será analisado na sequência desta pesquisa.

A outra parte da pesquisa, referente aos atingidos pela Usina Hidrelétrica Salto Caxias, não apresentou dificuldades no acesso aos entrevistados, visto o pesquisador ser, também, reassentado, e já ter morado na comunidade.

Esta pesquisa demandou a necessidade de dois deslocamentos até o reassentamento denominado Agroibema, localizado nas divisas dos municípios de Cascavel, Ibema e Campo Bonito, cerca de 55 quilômetros de distância de Cascavel.

A proposta de estudo foi fundamentada, primeiramente, em realizar entrevista com vinte moradores reassentados e participantes do Movimento dos atingidos por Barragens da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu e vinte moradores reassentados e participantes do Movimento dos Atingidos por Barragens de Salto Caxias. Tal objetivo não se concretizou nos dois campos de pesquisa, pois as entrevistas acabaram se limitando a um número de 26, por motivos de impossibilidade dos entrevistados.

Assim, essa seção está construída do relato feito por meio da análise das vivências referentes às entrevistas realizadas com os produtores atingidos pelas barragens, bem como, pela análise de documentos, direcionados à estruturação desses empreendimentos.

Entre eles destacamos EIA e RIMA, acordos, notas técnicas, publicações de jornal, entrevistas entre outras, que nos possibilitam, desta forma, observar as relações estabelecidas nesse cenário, bem como o jogo de interesses e forças existentes e suas prioridades de atendimento.

2.1 AS USINAS HIDRELÉTRICAS DE SALTO CAXIAS E BAIXO IGUAÇU E O IMPACTO SOCIAL DO DESLOCAMENTO COMPULSÓRIO

A constatação do estado paranaense como um potencial energético está diretamente relacionada à sua generosa hidrografia. O estado conta com um total de dezesseis bacias hidrográficas, sendo elas: “Litorânea, Iguazu, Ribeira, Itararé, Cinzas, Tibagi, Ivaí, Paranapanema 1, Paranapanema 2, Paranapanema 3, Paranapanema 4, Pirapó, Paraná 1, Paraná 2, Paraná 3 e Piquiri. (PARANA – SEMA, 2010). Para melhor visualizar essa riqueza hídrica, expomos, abaixo, um mapa demonstrativo dessa realidade:

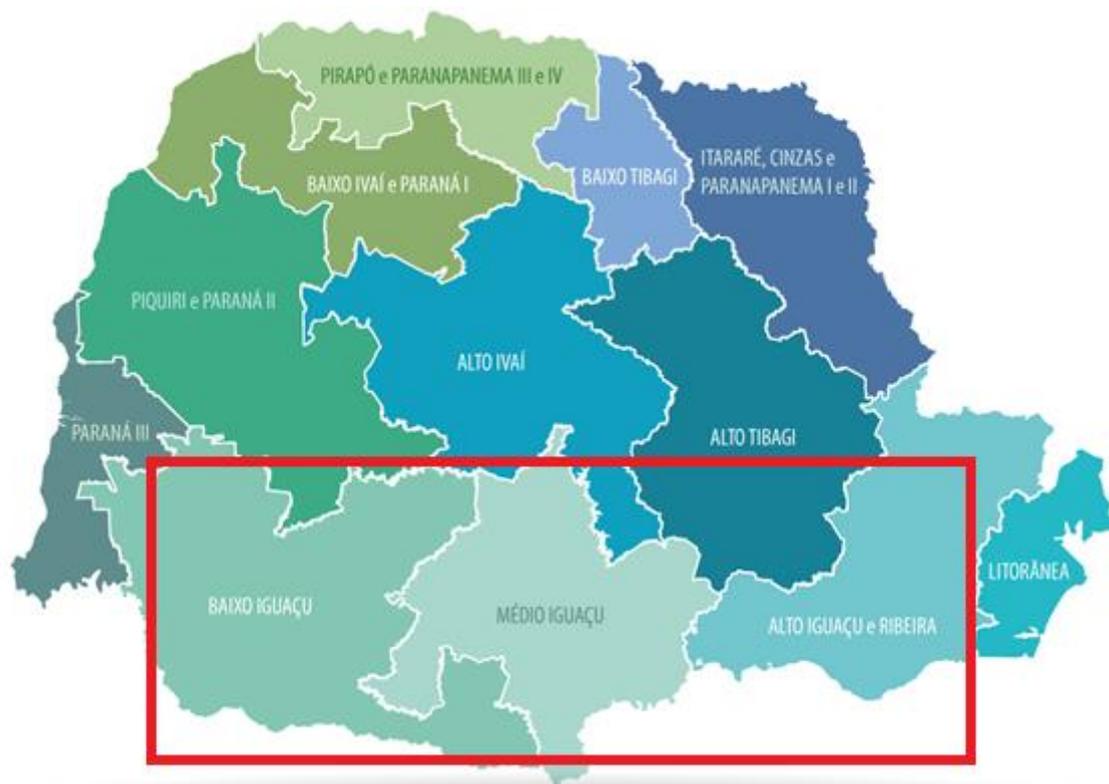
Figura 1 - Bacias Hidrográficas do Estado do Paraná



FONTE: Imagem retirada da publicação – Bacias Hidrográficas do Paraná – Série Histórica, 2010.

Nosso interesse de estudo nesse cenário está direcionado à bacia hidrográfica Iguazu (que é subdividida em três grandes territórios, sendo eles: Baixo Iguazu, Médio Iguazu e Alto Iguazu), direcionando-nos, em especial, ao quadrante do Baixo Iguazu, (Figura 2), onde foram construídas as Usinas Hidrelétricas Salto Caxias (1999) e Baixo Iguazu (2018) (FIGURA 3). Nessas figuras podemos observar detalhes da divisão geopolítica e a extensão que a bacia hidrográfica, que serviu de base às construções de barragens, ocupa nesse território.

Figura 2 - Divisão da Bacia Hidrográfica do Rio Iguaçu



Fonte: Imagem retirada do site do Ministério Público do Paraná - Bacias Hidrográficas do Estado do Paraná – disponível em nejamento.mppr.mp.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=2673> Acesso em: 01 mar. 2020.

Figura 3 - Localização das Usinas Hidrelétricas da Bacia do Rio Iguaçu



FONTE: Editora Jornal de Beltrão. Consultao em: 24 jun. 2019.

O reconhecimento da capacidade de produção hidrelétrica do Paraná remonta aos anos finais da década de 1960, quando já se concretizavam os primeiros estudos de viabilidade do uso das águas no estado. Esse fato pode ser identificado na fala do Produtor(a) - 18, atingido pela Usina Hidrelétrica Salto Caxias, que aponta:

Eu tinha dez anos. Quando eu tinha dez anos tinha gente que já fizeram umas casas lá no Povo Unido esperando a barragem, que a barragem ia, que ia sair a barragem. E daí veio uns engenheiros, faziam as sondagens, e andaram medindo e fincando umas pedras e até numeraram, fincaram uns marcos, numeraram aqueles marcos, e a turma dizia que ia sair o ano que vem. E de ano a ano só saiu em 2005. (ENTREVISTA DE CAMPO, PRODUTOR(A) - 18, 2019).

A mesma narrativa também se evidencia na entrevista realizada com o Produtor(a) - 04, atingido pela usina hidrelétrica Baixo Iguaçu. Ele/ela aponta que a construção de uma usina na localidade não é uma novidade, pois “era um história antiga, época do governo militar. Mas já estávamos descrentes que essa possibilidade iria se concretizar.” (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 4, 2019). O Produtor(a) – 12, também aponta que “há trinta e quatro anos atrás já havia a conversa.” (ENTREVISTA DE CAMPO SANTA TEREZA DO OESTE, PRODUTOR(A) - 12, 2019).

Podemos, assim, constatar nos relatos dos entrevistados que a construção desses empreendimentos não é novidade no contexto de planejamento das ações do estado, mas tais planos se apresentam e se estruturam ao longo do tempo.

Em entrevista para o jornal “Valor Economico”, em 2016, o, então, Diretor Geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) defendeu a necessidade de retomar projetos de construção de usinas hidrelétricas na modalidade de grandes reservatórios de água. Em sua exposição, o diretor aponta que, apesar do maior impacto socioambiental, essa modalidade de produção de energia hidrelétrica promove maiores benefícios para a sociedade e para o sistema elétrico, o qual é composto por grandes empresas e corporações da área de produção e distribuição de energia.

Gomes (2017) *et al* promovem uma reflexão crítica significativa direcionada à análise dessa questão, dialogando com o crescimento econômico e os impactos socioambientais. Os estudiosos expõem que a produção de eletricidade, via construção de hidrelétricas, é justificada pela necessidade de aumentar a oferta de energia necessária à sustentabilidade econômica. Nesse sentido, por mais que os reservatórios produzam grande quantidade de gases que ampliam o efeito estufa, esses empreendimentos são considerados menos impactantes ambientalmente que

a produção de energia termoelétrica. Tal aspecto contribui, dessa forma, para o combate às mudanças climáticas.

Nesse mesmo sentido, Gomes (2017) *et al* apontam, ainda, que “a expansão hidrelétrica brasileira passou a ser também justificada recentemente pelo fato de as usinas serem capazes de induzir melhorias nas condições de desenvolvimento das localidades e regiões onde estão inseridas” (GOMES *et al*, 2017, p. 152). Isso promove um processo de desenvolvimento local nas fases de construção e mesmo operação, pela criação de empregos e, também, pela implantação de programas ambientais previstos. Tais programas objetivam a melhoria da qualidade de vida da população, fato esse que não se concretiza na prática, como anteriormente já discutido.

Essas benesses referentes à construção de hidrelétricas podem, contudo, ser encontradas, da mesma forma, na discussão e no posicionamento do Ministério de Minas e Energia (MME) sobre Belo Monte, ao apontar-se que,

[...] além de propiciar uma nova fonte de energia elétrica importante para apoiar o crescimento econômico e demográfico do país, a usina de Belo Monte também melhorará as condições de vida das comunidades locais, além de intensificar a proteção ambiental na área. (MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA, 2011, p. 1).

Tal discurso, entretanto, tem seu contraponto estabelecido por reflexões que elucidam aspectos não tão benéficos que revelam outra realidade:

A construção e a operação de barragens também têm sido reconhecidas como geradoras de impactos ambientais negativos no desenvolvimento de suas localidades, que ocorrem em função do deslocamento involuntário de populações humanas e consequente reassentamento, supressão de terras produtivas, aumento populacional abrupto, aumento da demanda de infraestrutura e serviços durante a construção, geração de conflitos e perda de coesão social, supressão de áreas com alta biodiversidade, aumento da sedimentação, além de outros importantes impactos negativos sobre os componentes físico, biótico, ecológico, social e econômico. (GOMES *et al*, 2017, p. 152).

Essa realidade, por mais que se trata de outro empreendimento e não os analisados neste estudo, não se distancia do posicionamento político que caracteriza o ambiente no qual se insere nossa pesquisa. O que fica evidente pela análise do exposto são as divergências em relação ao trato de questões econômicas

e socioambientais, as quais tendem a repercutir, diretamente, em questões relacionadas ao atendimento dos produtores rurais ribeirinhos atingidos pelos impactos da construção de usinas hidrelétricas.

Em relação a esse tema, o professor do Center for Global Change and Earth Observations (CGCEO), Dept. of Geography, da universidade estadual do Michigan (MSU), Emilio Moran (2018), menciona a subestimação dos custos sociais e ambientais da construção de usinas hidrelétricas. Moran comenta que grandes barragens hidrelétricas não se demonstram sustentáveis ao longo do tempo, por sua vida útil estimada em cinquenta anos e, também, pelo acúmulo de sedimentos no reservatório. Fato que diminui a capacidade de produção energética.

Moran (2018) aponta, também, que foi impedida a construção de grandes barragens na América do Norte e Europa, pois foram reconhecidos os enormes impactos ambientais referentes à biodiversidade dos rios, que podem chegar, nos trópicos, a afetar de quinhentas a duas mil espécies de peixes. Além disso, pontua, ainda que os reassentamentos compulsórios tendem a lançar os sujeitos a uma qualidade de vida inferior àquela que tinham, sendo que são essas as pessoas que sofrem as maiores consequências e, raramente, elas são levadas em consideração, sendo as barragens uma obra técnica.

A produção de energia hidroelétrica traz a concepção, e se sustenta também, no pensamento de essa ser uma forma de produção de energia limpa. Ao considerarmos os pressupostos do citado autor, vemos que isso não se sustenta, pois aponta seus argumentos deixam visíveis a falta de um trabalho de remoção de árvores e da biomassa na área do reservatório. Isso tem como consequência o lento apodrecimento dessa matéria e a emissão de uma grande quantidade de CO₂ (Metano). Moran (2018) ainda comenta que, pelo motivo de mudanças climáticas e de precipitações, as grandes barragens não produzem a energia estimada, sendo que, os impactos ambientais e sociais continuam reverberando na vida das pessoas ribeirinhas atingidas pela obra. Frente a isso, o autor relata que existe uma tendência em superestimar os benefícios e subestimar os custos no desenvolvimento de energia hidrelétrica.

Moran (2018) volta-se, também, aos altos custos da energia para a população e o desalinho com a proposta de usar a energia como ferramenta de desenvolvimento econômico para todos. Esse processo é influenciado pelas concessões governamentais e pela inadequada consulta social, realizada com as

peças atendidas para a liberação das referidas obras. Moran (2018), ao concluir seu texto, explicita que a energia hidrelétrica pode ser produzida com o uso de tecnologias mais adequadas, levando em consideração a sustentabilidade, mas esta produção estaria em outro patamar de atendimento, mais voltado ao social, considerando as necessidades da população e preservando o clima e o meio ambiente. Contudo, essas tecnologias são desconsideradas, pois fogem aos objetivos da sociedade dominante.

Constatamos, pelo exposto, que existe uma complexa e intrincada teia de interesses que se engendra na construção de uma hidrelétrica e a questão social nem sempre é considerada como algo relevante nesse processo. Desse modo, passamos, na sequência, a analisar o cenário referente ao processo de implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias e Baixo Iguaçu e o atendimento aos atingidos nesse empreendimento.

2.1.1 O processo de implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias

A usina Governador José Richa, popularmente chamada de Salto Caxias, foi construída no curso do Rio Iguaçu, em uma área geograficamente estratégica para a produção de hidroeletricidade. Para possibilitar uma visão geral do entorno mencionado, expomos, abaixo, uma foto (figura 4) do local exato onde as obras se instalaram.

Figura 4 - Local da Construção da Usina Hidrelétrica Salto Caxias

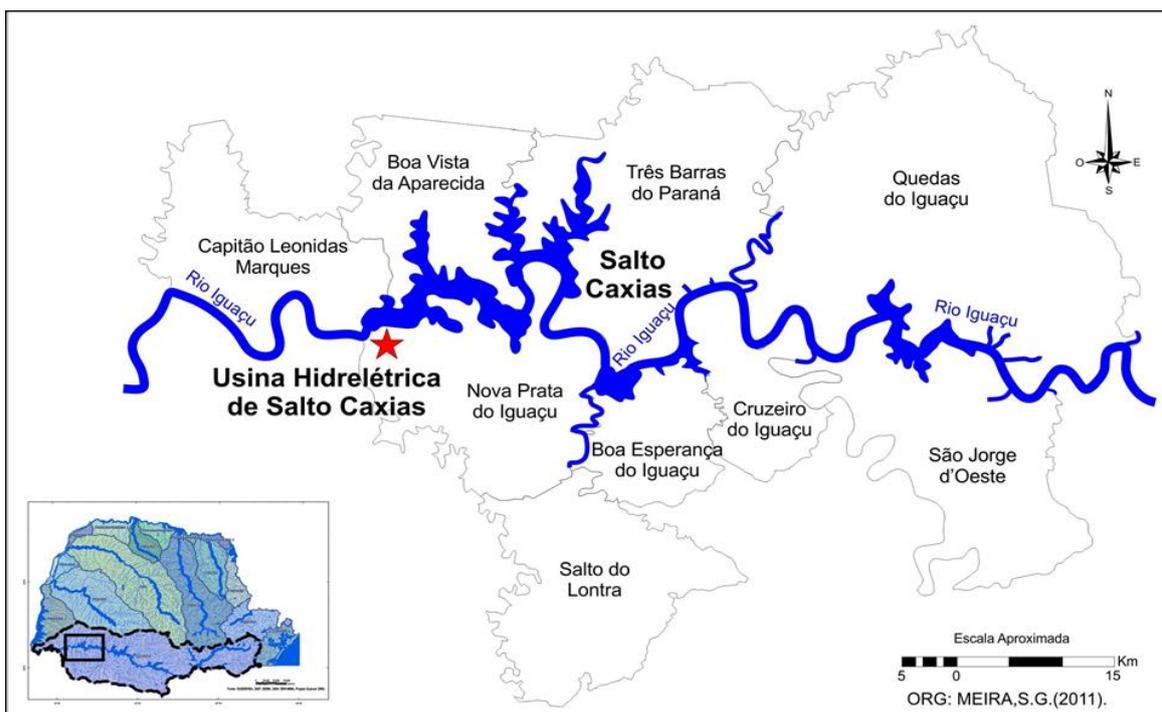


Fonte: COPEL 2019 – A imagem demonstra o trecho do Rio Iguaçu onde foi construída a usina de Salto Caxias, antes do início das obras.

Segundo a COPEL (2019), o início das obras deu-se em 1995 com término em 1999, quando as quatro turbinas da referida hidroelétrica entram em funcionamento. A hidrelétrica apresenta um potencial instalado de 1240 MW, o que seria suficiente para atender 40% da população paranaense. Segundo a empresa, a obra foi pensada para promover o desenvolvimento da região, mas, ao mesmo tempo, com o cuidado das pessoas e do meio ambiente.

A usina é considerada a terceira maior obra da COPEL e esta localizada entre as cidades de Capitão Leônidas Marques e Nova Prata do Iguaçu. Possui 67 metros de altura máxima e 1.080 metros de comprimento. Seu Reservatório se estende por uma área total de 141 quilômetros. A área de influência da Usina, região onde os municípios tiveram seus territórios alagados, estende-se por cinco cidades da região Sudoeste e quatro da região Oeste, sendo eles: São Jorge do Oeste, Cruzeiro do Iguaçu, Quedas do Iguaçu, Boa Esperança do Iguaçu, Nova Prata do Iguaçu, Salto do Lontra, Capitão Leônidas Marques, Três Barras do Paraná e Boa Vista da Aparecida, como apresentado. Essa ampla área fica melhor concebida com o apoio do mapa que destacamos abaixo (Figura 5) e uma vista da Usina (figura 6), já na fase de seu funcionamento.

Figura 5 - Localização da UHE Salto Caxias



FONTE: FRANÇA (2011, p. 43).

Figura 6 - Usina Hidrelétrica Salto Caxias



Fonte: Site <megaengenharia.blogspot.com> A foto apresenta a Usina Hidrelétrica Salto Caxias após a construção, já em funcionamento.

O cenário morfológico dos rios paranaenses, em especial do Rio Iguaçu, passa, assim, a partir de 1960, a despertar interesse referente ao seu potencial natural de exploração energética. Desse modo, seu curso foi inventariado entre os anos de 1967/69, fazendo parte dos Estudos Energéticos da Região Sul do Brasil (ENERSUL). (FRANÇA, 2011).

Segundo a autora, até o ano de 1978, estavam previstas, com base no estudo citado, as construções de Salto Caxias Baixo e Cruzeiro. Contudo, com a realização de uma reavaliação desses projetos, conclui-se que seria mais vantajoso, em relação a fatores econômicos, utilizar o trecho entre Salto Osório e Salto Caxias Baixo, com a construção de uma única Usina Hidrelétrica. Após essa decisão, e seguindo as orientações do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), já em fins de 1992, a Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL) realiza a contratação do Consórcio Intertechne Leme Engevix Esteio, visando à realização do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e ao Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), os

quais julgaram ser conveniente a construção da obra. Frente às possibilidades existentes,

[...] a justificativa da obra era a sua capacidade para atingir aproximadamente a produção energética de 1.241 MW de potência instalada, dando à COPEL autossuficiência para atender o mercado consumidor até a metade da década de 2010, com um custo aproximado de 700 dólares por quilowatt instalado. [...] considerado baixo para o mercado. (MENEZES, 2003, p. 31).

A COPEL ainda aponta que, para a construção da obra, seguiu-se rigorosamente a legislação ambiental, sendo isso expresso pela constituição dos reassentamentos formados pelo deslocamento dos produtores rurais, moradores na área do alagamento.

Retomando o relato acima, as pesquisas sobre a viabilidade e o local de construção da UHE Salto Caxias remontam a fins da década de 1960 e início da década de 1970. Entretanto, ressaltamos que somente no início da década de 1990 – mais especificamente em 1993 – ou seja, em torno de vinte anos após os primeiros levantamentos de áreas barráveis, é que são realizados os estudos de engenharia, visando a analisar os impactos socioambientais referentes à construção da usina.

O lago Hidrelétrico, em sua cota máxima, estendeu-se por 131 quilômetros, atingindo, segundo o relato do Produtor(a) - 16, aproximadamente duas mil famílias, perfazendo um total de 1.108 propriedades que foram atingidas, em uma extensão de 23.128 hectares.

Desse total, cerca de 604 famílias foram reassentadas em dez áreas, nos municípios de Cascavel, Ibema, Catanduvas, Campo Bonito, Três Barras do Paraná, Boa Esperança do Iguaçu e Nova Prata do Iguaçu. Outras 332 famílias optaram por receber cartas de crédito, além de 1064 que foram indenizadas parcialmente, por suas terras serem maiores de cinco alqueires.

Como supracitado, a empresa deixa transparecer, nas ações divulgadas, sua grande responsabilidade social e ambiental. Esse posicionamento pode ser conferido em matéria publicada no “Jornal Folha de Londrina”¹² (1997), na qual se

¹² “Copel libera verba para assentamentos” publicado no Jornal Folha de Londrina na data de 12 de março de 1997. Trata sobre a liberação de verbas sobre a empresa COPEL para o andamento das ações dos projetos de reassentamento dos produtores atingidos pela obra. Publicado em Folha de

anuncia que o valor, a época, destinado à construção dos reassentamentos estava na casa dos 500 milhões, sendo este repasse inicial, visando à construção das moradias.

Aponta-se, nessa matéria jornalística, também, que as pessoas atingidas foram agrupadas em quinze projetos de reassentamento, em diversas localidades próximas à construção da usina, sendo que a divisão das famílias por reassentamento buscou preservar as relações de parentesco, vizinhança e amizade e que, para isso, a empresa adquiriu uma área de 7,3 mil alqueires nas cidades de Cascavel, Catanduvas, Ibema, Três Barras do Paraná, Nova Prata do Iguaçu e Boa Esperança do Iguaçu. Ainda se salienta que o recurso para a construção das moradias “são repassados aos Conselhos Unificados, que representam a comunidade de cada projeto, através de convênios assinados com a Copel”, apontando a autonomia e uma presença acessível e parceira da empresa.

A questão centra-se no conflito entre os dados divulgados pela empresa e os acontecimentos sociais, visto que esses dados não se apresentam da mesma forma nas ações divulgadas e nos relatos dos moradores atingidos pelo lago hidrelétrico de Salto Caxias. Tais relatos serão tratados mais adiante, pois a realidade das vivências diverge do noticiado, constituindo-se em uma prática de luta e confrontos, visando à garantia de direitos e ao atendimento das necessidades causadas pela intervenção da obra na vida dos sujeitos.

2.1.2 A Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu

Outro empreendimento hidrelétrico que já estava cotado, segundo relatos dos entrevistados, desde a década de 1960, é a usina Baixo Iguaçu. Ela está localizada na região sudoeste do Paraná, no curso do Rio Iguaçu, entre as cidades de Capanema e Capitão Leônidas Marques. A área de seu reservatório também atinge os municípios de Planalto, Realeza e Nova Prata do Iguaçu.

Segundo nos revela o relato do Produtor(a) – 3, já havia indícios dessa obra há bastante tempo, pois, como declara o entrevistado: “Olha, que vem essa conversa de construção, já vem a mais de vinte anos. Porque eu morava lá a

dezesseis anos, e começou mais acirrada a conversa de construção a uns seis, sete anos atrás.” (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 03, 2019).

A capacidade geradora dessa usina (Figura 7) é de 350,2 MW, com extensão de 516 metros e área alagada de 13,5 quilômetros.

Figura 7 - Início das obras Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu



Fonte: Iberdrola S.A - <<https://www.iberdrola.com/quem-somos/linhas-negocio/projetos-emblematicos/usina-hidreletrica-baixo-iguacu>> A foto representa o início das obras da Hidrelétrica Baixo Iguaçu.

A construção da usina ficou sob a responsabilidade do Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu, formado pela associação entre o grupo Neo Energia, que faz parte do grupo Iberdrola, empresa espanhola que atua na distribuição de gás natural e na geração e distribuição de energia elétrica, com 70% das ações e a Companhia Paranaense de Eletricidade (COPEL), com 30% das ações.

O investimento previsto na construção da hidrelétrica, segundo dados do PAC, teve uma estimativa de R\$1.621.994.000,00 bilhões. Desse montante, segundo dados colhidos no relatório de demonstrações financeiras da Geração Céu Azul (2014), 950 milhões foram financiados pelo BNDES, em financiamento com prazo de 16 anos para pagamento.

A construção da usina teve seu início em 2013 e entrou em funcionamento no final de 2018. Estima-se que ela vai gerar eletricidade capaz

de abastecer mais de um milhão de pessoas e que a construção da usina proporcionará desenvolvimento para a região, por meio dos convênios a serem realizados com as prefeituras, que promoverão melhorias nas áreas de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura, turismo e lazer.

O Consórcio ainda destaca seus objetivos de desenvolvimento sustentável, anunciando que os programas socioambientais desenvolvidos pela empresa convergem, de forma prioritária, ao encontro dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), entre eles: “3 (Boa Saúde e Bem - Estar), 4 (Educação de qualidade), 8 (Trabalho Decente e Crescimento Econômico), 10 (Redução das Desigualdades) e 11 (Cidades e Comunidades Sustentáveis)”. (CONSÓRCIO BAIXO IGUAÇU, 2019, s/p).

A empresa Neoenergia indica em seu site aspectos sobre o compromisso social que a mesma direcionou aos produtores ribeirinhos atingidos pela obra, expondo que “o empreendimento beneficiou 128 famílias da região, por meio de auto reassentamentos ou reassentamentos rurais.” (NEOENERGIA, 2019).

Podemos ter uma dimensão desse empreendimento ao apreciarmos uma vista (Figura 8) da obra já em sua fase de funcionamento.

Figura 8 - Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu em funcionamento



Fonte: Agencia de Notícias do Paraná – acessado em: 26 jun. 2019.

O Plano Básico Ambiental referente à UHE Baixo Iguaçu (2018) tinha a finalidade de constituir um canal de informação e comunicação entre os atores envolvidos na implantação da hidrelétrica, apontando que a população envolvida, direta ou indiretamente, deveria ter as suas dúvidas sanadas em relação à construção e à operação da hidrelétrica. Incluem-se, neste escopo, informações referentes aos processos indenizatórios e aos de remanejamentos, entre outros que interferiram ou alteraram o cotidiano da população.

Ao analisar o documento, não é difícil identificar que o mesmo possui uma estrutura totalmente voltada para o convencimento social e à aceitação da obra e de suas consequências, as quais não foram apontadas ou discutidas. Nessa perspectiva, o documento se configurou como um plano de convencimento social e não como um canal de divulgação de informações e comunicação direta com a população atingida.

Alguns exemplos desse direcionamento podem ser conferidos nas figuras que seguem, nas quais estão representados os jingles (figura 09 e 10), alguns textos utilizados para campanhas em rádios e jornais (figura 11,12,13,14 e 15), algumas fotos de visitas realizadas pelos representantes da empresa aos moradores da região que seriam atingidos pelas obras (figuras 16 e 17), as intervenções com projetos ambientais na comunidade (figura 18), as visitas à usina pela população (figura 19 e 20) e divulgações em geral que faziam parte desse planejamento (figuras 21).

Figura 9 - Jingle apresentado nas rádios da região da implantação da usina Baixo Iguaçu

Jingle 3

" As obras da Usina Baixo Iguaçu estão em pleno andamento, sendo concluídas dentro de cada etapa do planejado. E o melhor: 32 programas ligados ao meio ambiente adotados com rigor, muita técnica e profundo conhecimento. Cuidados com a flora, a fauna, o Parque Nacional do Iguaçu, arqueologia, Educação Ambiental, Direitos Minerários, programa de Turismo e lazer, saúde, treinamento de mão de obra, monitoramento do lençol freático, recuperação de áreas degradadas, enfim, tudo o que uma obra de grande porte exige, está sendo feito. Usina Baixo Iguaçu: um rio, uma obra, um futuro."

10 - Jingle apresentado nas rádios da região da implantação da usina Baixo Iguaçu

Dois compadres conversando e dedilhando a viola.
 Um fala para o outro:
 /"COMPADRE, VIU QUE BELEZA A USINA QUE TÃO
 CONSTRUINDO ALÍ PERTO DA CASA DA COMADRE?"
 Diz o outro: "VI SIM COMPADRE....BAITA OBRA.
 E O QUE TEM DE GENTE TRABALHANDO É BONITO DE VER"
 Fala o primeiro: "ENTÃO, COMPADRE, CANTAMO UM POUCO?"
 DIZ O SEGUNDO: "CANTAMO COMPADRE...."
 Entra dedilhado de viola, bem acentuado.
 Um vocal de cada vez:
 "COM A FORÇA DO RIO IGUAÇU
 O PROGRESSO PEDE LICENÇA.
 E ACOMPANHADO DA CRENÇA
 VAI FAZÊ A REGIÃO CRESCÊ....
 UMA USINA PODEROSA
 QUE VAI AJUDAR MUITA GENTE
 VAI GERAR A ENERGIA
 PRA GENTE VIVÊ CONTENTE.
 É O PROGRESSO NA REGIÃO,
 VAI TÊ MAIS ENERGIA.
 E TRABALHO TODO DIA....
 AÍ COMPADRE....TOCA DE NOVO:
 VAMO PODÊ CRESCER, VAMO TÊ MAIS ENERGIA
 VAMO CRESCER MAIS A CADA DIA....
 É A USINA DO IGUAÇU
 A USINA DO CRESCIMENTO
 A REGIÃO QUE SE DESTACA
 GERA EMPREGO E MAIS ALIMENTO.
 PRO NOSSO CONTENTAMENTO..... "

FONTE: Plano Básico Ambiental UHE Baixo Iguaçu – Programa de Comunicação Social Reservatório – Relatório Anual Consolidado – Janeiro a Dezembro de 2017.

Figura 11 - Textos utilizados para campanhas em rádios e jornais

"As obras da Usina Baixo Iguaçu estão em pleno andamento, sendo concluídas dentro de cada etapa do planejado.
 E o melhor: 32 programas ligados ao meio ambiente adotados com rigor, muita técnica e profundo conhecimento.
 Cuidados com a flora, a fauna, o Parque Nacional do Iguaçu, arqueologia, Educação Ambiental, Direitos Minerários, programa de Turismo e lazer, saúde, treinamento de mão de obra, monitoramento do lençol freático, recuperação de áreas degradadas, enfim, tudo o que uma obra de grande porte exige, está sendo feito.
 Usina Baixo Iguaçu: um rio, uma obra, um futuro."

"A Usina Baixo Iguaçu mantém o cronograma inicial rigorosamente dentro do planejado para a conclusão da obra, fato que muito engrandece todos os setores envolvidos na sua construção. Além das centenas de empregos diretos e indiretos criados para a região.
 Uma obra que, quando concluída, irá gerar energia comparável a uma cidade com um milhão de habitantes, permitindo que seus 350 MegaWatts sejam utilizados pelo sistema nacional de energia.
 Uma usina que, quando estiver em atividade, contribuirá com os royalties para os municípios abrangidos, para o crescimento de todos, melhorando a qualidade de vida de milhares de moradores.
 Usina Baixo Iguaçu: um rio, uma obra, um futuro."

FONTE: Plano Básico Ambiental UHE Baixo Iguaçu – Programa de Comunicação Social Reservatório – Relatório Anual Consolidado – Janeiro a Dezembro de 2017.

Figura 12 - Textos utilizados para campanhas em rádios e jornais

Folha de Capanema

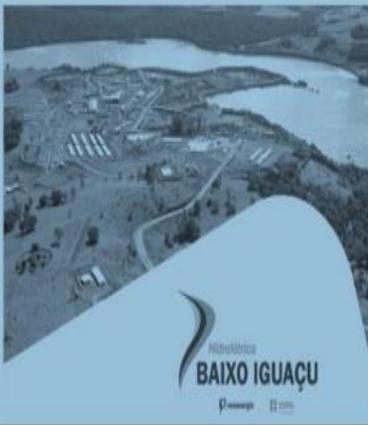
UM RIO, UMA OBRA, UM FUTURO.

Seguem rigorosamente dentro do cronograma as obras da Usina Baixo Iguaçu. Uma obra que apresenta futuros benefícios diretos para a geração de energia do país e para os municípios abrangidos pela execução.

Com um potencial de 350MW energia para abastecer uma cidade com um milhão de habitantes, a Usina Baixo Iguaçu é a maior obra em andamento no Paraná.

Passo a passo, a obra fortalece a economia da região gerando empregos diretos e indiretos, garantindo o nascimento de um novo tempo na região sudoeste do Paraná.

Um rio, uma obra, um futuro.



Hidroelétrica
BAIXO IGUAÇU

Jornal de Beltrão



Hidroelétrica
BAIXO IGUAÇU

Seguem rigorosamente dentro do cronograma as obras da Usina Baixo Iguaçu. Uma obra que apresenta benefícios diretos para a geração de energia do país e para os municípios abrangidos pela execução.

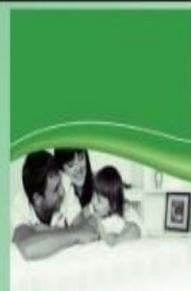
Com um potencial de 350MW, energia para abastecer uma cidade com um milhão de habitantes, a Usina Baixo Iguaçu é a maior obra em andamento no Paraná.

Passo a passo, a obra fortalece a economia da região gerando empregos diretos e indiretos, garantindo o nascimento de um novo tempo na região sudoeste do Paraná.

UM RIO, UMA OBRA, UM FUTURO.

FONTE: Plano Básico Ambiental UHE Baixo Iguaçu – Programa de Comunicação Social Reservatório – Relatório Anual Consolidado – Janeiro a Dezembro de 2017.

Figura 13 - Textos utilizados para campanhas em rádios e jornais




Hidroelétrica
BAIXO IGUAÇU

A Usina Baixo Iguaçu atua seguindo os princípios do desenvolvimento sustentável e submete-se a rigorosas metas de preservação ambiental. A preocupação com o meio ambiente se faz presente em todas as etapas de implantação e de operação da Usina.

Para isso, foram desenvolvidos 32 programas socioambientais que visam o monitoramento e preservação do meio ambiente, com rigor e competência.

Usina Baixo Iguaçu: um rio, uma obra, um futuro

Hidroelétrica
BAIXO IGUAÇU



UHE Baixo Iguaçu 350MW - Vista geral



UHE Baixo Iguaçu 350 MW - Limpeza do Canal de Fuga

OBRA DA USINA BAIXO IGUAÇU - CRONOGRAMA RIGOROSAMENTE DENTRO DO PREVISTO. Mais de dois mil empregos diretos gerados. A economia da região em movimento.

Hidroelétrica
BAIXO IGUAÇU

FONTE: Plano Básico Ambiental UHE Baixo Iguaçu – Programa de Comunicação Social Reservatório – Relatório Anual Consolidado – Janeiro a Dezembro de 2017.

Figura 14 - Textos utilizados para campanhas em rádios e jornais

**A ENERGIA DE 2.300 OPERÁRIOS
TRABALHANDO PARA GERAR ENERGIA PARA
UM MILHÃO DE PESSOAS.**

Ao atingir 59% de obra concluída, a Usina Baixo Iguaçu caminha para se tornar uma importante geradora de energia no sistema nacional. Em sua fase de operação, a Usina Baixo Iguaçu irá gerar energia para uma cidade de um milhão de habitantes. Além disso, os municípios atingidos receberão royalties que impulsionarão o desenvolvimento da região. E tudo isto, obedecendo a 32 programas ambientais, dentro de rigoroso controle e competente realização. É a força de trabalho de 2.300 operários que está tornando realidade um grande acontecimento para o Paraná.

USINA BAIXO IGUAÇU
Um rio, uma obra, um futuro.



OBRAS DA USINA BAIXO IGUAÇU - ABRIL DE 2017

Seguindo rigorosamente o cronograma de execução, a Usina Baixo Iguaçu avança diariamente de acordo com as etapas planejadas.



As Obras Civis do Poço da Turbina 01 estão em estágio avançado, a área de montagem está praticamente concluída e as demais estruturas da Casa de Força seguem dentro do ritmo projetado. Um exemplo de planejamento, engenharia moderna e dedicação diária de todos os colaboradores.

**Hidrelétrica
BAIXO IGUAÇU**



FONTE: Plano Básico Ambiental UHE Baixo Iguaçu – Programa de Comunicação Social Reservatório – Relatório Anual Consolidado – Janeiro a Dezembro de 2017.

Figura 15 - Textos utilizados para campanhas em rádios e jornais

“As obras da Usina Baixo Iguaçu estão em pleno andamento, sendo concluídas dentro de cada etapa do planejado.

E o melhor: 32 programas ligados ao meio ambiente adotados com rigor, muita técnica e profundo conhecimento.

Cuidados com a flora, a fauna, o Parque Nacional do Iguaçu, arqueologia, Educação Ambiental, Direitos Minerários, programa de Turismo e lazer, saúde, treinamento de mão de obra, monitoramento do lençol freático, recuperação de áreas degradadas, enfim, tudo o que uma obra de grande porte exige, está sendo feito.

Usina Baixo Iguaçu: um rio, uma obra, um futuro.”

“A Usina Baixo Iguaçu mantém o cronograma inicial rigorosamente dentro do planejado para a conclusão da obra, fato que muito engrandece todos os setores envolvidos na sua construção. Além das centenas de empregos diretos e indiretos criados para a região.

Uma obra que, quando concluída, irá gerar energia comparável a uma cidade com um milhão de habitantes, permitindo que seus 350 MegaWatts sejam utilizados pelo sistema nacional de energia.

Uma usina que, quando estiver em atividade, contribuirá com os royalties para os municípios abrangidos, para o crescimento de todos, melhorando a qualidade de vida de milhares de moradores.

Usina Baixo Iguaçu: um rio, uma obra, um futuro.”

FONTE: Plano Básico Ambiental UHE Baixo Iguaçu – Programa de Comunicação Social Reservatório – Relatório Anual Consolidado – Janeiro a Dezembro de 2017.

Figura 16 - Fotos de visitas realizadas aos moradores da região do alagamento da usina Baixo Iguaçu



FONTE: Plano Básico Ambiental UHE Baixo Iguaçu – Programa de Comunicação Social Reservatório – Relatório Anual Consolidado – Janeiro a Dezembro de 2017.

Figura 17 - Fotos de visitas realizadas aos moradores da região do alagamento da usina Baixo Iguaçu



FONTE: Plano Básico Ambiental UHE Baixo Iguaçu – Programa de Comunicação Social Reservatório – Relatório Anual Consolidado – Janeiro a Dezembro de 2017.

Figura 18 - Fotos de visitas realizadas aos moradores da região do alagamento da usina Baixo Iguaçu



FONTE: Plano Básico Ambiental UHE Baixo Iguaçu – Programa de Comunicação Social Reservatório – Relatório Anual Consolidado – Janeiro a Dezembro de 2017.

Figura 19 - Fotos de visitas realizadas aos moradores da região do alagamento da usina Baixo Iguaçu



FONTE: Plano Básico Ambiental UHE Baixo Iguaçu – Programa de Comunicação Social Reservatório – Relatório Anual Consolidado – Janeiro a Dezembro de 2017.

Figura 20 - Fotos de visitas realizadas à usina Baixo Iguaçu

Usina Baixo Iguaçu promove ações para comemorar a Semana Nacional do Meio Ambiente

Os eventos serão realizados nas escolas dos cinco municípios abrangidos pela futura reservatório da UHE Baixo Iguaçu

A Usina Baixo Iguaçu promove mais uma etapa do Programa de Educação Ambiental para comemorar a semana Nacional de Meio Ambiente. Os eventos contarão com palestras sobre a preservação da água e o gerenciamento de resíduos, concursos de desenhos, frases, redações, além de brindes, premiações e lanches para as crianças.

Os eventos ocorrerão nos cinco municípios abrangidos pela Usina: Capanema, Capitão Leônidas Marques, Planalto, Realiza e Nova Prata do Iguaçu e irão abrange escolas dos municípios. A expectativa é que as ações sejam realizadas para 500 alunos das redes municipais de ensino.

A programação também se estenderá aos trabalhadores da obra. O evento será realizado na quinta feira a partir das 7h, e contará com palestra sobre o meio ambiente, dentre as atividades, os trabalhadores poderão falar sobre a sua semana de trabalho, dando sugestões de como contribuir para a prevenção do meio ambiente como, reciclagem de resíduos, economia do água, entre outros.

A programação nas escolas municipais foi desenvolvida em parceria com as secretarias de educação de cada município.

Programação:

Capitão Leônidas Marques - Casa da Cultura - 5 de junho às 9h30

Capanema - 7 de junho às 9h e às 14h - local a definir

Realiza - Escola do Salinho - 5 de junho às 13h15 e dia 6 de junho às 7h30 na Escola Modesto de Paula, da Linha Flor da Serra

Planalto - comunidade Sagrada Família - 6 de junho às 14h e na comunidade Barra Grande às 15h30

Nova Prata do Iguaçu - Casa Familiar Rural - 5 de junho às 15h30



Professores visitam instalações da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu

A Usina Baixo Iguaçu de Capanema, Paraná, abriu um programa de portas abertas às instalações da usina hidrelétrica Baixo Iguaçu, que até setembro recebem mais de 2.400 visitantes. A empresa passa a receber a visita de professores da rede municipal de ensino de Capanema, com o objetivo de mostrar o avanço das obras e como se gera energia a partir das águas do rio Iguaçu.

Dia 06, quinta feira, um grupo de professores do município, composto de 25 pessoas com demais visitantes acadêmicos esteve na obra. As professoras revelaram que sempre tiveram curiosidade de conhecer o empreendimento: "Todo aqui é grandioso, desde a quantidade de pessoas



FONTE: Plano Básico Ambiental UHE Baixo Iguaçu – Programa de Comunicação Social Reservatório – Relatório Anual Consolidado – Janeiro a Dezembro de 2017.

Figura 21 - Divulgações em revistas das ações referentes à usina Baixo Iguaçu

UHE Baixo Iguaçu
Edição: Novembro 2017

Programa de Monitoramento do Meio Aquático Subprograma de Monitoramento da Ictiofauna

Nos meses de agosto e setembro foi realizado o Monitoramento Biotécnicos do Reservatório de Iguaçu, esse trabalho teve como objetivo a captura e marcação dos peixes (50 exemplares), iniciado assim, a segunda fase do rastreamento do animal.

O Programa de Monitoramento do Meio Aquático - Subprograma de Monitoramento da Ictiofauna tem como objetivo gerar informações que permitam observar o monitoramento do reservatório de Iguaçu (Biotécnicos), monitoramento entre a jusante da barragem de São Carlos e montante das Cascatas de Iguaçu, nos cenários pré e pós-barramento, como subsídio às medidas de mitigação das impactos ambientais na ictiofauna.



Monitoramento Biotécnicos Reservatório de Iguaçu

Programa da Onça Pintada

O programa tem como objetivo reduzir o conflito entre o homem e a onça preta através de ações que incentivem a conservação ambiental da onça.

No período compreendido entre agosto e setembro foi iniciada a aplicação de um questionário junto à comunidade "Índios" da Parque Nacional do Iguaçu (UNI). No total foram aplicados 400 questionários e os resultados estão sendo analisados pela empresa contratada Siva Sibções e Tecnologia Ambiental.

Este documento foi elaborado com a colaboração da Sécia Patrícia do PRH e vai servir para apoiar, na

comunidade, as principais ameaças e situações negativas em relação às onças, as percepções de população sobre o impacto dessa situação em suas vidas, identificando fatores que possam influenciar comportamentos negativos em relação ao animal.

Além disso, o resultado desse questionário e suas informações, serão realizadas treinamentos, workshops e mini-workshops com alunos, representantes do poder público e muni-

cipais dos municípios de Capanema e Capitão Leônidas Marques. O principal objetivo dessas ações é a conscientização sobre a importância da preservação da onça-pintada em geral, no meio regional, envolvendo questões legais, como por exemplo, a caça desse animal, penalidade econômica da apreensão da sua presença, bem como a conservação da onça-pintada e o cuidado com o meio ambiente.

UHE Baixo Iguaçu realiza mais uma etapa do Programa de Educação Ambiental

Além das palestras, que envolvem os alunos do Município de Lindoiera, foi lançado um concurso de desenho para os estudantes da rede municipal.



Premiação do concurso de Feira Expó em Lindoiera

UHE Baixo Iguaçu realiza mais uma etapa do Programa de Educação Ambiental com palestra em três escolas do município de Lindoiera, que será inserido pela Linha de

Transmissão LT 230KV Cascavel/Dama. O concurso teve como tema Concurso Concurso de Desenho. E os alunos da rede municipal tiveram o desafio de elaborar um desenho ligado ao tema de proteção ambiental entregue na Feira Expó e contou com a participação do Prefeito Municipal e Secretária de Educação.

Além de interação com os alunos das escolas, a usina realizou um treinamento sobre Educação Ambiental e Ambiental com os mais de 40 colaboradores que farão a construção da Linha de Transmissão, sendo da UHE Baixo Iguaçu até a subestação de Cascavel. Na palestra foram abordados os temas dos programas ambientais para a construção da Linha de Transmissão e sobre os estudos arqueológicos que poderão ser encontradas durante as escavações.

UHE Baixo Iguaçu dará início a 2ª fase do Programa de Monitoramento e Conservação de Fauna Terrestre e Semiaquática

O programa foi dividido em três etapas e trata-se de monitorar a diversidade biológica que ocorre na área do empreendimento.

A UHE Baixo Iguaçu dará início em breve a 2ª fase do Programa de Monitoramento da Fauna terrestre e semiaquática que ocorrerá durante a limpeza de base de acumulação, durante o pós e enchimento do reservatório. A primeira fase foi realizada durante a instalação do canteiro de obras e os três momentos dos estudos são importantes para acompanhar as alterações decorrentes da mudança de paisagem e do habitat. O monitoramento ocorrerá em 12 sites de monitoramento da fauna, localizados em remanescentes florestais no entorno do reservatório na área de

influência direta e área indiretamente afetada. Os animais serão capturados passivos, matilhas, marcos e dentro do mesmo local de captura. Dentre eles estão:

- Arvicolas (aves em geral);
 - Morcegos;
 - Mamíferos de grande porte (macaco prego) - Sapajus nigrita, capivara - Hydrochoerus hydrochaeris, gauraxim - Procyon concoloratus, furão - Galictis cuja, entre outros;
 - Mamíferos de pequeno porte (rãta, coica e gambá);
 - Réptis e anfíbios (onça e lagartixa).
- Os trabalhos de monitoramento serão realizados por uma equipe de biólogos mestres e doutores especialistas em fauna.

FONTE: Plano Básico Ambiental UHE Baixo Iguaçu – Programa de Comunicação Social Reservatório – Relatório Anual Consolidado – Janeiro a Dezembro de 2017.

EXPERIÊNCIAS/INICIATIVAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Dalberto Miranda da Silveira
Coordenador de Comunicação Social

Wendy de Melo Vieira Magalhães
Especialista em Comunicação Social

Alfonso Aguiar
Jornalista

comunicacao@uhebaixoiguacu.com.br | www.uhebaixoiguacu.com.br

ENDEREÇO: Rua Tupac Katari, 1581 - Centro - CEP: 85760-000 - Fone: (41) 3233-8600
CITY: Lindoiera - MATRIZ: Av. João Francisco Moreira, 600 - Centro - CEP: 85760-000 - Fone: (41) 3238-3058

Todo esse arcabouço de divulgação compõe o Plano Básico Ambiental UHE Baixo Iguaçu – Programa de Comunicação Social Reservatório, que compõe integra o planejamento e o direcionamento das ações de Janeiro a Dezembro de 2017.

Esse documento expõe uma impressão de linearidade nas relações entre a empresa e os produtores atingidos, colocando a empresa como acessível e disponível ao atendimento da demanda social.

Um dos pontos divulgados, entre todas as ações, chama-nos a atenção no documento: esse se refere a uma nota de esclarecimentos, divulgada à imprensa, sobre uma manifestação realizada pelos produtores rurais ribeirinhos. Essa divulgação destoa de todo o restante do documento. Nela não explica a motivação real do ato e se coloca os produtores em uma situação de opositores violentos e descontentes pelo andamento das obras. Vejamos, abaixo (figura 22), o teor dessa “nota de esclarecimento”:

Figura 22–Nota divulgada à imprensa da região do alagamento da usina Baixo Iguaçu

NOTA DE ESCLARECIMENTO PARA A IMPRENSA

06 de março de 2017

A Usina Baixo Iguaçu foi surpreendida nesta segunda-feira, 6 de março, com a manifestação de um grupo de pessoas ligadas ao Movimento dos Atingidos por Barragens em frente ao seu escritório, em Capanema. Os manifestantes agiram de forma violenta e causaram prejuízos ao patrimônio da empresa. Após entregarem uma pauta de reivindicações antiga e já esgotada em vários pontos, o grupo dirigiu-se aos portões da Usina e, novamente, bloquearam o acesso, ameaçando o bom andamento das obras.

A Usina lamenta a iniciativa e afirma que a manifestação vai contra todas as 330 indenizações já iniciadas com os proprietários das áreas que fazem parte do seu futuro reservatório. A reivindicação de acompanhar os levantamentos físicos das propriedades é intempestiva, pois este é um trabalho já realizado de forma ordeira, pacífica e amigável na maioria das propriedades em questão.

A Usina informa que muitos proprietários já receberam suas indenizações, o que vem movimentando a economia de Capanema e região, sem qualquer contestação em relação aos valores calculados;

A Usina esclarece, ainda, que o seu cronograma de obras está sendo cumprido dentro da normalidade e que já atingiu 52% da sua execução total, com mais de 2.600 colaboradores em seu canteiro de obras.

A Usina ratifica seu compromisso com o desenvolvimento dos municípios de Capanema e região, mas alerta que todo o trabalho realizado até o momento pode ficar, mais uma vez, comprometido em razão da atuação do MAB.

FONTE: Plano Básico Ambiental UHE Baixo Iguaçu – Programa de Comunicação Social Reservatório – Relatório Anual Consolidado – Janeiro a Dezembro de 2017.

Esse cenário de atenção e atendimento social, divulgado pela empresa, o qual perpassa os meios de comunicação, neste caso exemplificado pelas ações da usina Baixo Iguaçu – segundo dados coletados pelas entrevistas de campo – perpassa, também, a atuação da COPEL na atuação com os produtores rurais atingidos por Salto Caxias.

Essa forma de atuar promove uma atmosfera de tranquilidade, pois deixa transparecer uma sensação de responsabilidade social e ambiental das empresas responsáveis pelas obras, construindo um cenário de harmonia social entre atingidos e empresa.

Contudo, em etapa posterior ao primeiro momento – ao se adentrar na fase prática na qual a obra se torna concreta, ou seja, em sua fase de construção – as ações passam a se demonstrar contraditórias, não apresentando os direcionamentos até então apontados de atendimento e cuidado com o social. Nesse período, as reais relações começam a ser estabelecidas entre empresa e produtores rurais atingidos. Elas demonstram, a partir de então, a relação entre classes e a real finalidade do Estado, como anteriormente apontado por Mézáros (2002), Angels e Marx (1998) e Lenin (1987), como uma instituição para gerenciar assuntos referentes aos interesses irreconciliáveis burgueses. É aí que suas ações demonstram a força do comando político que visa a proteger a forma produtiva e o metabolismo que mantém a estrutura de forças e interesses do capital de forma intacta.

Esse jogo de interesses, que fica escuso por ações que tentam criar uma atmosfera de convencimento social, torna-se visível nos apontamentos de Harvey (2004), quando aponta que “a intervenção do capital financeiro com o apoio do poder do Estado equivale com frequência à acumulação por outros meios” (HARVEY, 2004, p. 114). O autor ressalta, ainda, a ligação dos interesses econômicos com os interesses do capital, ao apontar essa relação como

[...] uma diabólica aliança entre os poderes do Estado e os aspectos predatórios do capital financeiro forma as garras de um capitalismo de rapina que tem tanto de práticas canibais e desvalorizações forçadas quanto tem de alcançar o desenvolvimento global harmonioso. (HARVEY, 2004, p. 114).

Esse influxo nas ações das empresas, bem como seus reais interesses e objetivos, é evidenciado na entrevista o(a) Produtor(a) – 25, ao relatar que em torno

de 1012 famílias foram afetadas pela obra, sendo que algumas perderam seus direitos por critérios especificados pela empresa, ficando em torno de 950 famílias com direito à indenização. Desse montante, apenas 20 famílias foram reassentadas de forma coletiva em dois reassentamentos, estando eles localizados na cidade de Capanema, com 11 famílias, e na cidade de Santa Tereza do Oeste, com 09 famílias. O restante dos atingidos, em muitos casos, negociou de forma individual – na chamada modalidade de reassentamento individual – ou ainda não tem resposta de seus requerimentos.

Esse contexto de relações e fragilidades as quais ocorrem na prática social e demonstram as reais estratégias do Estado do Capital e a realidade de descrédito e desvalorização com o social e o ambiental, a empresa não demonstra nas divulgações, ou no ato dos moradores que se opõe à construção. É nesse cenário que acontece a construção da usina Baixo Iguaçu. Tal contexto será adiante explorado, com mais profundidade, em uma seção deste texto, pois, na sequência, dedicamo-nos a abordar os projetos socioambientais decorrentes desses empreendimentos energéticos.

2.2 OS PROJETOS SOCIOAMBIENTAIS

Referente à construção de hidrelétricas, torna-se necessário o desenvolvimento do Estudo de Impacto Ambiental (EIA), o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), considerados documentos técnicos, elaborados de forma multidisciplinar, abrangendo diversas áreas do conhecimento, tendo por finalidade realizar processo avaliativo amplo e o mais completo possível, diagnosticando possíveis impactos ambientais e sociais, e indicando medidas mitigadoras destes. Esses dois critérios fundamentais, são necessários para a liberação da construção da unidade pelos órgãos competentes, onde consta também o desenvolvimento de ações de responsabilidade da empresa, visando minorar os impactos ambientais da intervenção causados pela obra.

Em relação à usina hidrelétrica de Salto Caxias o EIA/RIMA foram iniciados em novembro de 1992, sendo aprovados pelo Instituto Ambiental do Paraná (IAP) em 16/12/2013, com a respectiva Licença Prévia, e já em 22/02/1994, foi aprovado o Projeto Básico Ambiental (PBA), documento que contém de forma detalhada as

medidas visando atenuar ou compensar os impactos ambientais diagnosticados pelo EIA/RIMA, com a emissão da Licença de Instalação contendo vinte e seis programas ambientais, descritos na tabela a baixo.

TABELA 1 - Programas socioambientais referentes à usina hidrelétrica Salto Caxias

PROGRAMAS	DESCRIÇÃO	PERÍODO DE DESENVOLVIMENTO
Comunicação Social	Orientação das ações de comunicação social da Copel, subsidiando a implantação dos demais programas e estimulando a participação da população no desenvolvimento dos mesmos; promoção de reuniões e outros mecanismos de participação coletiva, atuando de forma transparente e em parceria com o Grupo de Estudos Multidisciplinares da Usina de Salto Caxias (GEM-CX); Identificação e promoção de elementos de apoio à tomada de decisão para os distintos públicos alvos	1994 – 1999
Apoio institucional às cidades influenciadas	Apoio ao poder público municipal de Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida e Nova Prata do Iguaçu, no sentido de adequação de suas estruturas administrativa, técnica e financeira para gerir o crescimento populacional e o desenvolvimento urbano das localidades.	1994 – 1996
Adequação da Infraestrutura social e urbana básica das cidades influenciadas	Ampliação da infraestrutura urbana, econômica e social dos municípios de Capitão Leônidas Marques, Boa Vista da Aparecida e Nova Prata do Iguaçu.	1994 – 1999
Saúde Pública	Prevenção e atenuação dos impactos negativos decorrentes da possível modificação do perfil epidemiológico da população e da saturação dos serviços de saúde das cidades influenciadas.	1994 – 2002
Salvamento do patrimônio arqueológico	Identificação, recolhimento e pesquisa de sítios arqueológicos na região influenciada pelo reservatório	1994 – 1999
Desapropriação	Delimitação das áreas e benfeitorias desapropriadas, estabelecimento de normas para a condução do processo de desapropriação, identificação das formas de indenização das propriedades atingidas e delimitação de valores para orientar as negociações junto a população atingida.	1994 – 1998
Reassentamento	Atendimento a pequenos proprietários e produtores não proprietários, inclusive seus filhos, desde que casados, a fim de serem auxiliados com toda infraestrutura necessária, visando a assegurar a integração social e a auto sustentação econômica.	1994 – 2002
Reorganização das áreas remanescentes	Viabilização da ocupação produtiva dos remanescentes, através da reorganização da região no entorno do reservatório, das atividades sociais, econômicas e culturais da população, além do uso adequado do reservatório em seu entorno com base nas diretrizes do Programa de Usos Múltiplos.	1994 – 1999
Recomposição da infraestrutura econômica e social	Promoção da recomposição da infraestrutura econômica e social dos municípios impactados diretamente pelo empreendimento	1994 – 1999
Apoio a área rural	Promoção de maior eficiência na organização produtiva da área rural, aumento da	1994 – 1999

dos municípios atingidos	produção e produtividade agropecuária dos municípios atingidos, das possibilidades de fixação da população da área diretamente afetada e compensação à população e municípios por impactos negativos inevitáveis ou não totalmente irreversíveis.	
Fixação da população atraída	Diminuição dos efeitos recessivos da redução de população após o final da obra e favorecimento da reinserção no mercado de pessoas e atividades pela desmobilização de obra	1994 – 1999
Monitoramento das famílias rurais afetadas	Acompanhamento do processo de reinserção da população na nova área, identificação dos pontos de estrangulamento na execução dos programas afetos a famílias deslocadas e orientação no sentido de apresentar soluções quando houvesse ineficiência quanto aos objetivos esperados	1994 – 2000
Usos múltiplos do reservatório	Promoção do uso adequado do reservatório e seu entorno, para o aproveitamento integrado de suas potencialidades e a compatibilidade destes usos com as prerrogativas de conservação dos recursos naturais.	1994 -1999
Implantação de estação ecológica	Conservação de amostras de ecossistemas em estado natural, mantendo a diversidade biológica, incentivando atividades de pesquisa científica e monitoramento ambiental e propiciando educação ambiental, de forma a cumprir com a legislação no que se refere à compensação ambiental.	1994 – 2000
Aproveitamento científico da flora	Levantamento das espécies de plantas vasculares ocorrentes, caracterizando as diferentes associações de fisionomias vegetais e viabilizando o salvamento de germoplasma, com o fornecimento de material para recuperação de áreas degradadas e paisagismo e conservação "ex-situ" dos recursos genéticos de espécies nativas.	1994 – 2000
Aproveitamento científico da fauna	Propiciação de conhecimento sobre a fauna da região, diagnosticando possíveis espécies ameaçadas de extinção, elaboração de banco de dados e coleção sinótica das espécies e redução de impactos aos animais durante o desmatamento e enchimento do reservatório.	1994 – 2000
Recuperação das áreas degradadas	Minimização dos efeitos da implantação do canteiro de obras, prevenindo e controlando os processos de degradação ambiental e promovendo a recomposição das áreas alteradas para a sua reintegração à paisagem local.	1998 -2000
Monitoramento da fauna terrestre	Obtenção de informações do comportamento da fauna local frente às alterações ambientais decorrentes, monitorando a dinâmica da população nos ambientes do entorno do reservatório e analisando as alterações na estrutura das comunidades faunísticas	1998 – 2000
Monitoramento da fauna aquática	Levantamento de informação para o eficaz manejo e conservação das populações do rio Iguaçu, estabelecendo a composição quantitativa das espécies de peixes da região e analisando as alterações ocorridas nas comunidades com a mudança do regime fluvial.	1998 – 2000
Monitoramento da faixa marginal e ilhas	Realização de estudos comparativos da sucessão vegetal em diferentes estágios de desenvolvimento, avaliando a dinâmica da vegetação em função das modificações ambientais; análise da regeneração natural das espécies arbóreas dominantes nos diversos estágios e comparação com as modificações no ambiente frente aos resultados dos levantamentos de fauna.	1994 – 2000
Monitoramento dos parâmetros físico-químicos e biológicos das águas	Levantamento de dados sobre as modificações temporais e/ou espaciais dos parâmetros de qualidade das águas, acompanhando a evolução dessas verificações e implicações quanto ao uso da água, de forma a fornecer subsídios aos estudos de monitoramento da fauna aquática.	1996 – 2000
Monitoramento do aporte de sedimentos	Acompanhamento da evolução do transporte de sedimentos atuais e mediações para a calibração da curva representativa das áreas de amostragem, monitorando o processo de sedimentação no reservatório.	1994 – 1999

Avaliação e controle de escorregamentos localizados	Estudo das condições geotécnicas das áreas consideradas de risco potencial de deslizamentos e avaliação da necessidade de adoção de medidas de prevenção de acidentes	1994 – 2000
Implantação da estação climatológica	Medições climatológicas na região para registro dos dados específicos e avaliação de possíveis alterações climáticas.	1994 – 2000
Monitoramento sismológico	Monitoramento do fenômeno de modo a esclarecer a população regional quanto as causas e gravidade do problema e coleta de dados que permitissem uma análise científica, servindo como subsídio para o projeto de futuras barragens.	1994 1999
Limpeza da bacia de acumulação	Minimização dos efeitos negativos sobre os usos e qualidade das águas, possibilitando o aproveitamento econômico do potencial madeireiro da área de inundação pelos produtores rurais e atenuando os efeitos negativos sobre a fauna terrestre.	1994 – 1998

FONTE: BARROS, 2019 – Adaptado do site da Copel: https://www.copel.com/hpcopel/hotsite_caxias/programas.html

Segundo dados retirados do site da Copel (2019), esses programas acima descritos, em sua maioria foram implantados entre os meses de março de 1994 e outubro de 1999, quando houve o início do enchimento do reservatório hidrelétrico, correspondendo a um investimento em torno de 250 milhões.

Por intermédio do desenvolvimento e implantação destes programas, a Copel recebe em 2003, da Associação Internacional de Energia Hidrelétrica (IHA), prêmio em reconhecimento por seu atendimento as necessidades ambientais e sociais, oriundas da construção da usina hidrelétrica Salto Caxias. O recebimento deste prêmio é noticiado pelo jornal Tribuna do Paraná (2013), fortalecendo a responsabilidade socioambiental da empresa referente à obra:

Uma grande usina não é feita unicamente de concreto, ferro e máquinas: é feita também, ou principalmente, de cuidados com as pessoas e com o meio ambiente. Este é o maior significado do prêmio Blue Planet 2003 recentemente concedido à Copel pela Associação Internacional de Energia Hidrelétrica (IHA), em reconhecimento à excelência dos programas sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa durante a construção da Usina de Salto Caxias, no rio Iguazu, no Oeste e Sudoeste do Paraná. (JORNAL TRIBUNA DO PARANÁ, 2013).

Esse texto publicado pelo Jornal Tribuna do Paraná, elicia a grandiosidade e ao mesmo tempo a “generosidade” que perpassou a construção da usina de Salto Caxias em relação ao atendimento ambiental e social.

Contudo, neste contexto não se aprofunda, e não discute, a forma como as ações de atendimento social aconteceram, e as inter-relações que foram sendo

delineadas entre Copel e atingidos, até a constituição da garantia de direitos, seja por meio de reassentamentos ou carta de crédito, relações estas, as quais demandaram a constituição da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRABI), como uma instituição de luta pela garantia e defesa de direitos dos produtores rurais ribeirinhos, atingidos pela formação do lago hidrelétrico, sem a qual, segundo relato do Produtor(a) – 18, não teria sido possível o alcance e a garantia dos direitos sociais dos atingidos, pois, “Antes do Movimento ela ia lá só dizer que ia ser construído a barragem [...] Se não tivesse ocorrido toda a organização do movimento não tinha alcançado esses reassentamentos não, foi através do movimento mesmo”. (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) - 18, 2019).

Referente à usina hidrelétrica Baixo Iguaçu, o EIA/RIMA foi realizado em duas fases, sendo a primeira em 2004, pela empresa Engevix S.A.

Em relação a essa primeira fase, o pedido de licenciamento ambiental da hidrelétrica, sofre diversas interposições, visto que a área alagada vai atingir parte do Parque Nacional do Iguaçu, as quais estão apresentadas em tabela a baixo:

TABELA 2 - Etapas do EIA/RIMA usina hidrelétrica Baixo Iguaçu

DATA	AÇÃO
31 de maio de 2004	A Engevix S/A é comunicada através do Ofício Nº453/2004-DILIC/IBAMA/DF do entendimento do IBAMA – Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis que a competência do licenciamento ambiental da UHE Baixo Iguaçu é do IAP – Instituto Ambiental do Paraná, cabendo ao IBAMA se pronunciar quanto às interferências com o Parque Nacional do Iguaçu.
23 de junho de 2004	A Engevix S/A encaminha ao IAP cópia do Ofício Nº 453/2004-DILIC/IBAMA/DF.
12 de novembro de 2004	O empreendedor Desenvix S/A requereu junto ao IAP o licenciamento ambiental Licença Prévia da UHE Baixo Iguaçu.
08 de novembro de 2005	O IAP emite o Relatório Técnico Nº 001/2005/IAP/DIRAM/DLE que trata da Análise Preliminar do EIA/Rima da UHE Baixo Iguaçu efetuada pela Comissão Técnica Multidisciplinar de Análise constituída pela Portaria 070/2005/IAP/GP.
25 de novembro de 2005	A Justiça Federal através da Vara Federal de Francisco Beltrão (PR) com Juizado Especial Federal Cível e Criminal Adjunto, tendo em vista Medida Cautelar ajuizada pela ONG Terra de Direito, concede liminar determinando o cancelamento das Audiências Públicas que seriam realizadas nos dias 26 e 27 de novembro de 2005. O despacho judicial fundamenta-se no supracitado relatório técnico do IAP, bem como considera que a competência do licenciamento é do IBAMA, “já que o Parque Nacional do Iguaçu seria potencialmente afetado pelo empreendimento”.
06 de janeiro de 2006	O IBAMA-DF através da Diretoria de Ecossistemas emite o relatório denominado Informação Técnica Nº 02 NCA/DIREC que tem como objetivo subsidiar tomada de decisão quanto à concessão de anuência ao empreendimento UHE Baixo Iguaçu tendo em vista sua influência sobre o Parque Nacional do Iguaçu (PNI).
12 de junho de 2006	O Despacho ANEEL nº 1.274 repassa a titularidade do Processo nº 48500.004281/03-91 referente aos Estudos de Viabilidade da UHE Baixo Iguaçu, da Desenvix S/A para a Engevix Engenharia S/A, sendo que a partir da supracitada data, todos os atos referentes ao processo devem sair em nome da segunda empresa.

FONTE: BARROS, 2019 – Adaptado de: Sociedade da Água Consultoria Ambiental Ltda. UHE Baixo Iguaçu Estudo de Impacto Ambiental – EIA, 2008

Após todo esse processo, e mediante o apontamento das necessidades de regulação de alguns pontos, em 2007, assume a frente da realização dos processos necessários ao Licenciamento Ambiental, a empresa Sociedade da Água Consultoria Ambiental Ltda., que assumiu os trabalhos de revisão, atualização e complementação. A empresa mesclou sua equipe multidisciplinar com técnicos que acompanharam o primeiro processo de legalização:

Neste contexto, foram atualizados os dados regionais e locais referentes aos direitos garantidos pela Constituição - saúde, educação e segurança, assim como informações condizentes as infraestruturas de energia elétrica, telecomunicações e viária. Por outro lado, alguns aspectos do documento permaneceram intocados em face de ausência da produção de novas informações técnicas no período. Neste caso, se enquadra todo o rol de estatísticas correlacionadas aos censos demográficos e o de saneamento básico, ambos os documentos elaborados pela FIBGE – Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística no ano de 2000 e cuja atualização somente será realizada por este órgão em 2010. (SOCIEDADE DA ÁGUA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA. – EIA, 2008, p.5).

O mesmo documento ainda salienta, que os trabalhos desenvolvidos pela Sociedade da Água, não formula um novo documento, mas toma por base o documento já desenvolvido pela Engevix, efetuando alterações quando julgados necessários e pertinentes, visando à liberação ambiental da obra.

Deste novo documento, foi apontado a necessidade de desenvolver alguns programas ambientais, em um total de trinta e duas ações, os quais tinham por viés, minimizar os impactos ambientais da obra (TABELA 3).

TABELA 3 - Programas Sócio Ambientais Baixo Iguaçu

PROGRAMA	DESCRIÇÃO
Programa de Comunicação Social	Esse programa estabelece um vínculo contínuo de interlocução entre o Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI) e a população dos cinco municípios no entorno da usina hidrelétrica. O objetivo é informar sobre todas as etapas da construção do empreendimento e os benefícios esperados para a região. Para isso, profissionais do CEBI realizaram palestras em locais públicos, visitaram propriedades e produziram peças de divulgação, como spots em rádio e folders.
Programa Educação Ambiental	O Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI) acredita que a comunidade precisa estar envolvida para que as iniciativas de mitigação dos impactos ambientais da usina hidrelétrica funcionem. Por isso, o grupo promoveu atividades de educação ambiental com funcionários e a população do entorno do empreendimento. Uma das principais frentes de ação foi realizada em escolas, através de cursos de formação de professores, por exemplo. Outra atividade prioritária do programa foram palestras mensais para trabalhadores da obra.
Programa de Acompanhamento das Interferências com Direitos Minerários	Informa e orienta os proprietários de direitos minerários afetados para que haja correto entendimento e justa indenização.
Programa de Apoio aos Municípios e às Comunidades Locais	O programa define ações para compensar os potenciais impactos sociais do aumento populacional provocados pela obra. Para isso, o Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI) firmou convênios com prefeituras do entorno da usina para selecionar investimentos prioritários nas áreas de saúde, educação, segurança pública, lazer e infraestrutura. Entre as iniciativas do consórcio, definidas em

	conjunto com os municípios, destacam-se: a construção da nova sede para a Polícia Militar, em Capanema; a ampliação da Escola Municipal Santa Mônica, em Capitão Leônidas Marques; e a instalação de câmeras de segurança nos cinco municípios.
Programa de Saúde	O programa de saúde realiza campanhas para monitorar a distribuição e a quantidade de insetos e moluscos presentes na área de abrangência da usina hidrelétrica. O objetivo é evitar potenciais riscos à saúde provocados pela proliferação descontrolada de vetores durante as obras e a operação da Usina Baixo Iguaçu. Medidas preventivas também foram tomadas para prevenir problemas de saúde após a identificação dos vetores.
Programa de Seleção e Treinamento de Mão de Obra Local	O Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI) priorizou a contratação de empregados locais para a obra como forma de impulsionar o desenvolvimento da região do entorno da usina hidrelétrica. O grupo ainda ofereceu treinamento para a qualificação da mão de obra local. Entre 2013 e 2017, o empreendimento contratou 6.908 trabalhadores de diversos níveis. Do total, 60% (4.131) foram profissionais originados da própria região.
Programa de Desenvolvimento Turístico, Lazer e Recreação	O programa foi proposto para desenvolver o turismo sustentável da região. Para isso, o grupo do Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI) elaborou um plano operacional para os municípios da área de influência direta do empreendimento. As atividades incluíram um mapeamento das opções turísticas, a capacitação e o treinamento de agentes públicos e empreendedores locais ligados ao turismo. Também foram produzidos um site e folhetos de divulgação turística da região.
Programa de Prospecção Arqueológica Intensiva	A prospecção, o resgate e a pesquisa de artefatos e sítios arqueológicos foram realizados por especialistas contratados pelo Consórcio Empreendedor Baixo Iguaçu (CEBI). O programa recebeu investimentos de mais de R\$ 2 milhões do consórcio e revelou relíquias e sítios arqueológicos na área de influência direta e indireta da usina. As descobertas agora fazem parte do Cadastro Nacional de Sítios Arqueológicos do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan). Os itens coletados serão encaminhados para o Museu Regional do Iguaçu, no município de Reserva do Iguaçu, também no sudoeste do Paraná. Uma das descobertas da prospecção, o sítio arqueológico de Vista Alta será aberto à visitação.
Programa de Apoio à Elaboração das Agendas 21	Contribui para que as comunidades elaborem e executem os processos da Agenda 21 local nos municípios diretamente abrangidos pela usina, considerando as vulnerabilidades e potencialidades de suas bases econômicas, sociais, culturais e ambientais.
Programa de Monitoramento do Lençol Freático e Qualidade das Águas Subterrâneas	O programa promoveu uma série de campanhas de monitoramento do lençol freático e da qualidade das águas subterrâneas na área de influência da usina hidrelétrica. Esse acompanhamento possibilita diagnosticar o estado do aquífero sob o empreendimento para adotar medidas que evitam qualquer impacto aos recursos hídricos da região. Os resultados mostraram eventos dentro dos normais esperados.
Programa de Monitoramento Sismológico	Monitora a atividade sísmica natural antes do enchimento físico do reservatório, determinando o padrão existente e verificando as possibilidades de efeitos induzidos durante e após sua formação. Contribui com o sistema nacional de defesa civil no sentido de emitir alerta no caso de eventos sísmicos de maior intensidade.
Programa de Monitoramento Hidrossedimentológico	A UHE Baixo Iguaçu é a sexta e última hidrelétrica construída no Rio Iguaçu e sofre influências desses empreendimentos. Entre elas, está o fluxo de transporte de sedimentos no leito do rio. Por isso, esse programa monitora o volume e as características de sedimentos que se movem com a força das águas tanto do Rio Iguaçu quanto de seus afluentes próximos à usina. Isso permite identificar qualquer alteração nos rios e um potencial impacto na área do Parque Nacional do Iguaçu.
Programa de Monitoramento Climatológico	O programa produz mensalmente boletins estatísticos das variáveis meteorológicas na região de influência direta da usina hidrelétrica. São monitoradas condições de temperatura do ar, umidade relativa do ar, radiação solar, evapotranspiração, precipitação, pressão atmosférica, velocidade do vento e direção do vento. Além da estação do Sistema Meteorológico do Paraná (Simepar) instalada na UHE Baixo Iguaçu, o monitoramento meteorológico é feito por outras quatro estações, duas operadas pelo Simepar e duas pelo Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet).
Programa de Consolidação do Corredor de Biodiversidade	O programa visa recuperar áreas florestais e promover o retorno de espécies nativas que vinham se tornando raras no sudoeste do Paraná. Ao todo, 1.700 hectares de vegetação estão sendo reflorestados nas margens do Rio Iguaçu que circundam o reservatório de 13 quilômetros quadrados do empreendimento. A implantação do corredor verde vai conectar a unidade de preservação do Parque Nacional do Iguaçu com fragmentos isolados de vegetação, criando uma zona de trânsito de animais. O programa não vai apenas reflorestar trechos das margens do Rio Iguaçu, mas também reerguer as matas ciliares das bacias dos rios afluentes do Iguaçu na região.
Programa de Resgate e Aproveitamento Científico da Flora	O programa tem como objetivo formar um banco de sementes para resguardar a variedade genética das espécies que poderiam sofrer impacto das obras da UHE Baixo Iguaçu. As atividades compreenderam a realização de um inventário das espécies vegetais da região, a coleta de material genético das plantas, a implantação de viveiros provisórios e do banco de sementes.
Programa de Resgate e Aproveitamento Científico da Fauna	O objetivo do programa é preservar os animais de florestas e rios durante a implantação da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu. Equipes de biólogos e veterinários resgataram espécies com risco de serem afetadas durante o processo de limpeza da área do empreendimento e durante o enchimento do reservatório. Se estivessem em boas condições de saúde, os animais eram registrados e soltos na Área de Preservação Permanente. Se fossem vulneráveis, eram levados a uma base de apoio que foi erguida temporariamente às margens do Rio Iguaçu pelo CEBI. Lá recebiam alimentação, tratamento e acompanhamento clínico até estarem aptos a serem realocados nas áreas de soltura pré-determinadas.
Programa de Estudos para Conservação da Flora	O objetivo do programa é apresentar propostas para a recuperação das áreas de preservação permanente do reservatório e da área de influência da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu. No processo, técnicos mapearam as espécies vegetais de trechos que haviam sido desmatados pelo avanço da agropecuária e definiram locais e métodos para o reflorestamento.
Programa de Monitoramento do Meio aquático	O programa monitora possíveis alterações sazonais da qualidade da água, seja por eventos naturais ou pelo impacto da construção e operação da UHE Baixo Iguaçu. Relatórios são produzidos com análises físicas, químicas e biológicas da água e dos sedimentos do rio, assim como das

Subprograma Limnologia e da Qualidade da Água	comunidades aquáticas (fitoplâncton, zooplâncton e zoobentos) da região. Ações preventivas são adotadas para evitar a poluição dos cursos hídricos.
Programa de Monitoramento do Meio Aquático	O programa prestou especial atenção à espécie do surubim do Iguazu, o maior peixe do Rio Iguazu, que é endêmico, ou seja, ocorre apenas na região, e que chegou a ser considerado extinto há algumas décadas. Biólogos usaram transmissores de telemetria combinada para estudar o comportamento da espécie. Eles monitoraram 50 peixes em um trecho de 105 quilômetros do Iguazu e seus afluentes que se estendia desde a usina hidrelétrica Salto Caxias – acima de Baixo Iguazu – até o Parque Nacional do Iguazu. O monitoramento segue após a conclusão das obras.
Subprograma Monitoramento da Ictiofauna	
Programa de Conservação e Monitoramento da Fauna Terrestre e Semiaquática	O programa mapeou e documentou a diversidade de animais terrestres e semi- aquáticos em toda a área de influência da UHE Baixo Iguazu. Foram realizadas ações de campo, nas quais as equipes técnicas registraram mais de 300 vertebrados, inclusive espécies ameaçadas de extinção, como o gato-do-mato-pequeno e a onça-pintada, e as chamadas bioindicadoras, ou seja, sensíveis à ação humana, como o gavião-pato e o pássaro macuru. Alguns animais receberam especial atenção no monitoramento, entre eles a lontra e o cágado-rajado.
Programa de Monitoramento da Paisagem	O programa monitora as alterações na paisagem ocasionadas pela implantação da UHE Baixo Iguazu. Técnicos realizam a elaboração periódica de mapas com a evolução do uso e da ocupação do solo na área de influência direta do empreendimento. Mudanças na paisagem monitoradas incluíram a supressão vegetal e o reflorestamento, assim como a movimentação de terra para a implantação do canteiro de obras do reservatório. Para a realização do monitoramento, foram usadas imagens de satélite de antes e depois das obras.
Programa onça-pintada: Consolidando ações de monitoramento e de educação ambiental	A onça-pintada e o puma são os maiores predadores terrestres da região no entorno da UHE Baixo Iguazu. Em geral, a presença deles é considerada uma ameaça para as comunidades próximas a áreas de remanescentes florestais. Por isso, profissionais do consórcio realizaram ações para identificar potenciais áreas de ocorrência e atividades educativas para reforçar a necessidade de preservação das espécies.
Programa de Recuperação de Áreas Degradadas	O programa sistematiza as técnicas e práticas operacionais para recuperar as áreas degradadas pelas atividades de construção da UHE Baixo Iguazu. O objetivo é recompor as características ambientais e paisagísticas do entorno do empreendimento. As etapas do processo vão desde o mapeamento da área do canteiro de obras que sofre intervenções até a recuperação e a garantia da estabilidade da vegetação reflorestada.
Programa de Limpeza da Bacia de Acumulação	O programa define o plano operacional de supressão da vegetação para o enchimento do reservatório da UHE Baixo Iguazu. Nesse processo, foram tomadas medidas para garantir a qualidade da água do Rio Iguazu e reduzir os eventuais impactos sobre a paisagem a ser formada após o enchimento do reservatório.
Programa de Remanejamento e Monitoramento da População Atingida	O setor fundiário recebeu especial atenção do Consórcio Empreendedor Baixo Iguazu (CEBI). Uma série de medidas foram tomadas para garantir que as populações afetadas pela instalação do empreendimento mantivessem seus vínculos culturais, sociais e econômicos. O CEBI coordenou a desapropriação e indenização de terras, a aquisição de novas áreas e a relocação das populações. Após o remanejamento, as equipes seguem monitorando o desenvolvimento social e econômico e prestando assessoria técnica para garantir a adaptação das famílias em suas novas propriedades.
Programa de Redequação e Relocação da Infraestrutura	O enchimento do reservatório da Usina Hidrelétrica Baixo Iguazu demanda alterações na infraestrutura local, como em estradas, propriedades, construções, redes de esgoto etc. Esse programa define as diretrizes de adequação do entorno do empreendimento. As ações e melhorias na infraestrutura foram realizadas de forma preventiva.
Programa de Limpeza da Bacia de Acumulação Desmatamento	Remove a vegetação das áreas a serem inundadas pelo reservatório da Usina. A retirada prévia da vegetação do local melhora a qualidade da água do reservatório e serve como refúgio para os animais.
Programa de Fiscalização dos Recursos Naturais	O programa estabeleceu uma parceria com o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) para intensificar as ações de fiscalização e coibir a caça, pesca e o extrativismo predatórios nos limites do Parque Nacional do Iguazu e na área do entorno da UHE Baixo Iguazu. O consórcio implantou uma base de apoio operacional em Capanema para apoiar os agentes de fiscalização.
Programa de Consolidação de Unidades de Conservação	Fornecer informações para determinação do valor e correta aplicação dos recursos financeiros da compensação ambiental pela implantação da Usina.
Programa de Gestão Ambiental das Águas e do Entorno do Reservatório da UHE Baixo Iguazu	Estabelece diretrizes para que, durante e após a construção da barragem e enchimento do reservatório, existam normas que definam as formas com que a população passe a conviver com esta nova realidade.
Programa de Controle Ambiental para Construção	O programa elaborou as diretrizes ambientais para a construção do UHE Baixo Iguazu, assim como as rotinas de supervisão ambiental das obras. Também orientou o consórcio e as empresas contratadas quanto às responsabilidades e obrigações técnicas, legais e socioambientais a serem seguidas na construção do canteiro de obras e nas infraestruturas necessárias à implantação do empreendimento.
Programa de Gerenciamento Ambiental	O programa define todas as ações a serem tomadas para mitigar e compensar os impactos ambientais provocados pela UHE Baixo Iguazu. Ele controla a execução da obra, envolve a fiscalização, monitoramento e controle das atividades ambientais.

FONTE: BARROS, 2019. Adaptado de: <<http://baixoiguacu.com.br/meio-ambiente>>

Ao analisar as propostas contidas no EIA/RIMA que perfazem os projetos ambientais referentes às duas hidrelétricas, percebe-se a riqueza e a abrangência das ações propostas, que são descritas de forma ampla e envolvem todas as áreas de influência da construção, ficando claro mediante a apresentação dos programas, uma abrangência e complexidade no atendimento as consequências ambientais oriundas da implantação das usinas, que perpassa desde o atendimento social referente à necessidade de desapropriação dos locais que serão atingidos pelo alagamento até o processo de reassentamento dos produtores rurais e famílias atingidas em ações não apenas pontuais ao momento da obra, mas com o acompanhamento posterior visando que estes sujeitos pudessem manter vínculos culturais, sociais e econômicos estabelecidos na realidade atual, sendo atendidos com espaços providos com infraestrutura, auxiliando desta forma em assegurar a integração social e a auto sustentação econômica, bem como delineando ações ambientais, que deixam transparecer o cuidado no desenvolvimento de ações que tem em seu objetivo prevenir ou ao menos minorar as consequências ambientais que a intervenção nesse meio podem ocasionar.

Pode ser observado ao mesmo tempo, que as ações propostas nos dois planos ambientais por mais que aconteçam em um distanciamento de vinte anos, demonstram uma aproximação entre seus pontos, e até mesmo que as ações de intervenção na realidade do Baixo Iguaçu superam as de Salto Caxias, respeitando é claro as peculiaridades características de cada contexto, mas mantendo uma similaridade na intervenção socioambiental.

Esses projetos socioambientais não são benesses das empresas, mas se tornam comprometerimentos necessários para que a mesma possa cumprir a legislação ambiental vigente e assim poder desenvolver suas ações com a liberação ambiental da obra. Contudo ao defrontar os projetos com a intervenção ocorrida nas realidades sociais, fica exposto um distanciamento relacionado a teoria e prática visto a frágil aplicabilidade e apresentação concreta das ações propostas.

Esse desalinho em relação à apresentação e desenvolvimento e aplicação prática dos projetos nas realidades socioambientais, fica exposto, a fala do Produtor(a) – 3, demonstra o distanciamento da empresa em relação aos atingidos, ao salientar que:

Quando a empresa chegou, eles não conversaram com ninguém dos atingidos, tanto que, um dos atingidos que mora hoje aqui no reassentamento, ele morava no canteiro de obra, foi, as máquinas chegaram e foram abrindo a lavoura, foram arrancando cerca e tudo, não disseram nem bom dia nem boa tarde, foram indo, foram invadindo. Então esse diálogo com a empresa nunca existiu né. Eles invadiram e acabou. Eles só vinham conversar com nós a partir do momento que se fazia um ato público, alguma coisa que queimava a imagem deles. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 3, 2019).

Outro ponto que fica destacado nos projetos é a ação que discorre e direciona sobre questões de atendimento social que perpassam toda a construção da obra com acompanhamento posterior a concretização dos reassentamentos. Nas entrevistas de campo e nos relatos dos produtores rurais ribeirinhos atingidos pelas obras, ficou claro a não aplicabilidade deste ponto, visto que sem uma organização social de defesa e garantia de direitos sociais, agregado a um movimento de cobrança com manifestações, enfrentamentos, paralisações das obras o direito dos produtores rurais em serem reassentados não haveria acontecido.

Ao mesmo tempo ao analisar os dois cenários pode ser percebido que o movimento de busca por interesse de contemplar os objetivos do capital não foi alterado no decorrer do tempo, visto manter proposta de intervenção muito idênticas, mas pode se perceber que existe de forma clara uma fragilização nas ações sociais. Essa fragilização pode ser entendida retomando ao retomar ao perceber que em muitos relatos colhidos em campo, a figura do Estado ainda é considerada como defendido pelos apologistas burgueses como um “órgão de conciliação” das classes o que distorce a real posição do Estado, sendo que “O poder executivo do Estado moderno não passa de um comitê para gerenciar os assuntos comuns de toda a burguesia”, (MARX; ENGELS, 1998, p. 12).

Desta forma, essas relações de atendimento, destoam das formas divulgadas pela mídia e mesmo das ações constantes no EIA/RIMA, as quais são conhecidas socialmente, e serão estudadas posteriormente, na análise das falas coletadas em entrevista de campo, dos produtores rurais atingidos pela usina, como uma forma de refletir e entender as relações estabelecidas entre empresa, Estado e sociedade entendida aqui como os atingidos pela barragem.

2.3 CONTEXTUALIZAÇÃO DO CENÁRIO DA REGIÃO OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ À ÉPOCA DA CONSTRUÇÃO DE SALTO CAXIAS E BAIXO IGUAÇU E IDENTIFICAÇÃO DOS SUJEITOS

Para entender como as relações e os delineamentos políticos se estruturam e se manifestam, bem como entender o posicionamento dos produtores rurais frente à construção das usinas hidrelétricas de Salto Caxias e Baixo Iguaçu, torna-se importante, contextualizar esses dois momentos, pois se apresentam afastados no tempo.

De modo geral, o interior paranaense, especialmente a região sudoeste, não é uma região de grande desenvolvimento industrial, contudo, é uma potência relacionada à produção agrícola, possuindo relevo apropriado e terras férteis. Portanto, seu desenvolvimento econômico está pautado, de forma intrincada, na disputa e na posse relacionada à exploração da terra, sendo esta “concebida pela elite como fonte de poder (político/econômico) e pelos camponeses como espaço de trabalho e de relações, orientado para a produção e reprodução da vida biológica e social.” (BATISTTI, 2006, p. 66).

São essas diferenças de concepções – relacionadas ao mesmo fator, ou seja, à terra, vista, desde um ângulo de observação, como ferramenta de ampliação econômica, servindo aos interesses de uma parcela social, e delineada por interesses capitalistas e, desde outro, como modo de vida e de sustentabilidade – que dão a tônica aos direcionamentos políticos como, também, aos conflitos originados na construção de usinas hidrelétricas.

Essa luta pelo domínio da terra no Paraná é algo antigo. Ela se demonstra, de forma mais acentuada, em dois momentos específicos: o primeiro, quando se deu a revolta de 1957, onde o sudoeste paranaense foi cenário de grandes conflitos, envolvendo o poder público, companhias colonizadoras e posseiros na luta pelo domínio da terra. O segundo momento ocorreu na década de 1980, quando entraram em conflito “agricultores familiares, minifundistas e sem terra, com o capital industrial e comercial, principalmente das áreas da madeira e da pecuária.” (VERONESE, 1998, p. 69-70).

O que é intrínseco a esses conflitos, centra-se no jogo de interesses e na relação de forças sociais e econômicas. Esse cenário é sintetizado por Batistti (2006, p. 66), que expressa: “Na realidade, o que se delineava no Sudoeste era a

luta permanente entre os dois polos extremos do processo de ocupação do território brasileiro: de um lado, o monopólio fundiário, de outro, a divisão da terra em pequenas propriedades.”

Esses dois momentos foram remontados com a finalidade de explicitar que os produtores rurais da região oeste do Paraná têm um histórico de lutas em defesa da garantia de seus direitos, pela importância dada à terra e ao seu domínio, ora de um lado para manutenção da vida, ora de outro para geração e acumulação de lucro.

Mediante esse cenário histórico, a reflexão centra-se agora relacionada ao processo de construção de usinas hidrelétricas, onde a utilização da mesma, ou seja da terra, passa a ser considerada como necessidade para a produção de energia, e a desapropriação dos produtores rurais ribeirinhos, como consequência necessária ao desenvolvimento econômico.

Aliado a isso, temos a necessidade de averiguar se existem interesses que sustentam esse posicionamento e a forma como esses vão contribuir com o direcionamento das ações políticas, bem como de que maneira vão delinear a necessidade de luta por defesa e garantia de direitos, promovida pelos agricultores ribeirinhos.

A análise temporal da realidade de cada contexto, referente à usina de Salto Caxias e Baixo Iguaçu, torna-se importante para entendermos o delineamento e a manifestação de cada movimento, pois isso nos possibilita entender a forma como cada espaço social foi organizado, assim como os desafios enfrentados por esses movimentos e pelos produtores rurais que foram atingidos pelas obras hidrelétricas.

Diante dessas questões, passamos a analisar, primeiramente, o movimento social nascido da construção de Salto Caxias e, concomitantemente, será abordado o movimento social do Baixo Iguaçu.

Nessa parte da pesquisa, apresentamos a identificação dos Produtores e famílias reassentadas, participantes da pesquisa de campo referente ao movimento social dos atingidos por Barragens de Salto Caxias e Baixo Iguaçu, que integraram a organização do movimento dos Atingidos por Barragens das respectivas localidades. Nesse espaço expomos o levantamento de pontos referentes à localidade dos reassentamentos, às famílias participantes das entrevistas de cada usina hidrelétrica, à composição familiar, à estrutura familiar por idade, à ocupação dos integrantes da família.

2.3.1 Salto Caxias

Com o processo de construção e a formação do lago hidrelétrico, referente à Usina Salto Caxias, segundo dados levantados em entrevista com o Produtor(a) – 16, em torno de duas mil famílias foram atingidas, sendo que desse total, 332 optaram por ser ressarcidas mediante carta de crédito, em torno de 1064 famílias, por terem mais de 5 alqueires de terra, foram pagas conforme a avaliação feita pela empresa, e seiscentas e quatro foram reassentadas, em áreas coletivas, perfazendo um total médio de duas mil e oitocentas pessoas atendidas.

Do total de reassentados, 53 famílias, em uma média de 212 pessoas, foram reassentadas no então denominado reassentamento Agroibema (Figura 23), cuja dimensão pode ser observada na imagem que abaixo disponibilizamos.

Figura 23 - Reassentamento Agroibema



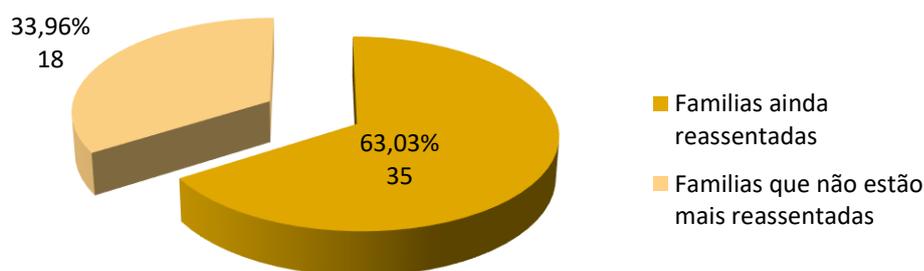
FONTE: BARROS, 2019. Adaptado Google Maps – 30/06/2019 – Área de abrangência do Reassentamento Agroibema.

O reassentamento Agroibema foi constituído a vinte e dois anos, na efervescência da Comissão Regional dos Atingidos por Barragens do Rio Iguaçu (CRABI). Ele está localizado na divisa entre os municípios de Cascavel, Ibema e Campo Bonito. Inicialmente, foi composto por cinquenta e três famílias atingidas pela usina hidrelétrica de Salto Caxias, mas hoje esse número já se alterou, visto a saída de algumas famílias e a constituição de outras. As primeiras famílias começaram a residir no local no final de 2007.

Após 22 anos de constituição do reassentamento, 18 das famílias reassentadas não residem mais na localidade e, dessa forma, nosso universo de pesquisa total referente a esse reassentamento contava com a possibilidade de entrevistar 35 famílias reassentadas.

Dessas 35 famílias, apenas nove se disponibilizaram a participar do estudo. Ressaltamos, ainda, que dessas, três participaram diretamente das ações do movimento, as chamadas lideranças¹³, podendo contribuir de forma mais consistente com o estudo. Essas informações (Gráfico 1) estão demonstradas a seguir.

GRÁFICO 1 - Famílias reassentadas e famílias desistentes – Agroibema



Fonte: BARROS (2019) – Construído por meio dos dados levantados em pesquisa de campo.

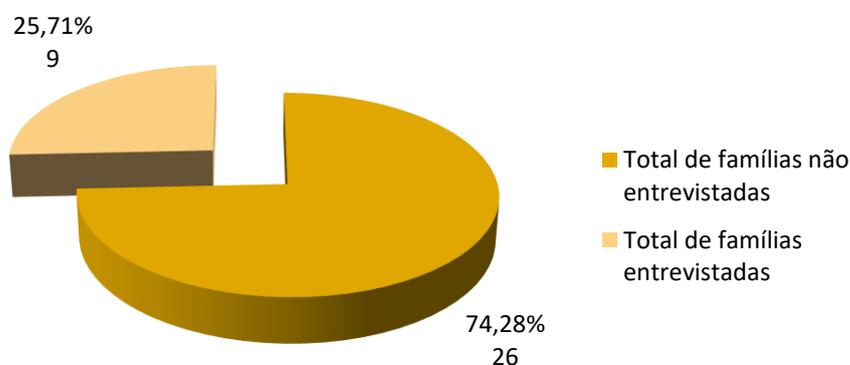
¹³ As lideranças relacionadas ao Movimento dos Atingidos por Barragens eram pessoas da comunidade que se destacavam na organização e manifestação frente à luta por garantia de direitos, tendo a responsabilidade de fazer a ligação e promover processo de informação e articulação e negociação com as demais lideranças, referente ao posicionamento ofensivo e excludente da empresa hidrelétrica.

O convite a participação da entrevista, foi estendido a todas as famílias moradoras da comunidade. A não participação foi dialogada com os entrevistados na busca por entender a questão.

Essa ausência apontou um movimento de fragilização dos vínculos sociais, perpassado por um forte sentimento de individualidade. Tal sentimento foi se impondo com o decorrer do tempo e instalou e aprofundou o processo de desmobilização das forças de luta, bem como fragilizou a percepção dos sujeitos como movimento social em uma ação coletiva.

Diante do exposto referente ao universo de pesquisa dos produtores atingidos pela usina de Salto Caxias, o campo de pesquisa apresenta-se com uma cobertura referente a 26% (Gráfico 2) dos atingidos e reassentados entrevistados, como apontamos no gráfico apresentado na sequência.

GRÁFICO 2 - Porcentagem de Famílias Entrevistadas – Reassentamento Agro Ibema



Fonte: Barros (2019) – Construído por meio dos dados levantados em pesquisa de campo.

Referente à composição geral das famílias entrevistadas, relacionadas a Salto Caxias, concernente à quantidade de pessoas por núcleo familiar, idade, e ocupação, esses dados estão demonstrados numa tabela (Tabela 4) na qual estruturamos tais dados e que expomos abaixo.

**TABELA 4 - Composição do Núcleo Familiar dos Reassentados de Salto Caxias
- tabela de análise de dados referente às famílias entrevistadas usina
hidrelétrica Salto Caxias**

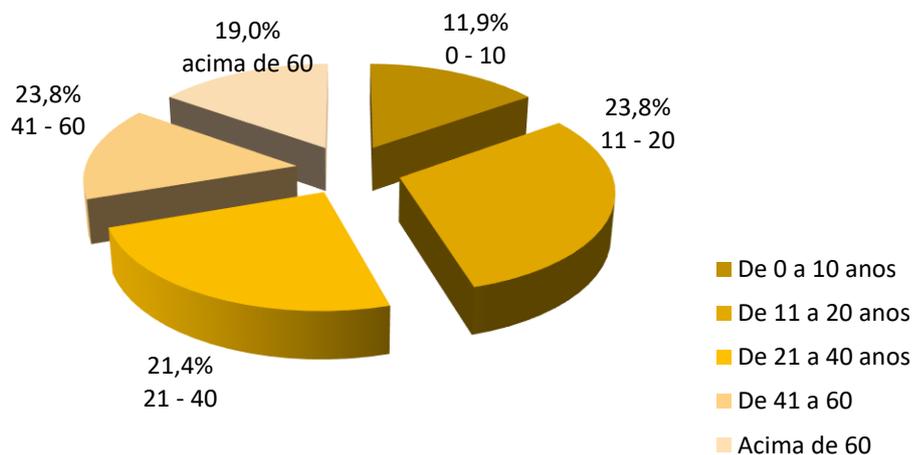
ENTREVISTADO	IDADE	ONDE TRABALHA	COMPOSIÇÃO FAMILIAR				TOTAL DE INTEGRANTES DA FAMÍLIA
			PRODUTOR(A)	PARENTESCO	IDADE	ONDE TRABALHA	
Produtor(a) - 15	54	Propriedade	Produtor(a) 15.1	Esposo(a)	53	Propriedade	3
			Produtor(a) 15.2	Filho(a)	25	Propriedade	
Produtor(a) - 16	58	Propriedade	Produtor(a) 16.1	Filho(a)	37	Propriedade	10
			Produtor(a) 16.2	Filho(a)	32	Cidade	
			Produtor(a) 16.3	Filho(a)	24	Cidade	
			Produtor(a) 16.4	Nora/Genro	35	Propriedade	
			Produtor(a) 16.5	Nora/Genro	31	-----	
			Produtor(a) 16.6	Neto(a)	16	Estudante	
			Produtor(a) 16.7	Neto(a)	11	Estudante	
			Produtor(a) 16.8	Neto(a)	9	Estudante	
			Produtor(a) 16.9	Neto(a)	3 meses	-----	
Produtor(a) - 17	72	Aposentado (a)	Produtor(a) 17.1	Esposo(a)	71	Aposentado (a)	7
			Produtor(a) 17.2	Filho(a)	45	Cidade	
			Produtor(a) 17.2	Nora/Genro	43	Casa	
			Produtor(a) 17.3	Neto(a)	18	Estudante	
			Produtor(a) 17.4	Neto(a)	13	Estudante	
			Produtor(a) 17.5	Neto(a)	11	Estudante	
Produtor(a) - 18	60	Cidade	Produtor(a) 18.1	Esposo(a)	36	Cidade	3
			Produtor(a) 18.2	Filho(a)	15	Estudante	
Produtor(a) - 19	42	Propriedade	Produtor(a) 19.1	Esposo(a)	42	Cidade	4
			Produtor(a) 19.2	Filho(a)	8	Estudante	
			Produtor(a) 19.2	Filho(a)	11	Estudante	
Produtor(a) - 20	69	Propriedade	Produtor(a) 20.1	Esposo(a)	65	Casa	2
Produtor(a) - 21	71	Aposentado (a)	Produtor(a) 21.1	Esposo(a)	72	Aposentado (a)	2
Produtor(a) - 22	45	Propriedade	Produtor(a) 22.1	Esposo(a)	46	Propriedade	4
			Produtor(a) 22.2	Filho(a)	19	Estudante	
			Produtor(a) 22.3	Filho(a)	15	Estudante	
Produtor(a) - 23	39	Propriedade	Produtor(a) 23.1	Esposo(a)	37	Propriedade	7
			Produtor(a) 23.2	Pai/Mãe	72	Aposentado (a)	
			Produtor(a) 23.3	Pai/Mãe	71	Aposentado (a)	
			Produtor(a) 23.4	Filho(a)	11	Estudante	
			Produtor(a) 23.5	Filho(a)	7	Estudante	
			Produtor(a) 23.6	Filho(a)	1	-----	

Fonte: BARROS (2019) – Construída por meio dos dados levantados em pesquisa de campo.

Frente aos dados da pesquisa total com os produtores atingidos pela Usina Hidrelétrica de Salto Caxias, vemos que, referente à composição familiar dos

entrevistados, 11,9 % possuem de 0 a 10 anos de idade, 23,8 % de 11 a 20 anos, 21,4 % de 21 a 40 anos, 23,8 % de 41 a 60 anos de idade, 19,0 % com idade acima de 60 anos. Esses dados também podem ser observados no gráfico 3.

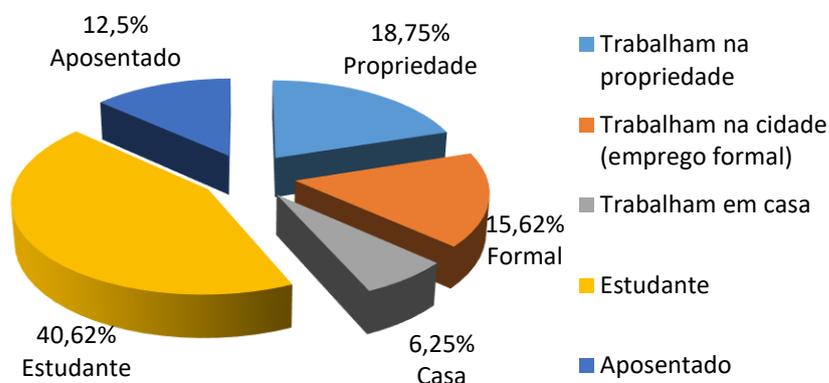
GRÁFICO 3 - Composição familiar idade – Agroibema



Fonte: BARROS (2019) – Construído por meio dos dados levantados em pesquisa de campo.

Em relação à ocupação dos produtores entrevistados e de sua estrutura familiar, observamos que nem todos se dedicam ao cultivo da terra, já que cerca de cinquenta e cinco por cento desse contingente é declarado como estudantes, ou trabalham em emprego formal. Tal fato pode ter contribuído, e ainda estar contribuindo, para o enfraquecimento da manifestação do movimento.

GRÁFICO 4 - Composição familiar referente à ocupação – Agroibema



Fonte: BARROS (2019) – Construído por meio dos dados levantados em pesquisa de campo.

Como compreensão de alguns desses dados, podemos mencionar que um movimento social apenas sobrevive em sua ação coletiva. Quando os sujeitos se distanciam de seu motivo de luta, abre-se a possibilidade de neles se incutir objetivos diversos e isso contribui para se perder o direcionamento coletivo, ocasionando o fato dos sujeitos já não mais se reconhecerem enquanto coletividade.

Dessa realidade investigada na comunidade de Agroibema, passamos, a seguir, a visualizar o contexto existencial das pessoas envolvidas com a construção da usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu.

2.3.2 Baixo Iguaçu

A usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu teve sua construção formalizada e seu início no ano de 2013, entrando em funcionamento em 2019. Esta usina foi construída com a tecnologia “fio d’água” na qual não se tem a função de acumular grande volume hídrico para a produção de eletricidade. Isso, supostamente, proporcionaria, também, um menor impacto socioambiental.

Mesmo com essa tecnologia, segundo dados coletados em entrevista com o Produtor(a) - 25, segundo os levantamentos feitos pela empresa havia, no início, um total de 1012 famílias que seriam, de alguma forma, atingidas pela construção da obra.

Desse total, algumas famílias não cumpriam com os requisitos estipulados pela empresa para serem indenizadas e, por este motivo, o número total foi reduzido para 950 famílias atingidas, em uma média de três mil e quinhentas pessoas, em cinco municípios vizinhos, sendo a maior parte da cidade de Capitão Leônidas Marques.

Desse total, apenas vinte famílias foram reassentadas coletivamente, levando-se, ainda, em consideração o fato delas estarem em dois reassentamentos distintos, localizados nas cidades de Capanema, com onze reassentados, e Santa Tereza, com nove reassentados. Outras famílias foram atendidas e reassentadas individualmente. Existem, também, famílias que fizeram acordos individuais, e, ainda, famílias que não foram indenizadas e ainda todavia buscam seus direitos.

Sobre as famílias que fizeram acordos individuais e sobre aquelas que ainda buscam por garantir seus direitos, o(a) produtor(a) em questão, bem como os(as) demais entrevistados(as), não souberam informar números específicos. Esse desconhecimento por parte de parcela dos envolvidos revela aspectos sobre a ação e os interesses hegemônicos e de classe, em promover ações que visam a enfraquecer o movimento dos atingidos, pois, ao se distanciarem, os sujeitos da luta social coletiva se enfraquecem e as possibilidades de diálogos e reflexões passam pelo mesmo processo.

Isso se demonstra, também, no distanciamento dos reassentamentos coletivos e na sua pequena adesão. Pelas imagens a seguir expostas (Figura 24 e 25), podemos ter uma ideia da configuração desses reassentamentos.

Figura 24 - Reassentamento Capanema



FONTE: BARROS, 2019. Adaptado Google Maps – 30/06/2019 – Área de abrangência do Reassentamento Baixo Iguçu – Capanema

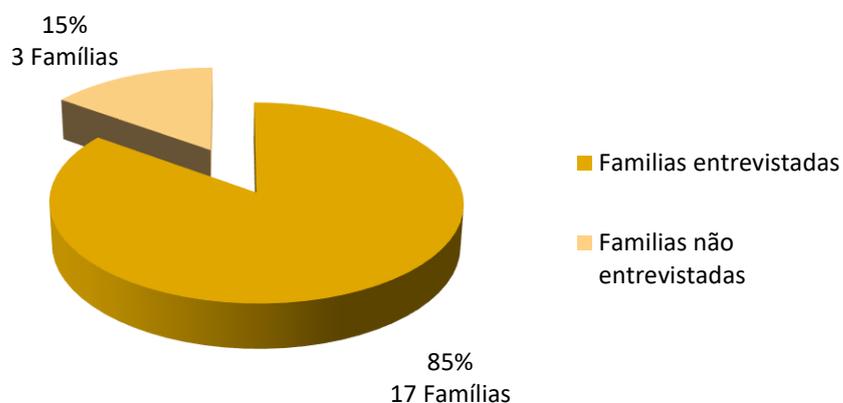
Figura 25 - Reassentamento Santa Tereza



FONTE: BARROS, 2019. Adaptado Google Maps – 30/06/2019 – Área de abrangência do Reassentamento Baixo Iguaçu – Santa Tereza

Desse total de vinte famílias reassentadas, dezesseis foram entrevistadas, sendo dessas, oito de Capanema, um reassentado individual e sete de Santa Tereza do Oeste, perfazendo um total de 80% das famílias reassentadas, como demonstrado no gráfico (gráfico 5) disponível na sequência.

GRÁFICO 5 - Percentual de famílias entrevistadas em relação às reassentadas – Baixo Iguaçu



Fonte: BARROS (2019) – Construído por meio dos dados levantados em pesquisa de campo.

Referente à composição geral das famílias entrevistadas relacionadas à Baixo Iguaçu, em relação à quantidade de pessoas por núcleo familiar, à idade e à ocupação, esses dados estão, também, organizados e demonstrados numa tabela (tabela 2) que o sintetiza e nos possibilita uma visão generalizada.

TABELA 5 - Tabela de análise de dados referente às famílias entrevistadas usina hidrelétrica Baixo Iguaçu

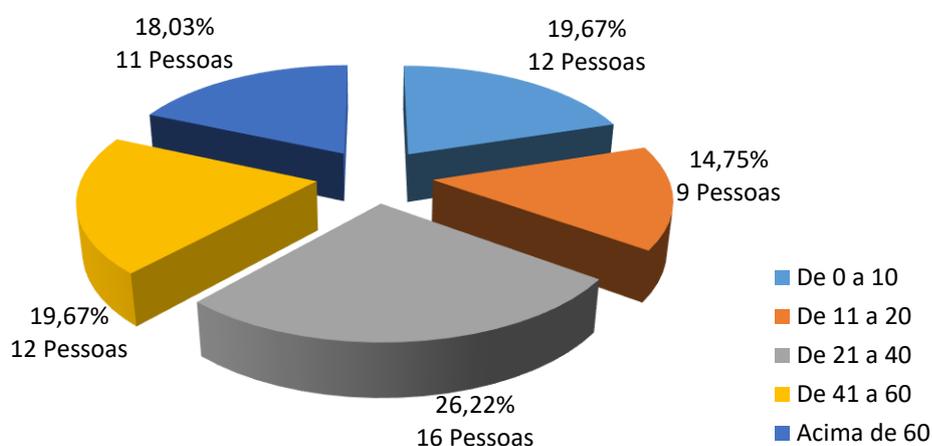
ENTREVISTADO	IDADE	ONDE TRABALHA	COMPOSIÇÃO FAMILIAR				TOTAL DE INTEGRANTES DA FAMÍLIA
			PRODUTOR(A)	PARENTESCO	IDADE	ONDE TRABALHA	
Produtor(a) – 1	30	Propriedade	Produtor(a) 1.1	Esposo(a)	30	Propriedade	3
			Produtor(a) 1.2	Filho(a)	4	_____	
			Produtor(a) 1.3	Filho(a)	1	_____	
Produtor(a) – 2	59	Propriedade	Produtor(a) 2.1	Esposo(a)	67	Propriedade	2
Produtor(a) – 3	38	Propriedade	Produtor(a) 3.1	Esposo(a)	37	Propriedade	5
			Produtor(a) 3.2	Filho(a)	14	Propriedade	
			Produtor(a) 3.3	Filho(a)	6	_____	
			Produtor(a) 3.4	Filho(a)	2	_____	
Produtor(a) – 4	32	Propriedade	-----	-----	-	-----	1
Produtor(a) – 5	37	Propriedade	Produtor(a) 5.1	Esposo(a)	34	Propriedade	3
			Produtor(a) 5.2	Filho(a)	14	Propriedade	
Produtor(a) – 6	62	Propriedade	Produtor(a) 6.1	Esposo(a)	57	Propriedade	3
			Produtor(a) 6.2	Filho(a)	29	Cidade	
Produtor(a) – 7	59	Propriedade	Produtor(a) 7.1	Esposo(a)	29	Propriedade	5
			Produtor(a) 7.2	Filho(a)	13	Propriedade	
			Produtor(a) 7.3	Filho(a)	11	Propriedade	
			Produtor(a) 7.4	Filho(a)	5	----- -	
Produtor(a) – 8	39	Propriedade	Produtor(a) 8.1	Esposo(a)	37	Casa	5
			Produtor(a) 8.2	Filho(a)	18	Estudante	
			Produtor(a) 8.3	Filho(a)	10	Estudante	
			Produtor(a) 8.4	Filho(a)	4	Estudante	
Produtor(a) – 9	59	Propriedade	Produtor(a) 9.1	Esposo(a)	55	Propriedade	
			Produtor(a) 9.2	Filho(a)	19	Estudante	
			Produtor(a) 9.3	Irmão(ã)	61	Propriedade	
			Produtor(a) 9.4	Irmão(ã)	64	Propriedade	
Produtor(a) – 10	79	Propriedade	Produtor(a) 10.1	Irmão(ã)	75	Propriedade	2
Produtor(a) – 11	55	Propriedade	Produtor(a) 11.1	Filho(a)	30	Propriedade	3
			Produtor(a) 11.2	Filho(a)	23	Propriedade	
Produtor(a) – 12	55	Propriedade	Produtor(a) 12.1	Esposo(a)	45	Cidade	3

			Produtor(a)12.2	Filho(a)	18	Propriedade	
Produtor(a) – 13	58		Produtor(a) 13.1	Esposo(a)	50	Propriedade	2
Produtor(a) – 14	69	Propriedade	-----	-----	-----	-	1
			Produtor(a) 23.2	Pai/Mãe	72	Aposentado (a)	
			Produtor(a) 23.3	Pai/Mãe	71	Aposentado (a)	
			Produtor(a) 23.4	Filho(a)	11	Estudante	
			Produtor(a) 23.5	Filho(a)	7	Estudante	
			Produtor(a) 23.6	Filho(a)	1	-----	
Produtor(a) – 24	52	Casa	Produtor(a) 24.1	Esposo(a)	56	Propriedade	2
Produtor(a) – 25	39	Propriedade	Produtor(a) 25.1	Esposo(a)	33	Cidade	
			Produtor(a) 25.2	Pai/Mãe	76	Aposentado	
			Produtor(a) 25.3	Pai/Mãe	74	Aposentado	
			Produtor(a) 25.4	Filho(a)	05	Estudante	
			Produtor(a) 25.6	Filho(a)	02	-----	5
Produtor(a) – 26	48	Propriedade	Produtor(a) 26.1	Esposo(a)	36	Cidade	
			Produtor(a) 26.2	Filho(a)	15	Estudante	
			Produtor(a) 26.3	Filho(a)	8	Estudante	4

FONTE: BARROS (2019) – Construída por meio dos dados levantados em pesquisa de campo.

Com base nas informações da pesquisa total com os produtores atingidos pela Usina Hidrelétrica de Baixo Iguaçu, é possível apontar que, referente à composição familiar dos entrevistados, 19,29% possuem de 0 a 10 anos de idade, 14,03% de 11 a 20 anos, 23,31% de 21 a 40 anos, 19,29% de 41 a 60 anos de idade e 19,29% com idade acima de 60 anos, como se pode observar no gráfico abaixo exposto:

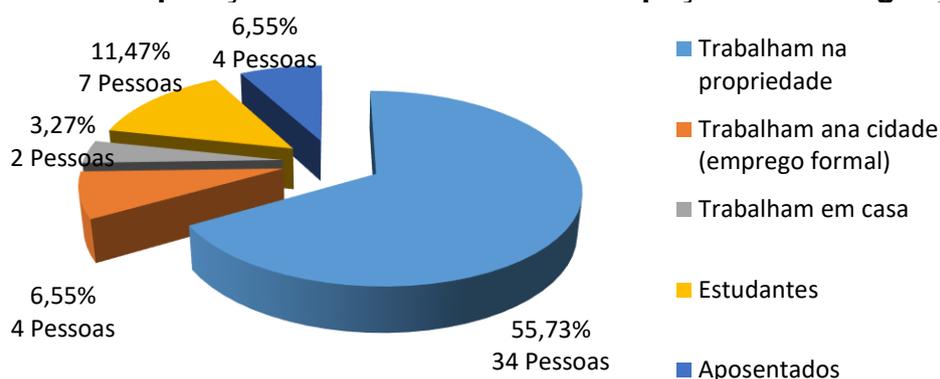
GRÁFICO 6 – Composição familiar por idade – Baixo Iguaçu



Fonte: BARROS (2019) – Construído por meio dos dados levantados em pesquisa de campo.

Em relação à ocupação dos produtores entrevistados e de sua estrutura familiar, verificamos que 55,73% estão trabalhando diretamente na terra. Esse número encorpa a luta social por garantir seus direitos, pois estes sujeitos retiram de seu trabalho na terra sua existência. Esses dados sobre a ocupação das famílias entrevistadas pode ser visto em um gráfico (Gráfico 7), exposto na sequência.

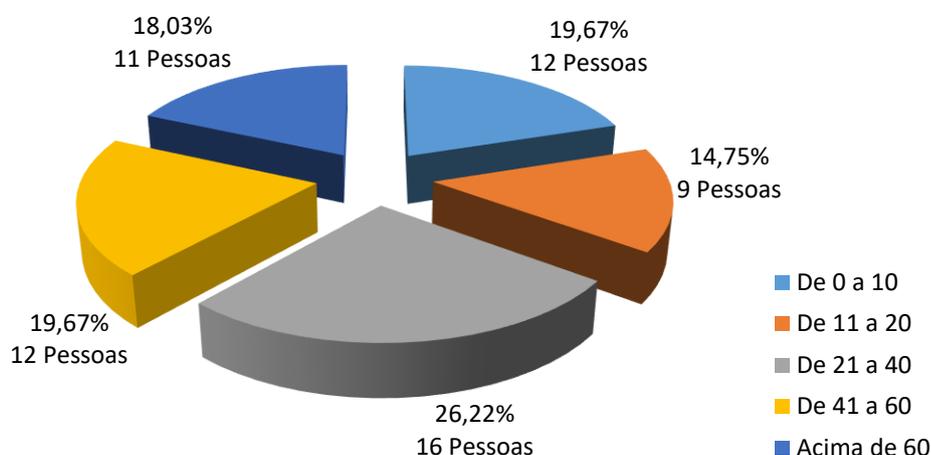
GRÁFICO 7 - Composição familiar referente à ocupação – Baixo Iguaçu



Fonte: BARROS (2019) – Construído por meio dos dados levantados em pesquisa de campo.

Este estudo centrou-se em analisar duas realidades distintas temporalmente e, com isso, também social, política e culturalmente diversas. Aliado a isso, que a extensão do lago hidrelétrico de uma usina perpassa os limites territoriais de municípios, os produtores atingidos e participantes desse estudo e seus familiares originam-se de diferentes localidades, como fica explícito em outro gráfico (Gráfico 8) que disponibilizamos abaixo.

GRÁFICO 8 – Composição familiar por idade – Baixo Iguaçu



Fonte: BARROS (2019) – Construído por meio dos dados levantados em pesquisa de campo.

Como apontamos no início desta parte da pesquisa, a região Sudoeste do Paraná foi marcada, historicamente, por conflito e lutas sociais, envolvendo a posse e o direito de permanecer na terra. Contudo, essas lutas foram tendo sua necessidade amenizada no decorrer do tempo, até mesmo pelo alvorecer de um Estado Constitucional, que tem por finalidade “promover e garantir os direitos sociais coletivos.” Nesse contexto, a análise do fator idade, promovida e apresentada na tabela 4 e gráfico 3, relacionado ao reassentamento Agroibema, e na tabela 5, gráfico 6, relacionado ao reassentamento Baixo Iguaçu, é importante.

Essa análise embasa o fato de que o reassentamento Agroibema já está constituído a mais de vinte anos e nele os vínculos sociais, os quais possibilitaram a constituição de um movimento de luta social por defesa e garantia de direitos dos produtores atingidos pela barragem, estavam, à época da realização da pesquisa, ainda sobre a influência dos conflitos sociais que se iniciaram na década de 1950 e se estenderam por um governo militar. Nesse contexto se manifesta, de forma latente e clara, a necessidade de organização social para defesa e garantia de direitos, bem como a clareza do Estado como “estrutura totalizadora de comando político do capital.” (MÉSZÁROS, 2002, p. 106).

Ao analisar a realidade do Baixo Iguaçu, verificamos que menos da metade dos entrevistados tem idade para ter participado ou mesmo ter tido conhecimento, de forma mais prática, desses conflitos históricos anteriormente mencionados pela terra. Aliado a isso, a construção da usina Baixo Iguaçu surge mediada pelo domínio de um estado “constitucional democrático” e um sentimento diminuído de necessidade de organização social para defesa e garantia de direitos. Esse cenário gera um distanciamento das causas coletivas, pois, mesmo na fala de muitos entrevistados, tem-se a concepção do Estado como garantidor de direitos.

A consequência desse afastamento das organizações sociais e das lutas sociais gera uma fragilização dos vínculos e uma demora maior na organização coletiva social. Isso repercute, diretamente, no alcance dos direitos. Tal aspecto se evidencia, de forma clara, no reassentamento coletivo de apenas dezenove famílias, em um cenário de mais de novecentos atingidos.

Contudo, notamos, também, que aconteceu uma fragilização dos vínculos sociais de forma mais direcionada e incisiva no movimento social de Salto Caxias que teve o auge do seu movimento social há mais de vinte anos. Nele, atualmente,

apenas 18,75% mantém o vínculo com o trabalho na propriedade. Já na realidade do Baixo Iguaçu, que, ainda, está vivenciando a força do movimento social, 55,73% estão trabalhando na propriedade.

Esses dados possibilitam a reflexão de que as ações que visam ao alcance dos objetivos políticos e econômicos do capital se perpetuam no tempo, criando formas de permanecerem direcionadas a suas metas. Assim, os objetivos dominantes não se desfocam. Em contraponto, longe da coletividade, os sujeitos de onde nascem os movimentos sociais vão perdendo a capacidade de pensar além do que a sociedade lhes impõe, ainda mais quando se desvinculam das lutas sociais, mas não se apartam dos aparelhos ideológicos do Estado, que continua a agir a e fornecer subsídios para a construção e apresentação dos interesses sociais dominantes.

Dessa forma, ao termos realizado a identificação dos sujeitos e cientes de que eles partem de realidades com contextos específicos e com sujeitos específicos, passamos, a seguir, para a segunda categoria de nossa análise, a fim de verificar como, e se, a sociedade de classes interfere no desenvolvimento e manutenção dos movimentos sociais.

2.4 OS IMPACTOS E CONCEPÇÕES DA CONSTRUÇÃO DE UMA USINA HIDRELÉTRICA PELOS PRODUTORES ATINGIDOS

A construção de uma Usina Hidrelétrica tem como finalidade a produção de hidroeletricidade, o que está diretamente ligado aos interesses dominantes, pois esse fator é preponderante para manter em funcionamento a estrutura industrial e, conseqüentemente, a geração e acumulação de lucro. Para que esse objetivo seja contemplado, em muitos casos os limites políticos, econômicos, sociais ficam ou poucos tênues ou distorcidos.

Essa tenuidade fica explícita ao analisarmos o documento denominado Diagnóstico Social, Econômico e Cultural dos Atingidos por Barragens do IPEA (2017 p. 5) no qual se aponta que “cerca de 1 milhão de pessoas foram expulsas de suas terras, de suas casas, para dar lugar a instalação de barragens. Por sua vez, o Estado brasileiro reconhece que houveram impactos sociais importantes, muitas vezes não ressarcidos adequadamente”. Complementa-se a informação declarando

que, após a visita do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana, em 2010, a sete locais onde se fizeram presentes os impactos de Usinas Hidrelétricas, “constatou-se que ao menos 16 direitos humanos são sistematicamente violados em obras de barragem.” (IPEA, 2017, p. 5).

Segundo o que aponta o documento do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (2000), “entre 40 e 80 milhões de pessoas foram deslocadas pelas barragens”, (CMB, 2000, p. 20), e continua, complementando que:

Muitas das pessoas deslocadas não foram reconhecidas (ou cadastradas) como tal e, portanto, não foram reassentadas nem indenizadas. Nos casos em que houve indenização, está quase sempre mostrou-se inadequada; e nos casos em que as pessoas deslocadas foram devidamente cadastradas, muitas não foram incluídas nos programas de reassentamento. Aquelas que foram reassentadas raramente tiveram seus meios de subsistência restaurados, pois os programas de reassentamento em geral concentram-se na mudança física, excluindo a recuperação econômica e social dos deslocados. (CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, 2000, p. 20).

Esse cenário é uma regra clara apontada pelo consultor Sênior do Banco Mundial Michael Cernea, ao declarar que “no deslocamento forçado, a regra dominante é o empobrecimento da maioria dos reassentados.” (CERNEA, 2004, s/p).

Assim, a construção de uma Usina Hidrelétrica é um ato que visa a atender, em primeira instância, às necessidades de manutenção de interesses do capital, objetivando potencializar seu crescimento e produção. Isso traz consigo consequências às populações atingidas, as quais, em muitos cenários, são escamoteadas, não sendo devidamente acompanhadas e ressarcidas por questões de desenvolvimento.

Ao analisar as falas coletadas nas entrevistas de campo com produtores rurais atingidos pelas usinas de Salto Caxias e Baixo Iguaçu, ao serem questionados sobre como, inicialmente, conceberam a construção da usina, podemos detectar o movimento da sociedade hegemônica oriundo da intervenção da obra na vida dos sujeitos, principalmente dos ribeirinhos, em uma ação que busca a contenção de manifestações sociais, por meio da distorção dos fatos e das consequências da construção da obra. Aparece, também, a realidade de vulnerabilidade social,

ambiental e econômica que se apresenta aos atingidos por hidrelétricas já no decorrer da construção, e, de forma acentuada, posterior a ela.

Esse limite transparece na fala de muitos produtores, que viam a construção da obra como algo positivo, ficando isso claro na fala de alguns dos entrevistados, como demonstrada numa tabela (Tabela 6) que elaboramos e expomos a seguir.

Essas duas tabelas trazem o relato dos entrevistados sobre as concepções ao terem conhecimento sobre a construção de uma usina hidrelétrica na localidade onde residiam.

TABELA 6 - Apresentação do relato dos entrevistados dos reassentados de Agrobema sobre como foi receber a notícia da construção da Hidrelétrica

PRODUTOR(A)	RELATO EM ENTREVISTA DE CAMPO
Produtor(a) - 15	A princípio no começo foi preocupante.
Produtor(a) - 16	Tínhamos referência de Itaipu, assim não foi positivo.
Produtor(a) - 17	Eles falavam que a gente ia ganhar terra
Produtor(a) - 18	No momento era chocante né, que a gente dizia assim toda essa vida que a gente tinha aqui, e agora tinha que ver tudo em baixo da água, e a gente não tinha a certeza do que iria receber, daí vinha aqueles diz que o governo ia pagar o que queria, dar o que ele queria e você ia embora, era uma incerteza e uma angústia de saber como ia ficar.
Produtor(a) - 19	Negativo, eu lembro, ninguém queria sair de lá. E o boato que eles não pagavam bem e expulsavam as famílias [...] daí eram totalmente negativas.
Produtor(a) - 20	Ali a gente não sabia né, um falava que era bom, outro falava que não era. Mas ninguém queria sair de lá, por isso que nós formamos uma equipe para negociar né.
Produtor(a) - 21	Foi bom porque ficamos pensando que podia isso acontecer, agente até que não acreditava muito, mas no fim a gente tinha que acreditar né.
Produtor(a) - 22	No primeiro impacto foi negativo né, e todo mundo ia perder o lugar onde trabalhava.
Produtor(a) - 23	Era costumeado trabalhar de arrendatário, aí vem uma notícia daquelas que a gente ia adquirir uma terra [...] vocês vão adquirir uma terra de vocês, aquilo nossa né.

FONTE: BARROS (2019) – Construída mediante dados levantados em pesquisa de campo.

TABELA 7 - Apresentação do relato dos entrevistados dos reassentados de Capanema e Santa Tereza do Oeste sobre como foi receber a notícia da construção da Hidrelétrica

PRODUTOR(A)	RELATO EM ENTREVISTA DE CAMPO
Produtor(a) - 1	"No primeiro momento foi bom. Fico todo mundo ansioso né. Ali o pessoal de Salto Caxias todo mundo saiu bem, só que ninguém viu a luta deles também né. [...] No primeiro momento todo mundo ficou ansioso, ficou contente, queria que saía logo"
Produtor(a) - 2	"Foi uma empolgação muito grande, porque aquilo que a gente viu falar dai com o povo de Salto Caxias ali né, então a gente achava, vai ser maravilhoso, isso ai vai mudar a nossa vida"
Produtor(a) - 3	"Olha essa notícia da construção da usina veio bastante, um monte de informação que a gente foi pegando, de que era uma coisa muito boa que vinha, todo mundo falava, me não a usina é uma coisa muito boa, vocês vão ganhar muito bem na terra de vocês"
Produtor(a) - 4	"A gente sempre via falar [...] vai sair barragem e barragem vai trazer desenvolvimento [...] mas a gente nunca, a gente já tava descrente de tanto tempo já desse negócio que era para sair e não saía, então nem acreditava mais que ia sair a barragem assim, o povo quando viu que começou a obra até se assustaram bastante, ninguém tinha ideia, veio de uma hora para a outra."

Produtor(a) – 5	"Ficamos sabendo pelos comentários de outras cidades, que ia sair uma tal de barragem, e em pouco tempo começamos a se organizar né, já tinha experiência das outras barragens que aconteceu, e fomos se unindo, se juntando e formamos um grupo"
Produtor(a) – 6	"Quando a gente viu que ia sair, a gente achava que era fácil. A gente achava que seria igual aquela Salto Caxias [...] aquela foi bem fácil, e agente achava que seria meio tipo aquela."
Produtor(a) – 7	Agente achava que ia sair bem [...] mas foi muita incomodação, até hoje tá enrolado
Produtor(a) – 8	No momento em que nós recebemos a notícia ficamos ansiosos na verdade, expectativa, ou pouco de medo né, por vários motivos, tinha motivo bom e motivo ruim né. Quando a Copel fez o Salto Caxias que foi aí próximo né, e teve gente que saiu muito bem, naquela época.
Produtor(a) – 9	A princípio no começo [...] que nem o pessoal do Salto Caxias, eles saíram bem né, então criou-se uma expectativa em relação a tudo isso né, pra nós, nós queria que vinha né no começo.
Produtor(a) – 10	Na verdade a gente ficou assim, ser atingido por uma barragem, se indenizado, ter que sair do lugar, a gente tinha uma certa referência do Salto Caxias, do pessoal que foi atingido lá em cima, então a gente ficava naquela, não o pessoal lá em cima se saíram bem né, tiveram um acerto justo.
Produtor(a) – 11	Tínhamos referência de Salto Caxias, que tinha pagado um preço justo.
Produtor(a) – 12	Meio uma surpresa, fica meio em dúvida, sai ou não sai, porque o jeito que tá meio complicado as coisas lá.
Produtor(a) – 13	Uma notícia preocupante pra gente né, nós moremos tantos anos lá na beirada do rio, uma coisa preocupante, essas firmas assim trazem coisa boa como trazem partes ruim pra gente também né, por que a gente não sabe o que vem.
Produtor(a) – 14	A gente ficava com um pouco de medo mais depois a gente pensava que eles iam ter que indenizar as pessoas antes de soltar a água.
Produtor(a) – 24	A gente ficou com medo, deu correria.
Produtor(a) – 25	Desde que me conheço por gente isto lá por 1990 já se falava na construção o projeto inicial era no parque nacional uma obra bem maior posteriormente saiu o projeto da Caixas e foi construída depois em 2002 iniciou-se novamente os comentários de sair a usina projeto era no salto conhecido como vaca Branca a uns 3 km de onde está hoje construída a baixo Iguaçu novamente o projeto pegava parte do parque nacional com isso não foi aprovado e aí em 2007 deu início ao projeto inicial foi quando tomamos conhecimento do novo projeto e em 2012 iniciou- o referido projeto. A notícia foi recebida até com entusiasmo, pois sabíamos que na Caxias as pessoas tinham sido indenizadas bem até então não conhecíamos a história de lida que havia tido naquela usina, mas após as primeiras conversas com a empresa foi uma decepção muito grande.
Produtor(a) – 26	Quando nós ficamos sabendo da usina a primeira notícia que a gente ficou sabendo, já vinha rolando essa usina desde os anos 85 que era para ser feita, e daí atingiu o Parque Nacional, então sempre ficou falando dessa usina ai na região né, porque aquela vez foi bloqueada porque ia atingir o parque e tudo né. Mas depois daquilo sempre falava a usina, a usina, a usina, que ia sair a usina, mas daí e quando foi tinha ficado meio parado uns anos né, mas depois saiu essa notícia, ai todo mundo acha que é o crescimento que ia vim pra região e que ia dar emprego para todo mundo, que todo mundo da cidade ia ficar empregado pro resto da vida, todo mundo achava que fosse assim né, e eu também pensava no meu ver que era uma coisa boa pra população. Enfim depois a gente foi vendo que não é, mais o primeiro impacto nossa que coisa boa que vai vir uma usina para nossa região que ia ser na cidade nossa. Mais, mais não é aquilo que a gente pensa não, hoje a gente vê que não era aquilo que a gente pensava não, porque na verdade ficou trabalhando lá quinze pessoas só né na usina agora, e atingiu o lago então perderam muita terra, muita gente perdeu a terra aí, perderam amizade de um de outro que moravam lá que teve que se desloca.

FONTE: BARROS (2019) – Construída mediante dados levantados em pesquisa de campo.

Contudo, como já salientamos, não podemos observar esses relatos de forma linear, pois são constantes de dois momentos históricos e políticos diferentes. O movimento social de Salto Caxias está muito próximo e segue uma linha histórica de lutas por direitos que, como já exposto, partiu da década de 1950 com as lutas pela posse da terra e perpassou, na década de 1980, por conflitos de pequenos produtores até pecuaristas e madeireiros, concomitantemente ao período ditatorial. Aliado a isso, também se apresentou a construção de Itaipu Binacional e toda a questão sócio ambiental já supracitada.

Essa constância social na luta por direitos influencia na forma como os produtores se posicionam frente à notícia da construção da usina. Esse

posicionamento delineia-se na fala do Produtor(a) – 15, que salienta: “A princípio no começo foi preocupante”. Essa fala é complementada pelo Produtor(a) - 16 que aponta: “Tínhamos referência de Itaipu, assim não foi positivo”, denotando que a proximidade com as vivências conflituosas que se manifestaram na construção de Itaipu auxiliaram na análise da realidade que se desenhava em Salto Caxias.

Esses apontamentos são reforçados no relato do Produtor(a) – 19, o qual destaca que o primeiro impacto da informação referente à construção da obra foi “Negativo, eu lembro, ninguém queria sair de lá. E o boato que eles não pagavam bem e expulsavam as famílias [...] daí eram totalmente negativas”. Já o relato do Produtor(a) – 18, como podemos observar na tabela, aponta uma questão mais voltada a fatores emocionais, os quais não são tratados como importantes na construção da obra.

Outros produtores apontaram uma visão mais positiva na perspectiva relacionada à intervenção da obra e ao atendimento social, como na fala do Produtor(a) – 23: “Era costume trabalhar de arrendatário, aí vem uma notícia daquelas que a gente ia adquirir uma terra [...] vocês vão adquirir uma terra de vocês, aquilo nossa né.”

Referente à análise das falas dos produtores rurais atingidos pela usina Baixo Iguaçu, não identificamos nelas um acentuado aspecto negativo inicialmente ao receberem a notícia, pelo contrário, a maioria das falas que se sobressaem, contextualizam um cenário mais positivo em relação à perspectiva de ação relacionada à empresa e ao Estado no processo de atendimento e ressarcimento social, antes do início das obras.

Tal evidência está presente na fala do Produtor(a) - 2 que salienta: "Foi uma empolgação muito grande, porque aquilo que a gente viu falar daí com o povo de Salto Caxias ali né, então a gente achava, vai ser maravilhoso, isso aí vai mudar a nossa vida". No mesmo direcionamento o Produtor(a) – 6, aponta: "Quando a gente viu que ia sair, a gente achava que era fácil. A gente achava que seria igual aquela Salto Caxias [...] aquela foi bem fácil, e a gente achava que seria meio tipo aquela". No mesmo direcionamento o Produtor(a) – 11 declara que “tínhamos referência de Salto Caxias, que tinha pagado um preço justo.”

Como salientamos acima, o que as empresas responsáveis pelas obras divulgam não dá conta da realidade e das relações de impasses e lutas que se estabelecem e perfazem o movimento de garantia e defesa de direitos na relação

usina e atingidos, mas serve a um propósito de criar uma imagem social, a qual possibilita uma recepção de forma amena e sem resistências iniciais, pois a primeira impressão manifestada pelos entrevistados está impregnada de uma imagem positiva.

Esse fato é destaque na fala do Produtor(a) – 7, o(a) qual comenta: “Agente achava que ia sair bem [...] mas foi muita incomodação, até hoje tá enrolado”. O relato do(da) Produtor(a) exemplifica muito bem a postura que é o divisor das águas de antes do início da construção e após o início das obras. Mais claro isso fica ao enunciar que

[...] a notícia foi recebida até com entusiasmo, pois sabíamos que na Caxias as pessoas tinham sido indenizadas bem, até então não conhecíamos a história de lida que havia tido naquela usina, mas após as primeiras conversas com a empresa foi uma decepção muito grande.

Nesse mesmo direcionamento, o Produtor(a) – 26 relata que, com a chegada da usina, o pensamento era de que “o crescimento que ia vim pra região e que ia dar emprego para todo mundo, que todo mundo da cidade ia ficar empregado pro resto da vida, todo mundo achava que fosse assim né, e eu também pensava, no meu ver que era uma coisa boa pra população”, mas não aconteceu da forma como o que era divulgado, pois

[...] depois a gente foi vendo que não é, mais o primeiro impacto nossa que coisa boa que vai vir uma usina para nossa região que ia ser na cidade nossa. Mais, mais não é aquilo que a gente pensa não, hoje a gente vê que não era aquilo que a gente pensava não, porque na verdade ficou trabalhando lá quinze pessoas só né, na usina agora, e atingiu o lago então perderam muita terra, muita gente perdeu a terra aí, perderam amizade de um de outro que moravam lá que teve que se desloca. (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) – 18, 2019).

O cenário político, á época da construção do Baixo Iguaçu, distanciava-se do cenário político do qual emergiu o movimento de Salto Caxias, pois originou-se de uma realidade com uma política de atendimento mais intensivo a base social. Mas é relevante pontuar, que assim se deu sem com isso perder sua intenção de atender aos interesses de classe. Esse atendimento às necessidades sociais acaba por criar

uma atmosfera distanciada da necessidade de lutas por garantia de direitos e uma compreensão de Estado como garantidor das necessidades.

Aliado a isso, atenua-se a história de lutas por garantia de direitos, o que fica claro na fala dos produtores rurais quando se referem ao processo de atendimento dos atingidos de Salto Caxias como algo positivo. Esse posicionamento dos produtores do Baixo Iguaçu não pode ser entendido como ingenuidade dos mesmos, mas criticamente analisado. Vemos, de modo claro, a intervenção das forças dominantes em suas várias nuances de atuação e manipulação das informações de forma histórica, as quais impossibilitam que os sujeitos notem, de início, as ligações políticas e econômicas que sustentam as relações de interesses nas quais o modelo capitalista se erige, pois estão demasiadamente enredados na trama da sociedade de classes.

A visão de desenvolvimento social é fortemente utilizada para justificar a construção de complexos hidrelétricos, escondendo, assim, a “insuficiência das reparações às famílias indenizadas; empobrecimento da população em razão da perda ou degradação dos meios de vida e de trabalho; e desconsideração dos impactos” (COMISSÃO ESPECIAL p. 6) sociais causados pelas usinas e todo o processo de organização social e lutas desenvolvidas que obrigaram a empresa a se responsabilizar pelas consequências sociais da construção de Salto Caxias.

Esses dados não são divulgados, ou o são de forma distorcida, referente às consequências da construção de usinas hidrelétricas. Isso leva os produtores ribeirinhos a construir uma imagem não verdadeira do processo, não compreendendo, de imediato, as “violações de Direitos Humanos, cujas consequências acabam por acentuar as já graves desigualdades sociais, traduzindo-se em situações de miséria e desestruturação social, familiar e individual.” (COMISSÃO ESPECIAL, p. 6).

Essa visão positiva é socialmente difundida, tornando-se uma força que auxilia no empoderamento da empresa perante a sociedade, acabando por abafar as manifestações sociais que acabam, por essa distorção, surtindo efeito contrário, colocando os sujeitos sociais participantes dos movimentos de luta por garantia de direitos, formados pelos atingidos, em muitos momentos, como transgressores do desenvolvimento. Assim delineiam-se os limites impostos pela sociedade capitalista que sustentam a manifestação de seu poder hegemônico dominante.

Contudo, torna-se importante salientar, que um entre os produtores atingidos pela usina Baixo Iguaçu, que apontaram que percebiam a construção da usina como negativa e preocupante, tinham claro o acontecido em outras construções, bem como apontou que já havia participado do Movimento Sem Terra (MST). Isso lhe auxiliou no processo de organização. Tal fato fica claro em seu relato ao apontar: "Ficamos sabendo pelos comentários de outras cidades, que ia sair uma tal de barragem, e em pouco tempo começamos a se organizar né, já tinha experiência das outras barragens que aconteceu, e fomos se unindo, se juntando e formamos um grupo." (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) – 5, 2019).

O relato do produtor citado é importante, pois destaca como é significativo o processo educativo que nasce e se organiza na base do movimento social, o qual tem a capacidade de promover o rompimento com as determinações e limites impostos pela sociedade hegemônica, por meio de seus aparelhos ideológicos e, dentre eles, a educação formal, pois desconstrói a estrutura hierárquica do poder, explicitando o jogo de conflitos e interesses que sustentam a sociedade de classes.

O processo de educação popular deve ser entendido, assim, não apenas como um movimento que acontece fora dos muros escolares, mas um movimento que acontece nas relações sociais de base, erigindo delas, em prol de uma crítica social que promova uma reflexão sobre a imposição referente aos limites da sociedade hegemônica, individualista e capitalista, e estabeleça relações mais igualitárias e justas.

Com base nesse entendimento, passamos, a seguir, à reflexão sobre a terceira categoria. Nela será analisado como aconteceu o processo de implantação e construção das usinas hidrelétricas e como se delineou o processo de enfrentamento promovido pelos produtores em relação às determinações políticas, econômicas e sociais dessas obras.

2.5 O PROCESSO DE ENFRENTAMENTO SOCIAL SUAS MEDIAÇÕES E CONTRADIÇÕES

A implantação e construção de complexos hidrelétricos segue a ótica desenvolvimentista que, em uma sociedade dividida em classes, apresenta-se regida pela necessidade de manutenção do poder dominante. Dessa forma, tem

como prioridade de suas ações promover o atendimento dos interesses da classe burguesa.

Contudo, esse sistema não deixa no desalento os “pobres”, pois “estende” sua benevolência sobre os marginalizados sociais, por meio de ações superficiais, encobertas por ações assistencialistas e fragmentadas que tem por função não a promoção da emancipação desses sujeitos, lançados à margem social, mas, contrariamente a isso, conter qualquer forma de oposição social às determinações dominantes. Tais procedimentos vulnerabilizam, ainda mais, as relações sociais da camada social de base, fornecendo os mínimos necessários para a manutenção da vida e ampliam o poder hegemônico de dominação sobre essa parcela social.

Isso transparece no relato do Produtor(a) – 26, acima citado, quando relata:

[...] ai todo mundo acha que é o crescimento que ia vim pra região e que ia dar emprego para todo mundo, que todo mundo da cidade ia ficar empregado pro resto da vida, todo mundo achava que fosse assim né, e eu também pensava, no meu ver que era uma coisa boa pra população. Enfim depois a gente foi vendo que não é[...]. (ENTREVISTA DE CAMPO SANTA TERESA DO OESTE, PRODUTOR(A) - 26, 2019).

Nesse contexto, fica explícito quem arcará com os custos sociais da construção de usinas hidrelétricas. Esse entendimento pode ser notado, também, no Relatório da Comissão Mundial de Barragens, no qual se explicita:

[...] os pobres, outros grupos vulneráveis e as gerações futuras arquem com uma parcela desproporcional dos custos sociais e ambientais dos projetos de grandes barragens sem que obtenham uma parcela correspondente dos benefícios econômicos (CMB, 2000, p. 20).

Com essas perspectivas, fica claro que é apenas quando as classes espoliadas se reconhecem espoliadas que elas passam a se posicionar frente às determinações e às imposições que os lançam à marginalidade social. Diante desse cenário, passamos, agora, à análise referente à constituição dos movimentos de luta locais por defesa e garantia de direitos pelos atingidos por barragens. Nessa parte do texto buscamos entender como esses movimentos foram estruturados e como o processo de educação popular se demonstra nesse contexto, sua importância e finalidade. Ao mesmo tempo, lançamo-nos ao propósito de compreender como o

poder estatal se posiciona frente a essa organização, se existem, nessa conjuntura, barreiras e limites impostos pela sociedade hegemônica que geram fragilidades nos movimentos sociais.

Buscamos entender a organização do Movimento Social dos Atingidos por Barragens em sua busca por defesa e garantia de direitos e, aqui, em específico do movimento das barragens oriundo de Salto Caxias e Baixo Iguaçu, espaço no qual foram realizados alguns questionamentos aplicados aos produtores entrevistados.

O primeiro questionamento feito a eles centrou-se em saber se foi realizado algum processo de organização dos produtores atingidos para negociação com as empresas responsáveis pela construção das usinas e se a resposta for positiva, como aconteceu essa ação, como foi constituída essa comissão e como eram elencados e discutidos os pontos importantes e comuns a todos.

A segunda questão estava direcionada a uma resposta positiva à constituição de organizações de defesa e garantia de direitos e refere-se a refletir se essas organizações ainda estão constituídas e se, na concepção dos entrevistados, elas devem permanecer em funcionamento. Nesse ponto, o nosso interesse centra-se em verificar se estas organizações sociais de defesa e garantia de direitos conseguiram alcançar seus objetivos e se manter ativas, ou se sofreram, de alguma forma, influências que interferiram em seu processo de sustentabilidade.

No terceiro ponto, a questão direciona-se ao entendimento de como foram escolhidos os representantes das comissões (líderes) e se estas pessoas eram remuneradas pelo trabalho desenvolvido.

No quarto ponto, buscamos saber como os produtores se posicionaram frente à comissão de defesa e garantia de direitos e se houve apoio ou houve distanciamentos.

E, finalizamos este bloco analítico, questionando sobre a existência de apoios externos para organização do Movimento, visando ao direcionamento de ações para o ressarcimento ou reassentamento dos produtores atingidos pelas barragens.

Por meio da apresentação das questões analíticas, obtivemos as seguintes repostas (Tabela 8), estruturadas e expostas numa tabela, que segue à continuação.

TABELA 8 - Apresentação do relato dos entrevistados sobre o processo de implantação, organização e enfrentamento dos atingidos por barragens do

Oeste e Sudoeste do Paraná frente às determinações do Estado na construção de hidroelétricas – Salto Caxias

PRODUTOR(A)	RELATO DA ENTREVISTA	
Produtor(a) – 15	1	Sim, no começo foi feito, que daí começou a aparecer aqueles órgãos que nem a CABRI e outras, foi feito pelo intermédio do sindicato, e foi desde o começo, antes de começar o canteiro de obra e as coisas lá já começou a aparecer as reunião, e houve a constituição de comissão, e teve vários pontos que fizeram por meio de protestos.
	2	Não está constituída. Se fosse que eles tivessem atuando para nós seria melhor né, essa documentação que ainda não saiu.
	3	Desde que tivesse dentro do programa de reassentamento poderia participar, quem não tava dentro do programa não tinha como. Todos tinham direito aqueles eu. Escolhido por intermédio da associação foi escolhido aqueles que faziam comissão de frente. Eu acredito que não são remuneradas pelos trabalhos que foram desenvolvidos, que na época eles estavam todos lutando pela associação.
	4	Mas eu acho que não, do próprio grupo não, sempre tem aqueles de fora que criticam, mas do próprio grupo não, sempre tinha aqueles que criticavam por que eles também queriam estar na frente.
	5	Sim, o sindicato que começou no começo que acompanhou.
Produtor(a) – 16	1	Primeiro foi reunido e fomos contra a Copel, ai a gente se organizou, eles quiseram construir meio na força, nós fomos pro canteiro de obras e não deixamos construir, onde ficamos 43 dias cercados pelo exército, e dos 43 dias houve um acordo e a gente se retirou, ai a Copel começou a negociação, até ali não tinha negociação nenhuma. A CRABI foi constituída pelos assentados mesmo.
	2	Não
	3	Todos poderiam se candidatar e alguns eram remunerados pela questão do deslocamento que tinham que fazer.
	4	Não, todos se abraçaram, chegou em 4500 pessoas nas manifestações.
	5	Pastoral da Terra, Igreja Católica, Igreja Evangélica, Deputado Estadual e federal, Ministério Público, IAP.
Produtor(a) – 17	1	Teve reuniões coletivas nas comunidades, era avisado nas rádios e todos poderiam participar e opinar.
	2	Não soube responder
	3	Por votação aberta, por consenso, todos poderiam participar.
	4	Não soube responder.
	5	Sindicato
Produtor(a) – 18	1	Começamos a fazer reuniões, montamos uma comissão entre nós e o sindicato de Capitão e Boa Vista e daí nós começamos a fazer as reuniões, montamos três grupos daí começamos a fazer reunião nas comunidades. Foram realizadas centenas de reuniões. Não dez, vinte, e muito mais de cem. Veja bem, eram 40 comunidades que ficou atingido em baixo da água, daí quantas reuniões nós fazia em cada comunidade pra mobilizar. Na época foi uma época de gente muito séria, foi um movimento que a turma pegou todo mundo junto, nunca mais sai um movimento daquele jeito, assim que o povo pegou pareio, embora que hoje desorganizou tudo. A comissão se constituiu legalmente em 1992 como CRABI, e depois saímos pelas comunidades e colocavam uma liderança, quatro líderes em cada comunidade, a comunidade mesmo escolhia seus líderes.
	2	A comissão não está mais constituída, mas seria importante manter, se o povo acreditasse, por que o povo depois que se sentiu com o dinheiro na mão e colocado, eles sentiram mais arrogantes, o pobre se sentiu rico, e o pobre com cabeça de rico fica pior que o rico. Começam a desconfiar das lideranças.
	3	A comunidade escolhia, todos poderiam dar o nome para votação da comunidade. Os representantes não recebiam nada em troca apenas ajuda de custo. Muita gente dentro dos reassentamentos falam hoje que os líderes ganharam muito dinheiro roubaram, mas nunca foi pegado um pila de ninguém de maracutaia, o povo trabalhou honestamente para o povo mesmo.
	4	teve pessoas contra a constituição da comissão no início.
	5	A empresa só veio dizer que iria construir a barragem. Apoios externos da prefeitura e sindicato de Boa Vista, prefeitura Três Barras, prefeitura Nova Prata e também MAB.
Produtor(a) – 19	1	Houve a constituição de comissão que representou, de forma coletiva, o direito e os objetivos dos atingidos. Um produtor atingido começou a formar o movimento e começaram a sair de casa em casa para acompanhar, fazer o manifesto e fazer reuniões com a Copel. A empresa queria soltar a água e depois indenizar. A empresa no início era totalmente contraria ao movimento social.
	2	A comissão se desfez. Mas ela não consegue porque não tinha verba, não tinha como nós aguentar um monte de gente, mas seria importante continuar.
	3	Os representantes eram escolhidos "a maior parte por votação" "ali correu muito dinheiro, tínhamos chance de pegar muito dinheiro [...] mas não ganhávamos nada, apenas depois do reassentamento a Copel pagava um salário mínimo."
	4	Teve muitas pessoas que não acreditaram "chamavam de bobo, perder tempo atrás de bobeira".

	5	Sindicato de Boa Vista apoiou nós, agora em outras cidades eu não estou lembrado.
Produtor(a) – 20	1	Houve a constituição de comissão que representou, de forma coletiva, o direito e os objetivos dos atingidos. Um produtor atingido começou a formar o movimento e começaram a sair de casa em casa para acompanhar, fazer o manifesto e fazer reuniões com a Copel. A empresa queria soltar a água e depois indenizar. A empresa no início era totalmente contrária ao movimento social.
	2	A comissão se desfez. Mas ela não consegue porque não tinha verba, não tinha como nós aguentar um monte de gente, mas seria importante continuar.
	3	Os representantes eram escolhidos "a maior parte por votação" "ali correu muito dinheiro, tínhamos chance de pegar muito dinheiro [...] mas não ganhávamos nada, apenas depois do reassentamento a Copel pagava um salário mínimo."
	4	Teve muitas pessoas que não acreditaram "chamavam de bobo, perder tempo atrás de bobeira."
	5	Sindicato de Boa Vista apoiou nós, agora em outras cidades eu não estou lembrado.
Produtor(a) – 21	1	Teve reuniões coletivas nas comunidades, era avisado nas rádios e todos poderiam participar e opinar.
	2	Não soube responder
	3	Por votação aberta, por consenso, todos poderiam participar.
	4	Não soube responder
	5	Sindicato.
Produtor(a) – 22	1	O produtor não soube responder, entrou no movimento após a constituição da comissão.
	2	Acredita que a comissão deveria ter se mantido em funcionamento, "mas como iria se manter, deveria estar existindo por outras organizações."
	3	O produtor não soube responder.
	4	O produtor não soube responder.
	5	Sim, sindicato, Igreja, Pastoral, foi importante para estimular o início do processo de articulação.
Produtor(a) – 23	1	No primeiro momento não foi, depois que foi criando uma organização a comissão dos atingidos por barragens, mas não soube informar como surgiu. "as discussões eram coletivas, a briga era por uma causa só reassentamento."
	2	Não, se tiver outro nome, CRABI esse pessoal eu não sei pra onde andam mais [...] Naquela época eles foram muito representativos, mas ainda hoje tem gente que fala que eles ganharam muito dinheiro com isso, então hoje eu não sei te dizer se essa mesma CRABI ia brigar pelo mesmo, pela mesma briga que brigou naquela época, que tem que ter uma organização tem que ter, sem estar organizado não consegue chegar no objetivo.
	3	Eu acho que, eu não sei bem certo não, mais eu acho que eles eram as pessoas que frequentavam mais as comunidades, aquela época que tinha presidente de igreja, pessoas envolvidas geralmente com a comunidade. Em relação à remuneração Faz confusão entre comissão de CRABI e comissão da comunidade, mas pontua que "uma parte tava, não é de meu conhecimento mas uma parte tava" e ainda pontua que sem ser da comissão não era remunerado não.
	4	Muitos foi a favor e muito contra, porque acharam que muitas pessoas eram interesseiras, era só por interesse, então teve contra e teve a favor.
	5	Sindicato esteve presente, igreja.

FONTE: BARROS (2019) – Construída por meio dos dados levantados em pesquisa de campo.

* As falas dos produtores(as) 19 e 20, estão duplicadas pois são resultado da discussão e consenso de um casal de produtores entrevistados juntamente.

Essas mesmas questões sobre a existência de apoios externos para organização do Movimento foram também feitas aos integrantes da comunidade de atingidos pela construção da hidrelétrica Baixo Iguaçu, cujas respostas seguem, também, expostas, a seguir, na Tabela (9).

TABELA 9 - Apresentação do relato sobre o processo de implantação, organização e enfrentamento dos atingidos por barragens do Oeste e Sudoeste do Paraná frente às determinações do Estado na construção de hidroelétricas – Baixo Iguaçu

PRODUTOR(A)	RELATO DA ENTREVISTA
Produtor(a) – 1	1 “No primeiro momento não, só teve o pessoal da empresa passando nas casas recolhendo os dados, e todo mundo não sabia ainda o que fazer. E lá em 2004, depois foi em 2008, 2009, e quando começou mesmo a usina, aí começou a organização [...] Em primeiro momento a gente tinha uma associação, que era de um pessoal lá que fez, só que não tinha conhecimento de nada o que fazer, para onde o rumo que tomar, aí no meio dessa associação passado uns meses lá de luta e peleia lá apareceu o MAB, o Movimento dos atingidos por Barragens, daí que saiu a luz do que ia fazer, onde ia fazer, daí que começo mais as coisas andar. Andar em passos lentos né, o pessoal já viu que não seria um mar de rosas, dá uns nem queriam mais que saísse barragem. Daí viram que não iria ser igual a Salto Caxias, daí começaram a ver que na Salto Caxias também não tinha sido fácil [fragilização social pelo esfacelamento do movimento mediante a imposição de forças do Estado] daí começou a luta. [...] Sim teve, até hoje tem né, mais no primeiro momento tava todo mundo desesperado.”
	2 Foi feito assembleia, daí apontaram o pessoal, todo mundo concordou e a partir dali estava a coordenação que representava em Curitiba. A comissão atual não no individual, no coletivo até que não era permitido levar individualismo para a negociação em Curitiba, na empresa [...] sempre ia quatro cinco, dois representantes do movimento do MAB, e três atingidos, quatro atingidos, daí pegava a pauta, reassentamento, divisa de terra, valor de terra com o proprietário, permuta, daí era passado em negociação, daí discutia aquela pauta ali. Não tinha avanço, levava de novo para os atingidos, o que nós vamos fazer. Vamo ponha pressão, vamo ponha pressão, aí, às vezes, montava um manifesto, tirava outras ideia, essa assim que funcionava. Mas sempre em ligação com os atingidos. Um dava uma ideia outro dava outra.
	3 Eu nunca recebi nada, não tinha ajuda.
	4 Sim teve, até hoje tem, mas no primeiro momento tava todo mundo desesperado não sabia onde se agarrar, daí foi colocado pessoas da comunidade no movimento, deu mais um pouco de confiança, mas mesmo assim gera desconfiança, tem pessoas que ficam com o pé atrás, não confia, procura outros meios.
	5 Precário. Na época de eleição apareceram tudo de novo.
Produtor(a) – 2	1 No começo a gente não sabia qual rumo tomar, e nem para onde ia, aí foi montado ali em Capitão uma associação, até o nome da associação é ADAB, mas daí a gente começou a participar das reunião a gente via que existia um pouco de interesse dos fazendeiros, das pessoas mais bem sucedidas, e que a gente tava sempre meio ficando pra traz [...] e a gente não sabia de nada aí vinha a empresa e os deputados e dizia que tudo ia ser maravilhoso e prometia um monte de coisa então a gente pensava vai vim [...] ia indenizar todo mundo. Ficamos mais ou menos um ano assim, foi quando conhecemos o MAB [...] Aí A GENTE COMEÇOU A, TAMBÉM BEM DIFÍCIL ASSIM, como a gente já tinha se enrolado no começo, a gente não conhecia eles direito, mas depois a gente foi acreditando, foi vendo que seria nossa solução, não tinha outro caminho [...] a gente achou os caminhos através deles. Indicavam, mostravam o que nós tinha que fazer, orientavam, e se não fosse isso aí, talvez eu estaria lá na comunidade, lá dentro do pavilhão, ou no remanescente [...] O processo de organização através do MAB, ELES ORGANIZAVAM, ORIENTAVAM E NÓS FAZIA. Sempre comentavam, nós tamos pra orientar, mas quem são os atingidos são vocês [...] Teve muito enfrentamento e nós que tivemos que falar. Eu era uma pessoa que não falava em público, sempre fui dona de casa, ficava em casa, não saía, não conhecia essas coisas. Daí depois através do MAB [...] e eu era a única mulher da região que participava ele me falava ele botava o microfone na minha mão e mandava eu falar e eu nas primeiras vez eu gaguejei bastante, aí foi onde eu fui fazer umas formação também, fui tentando me soltar o máximo que eu podia.
	2 Sim, deve manter-se constituída. Os representantes eu lembro que foi feita uma assembleia, daí cada município já tinha um coordenador ou dois, aí cada coordenador foi indicando pessoas.
	3 As pessoas sempre acham que você está ganhando em cima e isso não é verdade, o que eu ganhei eu sempre falei, nunca peguei um centavo de nada, só peguei a terra mesmo.
	4 Ah, sempre tem aquelas pessoas que não confiam, teve e tem até hoje aquelas pessoa acha por que isso, há por que aquilo, todos os meios sociais, todo aonde envolve dinheiro, porque ali sem querer ou não envolvia muito a vida de todas aquelas famílias, aí sempre achava que o MAB ia querer se dar bem em cima, e as coisas não bem assim, então sempre tem aquelas pessoas que vem ali para desmanchar o que você está construindo, ele chega ali e joga uma conversinha, joga um contra o outro [...] isso tem bastante, sempre teve, atrapalhou muito a gente e sempre vai atrapalhar.
	5 Muito pouco realza, percebe-se que é uma questão política.
Produtor(a) - 3	1 Ouve um processo de organização a partir da intervenção do sindicato, Assesoar, foi chamado o MAB. Com chegada do MAB, pela experiência que tinha em relação ao processo e com o suporte do movimento, foi constituído o movimento local e as comissões. Reuniões horizontalizadas, os líderes da região escolhidos pelos próprios moradores e entre os moradores da região. Os pontos discutidos e os representantes eram elencados de forma horizontalizada, todos poderiam se candidatar e levantar pontos

		importantes.
	2	Sim, acredito ser importante.
	3	Todos poderiam se candidatar.
	4	Muita gente, muita gente teve resistência ao movimento, no início. Porque assim, a empresa é especialista em distorcer o que é, falavam que esses caras vão cobrar de vocês, vão cobrar uma porcentagem da indenização pra isso, que ninguém trabalha de graça, esse tipo de conversa né. E tem gente que é assim, ele acredita mais no cara de gravata que tá falando lá na rádio, do que no vizinho dele [...] E eu comecei a confiar no movimento a partir do que, eles não chegaram assim que olha eu vou falar e vocês vão obedecer [...] eles reuniram o pessoal das comunidades então disseram assim, queremos que vocês escolham um representante de vocês [...] Então os líderes do Movimento dos Atingidos por Barragens da nossa região foram escolhidos pelo próprio povo do lugar.
	5	Teve apoio do sindicato e da Assessorar.
Produtor(a) - 4	1	Foram feitas reuniões em cada comunidade e retirado representantes para a formação da comissão. As decisões eram tomadas de forma coletiva. Foi escolhido três representantes de cada comunidade que ficaram responsáveis de levar as informações a todos os agricultores de suas comunidades, colher propostas e apresentar na reunião da comissão maior, para tomada de decisão sobre o caminho do movimento.
	2	Sim.
	3	Escolhidos por votação, todos poderiam se candidatar. São escolhidos por voto em cada comunidade e não são remunerados, apenas ajuda de custo.
	4	A Associação em primeiro momento serviu como forma de os fazendeiros, que eram muitos na região alcançar seus objetivos. Posterior a isso, por intermédio do sindicato, reassentados realizaram diálogos e posterior a isso foi organizado o movimento local.
	5	Sindicato rural e entidades ligadas a igreja apoiaram, alguns deputados, ministério público.
Produtor(a) - 5	1	No início foi desenvolvido um processo de organização sem o MAB, uma associação fomentada pelos fazendeiros, posterior a isso o MAB chegou e organizou mais a população de base. O início da organização foi de enfrentamento, posterior a isso começou um processo de articulação. Havia uma organização com representantes que levavam informações e mobilizavam os produtores. Todos podiam falar e discutir. O MAB vinha, implantava e nós fazia o resto né, dava as ideias e nós concordava, tudo em concordância, não chegava e dizia assim para nós, não vocês tem que fazer, não, o melhor caminho é esse aqui o pior é aquele, daí com o grupo todo, aí achava o melhor.
	2	Sim.
	3	Pela dedicação, quem tinha vontade se candidatava. Os representantes não eram remunerados era vontade de trabalhar.
	4	O pessoal aceitou até bem. Mas teve alguns que não quiseram aceitar.
	5	Teve pouco apoio, sindicato e Cresol.
Produtor(a) - 6	1	Foi através de reuniões, manifesto, a gente achava que eles, o MAB, é que fariam todo o processo. Sim, houve processo de formação de comissão
	2	Ainda está constituída e é importante.
	3	Foi realizada eleições e todos poderiam se candidatar.
	4	Teve muita gente que nunca participou de reunião e está bem, sai bem nas costas de que nem nos que lutemos.
	5	Foi muito pouco, quase não teve apoio do poder público.
Produtor(a) - 7	1	Sim, foi organizado comissões pequenas que tinham a finalidade de passar informações às comissões maiores. Eles faziam as reuniões nas comunidades, cada comunidade tinha seus representantes, acabava esses participando das reuniões mais longes e depois passavam pra todo mundo.
	2	Sim, importante manter para continuar a luta pelos reassentados.
	3	Foi realizada eleições e todos poderiam se candidatar.
	4	Teve muita gente que nunca participou de reunião e está bem, sai bem nas costas de que nem nos que lutemos.
	5	Apoio da igreja católica.
Produtor(a) - 8	1	Antes da chegada do MAB para ajudar nós, o povo não sabia nem onde colocava o pé primeiro, não sabia como se uniram mas sem organização. Fizemos uma paralização lá, mas na verdade durou uns três dias, depois começou uma confusão, um puxa pra lá outro puxa pra cá, uma desorganização, foi ali que daí o pessoal das governança nossa, fizeram contato com o pessoal do MAB e vieram propor para a organização que tava ali [...] aí resolveram desfazer a associação e começar uma luta junto com o MAB, e foi indo e deu certo. Que o MAB já tinha uma organização assim, já desde organizar o pessoal pra luta, ordeiro, tudo organizado né, a luta, como fazê, de que forma fazê, trocando ideias junto com o pessoal, sem chegar e impor as coisas goela a baixo, chega e dizer vamo propor, se o pessoal topar fazer daquela forma.

	2	É nossa organização ainda tá ativa, mas, digamos, a maioria que foi acertando, que participava da associação, do grupo nosso, eles vão se retirando por si mesmo né, por que hoje 80% do brasileiro pensa em si mesmo, mas ainda existe as famílias como nós no reassentamento, ainda tem as famílias que ainda tão acompanhando, tão ajudando as negociação, até mesmo nas mobilização do pessoal do remando que ainda não foi 100% indenizado.
	3	Por interesse, todos poderiam se candidatar e votar em quem quisessem.
	4	Na verdade assim, não foi tratado bem o pessoal do MAB por todo mundo, então digamos uns 50% topo na hora do MAB ajuda, teve uma porcentagem que se recusava, dizia que o MAB levava tudo, a grana de todo mundo embora, que cobrava porcentagem, que cobrava isso, cobrava aquilo, daí fumo na verdade experimentando para ver como ia né [...] Até teve um grupo que não quis ser representado pelo MAB e que continuou meio isolado.
	5	O que veio de apoio externo foi a Assessorar que sempre apoiou o movimento e apoiou os produtores e algumas prefeituras deram um apoiozinho no início, mas depois por que o MAB entrou, NO INICIO COMEÇOU A APOIAR, mas depois viu que não era do jeito que eles queriam resolver o problema, não sei se era para eles encher o bolso eles queriam resolver o problema e não deixar ninguém colocado, enxergavam só pro lado do proprietário mesmo [...] mas não veio muito apoio da parte do poder público não.
Produtor(a) - 9	1	Foi indo aos poucos, até então nós éramos acostumados cada um para si e Deus para todos, daí quando começou essa parte aí, e viمو que o negócio começou a apertar, que não tinha mais para onde correr [...] daí foi ali que o MAB começou a dar as coordenadas e o povo começou a acreditar mais no outro, lutar junto, e foi aí que começou a andar as coisas. Até então tinham se organizado com associação e CNPJ, prato cheio para a empresa chegar e a multa. Até que não larguemo a mão e abandonemos tudo, até que chegou o MAB, e começou a engatilhar para nós ter um rumo.
	2	Não, ninguém tinha poder, se falasse do MAB qualquer um era responsável.
	3	Foi indo aos poucos. Até então nós era acostumado cada um para si.
	4	Teve muita gente que, aonde se viu, vim um pessoal aqui, orientar, eles tinham medo do que vinha pra frente, depois eles achavam que todo mundo vinha por interesse [...] até hoje se você encontrar pessoas diz que o MAB tirou um grande proveito de toda a situação.
	5	Prefeitos, alguns dos vereadores, não tivemos muito apoio do nosso próprio sindicato, e não nos apoiou como deveria.
Produtor(a) - 10	1	Tinha formado uma associação, nosso erro foi legalizar a associação e de princípio foi nosso erro, qualquer coisa que nós fizéssemos que gerasse multa ia pra cima da associação [...] parece que uma coisa legalizada não pode funcionar, tem que ser meio clandestino, parece que a lei protege mais uma coisa clandestina do que uma coisa legalizada [...] daí pra frente foi tocado, daí entrou o pessoal do MAB que veio começando orientar a gente de uma maneira diferente daí. Eles trabalhavam em três fases, reunir um grupo pequeno, um pouco maior e daí no coletivo [...] quem decidia era no geral, qual a atitude que a gente ia tomar.
	2	É pra tá, ela deve de continuar até por que nada tá terminado ainda, nós tamo ainda num caminho. Eu acredito que lá na frente, eu acho que pode se desligar dessa associação sim, mas já formada outra.
	3	Na verdade uma boa parte entrou por interesse próprio, iniciativa própria. e não eram remuneradas.
	4	Foi muito importante por que foi ali que nós passamos a entender como funciona a realidade das usinas. Teve resistências de alguns sim, desconhecido né. Uma parte continua resistente, mas a maioria, vamos dizer 90% começou a entender logo o objetivo deles aí.
	5	Olha, sindicato, sindicato rural que devia tá apoiando, o que está instalada no municio faz muito pouco caso.
Produtor(a) - 11	1	Tinha formado uma associação, nosso erro foi legalizar a associação e de princípio foi nosso erro, qualquer coisa que nós fizéssemos que gerasse multa ia pra cima da associação [...] parece que uma coisa legalizada não pode funcionar, tem que ser meio clandestino, parece que a lei protege mais uma coisa clandestina do que uma coisa legalizada [...] daí pra frente foi tocado, daí entrou o pessoal do MAB que veio começando orientar a gente de uma maneira diferente daí. Eles trabalhavam em três fases, reunir um grupo pequeno, um pouco maior e daí no coletivo [...] quem decidia era no geral, qual a atitude que a gente ia tomar.
	2	É pra tá, ela deve de continuar até por que nada tá terminado ainda, nós tamo ainda num caminho. Eu acredito que lá na frente, eu acho que pode se desligar dessa associação sim, mas já formada outra.
	3	Na verdade uma boa parte entrou por interesse próprio, iniciativa própria. e não eram remuneradas.
	4	Foi muito importante por que foi ali que nós passamos a entender como funciona a realidade das usinas. Teve resistências de alguns sim, desconhecido né. Uma parte continua resistente, mas a maioria, vamos dizer 90% começou a entender logo o objetivos deles aí.
	5	Olha, sindicato, sindicato rural que devia tá apoiando, o que está instalada no municio faz muito pouco caso.
Produtor(a) - 12	1	A gente participou de algumas reunião [...] aconteciam através do MAB.
	2	Não soube falar.

	3	Tá tudo meio parado.
	4	Não respondeu.
	5	a gente participou de algumas reunião coletiva
Produtor(a) - 13	1	No começo foi feito uma organização que seria ADAB. Daí entrou o MAB que organizou essas reunião. Com o MAB e através disso ai foi feito as organização [...] o MAB instruiu e o povo que foi para a luta.
	2	Tá constituída, é importante continuar. Tem muita coisa que o pessoal está adquirindo pra nós ainda.
	3	Todos poderiam se candidatar. As pessoas não eram remuneradas.
	4	Tem muita divergência, nos grupos [...] as ideias nunca batem e daí tem aquelas pessoas que aceitam e as pessoas que não aceitam.
	5	Tivemos apoio da Igreja, pastoral da terra, países de fora, alguns deputados e ministério público.
Produtor(a) - 14	1	Não, apenas fazendo o cadastro.
	2	Sim, feito assembleia. De forma coletiva. Sempre com representantes.
	3	Por interesse e disponibilidade de participar e não recebiam por isso.
	4	Sim, teve e até hoje tem.
	5	Precário e em épocas de eleição.
Produtor(a) - 24	1	Sim, muitas reuniões e muitas manifestações. Não houve a constituição de comissão.
	2	Não.
	3	Não soube responder.
	4	Alguns tiveram medo.
	5	Não soube responder.
Produtor(a) - 25	1	Logo no início, antes até mesmo da licença de instalação, já havíamos nos organizado na ADABI (associação dos atingidos Baixo Iguaçu), onde por volta de 2006 se criou a associação constituída por presidente, vice, tesoureiro e demais conselho, assim registrada em cartório com CNPJ e tudo, mas dentro da legalidade, mas sem apoio de movimentos sociais, apenas com apoio do sindicato, logo no início da obra quando ouve a 1º mobilização de ocupação, a empresa entrou na justiça, pedindo reintegração de pose, e indenização sobre a associação, as multas sendo geradas sobre o CPF do presidente que era que respondia pelo CNPJ da associação, onde logo tivemos que extinguir a associação.
	2	Não Respondeu
	3	Não Respondeu
	4	Não Respondeu
	5	Não houve apoio, a empresa chegou e já foi entrando sem negociar com ninguém, chegaram destruindo plantações e tudo, os atingidos vinham se organizando desde 2006, foi nossa sorte, aí já no princípio já foi montado um acampamento de bloqueio a entrada de máquinas no referido canteiro de obra para forçar a empresa a vir conversar e a empresa se recusava em negociar coletivamente, sempre quis negociar individual.
Produtor(a) - 26	1	Houve muita luta, muita discussão, bastante negociação, perdemos até a conta de tanta reunião que foi feita,
	2	Não Respondeu
	3	Não Respondeu
	4	Não Respondeu
	5	Não Respondeu

FONTE: BARROS (2019) – Construída por meio dos dados levantados em pesquisa de campo.

* As falas dos produtores(as) 10 e 11 estão duplicadas, pois são resultado do diálogo e do consenso de dois(duas) irmãos(irmãs) entrevistados(as) coletivamente.

Em relação à análise desses dados frisamos, novamente, que a pesquisa trata de dois movimentos distintos, de mesma origem, mas diferentes em suas práticas políticas, sociais e temporais.

Essa distinção, ao mesmo tempo em que distância, possibilita ter uma visão mais completa referente à ação dos movimentos sociais e possibilita, concomitante a

isso, reconhecer se existem, mesmo que de forma sutil, interferências, imposições e limites, estabelecidos pela sociedade burguesa que interferem na perenidade ou mesmo em um maior alcance dessas organizações na busca por seus objetivos de garantia e defesa de direitos.

Relacionado à primeira questão e ao analisar o movimento de Salto Caxias, temos que retomar, brevemente, o fato de que esse movimento nasce ainda no fervor de lutas sociais pela terra, que se erguem na década de 1970; por movimentos sociais em defesa de pequenos produtores rurais, da década de 1980, e está muito próximo à realidade social marcada pela ditadura militar.

Esses fatos podem ter influenciado, diretamente, as ações do movimento. Há evidências dessa questão nos relatos dos produtores entrevistados, os quais apontam que, antes mesmo do início das obras, já havia uma comissão de discussão e mobilização dos produtores rurais ribeirinhos que seriam atingidos pelas obras da hidrelétrica. Essa comissão tinha por finalidade desenvolver diálogos reflexivos, manter a população informada sobre as ações da empresa, visando, com isso, defender a garantia de direitos. É interessante salientar que, antes mesmo do início das obras físicas da barragem, essa comissão já havia se formalizado enquanto associação. Isso pode ser constatado no relato do Produtor(a) - 18:

Comecemos a fazer reuniões, montamos uma comissão entre nós e o sindicato de Capitão e Boa Vista, e daí nós começamos a fazer as reuniões, montamos três grupos, daí começamos a fazer reunião nas comunidades. Foram realizadas centenas de reuniões. Não dez, vinte, e muito mais de cem. Veja bem, eram 40 comunidades que ficou atingido em baixo da água, daí quantas reuniões nós fazia em cada comunidade pra mobilizar. Na época foi uma época de gente muito séria, foi um movimento que a turma pegou todo mundo junto, nunca mais sai um movimento daquele jeito, assim que o povo pegou pareio, embora que hoje desorganizou tudo. A comissão se constituiu legalmente em 1992 como CRABI, e depois saímos pelas comunidades e colocavam uma liderança, quatro líderes em cada comunidade, a comunidade mesmo escolhia seus líderes. (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) – 18, 2019).

O movimento dos atingidos por Salto Caxias, segundo os relatos colhidos em entrevista de campo, foi perpassado por muitas lutas, conflitos, enfrentamentos, manifestações, paralisações, acampamentos e passeatas, realizadas pelos produtores rurais que buscavam garantir seu direito de permanecer na terra, ou ser

ressarcidos, de forma justa, pela ocupação das mesmas, frente às imposições e determinações da empresa responsável pela obra, ou seja, a Copel e, assim, diretamente o Estado.

Não se pode negar que esse processo conflituoso, pelo qual os moradores ribeirinhos atingidos pela barragem passaram, foi um movimento de crescimento e apoderamento de conhecimentos sobre a estrutura que sustenta os direcionamentos políticos e os interesses que perpassam a estrutura do Estado como figura mediadora e articuladora.

É evidente, também que, se os produtores rurais não tivessem promovido um processo de articulação e organização de forma coletiva para o enfrentamento, as determinações impostas pela Copel não teriam sido ressarcidos de forma justa pelas suas perdas econômicas e sociais, decorrentes da construção da obra. Isso está expresso na fala do Produtor(a) – 16, quando comenta que

[...] primeiro foi reunido, e fomos contra a Copel, ai a gente se organizou, eles quiseram construir meio na força, nós fomos pro canteiro de obras e não deixamos construir, onde ficamos 43 dias cercados pelo exército, e dos 43 dias, houve um acordo, e a gente se retirou, ai a Copel começou a negociação, até ali não tinha negociação nenhuma. (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) - 16, 2019).

Nesse sentido, sem um movimento articulado e consistente não de oposição à construção da obra, mas de defesa e garantia de direitos das famílias atingidas, não se haveria alcançado, de forma justa, o ressarcimento dos produtores rurais.

Em relação ao Baixo Iguaçu, fica evidente que havia um processo de diálogos e conversas entre os produtores antes da chegada da empresa e do início da obra, como é enunciado na fala do Produtor(a) - 25, na qual aponta:

[...] a empresa chegou e já foi entrando sem negociar com ninguém, chegaram destruindo plantações e tudo, os atingidos vinham se organizando desde 2006, foi nossa sorte, aí já no princípio, já foi montado um acampamento de bloqueio a entrada de máquinas no referido canteiro de obra, para forçar a empresa a vir conversar, e a empresa se recusava em negociar coletivamente, sempre quis negociar individual. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPITÃO LEONIDAS MARQUES, PRODUTOR(A) – 25, 2019).

Um ponto que fica explícito, de forma quase geral, na fala dos produtores, centra-se nas conquistas obtidas pelos atingidos de Salto Caxias. Contudo, isso ocorre sem que se aponte todo o processo conflituoso no qual se originou e se delineou todo o processo de lutas e conquistas que levou ao alcance dos objetivos de garantia dos direitos requeridos.

Os moradores atingidos do Baixo Iguaçu não expressam, em suas falas primeiras, essa referência às lutas e, conseqüentemente, não concebem a construção da barragem como uma ameaça ao seu direito de permanecer na terra, ou ser ressarcidos pelos danos causados. Esse apontamento é revelado na fala do Produtor(a) - 25, o qual comenta sobre a construção da hidrelétrica, apontando que:

A notícia foi recebida até com entusiasmo, pois sabíamos que na Caxias as pessoas tinham sido indenizadas bem, até então não conhecíamos a história de lida que havia tido naquela usina, mas após as primeiras conversas com a empresa, foi uma decepção muito grande. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPITÃO LEONIDAS MARQUES, PRODUTOR(A) – 25, 2019).

Nesse sentido, o movimento social oriundo da construção da usina hidrelétrica Baixo Iguaçu não se constituiu, formalmente, antes do início das intervenções e os moradores não estavam preparados, inicialmente, para o embate.

O processo de lutas pela garantia dos direitos inicia-se, conforme o exposto, com a organização dos produtores que seriam atingidos. Esses se embasaram no pensamento mais simplista sobre o processo de negociação e articulação com empresa responsável pela obra. Isso correu tendo em vista os relatos que tinham conhecimento de Salto Caxias. Tais relatos, como sabemos, estavam aliados a falsas informações divulgadas. Essas, por sua vez, geraram falsas compreensões da realidade, não trazendo o real contexto dos embates e das conseqüências sociais da produção de hidroeletricidade realmente ocorridos em Salto Caxias.

Essa fragilidade no início do movimento fica exposta na fala do Produtor(a) – 2, o(a) qual salienta:

No começo a gente não sabia qual rumo tomar, e nem para onde ia, ai foi montado ali em capitão uma associação, até o nome da associação é ADAB, mas daí a gente começou a participar das reunião, a gente via que existia um pouco de interesse dos fazendeiros, das pessoas mais bem sucedidas, e que a gente tava sempre meio ficando pra traz [...] e a gente não sabia de nada ai

vinha a empresa e os deputados, e dizia que tudo ia ser maravilhoso, e prometia um monte de coisa, então a gente pensava vai vim [...] ia indenizar todo mundo. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 2, 2019).

O mesmo posicionamento pode ser identificado na fala do Produtor(a) - 8 que pontua:

Antes da chegada do MAB para ajudar nós, o povo não sabia nem onde colocava o pé primeiro, não sabia como, se uniram, mas sem organização. Fizemos uma paralização lá, mas na verdade durou uns três dias, depois começou uma confusão, um puxa pra lá, outro puxa pra cá, uma desorganização, foi ali que dai o pessoal das governança nossa, fizeram contato com o pessoal do MAB, e vieram propor para a organização que tava ali [...]. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) – 8, 2019).

Essa distorção, a qual se demonstra na forma como os sujeitos atingidos vislumbram, de forma inicial, a intervenção da empresa responsável pela obra, não parte da ingenuidade dos produtores rurais ribeirinhos, mas deve, necessariamente, ser entendida como uma artimanha do Estado capitalista.

Essa estratégia foi utilizada de forma articulada e estruturada para manipular forças opostas a seus direcionamentos e interesses.

Usou-se, para isso, o poder de articulação e dominação dos meios de comunicação. Isso se fez necessário, pois essa realidade de atendimento social distorcida ajuda a ludibriar o jogo de interesses dominantes. Ela emana e é sustentada por divulgações que exaltam o atendimento social realizado na usina Hidrelétrica de Salto Caxias, “proclamada nacional e internacionalmente como uma das mais bem sucedidas experiências de equacionamento e tratamento da questão social”, (CONSELHO DE DEFESA DA PESSOA HUMANA, 2007, p. 6). Tal sistemática deixou oculto o real posicionamento do Estado e da empresa responsável.

Isso se deu em relação à questão de atendimento social. Além disso, por meio de tal ação não se possibilitou demonstrar as lutas sociais, necessárias, levantadas para garantir o direito dos produtores atingidos de ter seus direitos mínimos alcançados.

Nesse contexto, há que se considerar que, no processo de “atendimento” dos produtores atingidos por barragens

[...] procurava-se evitar a implantação de projetos de reassentamento, privilegiando-se soluções mais simples e diretas. Quando adotados, os projetos de reassentamento eram desenvolvidos com pouca ou nenhuma participação dos interessados. Frequentemente tais projetos se restringiam à concessão de lotes de terra e moradias, não se incluindo no planejamento suporte técnico/financeiro nem o apoio social indispensáveis ao seu êxito. Grande parte dos reassentamentos promovidos pelo Setor Elétrico apresentou resultados questionáveis. (ELETROBRÁS, 1990, p. 98).

Nesse sentido, as informações distorcidas e equivocadas, divulgadas e fomentadas, nada mais são do que uma forma do Estado capitalista ludibriar e limitar o processo de organização social, sem a necessidade do uso de força física. O processo de organização social fica, assim, considerado como desnecessário, frente à “bonança” promovida pelo Estado e pela empresa no atendimento social dos produtores atingidos.

Ressaltamos que esse cenário de confiança dos produtores em serem ressarcidos de forma justa pela empresa, posteriormente, dissolve-se. Todavia, nesse momento, tanto o processo de construção física da hidrelétrica como o de convencimento social já havia avançado, conquistando as pessoas não atingidas diretamente pelas consequências da usina. Essas, por sua vez, vislumbram uma movimentação econômica positiva na região, pois a obra movimenta o comércio local, bem como a política.

Essa movimentação também é momentânea, já que não perdura. Entretanto, ela se torna uma necessidade da obra, uma vez que tem a finalidade de embasar o apoio social e político da localidade ao acolhimento da obra como uma ação essencialmente positiva, em oposição às ações dos produtores, que lutam por seus direitos. Esses, posteriormente, ao se manifestarem, passam a ser considerados “baderneiros”, pois já se criou toda uma atmosfera de alienação social por parte da empresa.

Tendo como base um processo “positivo”, não existente, relacionado ao atendimento dos produtores atingidos em outras usinas, os produtores que seriam atingidos pela usina Baixo Iguaçu, inicialmente, não buscam auxílio externo para o desenvolvimento das ações de negociação com a empresa responsável pela obra. Eles tentam se organizar legalmente, mediante os trâmites burocráticos e políticos estabelecidos, como fica evidente nas declarações do Produtor(a) – 25:

Logo no início, antes até mesmo da licença de instalação, já havíamos nos organizado na ADABI (associação dos atingidos Baixo Iguaçu), onde por volta de 2006 se criou a associação constituída por presidente, vice, tesoureiro e demais conselho, assim registrada em cartório com CNPJ e tudo, mas dentro da legalidade, mas sem apoio de movimentos sociais, apenas com apoio do sindicato, logo no início da obra quando houve a 1º mobilização de ocupação, a empresa entrou na justiça, pedindo reintegração de posse, e indenização sobre a associação, as multas sendo geradas sobre o CPF do presidente que era quem respondia pelo CNPJ da associação, onde logo tivemos que extinguir a associação. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPITÃO LEONIDAS MARQUES, PRODUTOR(A) - 25, 2019).

O desconhecimento de como poderia acontecer o processo de negociação com a empresa e o não conhecimento do real embate ocorrido em usinas hidrelétricas – como aconteceu em Salto Caxias e Itaipu, onde os atingidos foram duramente reprimidos e, somente após muita luta e um processo de organização social amplo e sólido, conseguiram alcançar seus objetivos – prejudicou, de forma estrutural, o início da organização social dos produtores rurais atingidos pela barragem Baixo Iguaçu.

Faz-se necessário apontar, novamente, esse processo frágil no qual se inicia o movimento social dos atingidos referente à usina hidrelétrica Baixo Iguaçu. Esse, contudo, não pode ser entendido como uma falha social dos produtores ribeirinhos, mas é claramente um processo de imposição de forças hegemônicas, instaurado pelo controle da divulgação e do acesso às informações. Esse aspecto fica explícito na fala do Produtor(a) – 8, quando menciona: “No momento em que nós recebemos a notícia, ficamos ansiosos na verdade, expectativa, um pouco de medo né, por vários motivos, tinha motivo bom e motivo ruim né. Quando a Copel fez o Salto Caxias que foi aí próximo né, e teve gente que saiu muito bem, naquela época. (ENTREVISTA DE CAMPO SANTA TEREZA, PRODUTOR(A) - 8, 2019).

Apenas mediante a prática é que os produtores puderam dar-se conta dos interesses da empresa. Ao se depararem com a forma como a mesma os concebia e como atendia as demandas sociais, os produtores consideraram a necessidade de um processo de organização mais embasado. Com base nesse entendimento, a constituição independente da associação não foi considerada uma boa escolha, tendo consequências negativas aos produtores. Isso ressoa no relato abaixo:

Tinha formado uma associação, nosso erro foi legalizar a associação, e de princípio foi nosso erro, qualquer coisa que nós

fizéssemos, que gerasse multa, ia pra cima da associação [...] parece que uma coisa legalizada não pode funcionar, tem que ser meio clandestino, parece que a lei protege mais uma coisa clandestina do que uma coisa legalizada [...]. (ENTREVISTA DE CAMPO SANTA TEREZA, PRODUTOR(A) – 10, 2019).

Pensar que um processo legalizado – que teria como objetivo a garantia de direitos sociais – possa ser utilizado como forma de ataque àqueles a quem deveria defender é, no mínimo, contraditório. É nessas incongruências que se manifesta o jogo de forças pautado nos interesses da classe dominante.

A falta de sucesso dessa primeira manifestação de organização do movimento Social apenas deixou claro os limites impostos pela sociedade de classes ao movimento de organização social por defesa e garantia de direitos de forma coletiva. Isso se efetivou por intermédio do processo de burocratização, concomitante à limitação ao acesso às informações, que foram divulgadas de forma não verdadeira e fragmentada.

Nesse cenário de incongruências e desencontros, os produtores conseguem notificar os interesses que estão subjacentes à construção de uma hidrelétrica, os quais vão delineando as formas do conflito, pela necessidade de contemplar os interesses dominantes.

Dessa forma, os produtores entenderam a necessidade de estruturar um processo de enfrentamento que fosse capaz de fazer o contraponto às determinações impostas pelo sistema do capital. Ressaltamos, nesse contexto, a importância do processo de educação popular para defesa e garantia de direitos. A importância desse tipo organização social pode ser contemplada na fala do Produtor(a) - 8, quando o(a) mesmo(a) salienta que

[...] antes da chegada do MAB para ajudar nós, o povo não sabia nem onde colocava o pé primeiro, não sabia como, se uniram, mas sem organização. Fizemos uma paralisação lá, mas na verdade durou uns três dias, depois começou uma confusão, um puxa pra lá outro puxa pra cá, uma desorganização, foi ali que daí o pessoal das governança nossa, fizeram contato com o pessoal do MAB e vieram propor para a organização que tava ali [...] ai resolveram desfazer a associação e começar uma luta junto com o MAB, e foi indo e deu certo. Que o MAB já tinha uma organização assim, já desde organizar o pessoal pra luta, ordeiro, tudo organizado né, a luta como faze, de que forma faze, trocando idéias junto com o pessoal, sem chegar e impor as coisas goela a baixo, chega e dizer vamo propor, se o pessoal topa fazer daquela forma.

(ENTREVISTA DE CAMPO CAPITÃO LEONIDAS MARQUES, PRODUTOR(A) - 8, 2019).

Vemos, assim, que, após o auxílio do Movimento Nacional dos Atingidos por Barragens (MAB), o processo começa a se estruturar de forma mais direcionada, pois

[...] com chegada do MAB, pela experiência que tinha em relação ao processo, e com o suporte do movimento, foi constituído o movimento local e as comissões. Reuniões horizontalizadas, os líderes da região escolhidos pelos próprios moradores, e entre os moradores da região. Os pontos discutidos e os representantes eram elencados de forma horizontalizada, todos poderiam se candidatar e levantar pontos importantes. (ENTREVISTA DE CAMPO SANTA TEREZA DO OESTE, PRODUTOR(A) - 03, 2019).

A partir desse auxílio o movimento se delinea e passa a definir sua atuação de forma mais clara, como evidenciado na fala a seguir destacada:

Foram feitas reuniões em cada comunidade, e retirado representantes para a formação da comissão. As decisões eram tomadas de forma coletiva. Foi escolhido três representantes de cada comunidade, que ficaram responsáveis de levar as informações a todos os agricultores de suas comunidades, colher propostas e apresentar na reunião da comissão maior, para tomada de decisão sobre o caminho do movimento. (ENTREVISTA DE CAMPO SANTA TEREZA DO OESTE, PRODUTOR(A) – 4, 2019).

Esse cenário de dualidade permite pensar sobre o processo de interferência do poder dominante nas ações sociais. Isso nos remete à análise da segunda questão proposta, que tem por objetivo refletir sobre a perenidade dessas instituições de garantia e defesa de direitos, formadas pelos atingidos, sejam elas formais ou não, nesse contexto político e econômico dominante, além de averiguar se, para os produtores rurais atingidos pelas hidrelétricas, é importante que elas se mantenham ativas.

Nesse ponto será feito, novamente, um paralelo entre Salto Caxias e Baixo Iguaçu, sustentado pela temporalidade, visando reconhecer se existem interferências que agem nessa tomada de decisão.

Ao se tratar do movimento do Baixo Iguaçu, por ser um movimento ainda latente, vemos nos relatos dos entrevistados a importância de manter a

representação do movimento atuante, sendo esta afirmada pelo(a) Produtor(a) - 7: “Sim, importante manter para continuar a luta pelos reassentados.”

Outra fala relevante é a constituída pelo(a) Produtor(a) – 08, que aponta à necessidade de se manter ativa a organização, Mas essa enunciação já está contextualiza com o fato de que existe um processo de fragilização da organização. A pessoa entrevistada ressalta:

É nossa organização ainda tá ativa, mas digamos a maioria que foi acertando, que participava da associação, do grupo nosso, eles vão se retirando por si mesmo né, por que hoje 80% do brasileiro pensa em si mesmo, mas ainda existe as famílias como nós no reassentamento, ainda tem as famílias que ainda tão acompanhando, tão ajudando as negociação, até mesmo nas mobilização do pessoal do remanso que ainda não foi 100% indenizado. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPITÃO LEONIDAS MARQUES, PRODUTOR(A) - 8, 2019).

Nesses relatos descritos observamos que os produtores apontam à necessidade e à importância do movimento manter-se ativo. Contudo, por mais que seja um movimento ainda latente, já demonstra um arrefecimento de suas ações, mediadas por características originárias dos objetivos da sociedade de classes, inculcadas na formação do sujeito social.

Essa fragilização dos vínculos de luta social pode ser claramente identificada nas entrevistas realizadas com os produtores reassentados de Salto Caxias, onde a associação não mais esta constituída, e as famílias já estando reassentados a mais de 20 anos, ainda não possuem a documentação definitiva das terras, ou seja, ainda não ocorreu à regularização dos lotes no reassentamento.

Essa regularização era um acordo firmado entre associação dos atingidos, que tinha uma representatividade social ampla, e Copel a ser cumprida em um período máximo de cinco anos após as famílias serem reassentadas, mas como não existe mais a associação, a figura social de cobrança dos direitos sociais acordados vai se esvanecendo e o prazo se delonga para concretizar o combinado. Isso é decorrência da fragilização da organização e do poder de representatividade social.

É notável, também, que os entrevistados justificam essa dissolução do movimento, apontando que não teriam condições econômicas de manter a associação, pois esta demandaria pessoas para o trabalho. Nesse apontamento fica clara uma não identificação dos reassentados com o movimento social, como se os

próprios produtores não fossem o movimento e dependessem, estritamente, de apoios externos.

Esse distanciamento da compreensão da intrincada relação, sujeito movimento social, não se encontra distanciada dos interesses dominantes, pelo contrário, os interesses são diretamente convergentes, pois, quanto mais os sujeitos estiverem apartados da coletividade e da luta social fortalecida, mais fácil se torna romper com a base do movimento social, bem como afastá-los do conhecimento dos fatos que sustentam a sociedade hegemônica, já que uma organização social de reivindicação de direitos promove o contra ponto aos objetivos capitalistas. Tal contra ponto se efetua, nesse caso, visto que a organização social busca a defesa e a garantia de direitos sociais, políticos e econômicos da classe pobre e só existe na união de forças sociais em busca de objetivos coletivos.

Esse posicionamento atinge, diretamente, os interesses do capital, o qual prima por acumulação econômica. Assim, para a classe burguesa, essa organização, oposta a seus objetivos, deve, necessariamente, ser desarticulada, pois influencia em seu domínio.

O que deve ser esclarecido é que esse processo de desarticulação não acontece de forma abrupta ou incisiva, ele dissemina-se sem que as classes de base notifiquem a interferência dos interesses dominantes em dissolver as ações coletivas.

No movimento do Baixo Iguaçu essa ação fica evidente no pagamento parcelado das terras dos atingidos, bem como ocorreu no movimento de Salto Caxias, ao serem realocados em um novo espaço de terra, mesmo ainda sem documentação. O alcance superficial dos objetivos promove o distanciamento dos sujeitos sociais e o enfraquecimento do movimento de luta coletiva, pois não se pode negar, nascemos em berço capitalista e fomos criados convivendo com seus direcionamentos. Desse modo, a individualidade faz parte de nossas ações de forma muito mais latente do que a solidariedade.

A fragmentação, dessa forma, vai ocorrendo como sendo algo normal e necessário ao processo, pois este alcançou seu objetivo, ou seja, os atingidos daquela barragem, em específico, foram ressarcidos. Nessa concepção, os movimentos sociais são vistos como se tivessem prazo de validade. Na verdade, para a manutenção do sistema capitalista, devem, necessariamente, tê-lo.

Relacionado à terceira questão proposta – que se refere à escolha dos representantes legais das associações e comissões – apontou-se que, nas duas realidades observadas, os participantes eram escolhidos por iniciativa e vontade própria e elencados por votação, na qual todos poderiam participar, não sendo remunerados por isso. Tal fato não se encaixa na fala do(a) produtor(a) acima citado(a), sobre a dissolução da associação formada pelo movimento dos atingidos de Salto Caxias.

Outros pontos que ficam claros nas entrevistas nos dois cenários de luta e garantia de direitos, centram-se na desconfiança em relação ao financeiro. Os entrevistados que faziam parte da comissão de frente (líderes) do movimento, apontam que não ganhavam, financeiramente, nada para representar o coletivo, pelo contrário, deixavam seus afazeres e suas famílias para participar de forma mais ativa da comissão e levar informação a todos os atingidos. Mas, ainda nesse contexto, muitos desconfiavam de que os mesmos estavam tendo rentabilidade por participar diretamente da comissão.

A questão de remuneração pela participação dos representantes na associação e comissões, por mais que ela não tenha ocorrido – como relatado nas falas dos produtores dos dois movimentos observados –, foi identificada como um ponto de conflito nos relatos de campo e aproveitado pelo jogo de interesses de classe.

Isso pode ser lido na fala do Produtor(a) - 18, entrevistado(a) de Salto Caxias, que relata: “Os representantes eram escolhidos a maior parte por votação”, mas salienta que, no processo, havia muito desvio de dinheiro: “ali correu muito dinheiro, tínhamos chance de pegar muito dinheiro [...] mas não ganhávamos nada, apenas depois do reassentamento a Copel pagava um salário mínimo”. Essa informação, em parte, é confirmada, também, na fala do Produtor(a) - 2, entrevistado do Baixo Iguaçu: “As pessoas sempre acham que você está ganhando em cima, e isso não é verdade, o que eu ganhei eu sempre falei, nunca peguei um centavo de nada, só peguei a terra mesmo.”

A remuneração pelo serviço social e coletivo prestado, por mais que inexistisse, sempre esteve em pauta, sendo fomentada pelos interesses classistas, ainda pela possibilidade de “dinheiro fácil”, uma sombra incutida nas falas, como uma forma de desencadear processos de conflito interno no grupo.

Essa desconfiança não pode ser considerada como uma característica dos produtores atingidos, pois seria ingenuidade e superficialidade desenvolvermos esse pensamento. Nesse contexto, considerando-se a realidade de fragilização e fragmentação dos direitos, sem ter uma certeza de como vão sobreviver, e se serão atendidos em suas necessidades mínimas, vislumbrando esse cenário de incertezas, a inserção de suposições serve como ferramenta de fragilização das relações de confiança, necessária à constituição, ao fortalecimento e à perenidade do movimento social.

O impacto da desconfiança é demasiadamente nefasto e reverbera nas relações sociais. Esse fato foi constatado em entrevista de campo, realizada com um(a) produtor(a) reassentado(a) de Salto Caxias que, ao ser questionado(a) sobre esse ponto, emocionou-se e apontou que quer se manter distante do trabalho com pessoas. Esse(a) produtor(a) foi uma das referências de luta do movimento de Salto Caxias.

Essa postura, novamente direcionada com ênfase ao “lucro”, esfacela a confiança necessária à constituição e à perenidade de um movimento social coletivo ao incutir no mesmo, de forma não casual, lutas internas autodestrutivas. Aliado a isso, o coletivo ainda sentia a oposição dentro e fora da comissão, direcionado por pessoas que não acreditavam nos objetivos, posicionando-se contra a luta desde o início. Isso fragmenta a homeostase social, abrindo lacunas de fragilização das ações que são reflexos da atuação dos interesses de classe, mediado por todo um processo formativo de sujeitos para as necessidades hegemônicas.

Relacionado ao posicionamento dos produtores referente à constituição do movimento, tanto os entrevistados de Salto Caxias como os do Baixo Iguaçu, relataram falas muito próximas, apontando que, no início, houve um grande apoio, mas que, também, existiram pessoas contrárias à constituição do movimento.

Relacionado à Salto Caxias, isso pode ser detectado na fala do produtor(a) – 18, o(a) qual comenta que “Teve muitas pessoas que não acreditaram, “chamavam de bobo, perder tempo atrás de bobeira” e, da mesma forma, na fala do Produtor(a) – 16, o(a) qual salienta que, no decorrer do processo, “todos se abraçaram, chegou em 4500 pessoas nas manifestações”. Nesse sentido, verifica-se uma resistência no início, mas um posterior fortalecimento nas relações e uma aliança nas lutas.

Já nos relatos do Baixo Iguaçu, identifica-se, também, esse processo de desconfiança e a utilização desse ponto pela empresa, como forma de ampliar, ainda mais, esse sentimento. Esse fato é evidenciado no relato do(a) Produtor(a) – 3:

Muita gente, muita gente teve resistência ao movimento, no início. Porque assim, a empresa é especialista em distorcer o que é, falavam que esses caras vão cobrar de vocês, vão cobrar uma porcentagem da indenização pra isso, que ninguém trabalha de graça, esse tipo de conversa né. E tem gente que é assim, ele acredita mais no cara de gravata, que tá falando lá na rádio, do que no vizinho dele [...]. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) – 3, 2019).

O mesmo posicionamento é, também, enunciado na fala do(a) Produtor(a) - 9, que aponta esse processo de desconfiança, ao relatar que

[...] teve muita gente que, aonde se viu, vim um pessoal aqui, orientar, eles tinham medo do que vinha pra frente, depois eles achavam que todo mundo vinha por interesse [...], até hoje se você encontrar pessoas, diz que o MAB tirou um grande proveito de toda a situação. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) – 9, 2019).

O relato acima e a fala do produtor(a) que aponta que a empresa utilizava do medo dos atingidos e de sua posição de vulnerabilidade para fragilizar a confiança dos mesmos em instituições que poderiam os auxiliar no processo de articulação e fortalecimento do movimento demonstra a forma de atuação do poder dominante e sua infiltração. Esse poder vai achando brechas nos movimentos sociais para promover sua desarticulação.

Em se tratando de apoios externos para organização do movimento, verificamos que, nos dois cenários, houve apoio de entidades ligadas à defesa e à garantia de direitos. Mas, na organização de Salto Caxias, teve um apoio mais acentuado do poder público, o que, segundo os relatos dos produtores entrevistados, não aconteceu no Baixo Iguaçu.

Ao observar o movimento de Salto Caxias e Baixo Iguaçu, em um movimento histórico longitudinal, podemos estabelecer as ações de interesses de classe e suas interferências nos movimentos sociais, bem como a postura do Estado que, aqui, em sua grande maioria, manifesta-se como apoiador do desenvolvimento

econômico, mas que, aos poucos, vai promovendo a desestabilização da base social organizada e restringindo a luta social a células individualizadas com representatividade fracionada.

Ao mesmo tempo, é visível que, de Salto Caxias a Baixo Iguaçu, houve o aprimoramento das ações de dominação e contenção social por parte da classe dominante em relação aos conflitos oriundos da organização social. Isso denota que o poder dominante evoluiu em suas ferramentas de atuação e contenção.

Nesse mesmo sentido, verificamos que houve, nas duas realidades em questão, o enfrentamento das imposições econômicas e políticas da construção das barragens, mas que esse posicionamento de luta e garantia de direitos perdeu-se após o alcance dos “objetivos” alcançados. Ele, também, vai sendo limitado pela organização, cada vez maior, do Estado Capitalista, o qual tem sua linha mestra bem definida, direcionada ao aumento do lucro e à manutenção do seu metabolismo e não deixa de se aprimorar e se alongar.

Cientes do fato de um investimento cada vez maior da sociedade de classes em conter os movimentos sociais e limitá-los, passamos, agora, a discutir sobre como acontece a relação entre as empresas, sejam elas públicas ou privadas, e os atingidos frente ao contexto de implantação das barragens.

2.6 RELAÇÃO ENTRE AS EMPRESAS PRIVADAS E PÚBLICAS E OS ATINGIDOS POR BARRAGENS – CONFLITOS E NEGOCIAÇÕES

O interesse do Estado capitalista centra-se em atender necessidades de manutenção e crescimento contínuo dos objetivos propostos pela classe que está no poder e, na atual composição, atende às demandas da elite. Esse movimento acontece de forma não flexível, referente à redução da participação social, em decisões políticas e econômicas, que possam comprometer os objetivos propostos.

Nesse cenário, passamos a analisar se acontecem, e a forma como se efetuem, às relações entre as empresas públicas e privadas e os produtores atingidos por barragens, referente à construção de hidrelétricas, além de averiguar se existem interesses convergentes ou opostos, nascidos dessas relações.

Segundo o relato coletado em entrevista de campo com os produtores rurais atingidos pelas barragens de Salto Caxias e Baixo Iguaçu, todos os entrevistados

relataram que não houve, inicialmente, diálogos ou reuniões com as empresas responsáveis, visando realizar algum tipo de acordo preliminar, ou se desenvolvesse a possibilidade da construção de um plano de atendimento aos atingidos de forma coletiva. O único contato referente a essa questão apresentou-se no levantamento socioeconômico que as empresas realizaram.

Dessa forma, negou-se a possibilidade de participação, a qual consta em lei, para discussões e planejamentos aos maiores interessados na questão: os produtores rurais que iriam perder suas terras. Isso fica claro na fala do(a) Produtor(a) – 1:

Não foi passado nas casas né, tinha uma empresa terceirizada que passou em 2004, foi passando, dizendo que ia sair à usina e tal, só que era tudo um mar de rosas, mas de ter um acompanhamento das famílias nunca teve, nunca teve isso, teve sim, acompanhamento fazendo ameaça, de colocar na justiça, se não sair vai dar ordem de despejo, é desse tipo que eles faziam. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 1, 2019).

A fala do(a) produtor(a), deixa clara a inflexibilidade das ações que se mostram determinantes e impositivas frente à necessidade de produção de energia hidrelétrica. Ao mesmo tempo, o enunciado deixa explícito o descaso com a questão das consequências sociais oriundas da construção. O/A produtor(a) salienta, ainda, a pressão imposta pela empresa, apontando que

[...] a pressão era bruta, ou sai ou var ter ordem de despejo, até no entanto que teve, teve ordem de despejo, teve muitas famílias judicializadas, o que eles falavam cumpriam. Dinheiro tem, e vejo assim hoje, que o dinheiro ele compra tudo né, compra Juiz, compra Promotor, compra prefeito, compra vereador, compra promotor, presidente, compra assim na forma de dizer os corrupto né. Se viu lá, o Juiz chegava lá e assinava. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 1, 2019).

Nessa fala, evidenciam-se, claramente, as prioridades de atendimento. Essa postura que a fala do(a) produtor(a) relata, tanto da empresa responsável pela obra como do Estado, promove uma fragilização da função de universalidade de direitos, largamente propagada, bem como a frágil democracia e igualdade de direitos, em que o poder se assenta e demonstra, concomitantemente, sua centralidade e sua força dominante. Esse posicionamento fica evidente na fala do Produtor(a) –3:

Quando a empresa chegou, eles não conversaram com ninguém dos atingidos, tanto que, um dos atingidos que mora aqui hoje no reassentamento, ele morava no canteiro de obras, foi, as máquinas chegaram, foram abrindo a lavoura, foram arrancando cerca e tudo, não disseram nem bom dia, nem boa tarde, e foram indo, foram invadindo, então esse diálogo com a empresa nunca existiu, eles invadiram e acabou. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 3, 2019).

Podemos, assim, comprovar a parca e empobrecida relação estabelecida entre a empresa e os atingidos. Isso também está latente no relato do Produtor(a) - 25, que aponta em sua fala que “não houve apoio, a empresa chegou e já foi entrando sem negociar com ninguém, chegaram destruindo plantações e tudo.” (ENTREVISTA DE CAMPO SANTA TEREZA DO OESTE, PRODUTOR(A) - 25, 2019).

Esse mesmo posicionamento da empresa responsável pela obra pode ser verificado nas falas dos produtores(as) rurais de Salto Caxias – 16; 18; 20 e 22, que mencionam que o contato e a articulação que a empresa fez, inicialmente, estavam focados apenas no levantamento socioeconômico. Esse posicionamento deixa claro que os impactos sociais que a construção da usina provocaria aos produtores ribeirinhos não se apresentavam como uma prioridade.

Aliado a esse processo de imposição, ainda outra forma de ação que fragilizava o movimento perpassava, tanto na realidade de Salto Caxias como na do Baixo Iguaçu, que se demonstrava na realização de acordos individuais. Esses tinham como objetivo pagar um valor estabelecido com o produtor e, dessa forma, o mesmo não teria a necessidade de participar das ações do movimento social, visto que sua situação estava resolvida.

Essa forma de atuar da empresa acabava desmotivando e desmobilizando o movimento. Isso se apresenta na fala do Produtor(a) – 2, atingido pela usina Baixo Iguaçu, que, ao apontar a pressão sofrida pela empresa, salienta:

Nossa muito, como teve. E só não desmobilizou mesmo as pessoas que estavam orientadas pelo MAB, por que aqueles que não participavam eles foram cedendo à pressão da empresa, foram pegando o que a empresa oferecia. Muitos ficaram sem nada, tem um amigo meu, que assinou um documento por pressão da empresa, e ele tinha os mesmos direitos que eu, e ele ficou lá na minha linha e eu vim para cá, e ele não recebeu nada. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 2, 2019).

Essas ofertas de acordos individuais, além de serem impostas mediante pressão pelo medo de perder seu meio de vida e não ter para onde ir, são uma forma de desarticular as bases sociais, ou, evitar que as mesmas se movimentem em um sentido de organização, pois vão promovendo a fragmentação e o enfraquecimento da coletividade pelo distanciamento dos sujeitos.

Esse posicionamento de forma hostil da empresa, pode ser observado também na fala do Produtor(a) - 5, que relata: “Chegaram na tua casa assim, se tu não sair você vai pegar a criança num braço, e a mala no outro, e vai sair sem nada.” (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 2, 2019).

Nesse mesmo direcionamento, tem-se a fala do Produtor(a) – 4:

Eles vieram com um valor no proprietário, na época em torno de 40 mil, na verdade por quarenta mil, ninguém consegue se colocar. Era em torno de uns oitenta, mais ou menos o valor da região pra comprar pra fora. Daí eles vieram com aquele valor lá, o dono se assustou [...] passou dez dias eles vieram de novo com reajuste de 5% [...] na última vez que eles vieram, eles vieram com 10% de aumento, em torno de uns 45 mil, se não me engano. O proprietário não aceitou mais nunca né, ele ia se coloca onde [...] A terceira oferta eles fizeram via justiça. A juíza liberou utilidade pública à aérea [...] não é coerente com a realidade. (ENTREVISTA DE CAMPO SANTA TEREZA DO OESTE, PRODUTOR(A) - 04, 2019).

A fala do(a) produtor(a), além de demonstrar que a empresa não estava aberta à negociação e que a questão de atendimentos das intervenções socioambientais não era uma prioridade, aponta, também, o posicionamento do Estado, referente a esta questão, numa situação na qual o mesmo não se posiciona como agente de mediação ou proteção dos direitos e garantias legais, deixando à mercê os produtores e, ainda apoiando a construção da obra, sem analisar os impactos referentes à questão.

O atendimento dos produtores de Salto Caxias e as formas de articulação entre empresa e atingidos, visando ao “atendimento” das demandas sociais não destoam muito do ocorrido em Baixo Iguaçu e se manifestam da mesma forma coercitiva, favorecendo ao objetivo da empresa, nesse caso, é estatal.

Esse apontamento pode ser identificado no relato do Produtor(a) – 19, quando o entrevistado comenta que “eles queriam soltar primeiro a água, depois indenizar o povo.” (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) - 19,

2019). O/A Produtor(a) – 20, acrescenta, em relação aos acordos com a empresa, que, no início, não teve diálogo: “No começo eles eram contrário, totalmente contrário, só permitiu vantagens, mais em outras barragens também era assim, foi orientado por outras pessoas que foram atingidas por barragens, que eles não cumpriam o prometido.” (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) - 20, 2019).

Relacionado às indenizações individuais, o(a) Produtor(a) – 20, salienta que elas eram uma prática utilizada no processo de articulação e tinha um cunho voltado à desarticulação do movimento social, apontando que

[...] eles começaram a construir a barragem, falaram que iam indenizar antes, não indenizaram, daí indenizaram um aqui outro lá, assim, meio assim, meio jogado [...] ela indenizava um aqui o outro lá, pagavam muito bem né, mais os cara, os outros pensavam que ia receber aquele tanto e fracassava, digo ó, vou receber esse tanto ai, saia fora do movimento, que era um dinheiro muito alto, mas o que acontece é que depois eles vinham e pagavam poquinho, em outras barragens aconteceu assim né, eles ficavam, daí eles não queriam mais entrar em movimento nenhum, por que iam receber um dinheiro muito bom, e daí quando eles iam indenizar o cara, e que a barragem tava quase pronta, eles ofereciam um tantinho lá, se pegava, pegava, se não pegava eles soltavam água, o cara tinha que sair. (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) - 20, 2019).

O/A mesmo(a) Produtor(a) ainda comenta “nóis tava com o movimento pronto, ai começaram a indenizar um aqui o outro lá, pagaram três veiz mais o valor, daí os cara saiam a favor da Copel, porque iam receber um dinheiro bom”, (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) - 20, 2019). O discurso continua apontando o jogo de forças para desarticular o movimento: “eles procuravam os da equipe nossa, iam na casa dele de noite, e daí ofereciam um monte de dinheiro e o cara se entregava.” (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) - 20, 2019).

O que fica exposto nos relatos dos produtores expõe que o interesse da empresa não estava centrado em promover um atendimento social e um ressarcimento justo, ou estabelecer um diálogo aberto com as comunidades atingidas, como preconizado pelas leis ambientais, pelo alagamento e pelas perdas sofridas pelos agricultores ribeirinhos. Seu objetivo era retirar as famílias o mais

rápido possível e a um menor custo para que a obra fosse construída, ou mesmo construir sem indenizar e, depois, forçar a saída dos produtores.

Para isso utilizava de coação e jogo de força, visando ao mesmo tempo, liberar as terras e desarticular os sujeitos da base do movimento social, que se posicionava frente a estas questões, visando à defesa e garantia de direitos aos produtores atingidos, de forma mais igualitária e justa.

Esse movimento de persuasão da empresa pode ser rastreado, também, na fala do(a) Produtor(a) – 18:

Teve amigo nosso que tava na liderança, e ele na verdade pra falar direto, se vendeu pra Copel. Abandonou a presidência e pegou o dinheirinho dele que achou que era muito, pegou lá um bom dinheiro e vendeu a terra dele adiantado, e se desligou do movimento, e daí nós fumo brigando mais dois ano, e daí quando nós fumo receber, nós recebemo muito mais do que ele pego, e daí quando nós tava pegando, ele não tinha mais nem um pila. (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) - 18, 2019).

O/A Produtor(a) também aponta outras formas que a empresa responsável pela obra tentou para dar andamento na construção e, ao mesmo tempo, fazer pressão nos moradores da região. Entre elas, pontua que a empresa tentou articular a compra da terra onde seria construída a base da usina, como forma de pressionar os demais moradores atingidos, e salienta como a associação, que a época já estava constituída, posicionou-se frente a essa questão, chamando o produtor(a) para responsabilidade, ao mesmo tempo, assumindo, coletivamente, a responsabilidade. Isso possibilitou que o produtor(a) não cedesse à pressão da empresa:

Daí a Copel veio e ofereceu em particular, por parte do advogado da Copel, um dinheiro meio grosso, para ele vender aquela terra com nós encima e tudo, daí ele queria vender e nós não deixava, ele também começou a mudar a idéia, porque o dinheiro fala mais alto, e daí nós não deixemos, se começou junto vai junto até o fim. (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) - 18, 2019).

O/A produtor(a) ainda aponta que a empresa ofertava cartas de crédito para quem não tivesse interesse em reassentamentos coletivos. Essas cartas de crédito eram uma forma de conter o crescimento do movimento social e, diretamente, os

embates desenvolvidos pelo coletivo, visando alcançar o ressarcimento justo dos atingidos. Elas eram ações em prol dos objetivos da empresa, pois, ao aceitar o valor proposto, os atingidos deveriam desocupar suas terras e não teriam direito de qualquer questionamento posterior.

Concomitante a isso, esse processo foi acrescido de terceiros, como, por exemplo, empresas e imobiliárias, que tinham apenas interesse financeiro e interferiam no processo, como apontado no relato destacado abaixo:

A Copel propõe uma carta de crédito de 33 mil reais para cada família que não quisesse o reassentamento, aí que deu o rolo, porque daí veio os picaretas, que queriam que pegasse os 33 mil, comprasse terra, e daí veio aqueles que queriam o dinheiro que não queriam terra, diziam pegue o dinheiro pegue, o assentamento saiu três anos depois de que a carta de crédito, o cara dizia, pegue a carta, aproveite agora [...] até lá eles vão roubar tudo, a liderança vai dar nó em vocês. Vocês vão acabar ficando sem nada. (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A)- 18, 2019).

Pelo conteúdo desses relatos, podemos ver que o cenário de construção de hidrelétricas, bem como o contexto social de atendimento dos atingidos, é permeado pelo jogo de forças e interesses econômicos característicos da classe dominante.

Com relação ao movimento social que nasce desses desalinhos entre interesses políticos e econômicos e atendimento social, fica claro que a postura das empresas, sejam elas públicas ou privadas, volta-se, com grande interesse, a desarticular e a desorganizar os movimentos sociais, pois colocam em risco sua hegemonia e seu poder.

Tendo por base essa forma de relação apresentada na fala dos produtores, buscamos, agora, analisar como se desenvolveram ou se articularam as lutas sociais, bem como as reações manifestadas, sejam elas de apoio ou contrárias às reivindicações do Movimento dos Atingidos por Barragens.

2.7 AS LUTAS SOCIAIS E AS REAÇÕES DE APOIO OU CONTRÁRIAS ÀS REIVINDICAÇÕES DO MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS

Neste espaço do nosso texto, as perguntas norteadoras se direcionam a entender como os produtores rurais atingidos organizaram e estruturaram o

processo de luta por garantia de seus direitos e, ao mesmo tempo, constatar se esse processo obteve apoio social.

Para isso, partimos do entendimento de que a intervenção do Estado influencia, diretamente, na constituição e na manutenção do Movimento dos Atingidos por Barragens, visto que, se o Estado representasse uma força acima da sociedade democrática, às leis as quais regem sobre a questão socioambiental seriam fortes o bastante para o desenvolvimento de ações de atenção social e ambiental na construção de barragens e não haveria a necessidade de lutas por garantia de direitos.

A representação da força Estatal, bem como seus delineamentos, contrariamente ao exposto se realiza por meio de interesses econômicos, políticos, partidários e de classe. Esses perpassam e sustentam as relações sociais que, sendo regidas por uma ordem hegemônica dominante, não se apresentam como garantidoras de direitos sociais democráticos e igualitários, pois, em um cenário sustentado pela ótica do desenvolvimentismo – o qual tem por objetivo estrutural, potencializar o capital e o acúmulo de lucro –, o Estado assume a função de amortecer o impacto de interesses e de promover uma determinada harmonia social.

A hidroeletricidade, nesse contexto, é usada amplamente e assume o papel de promotora do “desenvolvimento e crescimento”. Isso, certamente, é verdadeiro, visto sua exploração movimentar diversos setores fundamentais. Contudo, mediada pelas forças dominantes, tende a atender aos objetivos dominantes, o que pode levar a um descuido com as demandas sociais e ambientais nascidas desse processo exploratório, podendo ocasionar a marginalização dos produtores rurais ribeirinhos que perdem suas terras e, com isso, seu modo de vida e sobrevivência.

Nesse sentido, onde o Estado não assume as consequências legalmente estabelecidas das intervenções socioambientais referentes à construção de usinas hidrelétricas, torna-se necessário o levante social para fazer frente aos ditames impostos, na busca por garantir o direito dos atingidos a serem ressarcidos de forma justa.

Quando se fala em lutas sociais, a primeira que os atingidos por barragens devem, necessariamente, travar é a luta contra seus próprios determinismos. Todo o processo de formação dos sujeitos se constitui não por acaso, calcado por pensamentos hegemônicos que posicionam cada sujeito dentro de certa classe e em seu devido lugar nessa classe.

Para fazer o contraponto social e lutar por direitos coletivos é necessário, primeiramente, que os sujeitos identifiquem as linhas de comando que os controlam, desenvolvendo instrumentais que lhes possibilitem entender e romper com os limites impostos pela sociedade hegemônica, estruturando uma base organizada de luta, que possa refletir e ultrapassar as questões impostas como verdadeiras e naturais.

Dessa forma, é somente quando os trabalhadores identificam o movimento exploratório no qual estão enredados – o qual domina e comanda seus movimentos – e notificam, em seus posicionamentos, resquícios da dominação imposta que um movimento pode se formar.

Os Produtores atingidos pelo alagamento de Salto Caxias e Baixo Iguaçu deram-se conta dessa necessidade a partir da reflexão das contradições oriundas da postura das empresas, que não se apresentaram disponíveis à negociação e ao diálogo, como acima exposto, bem como conscientizaram-se da postura do Estado que priorizava o capital e o econômico em detrimento ao atendimento das demandas socioambientais latentes à época da construção das usinas.

A partir dessa compreensão – que seria como um distanciamento da realidade, na qual os sujeitos são imersos desde seus primeiros contatos sociais, regidos estritamente por regras dominantes – que os produtores constatarem os direcionamentos e os condicionantes socialmente impostos pelo jogo de interesses econômicos, políticos e partidários referente à construção das hidrelétricas, e, ao mesmo tempo, entendem que se não se organizassem para se posicionar frente a essas questões e requerer seus direitos, ficariam à mercê da boa vontade da empresa e da benevolência das ações do Estado.

Essa necessidade de organização social fica clara na fala de 91% dos produtores entrevistados, os quais apontaram que, para serem ouvidos e percebidos, foram obrigados a realizar manifestações, passeatas, bloqueio de rodovias e sedes das empresas, acampamentos, entre outras formas de manifestações em prol da garantia de seus direitos, os quais, mediante à legislação vigente, estão garantidos.

Relacionado ao até aqui tratado, a primeira questão de análise que se refere à organização das manifestações para lutar por garantia dos direitos evidencia-se na fala do Produtor(a) – 1. Ele\Ela menciona que apenas por meio da organização social que se possibilitou uma abertura de diálogo com a empresa e uma visibilidade pelo Estado. Na sua fala o(a) produtor(a) relata que, apenas “através de luta

também do movimento, pressão, e sempre fechando obras, quarenta dias acampado na frente de canteiros, sol chuva, frio, calor e nós lá, trancando BR trancando ponte, queimando pneu até que abriram a guarda.” (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 1, 2019).

A necessidade de organização social, bem como a demonstração de apoio do Estado, fica exposta no relato do Produtor(a) - 2, que confirma o citado pelo relato acima e complementa:

Sim, nós fizemos vários acampamentos, primeira vez, o acampamento que a gente fez, foi na entrada da obra, nós fizemos um em Capanema e um em Capitão. O de Capanema eles tiraram, a gente saiu, eles tavam meio e o prefeito como não deu nenhum apoio pra nós, a gente saiu, tivemos que sair, a polícia tirou nós. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) -2, 2019).

As falas dos Produtores(as), acima expostas, demonstram a necessidade da organização social e de suas lutas por garantia de direito, bem como a falta de apoio dos setores envolvidos com a construção da obra, deixando transparente seus posicionamentos de se eximir da responsabilidade frente às questões sociais.

Mesmo após todo o processo de movimentação, organização e articulação social com a empresa – situação na qual a mesma se obrigou a dialogar com os atingidos – houve tentativas de desconstruir a organização social. O Produtor(a) em sua fala, reflete sobre as formas como a empresa conduzia as negociações, visando a atingir seus objetivos, sem ter que se posicionar de forma agressiva frente aos atingidos e, ao mesmo tempo, fragilizando o movimento social:

Mas daí a hora que eles abriram a guarda, que vai ter muita gente já tinha saído, que eles enrolavam de mais né, pegavam o pessoal e levava numa terra, não essa aqui dá, daí depois não, aquela terra nós não compra, daí o pessoal ficava com medo, não vai ter nada não, e pegava a carta e saía. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEM, PRODUTOR(A) - 1, 2019).

Nesse relato, podemos reconhecer a atuação do poder dominante que não deixa de cumprir as determinações legais, mas impõe uma ordem, utilizando, de forma clara, a força de coação e dominação pelo intermédio do medo. E, como os atingidos se sentiam inseguros e à mercê das determinações impostas, muitos acabavam cedendo.

A mesma questão de incoerência nas ações da empresa responsável pela obra, que apresenta o descaso com o atendimento social direcionado aos produtores rurais ribeirinhos atingidos, podemos identificar na fala do Produtor(a) – 18, reassentado(a) de Salto Caxias, quando explicita que, ao mesmo tempo em que ocorre o avanço das obras, amplia-se a necessidade da realização de manifestações sociais, sem as quais os direitos dos atingidos não teriam sido alcançados e observados. Nesse sentido o(a) produtor(a) entrevistado(a), aponta que

[...] a primeira vez que reunimos o pessoal, não vou exagerar muito, deu mais de duas mil pessoas, daí eles tinham feito todos os estaqueamentos, tinham feito tudo a topografia, e já tava pronto pra barragem. Daí nós fomos lá e resolvemos queimar, arranquemo tudo, muntuemo e queimemo. (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) -18, 2019).

O que fica exposto nessa fala explicita que, mesmo antes de ter um direcionamento referente ao atendimento dos atingidos, as obras da infraestrutura da barragem já estavam em andamento. Contudo, ressaltamos o enorme processo de organização social, o qual promoveu a reunião de mais de duas mil pessoas em prol de um objetivo em comum. Nessa questão, fica intrínseca a importância do processo de educação popular que promove, não apenas o entendimento da escrita ou dos números, mas propicia, primordialmente, um processo de desenvolvimento de leitura de mundo e dos sustentáculos que seguram e organizam os direcionamentos da sociedade capitalista, possibilitando intervenções mais organizadas e eficientes.

O movimento repressivo praticado contra os atingidos por intermédio da coerção e o apoio do aparato do Estado fica, também, claro na fala do(a) produtor(a) acima citado(a), o(a) qual comenta que, “veio à polícia e queria dar o direito e a sustentação da empresa para continuar o serviço.” (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) -18, 2019).

Nesse contexto, no qual a empresa promove um movimento repressivo e o Estado apoia atitudes não democráticas de imposição do poder hegemônico, o processo de educação popular e o posicionamento social coletivo fica ainda mais importante, sendo isso explícito na fala do(a) produtor(a), que apresenta um movimento organizado e mais elaborado, comentando que, “nóis fuma lá e

acampamo, e acampamos mais de quarenta dias.” (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) - 18, 2019). Nessa fala, já podemos constatar o movimento articulado em prol de objetivos coletivos de garantia de direitos e com metas bem estabelecidas, capaz de fazer o contraponto às determinações da empresa e ao impasse com o fazer estatal.

O que fica evidente e perceptível nesses relatos é que houve a necessidade de romper com os limites estabelecidos pela estrutura de interesses e demandas do sistema capitalista, para se alcançar a possibilidade de que os produtores atingidos pelas obras, os quais perderam sua base de produção e manutenção social e econômica e mesmo cultural, fossem ressarcidos. Esse movimento demandou, principalmente, o enfrentamento às determinações e às contradições do Estado burguês, de forma organizada e crítica, bem como o posicionamento e a articulação política do movimento nas manifestações e acampamentos, que foi alcançada graças ao processo de educação popular.

Em relação à segunda questão proposta para discussão, que trata sobre o apoio do poder público no movimento de defesa e garantia de direitos, podemos observar nos relatos dos produtores atingidos que não existe um consenso dos mesmos, sendo que uns apontam que houve apoio e outros relatam que não.

Mas algumas falas remetem-nos a uma análise mais crítica. Como exemplo disso, destacamos a fala do Produtor(a) - 10, que aponta a fragilidade da “democracia”, relacionada à questão política, ao relatar sua participação em uma audiência pública:

Audiência pública eu aprendi que não vale nada, porque é dito que o povo aprova uma coisa que não aprova [...] vai todo mundo lá, mas eles não perguntam pro povo, vocês querem essa usina, vocês aceitam essa usina, pra daí fazer tipo uma votação, não, é só falado e depois lá na frente, há o povo aprovou esse projeto aqui, mas o povo não falou nada, o povo foi lá e só ouviu. (ENTREVISTA DE CAMPO SANTA TEREZA DO OESTE, PRODUTOR(A) -10, 2019).

É interessante, no entanto, analisar que o mesmo produtor(a), posteriormente a isso, relata que houve um processo de segmentação no apoio aos atingidos e, depois, salienta que houve troca eleitoral dos gestores públicos, e um novo processo de apoio das entidades públicas municipais ao movimento:

Tivemos, tivemos uma transição de troca de prefeito também durante esse tempo, lá no começo [...] de princípio eles deram uma mãozada e de repente se calaram também né, daí depois deu essa troca de prefeito, troca de vereadores essas coisa, ali veio o apoio também né, daí pra frente câmara de vereadores, prefeito também né. (ENTREVISTA DE CAMPO SANTA TEREZA DO OESTE, PRODUTOR(A) - 10, 2019).

Na fala do(a) produtor(a) podemos analisar como a influência do poder político partidário interfere nas relações e contradições referentes aos atingidos por barragens, bem como no processo de negociação e embate com a empresa. Essa fala traz a percepção de que, por mais que exista todo um arcabouço legal que direciona e orienta o atendimento e as demandas de cenários onde existe a intervenção socioambiental, ainda existem questões não claras que transitam guiadas por outros interesses, que perpassam esse contexto e que promovem essa instabilidade e insegurança nos posicionamentos e no apoio da luta social por garantia de direito.

Essa fala também ecoa no diálogo com o Produtor(a) – 18, que aponta que as relações com o governador do estado do Paraná, à época da construção da usina, foram facilitadas, pois o mesmo havia perdido o pleito eleitoral, e, diante disso, não tiveram dificuldades na aprovação de algumas solicitações. Isso facilitou a concretização dos objetivos dos atingidos.

O/A mesmo(a) Produtor(a) aponta que, se o cenário político não tivesse sido favorável, o alcance dos direitos dos atingidos teria sido mais problemático:

E na verdade, naquela época, que ajudou muito foi o governo Requião, porque ele tava para perder a eleição para o Jaime Lerner naquela época, e daí tudo que nós ia em Curitiba, que nós ia muito em Curitiba [...] e daí nós ia lá e batia daqui e batia de lá, e o que nós pedia o Requião assinava, não, pode fazer, pode fazer. E daí naquela época, naquela transição antes de começar a barragem deu a eleição, aí ele pegou nossos votos mas perdeu a eleição, daí o Jaime Lerner veio na barragem de Caxias, e viu a realidade, que já tinham começado os alojamentos, conforme o acordo que nós já tinha feito com a Copel, quase nem almoço, isso aí era uma coisa de outro mundo, isso não era coisa de fazer onde é que se viu, nunca foi feito isso, não tinha acontecido isso no mundo, e não aconteceu no mundo mesmo. (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) - 18, 2019).

O produtor(a) ainda frisa que “se tivesse acontecido no governo do Jaime Lerner, não tinha acontecido, não não, principalmente aqueles que não tinham terra,

não iam ganhar, ele ia male mal pagar quem tinha.” (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) - 18, 2019).

Dessa forma, fica exposto que, no cenário de lutas pela defesa e garantia de direitos dos atingidos por barragens, os interesses políticos, econômicos e partidários, influenciam diretamente, possibilitando, dificultando ou mesmo negando o alcance dos objetivos sociais.

Nesse mesmo direcionamento, a fala do Produtor(a) – 1, traz incutida a falta de apoio do poder público aos produtores, como uma questão de interesse políticos e particulares. Essa fala vem de encontro ao apontado pelo Produtor(a) - 3, que salienta: “apoio do poder público, mínimo do mínimo, assim quando eles achavam que ia ficar muito feio para eles não fazer, ai eles faziam, mas você tinha que ir quase de joelhos lá implorar para eles.” (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 1, 2019).

Em outro direcionamento, verificamos que o apoio que os atingidos receberam de entidades públicas, expresso nas falas, ou estava voltado a uma questão de posicionamento político de atendimento de base, ou salienta-se, em sua grande maioria, estava muito influenciado pelos “benefícios ofertados aos municípios e não estavam, necessariamente, ligados à garantia do direito social dos produtores rurais que seriam desapropriados.”

A exemplo disso, o relato do Produtor(a) - 20 aponta que receberam apoio dos prefeitos das cidades atingidas, quando estes se deram conta de que o município deixaria de arrecadar o montante de impostos até então angariado, pela saída dos produtores rurais. Mas, ao mesmo tempo, aponta que existia uma compensação financeira que o município receberia pelo uso dos recursos naturais.

Concomitante a esse cenário de perdas econômicas, existe um contraponto que ajuda a equilibrar, momentaneamente, a balança econômica dos municípios, pois a construção promove o aumento da vida econômica das cidades, uma vez que são construídas moradias para os funcionários da empresa, visto a cidade não comportar a demanda. Isso promove um movimento positivo em relação à infraestrutura municipal, bem como a seu giro econômico.

Em relação a isso, o Produtor(a) – 20, aponta que essas compensações “era uma forma de conquistar os prefeitos, conquistaram, a maior parte conquistou, por que eles fizeram muitas obras.” (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) - 20, 2019).

Podemos entender, pelos relatos, que o apoio do poder público está em sua grande maioria condicionado a questões de interesses econômicos e não, necessariamente, à defesa e à garantia de direitos da população atingida pela construção da usina hidrelétrica.

Em relação ao terceiro ponto de discussão, o qual se encontra relacionado a compreender e a discutir se existiu e como se delineou o apoio da sociedade civil, principalmente dos comerciantes das cidades atingidas aos produtores afetados, podemos constatar que, quase a totalidade dos entrevistados, aponta que não teve, ou, teve muito pouco, apoio em relação às manifestações.

Nesse sentido, o Produtor(a) – 2, relata que “o comércio, tava cada um querendo como diz os outros, quem vendia pinga, tava lá vendendo pinga pra mais um monte de gente que tava de fora ali, a loja também, o supermercado também.” (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 2, 2019).

Nesse relato evidencia-se que os interesses mais latentes, referente ao posicionamento da sociedade civil, estavam centrados no econômico. Relacionado a isso, o(as) Produtor(a) – 3, também relata:

Dava pra contar nos dedos quem apoiava nós do comércio, porque assim, o pessoal queira ou não queira, o ser humano é bem assim, é muito do momento que está acontecendo. Queriam aproveitar o vucu vucu da barragem, aquele movimento, aquele barulhão de gente, de povo ali né, então queriam ganhar. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 3, 2019).

Mediante o apontamento do Produtor(a), o que fica evidente centra-se no processo de individualidade dos comerciantes. Processo esse característico e fundamental na sociedade de classes, até mesmo para manter os sujeitos distanciados e alienados em sua própria realidade. O/A produtor(a) aponta, ainda, que a preocupação dos mesmos, ou seja da sociedade em geral, estava centrada na questão econômica do momento, em aproveitar a situação favorável, não se direcionando apoio aos produtores atingidos pela barragem.

Esse aumento de fluxo de pessoas repercute na movimentação econômica da região no período da construção da obra. Isso acaba ganhando o apoio social de forma favorável, mas esse movimento não é perene e se acaba ao findar a obra. Nesse sentido, esse fator de alavanque econômico, além de ser necessário à manutenção dos trabalhadores, pode ser como um instrumento usado pela empresa

para ganhar a credibilidade e o apoio dos moradores da cidade, sem gerar um impacto ou um posicionamento negativo. Concomitante a isso, tal fato auxiliou a influenciar a reflexão sobre as consequências posteriores à construção da usina e, ao mesmo tempo, referente aos impactos sociais e econômicos que esta causará na região. O/A produtor(a) ainda comenta a postura dos gestores do poder público municipal:

A empresa são tão espertos, que eles levavam, tinha acordo com a prefeitura do município vizinho aqui, da prefeitura ajudou, o prefeito que era daquela época, de certa forma ajudou a empresa por traz do pano, iam no lava car, no posto de combustível, vai ter dez carros abastecendo aqui esse mês, mas vocês tem que dar uma mão para nós, pra falar bem da empresa. No lava car, levava dez carros da empresa, então lá para lavar todo mês, mas vocês tem que falar bem de nós. Levava no mercado, vamo comprar coisas para o escritório da empresa aqui em você, mas tem que ajudar nós. Sabe, eles amarraram um monte de gente junto com a prefeitura e com a empresa pra ajudar falar bem deles. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) -3, 2019).

Nesses relatos apontados, o que se comprova é que – referente aos apoios de órgãos públicos e da sociedade civil à organização social de defesa e garantia de direitos dos atingidos por barragens – imperou uma certa imponência de fatores políticos e econômicos, em detrimento a questões sociais latentes e conflitantes.

Dessa forma, o movimento dos atingidos por barragens necessitou de apoio da educação popular que possibilitasse que os sujeitos se colocassem em uma postura crítica e reflexiva, auxiliando no desenvolvimento de um processo de enfrentamento popular, fortalecido e estruturado, para fazer frente às determinações e contradições políticas, econômicas e sociais do Estado e da empresa, visto receber pouco apoio social.

Nesse sentido, e ciente do desalinhamento do Estado na busca por garantir o direito social dos atingidos por barragens vemos a ênfase em prol de interesses políticos e econômicos dominantes. Desse modo, na sequência de nosso estudo, analisamos o processo de alienação imposta à sociedade geral, fruto de um longo processo educativo capitalista. Tal ideologia forma sujeitos para a manutenção do sistema, o qual se engendra nas relações sociais com o objetivo de apartar, fragmentar e estratificar as forças sociais. Isso resulta na criação de uma pseudo

hierarquia dentro da própria classe trabalhadora, dificultando ou até mesmo, em certos casos, impossibilitando a garantia de direitos sociais usurpados pelo capital.

Frente a essas evidências, oriundas do nosso processo de pesquisa de campo, passamos, a seguir, a analisar toda a conjuntura exposta até o momento. Assim, no espaço a seguir, refletimos sobre os ganhos e perdas dos produtores rurais atingidos pela usina hidrelétrica, bem como analisamos, com base nos relatos, o peso que a organização de defesa e garantia de direitos teve no processo de alcance dos objetivos sociais.

2.8 EDUCAÇÃO POPULAR E O MOVIMENTO SOCIAL DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS: DESAFIOS E POSSIBILIDADES

Ao falarmos sobre movimento social, temos que, como já apontado anteriormente, buscar entender o Estado no qual esse movimento social se faz necessário, visando, assim, a compreender o sentido no qual se constrói esse movimento. Como já apresentado pelos relatos colhidos em entrevista de campo com produtores atingidos pelas duas usinas hidrelétricas em questão, não podemos perder de vista que o Estado, dirigido pela ordem do capital, promove, de forma constante, a busca por atender as necessidades da classe dominante. Como resultado desse posicionamento, pode causar o alargamento da pobreza, da exclusão social, ampliando as desigualdades sociais.

Para que esses ideais do Estado dominante não sejam ameaçados e prejudicados, o mesmo constrói uma rede de relações, por meio de instituições sociais, que vão delineando limites bem demarcados. Essas relações tolgem, prática e ideologicamente, qualquer manifestação contrária ao poder de dominação hegemônico. Nesse sentido, Althusser (1970, p. 9-10) aponta:

Como Marx dizia, até uma criança sabe que se uma formação social não reproduz as condições da produção ao mesmo tempo que produz, não conseguira viver um ano que seja. A condição última da produção é portanto, a reprodução das condições de da produção. Esta pode ser simples (reproduzindo apenas as condições de produção anterior) ou alargada (aumentando-as). (ALTHUSSER, 1970, p. 9, 10).

Com isso, podemos entender que toda estrutura social pertencente à sociedade de base capitalista dominada, centradamente, pelo poder econômico tende a manter ou potencializar o movimento exploratório que sustenta os interesses do capital.

Assim, o processo educativo no qual em grande maioria é formado o sujeito social – regras básicas de convivência, posturas, limites entre tantos outros pontos os quais esse processo se responsabiliza por desenvolver – não foge à regra dessa ordem dominante, pois o processo educativo nascido desse contexto a ele serve. E, nesse movimento balizado pelo domínio econômico e político, a educação se torna ferramenta de dominação e as determinações hegemônicas acabam

[...] separando-a por vezes do mundo e de domínios sociais e culturais onde ela concretamente existe, ou, ao contrário, associando-a diretamente a amplas e longínquas “determinações sociais” o pensamento do educador não raro esquece de ver a educação no seu contexto cotidiano, no interior de sua morada: a cultura — o lugar social das ideias, códigos e práticas de produção e reinvenção dos vários nomes, níveis e faces que o saber possui. (BRANDÃO, 2006, p. 5).

Dessa forma, uma questão fica suspensa: como seria possível discutir e ter a possibilidade de construir políticas que possam ir além das determinações e contradições da sociedade do capital e adentrar nas questões sociais resultantes desse posicionamento classista, agindo sobre elas de forma a possibilitar um atendimento mais democrático, visto que somos, até então, formados, formatados e modelados como servos gentis do poder dominante? Esse questionamento é, em partes, respondido por Mikel Dufrenne (1953) apud Brandão (2006, s/p) que aponta:

A educação forma a personalidade do indivíduo médio e o prepara para viver a cultura: é pela educação que a gênese da cultura se opera no indivíduo. Pode-se descrever a cultura mostrando como o indivíduo a assimila e como nele se constitui, à medida que ele a vai assimilando. Isto porque a educação é, ao mesmo tempo, uma instituição que o indivíduo encontra e o meio que ele tem para encontrar todas as instituições. (DUFRENNE, 1953, s/p).

A educação é o caminho, disso não se tem dúvida. Mas, como já salientamos, a educação, nos moldes do sistema do capital, não promoverá a libertação, pois não é sua finalidade; pelo contrário, é ferramenta de dominação e

contenção social e ideológica, pois constitui o indivíduo para um fazer específico, para uma demanda necessária.

Mas, ao entendermos que a educação prepara para a vida e que o educar não acontece de forma única nas instituições escolares, sendo que é por meio desse processo que o sujeito se constrói, é que defendemos que a educação pode romper com os limites impostos, possibilitando aos sujeitos posicionar-se de forma mais crítica e reflexiva, ao compreender os delineamentos e as ligações que marginalizam uma parcela significativa dos sujeitos sociais. É nessa perspectiva que se apresenta a educação popular, uma ação de ressignificação das relações sociais e de entendimento dos contextos e ligações que sustentam o cenário do jogo de forças e interesses ao qual dá embasamento e compõe o movimento social.

Temos que ter clareza que “existimos dentro de um mundo social onde senhores do poder, através do Estado, decidem e definem para os “outros” (para nós) o que querem que seja a relação entre eles e os “outros” (nós).” (BRANDÃO, 2006, p. 4). Para romper essa determinação imposta, é preciso, necessariamente, inverter a ordem e repensar o processo educativo. Esse modo de pensar “diferente é a condição de sociedades regidas pela desigualdade, mundo que obriga a pensar, na educação, a necessidade de uma estranha educação popular.” (BRANDÃO, 2006, p. 4). Nesse sentido, entra em cena o processo de educação popular que se apresenta como um

[...] campo de conhecimento e como prática educativa se constituiu em exercício permanente de crítica ao sistema societário vigente, assim como de contra-hegemonia ao padrão de sociabilidade por ele difundida. Construída nos processos de luta e resistência das classes populares, é formulada e vivida, na América Latina, enquanto uma concepção educativa que vincula explicitamente a educação e a política, na busca de contribuir para a construção de processos de resistência e para a emancipação humana, o que requer uma ordem societária que não seja a regida pelo capital. (PALUDO, 2015, p. 220).

Dessa forma, vemos que a educação popular não é por regra, algo que se ensine nos bancos escolares; pelo contrário, nasce e se constrói mediante um processo de reflexão crítica originado da exclusão social, motivada pela busca do capital em fortalecer seu núcleo de poder, o qual exclui e segrega. Isso gera, como resultado, o empobrecimento e a marginalização das classes trabalhadoras que não

detêm o poder econômico e político. É, assim, o grito de resistência dos espoliados sociais, marginalizados pelo poder hegemônico dominante.

Essa organização social de base pode ir além do imposto pelo sistema dominante, pois não nasce no berço do capital, mas da experiência pura e concreta que as determinações sociais e econômicas dominantes infligem aos que não detêm os meios de dominação e produção.

Assim, tem a possibilidade de fazer a crítica e se impor ao determinado, pois, inverte o processo educativo formal que se direciona a construir um sujeito alienado e modelado às necessidades do sistema produtivo, possibilitando, em contraponto, alicerçar o processo educativo a partir das necessidades da base, em um movimento não de embate, mas de busca por justiça social e igualdade de direitos.

Contudo, será que os movimentos sociais, no caso em especial dos atingidos por barragens, em um contexto político e econômico estritamente capitalista deparam-se com desafios? E quais serão suas possibilidades?

Centrados nessas questões, passamos, agora, ao estudo do último bloco analítico de questões, as quais têm a finalidade de entender se houve ganhos e perdas referente aos participantes do Movimento Social dos Atingidos por Barragens e averiguar se, na visão de cada entrevistado, pensa que teria sido possível garantir seus direitos sem que o movimento tivesse se estruturado.

Em relação a nossa primeira questão norteadora, todos os entrevistados apontaram que houve ganhos em relação à participação no movimento, tanto de cunho financeiro, com a conquista da nova propriedade que, em muitos casos, era mais produtiva que a antiga e, também, de produtores que não possuíam terra, eram arrendatários, mas que, após todo o embate e os conflitos, conseguiram se colocar. Esses apontamentos ficam expostos na fala do(a) produtor(a) - 3, que aponta:

Eu digo assim, hoje pela luta que nós tivemos, eu fiquei melhor do que eu estava, não tenho do que reclamar, mas que se não tivesse tido essa luta, eu ia ficar muito pior do que eu tava, assim olhando pelo que a empresa vinha propondo, e o que ela teve que ceder para nós. Mas que não foi moleza, foi mais de cinco anos de briga, de luta e de correria [...] mas ganhamos em termos de melhorar, mas melhoramos por causa da luta. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 3, 2019).

Na fala do(a) produtor(a) fica evidente a melhoria socioeconômica que o reassentamento proporcionou aos produtores, mas, também, fica declarado que esse processo foi conquistado com muitas lutas e impasses e não por uma vontade da empresa ou pela interferência do poder do Estado. Em contraponto a esta questão econômica, o(a) produtor(a) aponta que houve muitas perdas, em termos relacionais, salientando:

Eu falo em termos do dia a dia meu, da minha família. A gente conhecia todo mundo lá onde a gente morava, a agente era, bom eu morei dezesseis anos lá, minha esposa nasceu lá onde nós morava, então a gente tem os vizinhos, tem os amigos, todo mundo, por exemplo, eu toquei na igreja lá dezesseis anos, tocava numa equipe de canto, minha filha até me ajudou um tempo então, imagina, todo mundo conhecia a gente, perder para mim é isso, tu não tem mais isso né. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 3, 2019).

O relato do(a) produtor(a), aponta as perdas que não são consideradas pelo capital, porque não se prezam os vínculos sociais ou mesmo a cultura de uma região. Observa-se, apenas, o potencial da mesma, para gerar lucro e seu acúmulo. O/A entrevistado(a) finaliza apontando os ganhos de conhecimento, o que traduz de forma pontual o processo de educação informal e suas possibilidades, apontando que, “ganha muita bagagem de vida, de como a vida é, de que não é do jeito que a gente imaginava.” (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 3, 2019).

Nesse mesmo sentido, o(a) Produtor(a) – 2, aponta que teve ganhos econômicos, mas da mesma forma aponta que teve muitos gastos financeiros com as atividades necessárias para manter o movimento, como viagens, participação em reuniões. O(a) produtor(a) era parte da liderança e, não ganhando nada por assumir essa função, tirava dinheiro do próprio bolso para manter algumas despesas das viagens realizadas para manifestações e articulações do movimento social.

Nesse sentido, salienta que “depois que peguei o reassentamento aqui, eu sempre falava, será que um dia eu vou recuperar esse dinheiro que a gente tá gastando? E com a terra que eu peguei aqui, acho que deu para recuperar bem mesmo e tranquilo.” (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) – 2, 2019). Mas, em contraponto a essa dificuldade, o(a) Produtor(a) comenta que, pessoalmente, teve muitos ganhos e aponta:

Para mim teve uma transformação muito grande, porque como eu citei para você no começo, eu era, sempre fui uma dona de casa, ficava e sempre fazia os serviços de casa, as vezes ia pra cidade fazer umas comprinhas e tatata, passear sempre com a família, e depois que eu conheci o MAB, me abriu assim meu horizonte, hoje eu não me vejo mais muito assim dentro de casa, eu quero ajudar, eu gosto muito da luta e uma visão bem ampla, como diz, não tenho faculdade, tenho pouco estudo, sou uma agricultora mais, o que eu posso fazer, onde eu consigo levar eu gosto de acompanhar, gosto de ajudar e continuar ajudando esse provo que tá sofrido aí. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 3, 2019).

No relato apontado pelo(a) produtor(a), podemos observar, de forma consistente, a ação do processo de educação popular que possibilitou romper os limites impostos pelo capital, e mesmo sem ter participado de um processo educativo formal, como relata, ampliar seus horizontes de crítica e de reflexão política e social.

Neste mesmo direcionamento, o(a) Produtor(a) – 18, relata sobre sua experiência com o movimento, destacando o seu maior ganho ao apontar que:

O meu maior ganho, que eu ganhei aí, foi a escola que eu tive, o aprendizado né, ali foi uma escola que eu tive, foi uma faculdade. Por que eu era lá da beira do rio, e só tinha a boa vontade de falar, mas eu não sabia nada, eu era analfabeto, e naquela correria de seis sete anos que eu corri, eu aprendi muita coisa, aprendi o que que era um sindicato, aprendi o que que era um movimento, aprendi lidar com o povo, e em segundo lugar foi o capital, o sustento das pessoas que ganharam, o maior ganho que nós temos hoje é ver aquele povo colocado [...] estão colocados através dali, através de nossas lutas, e nós lutamos muito por aquilo ali. (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) -18, 2019).

A fala do produtor(a) traz incutido um processo de ressignificação, possibilitando outro sentido às relações sociais, políticas e econômicas que passam a ser observadas de forma mais crítica e abrangente. Podemos, dessa forma, mensurar, em partes, a importância do processo de educação popular, instrumentalizando os sujeitos a desenvolver uma visão integrada dos contextos de relações sociais.

Contudo, a ação de desapropriação e de lutas sociais pela qual os atingidos tiveram que passar, além de proporcionar ganhos financeiros e educacionais fora das bases do processo de educação formal e livre das amarras da sociedade do

capital, proporcionou, também, perdas emocionais. Essas perdas podem ser analisadas na fala do(a) Produtor(a) – 1:

Falando em bem material, tivemos ganhos né, nós não tinha nada, hoje tem terra, mas agora falando do emocional, psicologicamente teve perda, porque todo mundo sai lesionado com essa questão de usina, porque ninguém tinha noção do que era isso, desgaste que dá, quatro cinco anos ali, agora tava dando seis anos, de peleia brava, gente com depressão, gente doente [...] dai os de forra fala, ganhou isso ai, já não tá bom, mas não é assim né, tem aquela questão assim de você morar num lugar, e aquele lugar ali não tem dinheiro que pague, pra falar a verdade eu sinto saudade, se eu pudesse nunca ter saído de lá eu nunca saia [...] foi um lugar que eu me criei né, dai não tem dinheiro que pague. (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 1, 2019).

Dessa forma, fica evidente que houve ganhos relacionados à questão financeira, à qualidade de vida e, principalmente, ganhos relacionados ao acúmulo de conhecimentos e à possibilidade de desenvolver um entendimento sobre as relações que sustentam os meios de produção e as relações na sociedade vigente. Contudo, também ocorreram fatos negativos no processo, relacionados à perda das relações sociais que eram significativas para os produtores rurais atingidos pela barragem.

Esse fator, ocasionado pelo posicionamento sem a devida atenção por parte da empresa e sem o apoio devido por parte do Estado com os produtores atingidos, contribuiu, de forma significativa, com o alcance dos objetivos apresentados pela hegemonia dominante em segregar e delinear caminhos necessários para contemplar os interesses políticos e econômicos.

Essa postura incisiva, relacionada à questão de relações políticas, sociais e econômicas, originou um grande sofrimento psicológico aos atingidos. Isso cooperou, de certa forma, com o enfraquecimento da luta social coletiva e afetou, diretamente, o movimento e a organização social dos atingidos, contribuindo com os objetivos de implantação da obra.

Esse processo de fragilização e impacto psicossocial pode ser constatado nas falas dos produtores atingidos pela usina Baixo Iguaçu, pois, de um universo de mais de 1200 famílias atingidas pelo lago hidrelétrico, apenas vinte estão hoje em reassentamentos coletivos. Outras tantas famílias não suportaram a pressão e cederam aos interesses da empresa e do capital, vendendo suas terras por um valor

muito abaixo do mercado. Isso contribuiu, diretamente, com a empresa referente à contenção das despesas sociais e econômicas com a obra.

Essa intervenção psicológica, que não demonstra suas consequências na prática, e isso a torna demasiadamente eficaz, não deixa marcas visíveis e não se perfaz com embates observáveis, sendo notável, também, na fala dos produtores entrevistados do Salto Caxias.

Por mais que o movimento social, à época, tenha “alcançado” seu objetivo, posterior ao reassentamento, há perdas. A questão está nesse movimento de esfacelamento que se perfaz de forma tênue, já que os sujeitos vão se afastando e rompendo os vínculos que são as amarras do movimento social e o que os distingue da sociedade do capital.

Em relação a isso, o que se verificou nos relatos, é que esse distanciamento foi construído desde os embates de campo, utilizando-se, para isso, a desconfiança e o medo que era potencializado pela situação de insegurança que os atingidos vivenciavam rotineiramente. Mas o grande fator que instaurou, realmente, a quebra dos vínculos foi a questão implantada nesse contexto de que as pessoas que estavam à frente do movimento, recebiam benefícios para desenvolver suas atividades. Essa conversa reverberou e, aos poucos, mas de forma contínua, foi distanciando os sujeitos do movimento até que o mesmo não se reconhecesse mais como movimento.

O grande diferencial entre os objetivos da sociedade vigente e os objetivos de um movimento social centra-se em sua urgência e poder de manutenção no tempo. Os objetivos hegemônicos reverberam no tempo, não se fragmentam, podem até se modificar, mas atingem seus objetivos, não têm urgência em ser alcançados. Já os objetivos dos movimentos sociais nascem de uma necessidade latente e, por esse motivo, devem ser cumpridos de forma mais aligeirada. Isso é o que os vulnerabiliza de forma mais acentuada, expondo-os a diversas formas de intervenções.

A segunda parte desse bloco de discussões refere-se a analisar como os produtores sentiram a constituição do movimento, no sentido de averiguar se em sua compreensão os direitos de ser ressarcidos pelas intervenções da barragem teriam sido contemplados se o movimento social dos atingidos por barragens não houvesse sido organizado.

Essa pergunta trata, diretamente, da análise do Estado e de suas intervenções como figura de “garantia de direitos”, pois vai reforçar a análise de qual o posicionamento dos atingidos nessa questão.

Diante o exposto, ao analisar as respostas da pergunta supracitada, 92% dos entrevistados apontaram que seus direitos não seriam contemplados se não houvessem se organizado coletivamente em busca de defesa e garantia de seus direitos. Esse apontamento pode ser conferido, de forma bem clara, na fala de alguns Produtores(as), como na do produtor(a) – 16, o(a) relatar:

Não, não. Hoje eu acho que cinquenta por cento, hoje que é os reassentado, hoje estavam nas periferias de cidades, hoje não tavam na terra, tavam lá na cidade sei lá eu enfiado a onde. Porque não tinha, iam pra onde. Porque a onde você tinha os conhecimentos que você trabalhava, coberto d’água, vai pra onde, vai se encostar num cantinho da cidade, sei lá que jeito né, como tem gente que vendeu hoje e tá encostado lá, trabalhando de servente de pedreiro e ganhando um salário mínimo lá e não tem mais nada, mas não porque não deu certo, porque ele jogou fora né. Mas o movimento no mundo não existiu um igual, esse nosso no mundo não existiu igual, não foi só no Brasil, no mundo onde construiu barragem, esse ficou inédito, nunca mais chegará um igual, mas foi quase de derramar sangue. (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEM, PRODUTOR(A) – 16, 2019).

A fala do(a) produtor(a) acima citado(a) é importante, pois possibilita-nos algumas reflexões. Ela nos permite analisar que o Estado não se posicionou em defesa da garantia de direitos dos atingidos pela barragem. Esse no caso de Salto Caxias, atuou contrariamente a isso, agiu como figura de poder direcionada pelo capital, pois, no momento em que acatou as determinações da empresa sem se posicionar contrário a elas, ou sem mediar a questão de desapropriação das terras – visto a produção de energia ser também um fator importante de crescimento e desenvolvimento econômico e social – fica salientado que existiu um desalinhamento no pensamento do Estado como figura garantidora dos direitos sociais. O estado, assim, não se mostrou de forma justa, mantendo-se ausente em um cenário de contradições, onde os sujeitos passam a ser tratados como consequência “necessária” ao atendimento dos objetivos da construção da usina. Desse modo, somente por meio de um processo de embates e lutas foram equilibradas as relações entre os atingidos e a empresa,

Ao mesmo tempo, ao analisar o relato do(a) produtor(a), esse apontamento instiga-nos a pensar por qual motivo o movimento social – que foi exemplo de organização e sem o qual os produtores atingidos não teriam a possibilidade de ser justamente atendidos pela perda de suas terra – fragilizou-se com o tempo e, hoje, está tenuamente organizado e sem representatividade.

Esse movimento, no qual a organização social vai paulatinamente perdendo sua representatividade, declara a maneira como o capital age, de forma perene, limitando o movimento social por meio de suas determinações estruturais. O movimento social tem como finalidade a busca de defesa e garantia de direitos, mas, ainda, centra-se em uma ação de urgência, o que o torna demasiadamente focal, pois, alcançando determinado objetivo, extingue-se. Já a sociedade do capital mantém seus objetivos de forma constante.

Uma questão importante, nesse sentido, é levantada em uma grande maioria dos relatos dos entrevistados: os atingidos se colocam como figura à parte, como descolados das comissões de defesa e garantia de direitos, as quais foram formadas para possibilitar uma logística de propagação das informações, com maior alcance para alçar, com mais imponência, as lutas coletivas em prol de garantir os direitos.

Esse posicionamento de não se conceber como parte fundamental e integrante do movimento de luta salienta, novamente, as determinações do capital, pois os produtores não assumem, para si, o dever de lutar e requerer seus direitos, já que, enquanto sociedade estruturada em uma base capitalista, os sujeitos não são formados para a luta, mas para servir.

O direito, assim, continua sendo uma benesse do Estado, algo que alguém concede. Esse contexto fica explícito na fala do(a) Produtor(a) – 15:

É que hoje a CRABI não existe mais, eu acho que se fosse, que eles estivessem andando junto com o povão até hoje, tinha sido bem mais prático pra como exemplo agora vinte anos depois estamos sem documento né, sendo que no estatuto era pra ser com dezesseis anos né. (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) - 15, 2019).

O relato do(a) produtor(a) deixa explícito seu distanciamento com o processo de luta e com o movimento social do qual o mesmo fez parte. Esse posicionamento pode ser constatado, de forma recorrente, durante as falas do(a)s produtor(a)s, as

quais expõe que o Movimento dos Atingidos por Barragens deu-se como um movimento social distante e apartado da realidade vivenciada pelos atingidos, algo que vem de fora para auxiliar, como se o movimento não fosse constituído por todos os atingidos, mas como uma ação desenvolvida de forma particular que fornece um serviço pontual àquele meio social.

Esse posicionamento fica ressaltado na fala do(a) produtor(a) - 22, que aponta que a comissão constituída para defesa e garantia dos direitos dos atingidos por barragens deveria ter se mantido em funcionamento, mas salienta que “como iria se manter [...] ela deveria estar existindo por outras organizações.” (ENTREVISTA DE CAMPO CAPANEMA, PRODUTOR(A) - 2, 2019).

Também o(a) Produtor(a) – 23 aponta, quando questionado(a) sobre a organização do movimento social se este ainda está organizado, menciona que, “aqui não, se tiver outro nome [...] esse pessoal ai eu não sei por onde anda.” Questionado sobre a importância de se manter em funcionamento a comissão, assevera que, “naquela época, eles foi muito representativo, mais hoje, eu vejo que tem muita gente ainda que fala que eles ganharam muito dinheiro com isso, então hoje eu não sei te dizer [...] se eles iam brigar pela mesma briga que brigou naquela época.” (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) - 23, 2019).

No relato do(a) Produtor(a) podemos analisar como a formação social do Estado capitalista afeta, diretamente, os sujeitos e suas relações sociais, sem com isso ser percebida. O(a) produtor(a) é parte do movimento, mas não se reconhece como tal. Isso fica, claramente, exposto mediante sua dúvida sobre a questão de “defender a mesma causa”, pois a causa, nesse cenário, é a dos atingidos, segmento do qual faz parte. Esse posicionamento demonstra o distanciamento entre sujeito e causa. Mas, a questão não está no distanciamento em si, ou no posicionamento do produtor(a), contudo em como ele se origina.

Nessa mesma linha de pensamento apontada pelo(a) Produtor(a) acima, o(a) Produtor(a) – 20, discorre sobre a importância da comissão para o alcance dos direitos, apontando que seria importante que a mesma houvesse se mantido, mas contudo, salienta que, “ela não consegue porque não tinha verba [...] até que a Copel tava pagando, tava ajudando, mas depois que a Copel saiu dai, acabou o dinheiro, não tinha como mais guentar um monte de gente.” (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) - 20, 2019).

O relato do(a) Produtor(a), acentua que o movimento não se manteve, pois não tinha como custear, financeiramente, as ações desenvolvidas. Tal enunciado entra em desalinho com as falas sobre a constituição do mesmo, a qual se apresentou pela necessidade e sem fundos econômicos, mas erigiu-se pela disponibilidade dos atingidos. A fala do(a) Produtor(a) relata, sem o mesmo dar-se conta, uma ação de arrefecimento do movimento social e de desarticulação da força representativa, pois, ao se distanciarem os sujeitos, impossibilita-se a promoção de diálogos, bem como o desenvolvimento de posicionamentos contrários às determinações hegemônicas.

Essas falas, ao serem analisadas em dois momentos específicos: antes do processo de enfrentamento – buscando a garantia de direitos – e após o alcance do reassentamento, mostram-se distanciadas. Contudo, esse distanciamento não necessariamente evidencia a postura ou o pensamento dos atingidos, mas denuncia como a sociedade hegemônica costura suas ações e as articula, temporalmente, para que seus objetivos sejam alcançados e sua hegemonia não seja ameaçada.

A manutenção e a perenidade de um movimento social atuante e engendrado com as causas sociais é o mesmo que fomentar uma ação contra hegemônica que se fortalece e se avoluma constantemente na ação e reflexão crítica e ativa, a qual constrói, alicerça e direciona um posicionamento político mais amplo e fundamentado.

Um movimento social organizado pode fazer oposição às determinações dominantes. Dessa forma, tornam-se necessárias tentativas de desarticular a base de luta, defesa e garantia de direitos, de forma cautelosa, para não promover a visibilidade de sua ação e causar um novo impasse, levando os produtores a perderem sua articulação, sem que se deem conta disso.

Esse dismantelamento do movimento, com o conseqüente enxugamento da representatividade social, pode ser verificado já no decorrer do enfrentamento. A possibilidade de carta de crédito, bem como a oferta de acordos e reassentamentos individuais, ao mesmo tempo que se apresenta como garantia de direitos, afastam os produtores do meio de luta, diminuindo a representatividade do movimento social, bem como esgota a possibilidade de desenvolver diálogos mais amplos.

A fragmentação referente aos reassentados, postos em vários reassentamentos, percorre a mesma lógica, pois vai, aos poucos, minimizando e contendo as discussões políticas e sociais, promovendo, dessa forma, o

distanciamento e a acomodação, referente ao processo de luta e de organização social até então desenvolvido.

Esses fatores puderam ser observados nos relatos de campo colhidos ao longo da pesquisa. Neles os entrevistados apontaram que não se encontram mais para discutir sobre questões relacionadas ao movimento. Os produtores centram-se em suas questões cotidianas, rotineiras e individuais e se distanciam da coletividade que possibilitou garantir o direito de permanecer na terra.

O movimento social é uma erupção contra os objetivos e as demandas capitalistas, que tende a fortalecer, dar voz e a possibilitar ações reflexivas à base social, nesse sentido não é a regra, mas, sim, exceção. O capital é um sistema fortemente estruturado e alicerçado em seu quesito de dominação, não atuando de forma incisiva, mas agindo de forma a construir o contexto necessário à sua manutenção. Esse, ao mesmo tempo, possibilita desarticular, gradativamente, toda a manifestação oposta a seus objetivos e alcançá-los no decorrer do tempo.

Uma ferramenta eficaz detectada para isso se demonstra no processo educativo que possibilita repassar, amplamente, valores dominantes e inculcar nos sujeitos formas de pensar que contribuirão com os direcionamentos da sociedade dominante. Isso pode ser comprovado na reflexão de Brandão (2006, p. 56):

O poder de cooptar pessoas e grupos e reorganizá-los segundo os padrões da agência educação é um dos principais indicadores da diferença entre uma ação pedagógica hegemônica e um trabalho de educação popular. Enquanto a intenção de uma é criar as próprias unidades locais de “organização”, segundo os moldes do seu “programa de educação”, o que serve basicamente a assegurar sua legitimidade “nas bases populares”, o objetivo da educação popular deve ser o de fortalecer as próprias organizações locais e populares de poder de classe na comunidade. (BRANDÃO, 2006, p.56).

A estruturação e a objetivação da dominação capitalista pode ser constatada pela realidade na qual os sujeitos estão cerceados por aparelhos ideológicos, como aponta Althusser (1970). A educação formal, assim, tem a finalidade de modelar não apenas o comportamento, a forma de postura e a apresentação social, como, também, o pensamento dos sujeitos referente aos objetivos determinados e determinantes do Capital.

A postura demonstrada pelos entrevistados – que em alguns momentos revelam desalinhos, mesmo após passar pelo processo de organização e

estruturação do movimento social – não podem, nesse sentido, ser consideradas como naturais aos mesmos, mas devem ser analisadas como resquícios dessa força dominante que tenta encobrir e fragilizar todo movimento oposto que se apresente em conflitos com os ideais dominantes.

Essa contenção ideológica, paulatinamente construída pelos AIE, serve como uma ação que visa ao represamento e à contenção das forças que possam vir a se posicionar opostas às finalidades de manutenção do poder dominante. Dessa forma, toda força que ultrapasse os limites impostos, se não for fomentada constantemente, tende a se sedimentar, pois a atuação do sistema é perene e está engendrada, fortemente, nas ações rotineiras e cotidianas. Isso fica explícito na fala do(a) Produtor(a) – 18, ao apontar a importância da permanência do movimento, ressaltando que

[...] seria, mas se o povo acreditasse né, porque o povo virou assim, o povo depois que se sentiu com o dinheiro na mão, e colocado, eles se sentiram mais, assim como eu posso dizer, mais arrogantes, eu já digo assim, o pobre se sentiu rico. E o pobre quando ele fica, o pobre com cabeça de rico ele fica pior de que o rico. (ENTREVISTA DE CAMPO AGROIBEMA, PRODUTOR(A) -18, 2019).

A fala do(a) Produtor(a) descreve, de forma simples, como o processo de dominação do capital está sedimentado nas ações cotidianas e dissemina as imposições dominantes, fragilizando e, em muitos momentos, contendo todo movimento que extrapole seus limites estabelecidos.

Mediante o que foi apontado, retomamos, novamente, a questão norteadora desta parte analítica de nosso texto, a qual centra-se em entender a educação popular da qual emerge o movimento social dos atingidos por barragens como uma possibilidade de se posicionar frente aos limites impostos e determinados pelo capital, por meio de uma ação de base, tendo como fomento o entendimento crítico e reflexivo sobre os delineamentos e determinações do Estado hegemônico.

Verificamos, no decorrer destas análises, que o processo de educação popular – que nasce das bases sociais, munido da luta e das vivências dessa base – é o caminho mais assertivo, se não o único, para fazer oposição à repressão do sistema dominante. Contudo, deve se notar que, mesmo uma força que nasça das entranhas do social, deve conceber-se inundada, também, pelos objetivos dominantes, pois, somente por meio desse entendimento sobre sua determinação e

seu limite, não natural, mas imposto, pode haver a “expulsão do opressor de “dentro” do oprimido, enquanto sombra invasora. Sombra que, expulsa pelo oprimido, precisa ser substituída pela sua autonomia e responsabilidade.” (FREIRE, 1996, p. 51).

Assim, constatamos, em muitas das falas dos entrevistados, o limite estrutural e não reflexivo imposto pela sociedade capitalista, fragilizando as relações sociais dos movimentos e promovendo, de forma sensível, sua fragilização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como interesse norteador verificar e analisar qual a relação que o Estado, amparado na Constituição Federal de 1988, estabeleceu, e estabelece, com a sociedade dominante e com os atingidos no processo de atendimento às demandas sociais apresentadas na construção de usinas hidrelétricas, observando esse contexto a partir da análise das relações e articulações estabelecidas com os sujeitos sociais, políticos, econômicos e partidários envolvidos nessas questões.

Essa pesquisa teve como escopo a análise da construção de duas usinas hidrelétricas, sendo elas a de Salto Caxias e Baixo Iguaçu, no Oeste e Sudoeste do Paraná, e a consequente organização do Movimento dos Atingidos por Barragens emergidos dessas, os quais visavam à garantia e à defesa dos direitos dos produtores rurais atingidos para serem ressarcidos de forma digna, justa e condizente por suas perdas.

Para tentar entender esse questionamento avançamos por dois caminhos. Um primeiro visou a compreender o nascimento da organização social dos atingidos por barragens, por meio da conceituação, reflexão e entendimento do papel político e econômico do Estado, bem como a função de suas Políticas Públicas em determinados contextos sociais e econômicos.

O segundo objetivo centrou-se em analisar como aconteceu a intervenção do Estado e das empresas responsáveis pela construção das usinas hidrelétricas, nas realidades sociais supracitadas, e como os produtores rurais ribeirinhos se posicionaram nessas situações, tendo como embasamento os relatos colhidos em entrevista de campo com produtores atingidos e reassentados pelas usinas.

O primeiro momento deste trabalho teve como função adentrar, por meio de pesquisa bibliográfica, no entendimento da figura estatal, partindo da década de 1930. Esse processo possibilitou-nos compreender o Estado, não como órgão independente – posto acima das relações sociais, políticas, econômicas e partidárias, como uma estrutura que tem o objetivo de garantir o bem estar, a promoção e a garantia de direitos sociais, políticos e econômicos de forma ampla e coletiva – mas como uma estrutura política e partidária, permeada e sustentada por interesses emergentes e mediações de classe. Isso está assegurado por suas ações

que estão diretamente ligadas aos interesses da classe que, em determinado contexto, assume o poder e a representatividade estatal.

O Estado, assim, não pode ser considerado como ferramenta de dominação, pois se demonstra como uma organização multifacetada, não sendo uma composição rígida e inflexível, mas, ao mesmo tempo, não pode ser considerado como estrutura de garantia de direitos, pois é maleável e sujeito às demandas de determinado contexto e grupo social. Desse modo, atende, assim, a seus interesses estruturantes.

Nesse direcionamento, a classe social que assumir seu domínio, dará a tônica a sua forma de atuação, bem como às políticas públicas já existentes ou emergentes e seus direcionamentos, refletindo, de forma direta, a hegemonia e os interesses da classe que o assume. Nesse sentido, o Estado é uma organização mediadora econômica, política e social, regulando interesses de classe.

Referente ao apontado, a questão de utilização das águas para produção de hidroeletricidade não foge à regra do exposto, estando seus direcionamentos – bem como o atendimento social dos atingidos e as políticas públicas afins, sejam elas de aprovação de áreas barráveis ou de atendimento aos atingidos – diretamente interligados à questão de direcionamento políticos partidários e interesses econômicos da gestão do corpo estatal.

Na análise e no entendimento histórico dos interesses e posturas estatais podemos constatar que, desde a década de 30, a hidroeletricidade já se fazia presente no âmbito do planejamento do Estado como uma forma de fomento ao desenvolvimento econômico, tornando o país, energeticamente, mais sustentável e mais atrativo a investimentos.

Porém, essa necessidade se acentua com o rompimento dos financiamentos e do comércio internacional, oriundo da grande depressão americana, e com a crise petrolífera na década de 1970. Tais fatos demandaram a necessidade de repensar e de reorganizar as ações econômicas brasileiras, sendo nesse período que a questão social passa a ser considerada mais enfaticamente como uma dificuldade, um empecilho na construção das obras de usinas hidrelétricas.

Com o período ditatorial, os objetivos do Estado são enrijecidos e os direitos sociais ficam fragilizados. O crescimento econômico era a ordem, e a produção de hidroeletricidade era a forma mais acessível economicamente, para se alcançar as metas. Mediante esse contexto posto, os desabrigados passam a ser considerados

como consequências necessárias ao alcance das metas, e até mesmo, ao se posicionarem em defesa e garantia de seus direitos fundamentais, como transgressores da ordem econômica.

É nesse contexto – por meio dessa conjuntura política econômica de desvalorização do pobre e priorização do crescimento econômico, enfatizando interesses dominantes e promulgando a desatenção com o social – que surgem as organizações sociais de defesa e garantia de direitos. Entre elas está o movimento social dos atingidos por barragens, como um grito social por reivindicação e garantia dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais.

Contudo, é importante salientar que esses movimentos de base social surgem não como uma forma de confronto e destruição do Estado, mas como reflexos da omissão do Estado em relação às mazelas sociais e, conseqüentemente, de interesses classistas em jogo, buscando estabelecer a garantia dos direitos minimizados.

Outro ponto que se destaca, refere-se ao comportamento do movimento social em diferentes manifestações políticas partidárias governamentais. No período ditatorial, bem como posterior ao mesmo, a representação do movimento social se apresenta de forma mais avolumada e com uma adesão mais acentuada dos sujeitos.

Com o distanciamento de um governo mais incisivo e a aproximação de um momento político mais “brando”, relacionado ao “atendimento” e às demandas sociais da classe pobre, a luta, contrariamente, apresenta-se com menos intensidade e representatividade.

Ao mesmo tempo em que as lutas sociais vão se arrefecendo, visto ser possibilitado à classe pobre e aos que não detém o poder de decisão, o “acesso” a mais bens econômicos – o que gera uma certa “melhoria” na qualidade de vida, bem como o acesso a políticas públicas mais “justas” – vai se atenuando nos sujeitos o ímpeto pela luta por garantia de direitos.

Contudo, diante desse cenário, o Estado – aqui entendido como uma representação sustentada e compostas por relações políticas e partidárias dominantes – permanece focado em suas metas e objetivos, visando a contemplar seus interesses, enquanto os sujeitos sociais, de onde emana a força necessária para a manutenção dos movimentos sociais, são levados a se distanciarem

enquanto corpo social coletivo de luta, perdendo representatividade e criando, com isso, a fragilização dos movimentos de lutas sociais.

Esse fato pode ser verificado na análise dos dados coletados nas entrevistas de campo com os atingidos de Salto Caxias e Baixo Iguaçu, por meio do confronto das informações oriundas das duas realidades.

Os atingidos de Salto Caxias, em sua grande maioria, apontam que, desde o início das primeiras informações sobre a possibilidade da construção de uma usina hidrelétrica, já se demonstrou presente um movimento preocupado com as consequências sociais da obra. Esse estado de alerta justifica-se, pois o fantasma da repressão política, que a figura do Estado toma posse na época da ditadura, ainda é latente, bem como a movimentação social originada nesse contexto.

Contrariamente a isso, os atingidos pela usina Baixo Iguaçu, vislumbram, inicialmente, pela possibilidade de construção de uma barragem na localidade, uma ação importante para o crescimento econômico e desenvolvem uma perspectiva positiva relacionada à construção da obra. Ao mesmo tempo em que concebem o Estado como estrutura de defesa e garantia de direitos. Nesse sentido, apontam desconhecer os reais fatos ocorridos em Salto Caxias, pontuando que, inicialmente, as informações que possuíam eram que os atingidos de Salto Caxias foram ressarcidos de forma justa e generosa por suas perdas.

Diante o apontado, não se teve a pretensão de discutir qual dos movimentos foi mais eficaz ou melhor, pois não existe movimento melhor ou pior, tudo depende do contexto político e da força de organização desse contexto, mas, pretendemos apontar que a ação do Estado em busca de seus objetivos não se interrompe ou perde seu direcionamento, pois as mesmas técnicas são utilizadas nos dois contextos de intervenção. O que nele se transformou foi a forma de atendimento às demandas sociais que, em um primeiro momento – ainda com resquícios da ditadura – é inflexível e torna claro os objetivos dominantes e, em um segundo – já voltado para uma política de base assistencialista – cria uma superficialidade relacionada ao atendimento social e ao acesso de direitos que esconde os interesses dominantes, os quais fluem constantemente nessa aparente calma.

O fato de se apresentar a necessidade da organização de um movimento social já diz muito a respeito das relações sociais, políticas e econômicas, bem como sobre a postura do Estado direcionado ao social, em determinado contexto histórico, pois um movimento social não é fruto da bonança, mas, sim, do descaso político e

econômico. Contudo, é apenas a partir desse posicionamento que os sujeitos passam a compreender o quanto estão enredados na trama da sociedade capitalista.

A vivência de uma realidade permeada por lutas sociais, por mais que emerja na vivência de uma realidade de sofrimentos de várias ordens – sejam eles psicológicos, físicos, emocionais, econômicos, políticos, culturais entre tantos outros, direcionados pela desvalorização dominante, e sua necessidade de manutenção de interesses – torna-se possibilidade de construção de um processo reflexivo e de aprendizagens que não nascem nos bancos escolares, mas, sim, é instaurado pelo fazer social coletivo, em oposição às relações de exploração, e segregação e, principalmente, no contraponto aos desmandos do poder dominante.

Por esse motivo, ela transborda os muros de qualquer didática construída, pensada, alicerçada e delineada nesses moldes da educação tradicional, indo além da formalidade, e até mesmo do possível para esse cenário burocratizado e limitado.

A constituição do Movimento Social dos Atingidos por Barragens pelos produtores rurais, sem dúvida, foi de fundamental importância para ampliar a análise crítica e reflexiva dos produtores e os levar a conceber os movimentos de cerceamento dos direitos sociais, políticos, econômicos e culturais que se manifestavam e se engendravam nas ações de construção de usinas hidrelétricas e o real interesse envolvido.

Nesse sentido, pudemos constatar que se construiu um consistente e articulado processo formativo que transformou o posicionamento referente aos agricultores ribeirinhos atingidos pelo alagamento de suas terras pelas usinas hidrelétricas. Muitos desses sem estudo formal algum que, ao se perceberem sendo expulsos de suas terras e exilados de seus modos de vida, colocaram-se frente às determinações capitalistas, migrando de uma postura passiva e submissa para uma postura ativa e questionadora, organizando-se para fazer frente às determinações e às imposições do Estado Capitalista no intuito de alcançar os objetivos coletivos, buscando o ressarcimento de suas perdas e a garantia de seus direitos sociais, econômicos, políticos e culturais.

Contudo, a pesquisa possibilitou-nos desenvolver, também, a compreensão de que a ação dos movimentos sociais não se encontra desvinculada, totalmente, dos limites impostos pela sociedade hegemônica, mas coexiste com esses e são constantemente testadas pelas ações da sociedade de classes. Essa, de forma

paulatina e ininterrupta, busca desestruturar a organização social, visto que, para o modelo dominante, essa manifestação é tratada como inconveniente e indesejável, pois questiona sua hegemonia. Isso ocorre na busca de demarcar, de forma cada vez mais acentuada, seus limites, impondo e buscando ampliar sua ideologia, na tentativa de contenção e fragilização do movimento social.

Essa intervenção do Estado, que impõe limites e atua sobre a manifestação social, pode ser confirmada em questões que, ao se olhar de forma aligeirada, podem se apresentar rotineiras e sem sentido, apontadas pelos produtores nas entrevistas de campo, mas que carregam em sua gênese os interesses da classe dominante.

Exemplo dessas questões podem ser apontadas pela falta de documentação das terras do Reassentamento Agroibema, vinte e dois anos após a formalização do mesmo, as quais ainda não possuem um desfecho legal como acordado de início, na égide das articulações do movimento social com a empresa responsável.

Nessa questão, pudemos identificar a ação do Estado que, temporalmente, promoveu a fragilização e o distanciamento das ações sociais coletivas do movimento social organizado, o qual hoje está fragmentado a tal ponto, que se criaram duas associações de moradores dentro de um mesmo reassentamento. Esse fato, constatado pelos relatos dos produtores entrevistados, os quais ainda apontam que essa divisão se justifica pelo distanciamento dos objetivos sociais apresentados.

Os objetivos comuns são o germen do nascimento dos movimentos de garantia e defesa de direitos e de seu sucesso, pois unem a coletividade em torno de objetivos comuns e, ao analisar o cenário apresentado pelos produtores, notamos que são estes pontos de segurança e estabilidade social que são “afrouxados” de forma sensível, mas em muitos casos não perceptível, na ação de forma contínua e ininterrupta promovida pelos interesses do Estado.

Outro posicionamento que demarca, de forma clara, o processo de contenção social imposto pelos interesses hegemônicos se apresenta mediante a forma como foi conduzido e delineado o reassentamento dos produtores rurais do Baixo Iguaçu. A proposta, inicialmente, centrava-se na aquisição de uma área de terra mais ampla e, nesse direcionamento, foram apresentadas – até mesmo mediante visitas dos produtores rurais – possíveis áreas de reassentamento.

Essas visitas tinham por finalidade “buscar a aprovação” dos Produtores atingidos, demarcando dessa forma um processo democrático de atendimento social, bem como demonstrando “o interesse” da empresa em atender às questões sociais, possibilitando constituir um reassentamento que concentrasse um maior número de famílias, preservando, assim, vínculos sociais e históricos importantes, bem como a base de luta.

Contudo, posteriormente à realização das visitas e da aprovação dos atingidos pela possível área de terra a ser constituído o reassentamento, a empresa negava a possibilidade de compra das terras, por motivos variados. Esse movimento feito pela empresa aos poucos foi desarticulando os produtores rurais, deixando-os mais sensíveis a aceitar propostas de reassentamentos individuais ou carta de crédito, expondo, assim, o jogo de forças que vai, paulatinamente, fragilizando as relações sociais dos atingidos e desmobilizando o movimento.

Outro fato curioso que se revela nas falas dos(as) produtores(as) entrevistados(as) no estudo do Baixo Iguaçu, apresenta-se na constituição de dois reassentamentos, em Capanema e Santa Tereza do Oeste, com um pequeno número de reassentados em cada um deles. Além disso, há referências às pessoas que ainda não foram atendidas e às que fizeram acordos que não contemplaram as necessidades de reestruturação social e econômicas das famílias atingidas.

Esses fatores deixam passar que as questões de atendimento social dos produtores rurais não são, necessariamente, centrais no contexto de construção dessa hidrelétrica, mas, ao mesmo tempo, verificamos que se alcançou o objetivo de implantação da usina e de geração de energia elétrica, atendendo à demanda do capital.

Dessa forma, ao analisar o contexto de forma mais ampla, podemos constatar que o processo de educação popular, que é à base de sustentação do movimento social – sendo este de fundamental importância para erguer os pilares de luta por garantia e defesa de direitos e, ao mesmo tempo, ampliar a reflexão e o diálogo entre o social e o Estado hegemônico – contudo, ainda sofre, de forma contundente, os efeitos irradiados pelo poder do capital.

O objetivo deste estudo, dessa forma, possibilitou-nos averiguar que a ação mediada pelos interesses dominantes, que atua constantemente, se não observada e concebida em seus efeitos e formas de atuação, tende a segmentar a possibilidade de linearidade e continuidade das lutas sociais emergidas contra as

imposições dominantes. Isso gera lacunas que distanciam os sujeitos temporal e socialmente, impossibilitando um movimento constante de lutas, que ganhe corpo e representatividade em prol das garantias de direitos, minimizando sua representatividade social em núcleos de luta individualizados.

Essa atuação constante, por parte da sociedade hegemônica, é que está direcionando, após duas décadas de existência, um movimento social que se tornou referência mundial em articulação e formou lideranças em educação popular a um processo de desmobilização das forças de luta.

Já o outro movimento – de mesma ordem e de mesma luta – encontra difíceis barreiras em garantir os direitos sociais, e já apresenta sinais de fragilização, mesmo sendo utilizado por parte dos interesses hegemônicos as mesmas técnicas de intervenção e controle.

É preciso, por todo o exposto e discutido, compreender que os movimentos sociais, mesmo que nascidos de realidades e contextos econômicos, políticos diferentes, referem-se a uma mesma apresentação de Estado, permeada por interesses dominantes. Ir além da segmentação dos movimentos sociais e romper com seu determinismo torna-se importante para que as garantias de direito não sejam apenas momentâneas e focais e a fragilização dos movimentos sejam superadas.

Nesse sentido, este trabalho não termina nesse ponto, não tínhamos o interesse ou a ousadia de sermos completo e acabado, apenas pretendemos lançar a dúvida onde se possa questionar: Será que os direitos sociais são diferentes? Os direitos dos atingidos por Salto Caxias são diferentes dos direitos dos atingidos do Baixo Iguaçu, ou do movimento Campesino, ou mesmo do Movimento de gênero? E por qual motivo essas e tantas outras lutas por direitos humanos são segmentadas?

Somos sujeitos da história e, apenas por meio da reflexão e da compreensão das circunstâncias sociais e individuais impostas teremos a possibilidade de construir a luta e a emancipação humana de forma crítica e reflexiva.

REFERÊNCIAS

ABREU, Alzira Alves de. **CONSELHO NACIONAL DE ÁGUAS E ENERGIA ELÉTRICA (CNAEE)**. FGV – CPEDOC, 2009. Disponível em:<<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/conselho-nacional-de-aguas-e-energia-eletrica-cnaee>>. Acesso em: 09 de Novembro de 2019.

ABREU, Marcelo de Paiva. **A economia brasileira 1930-1964**. PUC, Rio de Janeiro. 1999.

ALBUQUERQUE, Alexandre Black de. Desenvolvimentismo nos governos Vargas e JK. XI CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA. ABPHE. Vitória. 2015

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do Estado**. Martins Fontes, São Paulo. 1970.

ANDRADE, Mariana Alves de. **De Marx a Mézáros: A inseparável relação entre o estado e a reprodução do capital**. São Paulo. Instituto Lúkács, 2012.

ANEEL. **Capacidade de Geração do Brasil**. Disponível em <<http://www2.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.cfm>> Acesso em 29/01/2019. Acesso em 29 de Abril de 2019.

ANTUNES, Ricardo Luiz Coutro. Dimensões da crise e metamorfose do mundo do trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, nº 50. São Paulo: Cortez, 1996.

ARAÚJO, Thiago Portilho Ottero de. **O segundo governo Vargas (1951-1954): o nacional-desenvolvimentismo e a questão da energia elétrica**. Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro. 2015.

ARAÚJO, Claudionor Ferreira; MACHADO, Carlos Roberto da Silva. Estado capitalista, políticas públicas e reprodutivismo educacional. **Revista Dialectus** Ano 1 n. 2 Janeiro-Junho 2013 p. 173-187.

AREND, Marcelo. **50 anos de industrialização no Brasil (1955-2005): uma abordagem evolucionária**. Porto Alegre. UFRGS, 2000.

BATISTTI, Elir. As disputas pela terra no sudoeste do Paraná: os conflitos fundiários dos anos 50 e 80 do século XX. **Campo-território: revista de geografia agrária**. Uberlândia, MG. 2006.

BELLINGIERI, Julio Cesar. A economia no período militar (1964-1984: crescimento com endividamento. **Revista Hispeci & Lema**. Bebedouro-Sp. 2005.

BORGES, Marcia Leite et al. A luta do movimento dos atingidos por barragens contra o modelo sócioambiental e econômico vigente. III SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE CIÊNCIAS SOCIAIS – CIÊNCIA POLÍTICA. Universidade Federal do Pampa. São Borja, RS. 2014.

BORGES Luís Antônio Coimbra; REZENDE José Luiz Pereira de; PEREIRA, José Aldo Alves. Evolução da legislação ambiental no Brasil. **Revista em Agronegócios e Meio Ambiente**, Maringá. 2009

BORON, Atílio Alberto. **Estado, Capitalismo e Democracia na América Latina**. São Paulo: Paz e Terra, 1994.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. Editora Brasiliense, São Paulo. 2006.

BRANDI, Paulo. **COMPANHIA HIDRO ELÉTRICA DO SÃO FRANCISCO (CHESF)**. FGV – CPEDOC, 2009. Disponível em: <<http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-tematico/companhia-hidro-eletrica-do-sao-francisco-chesf>>. Acesso em: 09 nov 2019.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 21 dez 2019.

BRASIL. **Decreto - Lei nº 8.031 de 03 de outubro de 1945. Código das Águas**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del8031.html>. Acesso em: 21 dez 2019.

BRASIL. **Decreto nº 24.643 de 10 de Julho de 1934. Autoriza a criação da companhia hidro elétrica do São Francisco**. Disponível em: <www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D24643.html>. Acesso em: 21 dez 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981**. Brasília, DF. 2019. Disponível em: <<http://www2.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=313>>. Acesso em: 01 dez 2019.

BRASIL. **Lei nº 6.938, de 31 de Agosto de 1981. Dispõe sobre a Política Nacional do Meio Ambiente, seus fins e mecanismos de formulação e aplicação, e dá outras providências**. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1980-1987/lei-6938-31-agosto-1981-366135-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 21 dez 2019.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 001 de 23 de Janeiro de 1986**. Disponível em: <www2.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.html>. Acesso em: 21 dez 2019.

BRASIL. **Resolução CONAMA nº 009 de 03 de Dezembro de 1987**. Disponível em: <www.mp.go.gov.br/nat_sucroalcooleiro/Documentos/legislacao/Geral/est_imp_amb/eia3.pdf>. Acesso em: 21 dez 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF. 2019. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf>. Acesso em: 01 dez 2019.

BRUM, Argemiro Jacob. O desenvolvimento econômico brasileiro. 7 ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

CARNIATTO, Irene. **Subsídios para um processo de gestão de recursos hídricos e educação ambiental nas sub-bacias Xaxim e Santa Rosa, bacia Hidrográfica Paraná III**. UFPR. Curitiba, PR. 2007.

CARVALHO, Douglas Torres de. **Determinantes e resultados do Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG)**. Universidade Federal do Rio de Janeiro, RJ. 2018.

CATTA, Luiz Eduardo. **O cotidiano de uma fronteira: a perversidade da modernidade**. Cascavel: Edunioeste, 2002.

CERNEA, Michael. Riesgos de emprobreimiento y reconstrucción :un modelo para eldesplazamiento y larelocalización de poblaciones. **Avá. Revista de Antropología**, 2004.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. **Comissão Especial “Atingidos por Barragens” Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07**. Brasília – DF. 2000.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e Desenvolvimento: Um Novo Modelo para Tomada de Decisões Um Sumário**. 2000.

CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA. **Comissão Especial “Atingidos por Barragens” Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07 Relatório Síntese**. Brasília – DF. 2006.

CONSÓRCIO BAIXO IGUAÇU. **Usina contribui para avanço do sudoeste paranaense**. Disponível em: <<http://baixoiguacu.com.br/noticia/usina-contribui-para-avanco-do-sudoeste-paranaense>> Acesso em: 15 de Out. 2019

CONTE, Cláudia Heloiza. Do milagre econômico á construção de Itaipu: configurando a cidade de Foz do Iguaçu/PR. **Economia e Desenvolvimento**, Recife (PE), v. 12, nº 2, 2013.

COPEL. **Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) da PCH Cavernoso II**. Disponível em: www.iap.pr.gov.br/arquivos/File/EIA_RIMA/CAVERNOSO%20II/EIA_RIMA_Vol_II_Atualizado_Final.pdf >. Acesso em: 21 dez 2019.

DEITOS, Roberto Antonio. **O capital financeiro e a educação no Brasil**. UNICAMP. Campinas - SP. 2005.

DEITOS, Roberto Antonio. Políticas públicas: aspectos teóricos-ideológicos e socioeconômicos. **Acta Sectorium**. Maringá, v. 32, n.2, p. 209-218, 2010.

DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (2009). O Governo João Goulart e o golpe de 1964: memória, história e historiografia. **FAPESP**. Scielo - Scientific Electronic LibraryOnline. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/tem/v14n28/a06v1428.pdf>>. Acesso em: 17. Nov de 2009.

DREIFUSS, René Armand. **1964: a conquista do Estado**. Petrópolis. Vozes, 1981.

ELEBROBRÁS. **Plano Diretor de Meio Ambiente do Setor Elétrico**. Rio de Janeiro, 1990.

ENGELS, Friedrich. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. Tradução de Leandro Konder, 3.ed. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

FALEIROS, Vicente de Paula. **A política social do estado capitalista: as funções da previdência e assistências sociais**. São Paulo: Cortez, 1980.

FALEIROS, Vicente de Paula. **Globalização, correlação de forças e serviço social**. São Paulo: Cortez, 2014.

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é política social**. 5.ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

FERNANDES, Antônio Claret. **Ainda é tempo**. (2013) Disponível em: <<http://www.mabnacional.org.br/poesia/ainda-tempo>>. Acesso em: 21 dez 2019.

FERRARI, Julio Cesar; PEREIRA, Rafael Caluz; FERNANDES, Paulo Sérgio. **A imposição da ditadura militar na sociedade brasileira uma breve analogia do comportamento Estado/Oposição**. Unisalesiano. Lins – SP. 2009.

FERRAZ, Tiago Pontes. **BenefitSharing na Exploração de Recursos Hídricos no Brasil**. 76 f. Dissertação. (Mestrado em Economia). Universidade de São Paulo Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade Departamento de Economia - IPE – USP. São Paulo, 2016.

ALBUQUERQUE, Adenilson de Barros de. **A “palavra armada”**: ficcionalizações da Guerra Grande (1864-1870). 199 f. Tese. (Doutorado em Letras). Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, Cascavel, 2020.

FERREIRA, Patrícia Aparecida; MAFRA Flávia Luciana Naves; et al. Implantação de Usinas Hidrelétricas e Teoria dos Stakeholders Analisando o Processo de Negociação a Partir de um Estudo de Caso. **Revista Desenvolvimento em questão**. Editora Unijuí ano 15, n. 4, p. 457-497; out./dez. 2017.

FOLHA DE LONDRINA. **Copel libera verba para assentamentos**. Londrina, 1997. Disponível em <<https://www.folhadelondrina.com.br/cidades/copel-libera-verba-para-assentamentos-12897.html>> Acesso em 17 de Dezembro de 2019.

FONSECA, Francisco. **Políticas públicas no capitalismo contemporâneo: alcances e limites**. Carta Maior. 2012. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Coluna/Politicass-pubblicas-no-capitalismocontemporaneo-alcances-e-limites/27469>>. Acesso em: 01 de Dezembro de 2019.

FONSECA, Francisco. **Políticas públicas: armadilhas às reformas sociais profundas**. Carta Maior. 2012. Disponível em: <<https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/Politicass-pubblicasarmadilhas-as-reformas-sociais-profundas/4/26436>>. Acesso em: 01 dez 2019.

FRANÇA, Francieli Mezzomo. **Dá geração de energia para o lazer: Estudo da Usina Hidrelétrica de Salto Caxias/PR: Seu papel econômico e social na formação de territórios.** 147 f. Dissertação. (Mestrado em Meio Ambiente). Universidade do Oeste do Paraná - UNIOESTE, Francisco Beltrão, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: Saberes necessários à prática educativa.** 25.ed. Paz e Terra, São Paulo, 1996.

FREITAS, Andréa; ARAÚJO, Victor. Partidos, Coalizões e Influências sobre Políticas Públicas no Brasil: um Jogo de Arenas Múltiplas e Payoffs **Variados.** 10º ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE CIÊNCIA POLÍTICA, Belo Horizonte. 2016.

GERMANI, Guimar Inez. **Expropriados terra e água: O conflito de Itaipu.** Salvador: EDUFBA: ULBRA, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social.** Atlas. São Paulo – SP. 2008.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não-formal e cultura política: impactos sobre o associativismo do terceiro setor.** 4.ed. São Paulo, Cortez. 2008.

GOMES, Carina Sernaglia *et all.* **Usinas hidrelétricas e desenvolvimento municipal: o caso das usinas hidrelétricas do complexo pelotas-uruguai.** Revista de Gestão Ambiental e Sustentabilidade – GeAS, São Paulo. 2017.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Os movimentos sociais e a luta pelo direito à cidade no Brasil contemporâneo. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 124, p. 721-745, out./dez. 2015.

HARARI, Isabel. **Ribeirinhos atingidos por Belo Monte exigem retomar seu território.** Instituto Socioambiental (ISA). 2018. Disponível em <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/ribeirinhos-atingidos-por-belo-monte-exigem-retomar-seu-territorio>> Acesso em: 28 abr 2019.

HARVEY, David. **O novo imperialismo.** São Paulo, Loyola. 2004.

HELM, Cecília Maria Vieira. **A inserção regional.** In. Relatório Técnico. Florianópolis: UFSC, 1993.

IANNI, Octávio. **Estado e planejamento econômico no Brasil.** Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A, 1971.

IPEA. **Diagnóstico Social, Econômico e Cultural dos Atingidos por Barragens - O caso da UHE de Sobradinho (Ba) - Relatório I.** 2017.

CARNIATTO, Irene. **Subsídios para um processo de gestão de recursos hídricos e educação ambiental nas sub-bacias Xaxim e Santa Rosa, bacia hidrográfica Paraná III.** 277 f. Tese. (Doutorado em Ciências Florestais). Universidade Federal do Paraná – UFPR, 2007.

INSTITUTO PÓLIS. **Parecer sobre o papel do município de porto velho frente aos impactos urbanos e o estudo de impacto ambiental do projeto das usinas hidrelétricas do rio madeira.** Disponível em: <philip.inpa.gov.br/publ_livres/Dossie/Mad/Outros%20documentos/Parecer%20POLIS/parecer%20polis.doc> Acesso em: 21 dez 2019.

JORNAL VALOR ECONÔMICO. **Aneel defende retorno de hidrelétricas com grandes reservatórios.** Disponível em: <<https://valor.globo.com/empresas/noticia/2016/09/29/aneel-defende-retorno-de-hidreletricas-com-grandes-reservatorios.ghtml>>. Acesso em: Dezembro de 2019.

JUNK, Wolfgang Johannes. José Alberto Sampaio Nunes de Mello. **Impactos ecológicos das represas hidrelétricas na bacia amazônica brasileira.** Estudos Avançados. São Paulo. 1990.

KARPINSKI, Cezar. **Sobre as águas a memória:** Relações de poder e subjetividades durante a implantação da Usina Hidrelétrica Salto Caxias (Paraná, 1989-2001). Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina Florianópolis - UFSC, 2007.

KERECKI, Márcio; SANTOS Miguel dos. Programa de ação econômica do governo (paeg): do milagre econômico ao fim do sonho. **Revista Historiador.** Número 02. Ano 02. Dezembro de 2009.

LEFEBVRE, Henri; MARTINS, César (org.). **Leituras do pensamento de Henri Lefebvre: aproximações e desafios.** Rio Grande: Editora da FURG; 2011.

LÊNIN, Vladimir Ilyich. **O Estado e a Revolução.** São Paulo, Hucitec. 1987.

LIMA, Bruna; KONRAD, Diorge Alceno. **O “milagre econômico brasileiro” e sua relação com a criação do distrito industrial de Santa Maria – RS.** XXVII Simpósio Nacional de História – Conhecimento histórico e diálogo nacional. Natal – RN. 2013.

LOUREIRO, Felipe Pereira. **O Plano Trienal no contexto das relações entre Brasil e Estados Unidos (1962-1963).** Economia Política. São Paulo. 2013.

MAB. **A luta dos atingidos por barragens contra as transnacionais pelos direitos e por soberania energética.** São Paulo. 2008.

MACHADO, Carlos; MARTINS, César. **Leituras do pensamento de Henri Lefebvre: aproximações e desafios.** Rio Grande. Editora da FURG. 2011.

MALAN, Pedro Sampaio. Relações econômicas internacionais do Brasil (1945-1964). In: FAUSTO, Boris (Org.). **História geral da civilização brasileira.** São Paulo, DIFEL, 1995.

MALDANER, Kiara Lubick Silva; AKAMA, Alberto. Análise do conteúdo midiático sobre os impactos das usinas hidrelétricas do rio Madeira: um conflito silencioso. **Revista Interface**, Edição nº 14, p. 19 - 37, dezembro de 2017.

MARTINS, Luis Carlos dos Passos; KRILLOW, Leticia Sabina Wermeier. A Crise de 1929 e seus reflexos no Brasil: a repercussão do crack na Bolsa de Nova York na

imprensa brasileira., 10º ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA DA MÍDIA. Rio Grande do Sul - RS, 2015.

MARX, Karl. **Manifesto Comunista**. São Paulo. Instituto José Luís e Rosa Sudermann. 2003.

MARX, Karl. Prefácio à contribuição à crítica da economia política. In: MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **Obras escolhidas**. São Paulo, Alfa- Omega. 1977.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **O manifesto do partido comunista**. São Paulo: Cortez, 1998.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MATIELLO, Catiane. **Narrativas tecnológicas, desenraizamento e cultura de resistência: história oral de vida de famílias desapropriadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu**. 303 f. Dissertação. (Mestrado em Tecnologia). Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR. Curitiba, 2011.

MENEZES, Eder. **A luta pela terra contra a força das águas: a ação dos atingidos (das) pela construção da barragem de Salto Caxias**. 145 p. Dissertação. (Mestrado em história). Universidade Federal Fluminense - UFF. Niterói, 2003.

MESQUITA, Mario Luiz Ribeiro. **Inflação, estagnação e ruptura, 1961-1964**. PUC-Rio Texto para discussão, 2010.

MÉSZÁROS, István. **Para Além do Capital**. São Paulo, Boitempo Editorial. 2002.

MIKEL DUFRENNE. La personnalité de base.1953. In: BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação popular**. Brasiliense. Tatuapé – Sp. 2006.

MINAYO, Maria Cecilia de Souza. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Belo Monte vai produzir energia com respeito ao meio ambiente**. Disponível em <<http://www.mme.gov.br/web/guest/destaques-do-setor-de-energia/belo-monte>> Acesso em: 29 abr 2019.

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA. **Projeto da Usina Hidrelétrica de Belo Monte: Fatos e Dados, 2011**. Disponível em: <http://www.mme.gov.br/mme/galerias/arquivos/belo_monte/BELO_MONTE_-_Fatos_e_Dados.pdf> Acesso em: 11 dez. 2019.

MINISTÉRIO DO PLANEJAMENTO. **Programa de Aceleração do Crescimento**. Disponível em <<http://www.pac.gov.br/obra/1356>> Acesso em: 29 Abr 2019.

MORAN, Emilio Frederico. QnAs with Emilio F. Moran. **Proceedings of the National Academy of Sciences**. Vol. 115. 20 nov. 2018.

MOURÃO, Rafael Pacheco. Desenvolvimento, industrialização e ordenamento político: uma discussão sobre os estados em Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek – dois Estados, uma “Ordem”. **Revista história em curso**. Belo Horizonte, 2012.

MUNIZ, Camille Bezerra de Aguiar. **Discursos Selecionados do Presidente Jânio Quadros**. Fundação Alexandre Gusmão, Brasília. 2010.

NEOENERGIA. **Energia sustentável para mais de um milhão de brasileiros**. 2019. Disponível em: <<https://www.neoenergia.com/pt-br/sobre-nos/linhas-de-negocios/renovaveis/renovaveis-hidrica/baixo-iguacu/Paginas/default.aspx>> Acesso em: 13 Nov 2019.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo, Cortez, 1992.

OLIVEIRA, Antônio Italo Ribeiro. **O mínimo existencial e a concretização do princípio da dignidade da pessoa humana**. 2016. Disponível em: <[jus.com.br/artigos/50902/o-minimo-existencial-e-a-concretização-do-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana](http://jus.com.br/artigos/50902/o-minimo-existencial-e-a-concretizacao-do-principio-da-dignidade-da-pessoa-humana)> Acesso em: 06 de Set. de 2019.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à razão dualista: o ornitorinco**. Boitempo. São Paulo. 2003.

PALUDO, Conceição. Educação popular como resistência e emancipação humana. **Caderno Cedes**. v. 35, n. 96, p. 219-238, maio-ago., 2015 Campinas – SP. 2015.

PARMEGIANI, Jaqueline. Apontamentos para a história de uma luta: os atingidos pela barragem de salto Caxias/PR. **Revista Tempo da Ciência**. v. 13, n. 26. Toledo-PR, 2006.

PEREIRA, José Maria Dias. **Uma breve história do desenvolvimentismo no Brasil**. Cadernos do Desenvolvimento. Rio de Janeiro. 2011. Disponível em: <<http://www.cadernosdodesenvolvimento.org.br/ojs2.4.8/index.php/cdes/article/view/223/206>>. Acesso em: 15 mar 2019.

PIAGENTINI, Priscilla Melleiro; BENASSI, Roseli Frederigi; PENTEADO, Cláudio Luis Camargo. Olhares sobre a hidreletricidade e o processo de licenciamento no Brasil. **Revista Estudos Avançados**. São Paulo. 2014. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/ea/v28n82/09.pdf>>. Acesso em: 15 Abr 2019.

PINTO, Eduardo; BALANCO, Paulo. Padrão de acumulação, Estado e políticas econômicas no Brasil: da República Velha ao governo provisório e constitucional de Vargas. **Revista da Sociedade Brasileira de Economia Política**. Rio de Janeiro, nº 23, p. 48-76, dezembro 2008.

PNEE. **Plano Nacional de Energia Elétrica 1987/2010**. Ministério de Minas e Energia. Brasil. 1987.

POKER, José Geraldo Alberto. Bertoncini; ARBAROTTI, Alexsandro Elias. Movimentos sociais: o que há de novo? In: SIMONETTI, Mirian Cláudia Lourenção. **Territórios, movimentos sociais e políticas de reforma agrária no Brasil**. Marília. Oficina Universitária; São Paulo, Cultura Acadêmica, 2015.

PORTAL RESIDUOS SOLIDOS. **SISNAMA – Sistema Nacional do Meio Ambiente no Brasil**. 2014. Disponível em: <<https://portalresiduossolidos.com/sisnama-sistema-nacional-meio-ambiente-brasil/>>. Acesso em: 01 dez 2019.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter, QUENTAL Pedro de Araújo. **Colonialidade do poder e os desafios da integração regional na América Latina**. Disponível em <<http://journals.openedition.org/polis/3749>> Acesso em 29 de Abril de 2019.

REIGOTO, Luhan Martins. **Governo Dutra: cenário externo, debate interno e política econômica (1946-1951)**. XII CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA ECONÔMICA, Niterói. 2017.

BNDE. **Revista Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico**. Brasil. 1964.

REVISTA ITAIPU. **A maior geradora de energia limpa e renovável do planeta**. Foz do Iguaçu – PR. 2017. Disponível em: <itaipu.gov.br/sites/default/files/af_df/1702_022_atualizacao_revista_IB_2017_digital_b.pdf> Acesso em: 19 de Out 2019.

REZENDE, Maria José de. **A ditadura Militar no Brasil: Repressão e pretensão de legitimidade 1964 – 1984**. Eduel. Londrina – Pr. 2013.

ROS, Ana Carolina Pontes. Produção e reprodução social da violência: rebatimentos da naturalização de processos violentos na sociedade capitalista. V JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. Maranhão. 2011. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2011/CdVjornada/jornada_eixo_2011/poder_violencia_e_politicas_publicas/producao_e_reproducao_social_da_violencia.pdf>. Acesso em: 15 de Jun de 2019.

SANTAGADA, Salvatori. **A situação social do Brasil nos anos 80**. Fundação de Economia Estatística. Porto Alegre – RS. 1990.

SANTOS, Ricardo Augusto dos. Políticas de Saúde, Condições de Vida e Repressão no Governo Dutra. XXVII SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, Natal. 2003.

SILVA, Daniel Neves. **Governo Jânio Quadros**. História do Mundo. 2019. Disponível em: <<https://www.historiadomundo.com.br/idade-contemporanea/governo-janio-quadros.htm>> Acesso em: 16 de Nov de 2019.

SILVA, Ilse Gomes. Os desafios da participação popular no contexto da “reforma” do Estado brasileiro. **Lutas Sociais**, n. 5, p. 35 - 45. São Paulo. 1998.

SILVA, Suely Braga da. **O Brasil de JK 50 anos em 5: o Plano de Metas**. CPDOC | FGV, Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. 2017.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil: de Getúlio a Castello (1930-64)**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SOCIEDADE DA ÁGUA CONSULTORIA AMBIENTAL LTDA. **UHE Baixo Iguaçu Estudo de Impacto Ambiental –EIA**. Curitiba – Pr. 2008.

SOUZA, Fabiano Farias de. **Conjuntura política e econômica no Brasil (1950 – 1964)**: terreno fértil para o golpe de 1964. História e Cultura. Franca – SP. 2013.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia. Revista Brasileira de História. v. 24, nº 47, p.13-28. São Paulo, 2004.

TOMASQUIN, Mauricio Tiomno; GUERREIRO, Amilcar; GORINI, Ricardo. **Matriz energética brasileira**. Novos Estudos. Vila Mariana – SP. 2007.

TONET, Ivo; NASCIMENTO, Adriano. **Descaminhos da Esquerda**: da centralidade do trabalho à centralidade da política. São Paulo: Editora Alfa-Omega LTDA, 2009.

JORNAL TRIBUNA DO PARANA. **Reassentamento de Salto Caxias dá prêmio à Copel**. Disponível em: <<https://www.tribunapr.com.br/noticias/economia/reassentamento-de-salto-caxias-da-premio-a-copel/>>. Acesso em: 15 abr 2019.

VALOR ECONÔMICO. **Belo Monte encerrará o ano com 12 turbinas em operação** Disponível em <<https://www.valor.com.br/empresas/5950681/belo-monte-encerrara-o-ano-com-12-turbinas-em-operacao>> Acesso em 29 de Abril de 2019.

VARGAS, Getúlio. **Mensagem ao Congresso Nacional**. Disponível em: <www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/mensagem-ao-congresso-nacional/mensagem-ao-congresso-nacional-getulio-vargas-1951/view> Acesso em: 21 de Dezembro de 2019.

VÁZQUEZ, Adolfo Sanchez. **Filosofia da Práxis**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

VERONESE, Claudino D. **O papel pedagógico da ASSESOAR no apoio à estruturação da cidadania dos ex-posseiros do Sudoeste do Paraná**. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade de Ijuí, RS. 1998.

VIEIRA, Evaldo. A política e as bases do direito educacional. **Cadernos Cedes**. nº 55, 2001, vol.21, n.55, p.9-29. Campinas – SP, 2001.

VIEIRA, Evaldo. **Democracia e política social**. São Paulo: Cortez, 1992.

VIEIRA, Francisca Isabel Schurig. **O pensamento político-administrativo e a política financeira de Washington Luís**. PUC, São Paulo. 1956.

APÊNDICES

APÊNDICE 1 – QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA DE CAMPO SALTO CAXIAS

Roteiro entrevista produtores atingidos da Usina Hidrelétrica Salto Caxias			
Nome			
Telefone			
Idade		Sexo	
Estado civil			
1 - Como é composto hoje o núcleo familiar? Quantas pessoas? Onde trabalham?			
Nome	Idade	Parentesco	Onde trabalha
2 - Onde morava antes de ser reassentado?			
3 - Quando ficaram sabendo que estava sendo planejada a construção de uma usina hidrelétrica na região? E como foi receber essa notícia?			
4 - Quantas famílias foram atingidas diretamente com o fechamento da represa?			
5 - Foi realizado algum processo de organização (reuniões, discussões coletivas) dos produtores atingidos para negociação e enfrentamento às empresas? Se sim, como aconteceu?			
6 - Existiram apoios externos (sindicato rural, outras organizações de base social de defesa e garantia de direitos) para a organização dos atingidos visando ao direcionamento de ações para o ressarcimento ou reassentamento dos produtores atingidos pela barragem?			
7 - A empresa responsável pela construção da usina realizou um primeiro contato com os produtores para explicar a construção da usina? Se sim, como foi o primeiro contato da empresa? E o que foi comunicado a vocês?			
8 - Houve algum diálogo, reunião com as empresas responsáveis onde foram realizados acordos preliminares?			
09 - A empresa fez alguma proposta inicial em relação ao ressarcimento em dinheiro ou proposta de reassentamento dos produtores atingidos? Se sim, como foi esse processo?			
10 - No processo de organização do movimento houve pessoas que receberam indenizações individuais? Como você percebe esse processo de indenizações individuais? Foi bom para o movimento que estava organizado ou não?			
11 - Houve a constituição de comissão/associação que representasse, de forma coletiva, o direito e o objetivo dos atingidos pela barragem? Se sim, como foi constituída essa comissão e como eram elencados e discutidos os pontos importantes e comuns a todos?			
12 - A associação/comissão ainda está constituída? Se sim, acredita que deve ser mantida em funcionamento? E se não, o que pensa sobre isso?			
13 - Como foram escolhidos os representantes da comissão? Todos poderiam se candidatar?			
14 - Quem eram os principais representantes da comissão? Essas pessoas são remuneradas pelo trabalho desenvolvido?			
15 - Como as pessoas se posicionaram inicialmente? Houve pessoas contra a constituição da comissão?			
16 - Se não existisse essa comissão, acredita que fosse importante a existência da mesma? E por qual motivo não foi constituída?			
17 - Foram realizadas manifestações para lutar pela garantia dos direitos dos produtores rurais atingidos pela barragem? Se sim, quantas foram e como foram organizadas?			
18 - Houve apoio das entidades públicas municipais em relação à luta por garantia dos direitos dos atingidos?			
19 - E em relação às entidades particulares (comerciantes), houve algum tipo de apoio que visasse a defesa da garantia de direitos dos atingidos pela barragem?			
20 - A organização dos produtores ou os produtores sofreram algum tipo de repressão ou coação por parte da empresa responsável pela obra da usina? Se sim, exemplifique.			
21 - Como o poder público das cidades atingidas tem se posicionado em relação a estas circunstâncias?			
22 - Quais foram os ganhos ou perdas que você, enquanto participante do Movimento dos Atingidos por Barragens, teve?			
23 - Se não houvesse existido esse movimento, acredita que teria seu direito contemplado?			

APÊNDICE 2- QUESTIONÁRIO DA ENTREVISTA DE CAMPO BAIXO IGUAÇU

Roteiro entrevista produtores atingidos da Usina Hidrelétrica Baixo Iguaçu			
Nome			
Telefone			
Idade		Sexo	
Estado civil			
1 - Como é composto hoje o núcleo familiar? Quantas pessoas? Onde trabalham?			
Nome	Idade	Parentesco	Onde trabalha
2 - Onde morava antes de ser reassentado?			
3 - Quando ficaram sabendo que estava sendo planejada a construção de uma usina hidrelétrica na região? E como foi receber essa notícia?			
4 - Quantas famílias foram atingidas diretamente com o fechamento da represa?			
5 - Foi realizado algum processo de organização(reuniões, discussões coletivas) dos produtores atingidos para negociação e enfrentamento às empresas? Se sim, como aconteceu?			
6 - Existiram apoios externos (sindicato rural, outras organizações de base social de defesa e garantia de direitos) para organização dos atingidos visando o direcionamento de ações para o ressarcimento ou reassentamento dos produtores atingidos pela barragem?			
7 - As empresas responsáveis pela construção da usina realizaram um primeiro contato com os produtores para explicar a construção da usina? Se sim, como foi o primeiro contato das empresas? E o que foi comunicado a vocês?			
8-Houve algum diálogo, reunião com as empresas responsáveis na qual foram realizados acordos preliminares?			
09 - A empresa fez alguma proposta inicial em relação ao ressarcimento em dinheiro ou proposta de reassentamento dos produtores atingidos? Se sim, como foi esse processo?			
10-Existem produtores que já conseguiram ser ressarcidos pelo alagamento de suas terras? Se sim, quantos e de que forma eles foram ressarcidos?			
11-Existem pessoas que receberam indenizações individuais. Como você percebe esse processo de indenizações individuais? Foi bom para o movimento que estava se organizando ou não?			
12-Houve a constituição de comissão/associação que representasse, de forma coletiva, o direito e o objetivo dos atingidos pela barragem? Se sim, como foi constituída essa comissão e como eram elencados e discutidos os pontos importantes e comuns a todos?			
13 - A associação/comissão ainda está constituída? Se sim, acredita que deve ser mantida em funcionamento? E se não, o que pensa sobre isso?			
14 - Como foram escolhidos os representantes da comissão? Todos poderiam se candidatar?			
15 - Quem são os principais representantes da comissão? Essas pessoas são remuneradas pelo trabalho desenvolvido?			
16 - Como as pessoas se posicionaram inicialmente? Houve pessoas contra a constituição da comissão?			
17 - Se não existisse essa comissão, acredita que fosse importante a existência da mesma? E por qual motivo não foi constituída?			
18 - Foram realizadas manifestações para lutar pela garantia dos direitos dos produtores rurais atingidos pela barragem? Se sim, quantas foram e como foram organizadas?			
19 - Houve apoio das entidades públicas municipais em relação à luta por garantia dos direitos dos atingidos?			
20 - E em relação às entidades particulares (comerciantes) houve algum tipo de apoio que visasse a defesa da garantia de direitos dos atingidos pela barragem?			
21 - A organização dos produtores ou os produtores sofreram algum tipo de repressão ou coação por parte da empresa responsável pela obra da usina? Se sim, exemplifique.			
22 - Como o poder público das cidades atingidas tem se posicionado em relação a estas circunstâncias?			
23 - Quais foram os ganhos ou perdas que você, enquanto participante do Movimento dos Atingidos por Barragens, teve?			
24 - Se não houvesse existido esse movimento, acredita que teria seu direito contemplado?			

APÊNDICE 3 – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E EXCLARECIDO



unioeste

Universidade Estadual do Oeste do Paraná

UNIOESTE - CAMPUS DE CASCAVEL

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/PRPPG

Centro de Educação, Comunicação e Artes/CECA

Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação – nível de Mestrado/PPGE

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM E DEPOIMENTOS E ENTREVISTA

Título do Projeto: **ESTADO E A PRODUÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA NO BRASIL: A ORGANIZAÇÃO COLETIVA DOS PRODUTORES RURAIS ATINGIDOS POR BARRAGENS DO RIO IGUAÇU NO OESTE E SUDOESTE DO PARANÁ**

Eu, **Marcio José de Barros**, pesquisador, discente do Mestrado em educação, na linha de Educação, Políticas Sociais e Estado sob a orientação do **Professor Dr. Roberto Antônio Deitos**, orientador, ambos vinculados à UNIOESTE -Campus de Cascavel - Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação/PRPPG - Centro de Educação, Comunicação e Artes/CECA, convidamos o (a) senhor (a) _____ para participar de nossa pesquisa que tem o objetivo de investigar o processo de articulação e mediação desenvolvido pelo Estado na previsão dos custos de implantação e contenção dos riscos sociais, mediante o desenvolvimento de Políticas Públicas compensatórias na região oeste e sudoeste do Paraná relacionado às pessoas atingidas pela construção de Usinas Hidrelétricas.

Para isso será realizada a aplicação de pesquisa por meio de questionário semiestruturado, o qual será gravado para levantamento de informações e dados relevantes para compreensão do contexto social e das relações estabelecidas, importantes ao desenvolvimento da pesquisa, salienta-se que a mesma pode, também, ser registrada por meio fotográfico.

Durante a execução do projeto de pesquisa estruturado por perguntas, diálogos e relatos, salienta-se que se algum entrevistado sentir-se mal será fornecido todo o apoio e encaminhamento a unidade de saúde ou hospital público mais próximo, bem como se necessário à pesquisa que se trabalhe com relatos de vivências, orientar sobre a possibilidade de procurar acompanhamento psicológico. Informamos, também, que se os procedimentos que causem algum tipo de dano/desconforto à pessoa entrevistada, pode-se solicitar que a pesquisa seja encerrada a qualquer momento.

Para algum questionamento, dúvida ou relato de algum acontecimento os pesquisadores poderão ser contatados a qualquer momento nos telefones supracitados.

Salienta-se que essa pesquisa contribuirá com a organização social das pessoas atingidas por barragens visando ao desenvolvimento de uma articulação de base social organizada e estruturada que possa auxiliar no processo de reassentamento e ou compensação econômica/financeira das pessoas atingidas e desapropriadas de suas terras para a construção de usinas hidrelétricas.

O TCLE será entregue em duas vias, sendo que uma ficará com o sujeito da pesquisa, visto que o mesmo não pagará nem receberá para participar do estudo. Será mantido a confidencialidade do participante e os dados serão utilizados apenas para fins científicos. O telefone do comitê de ética é 3220-3272, caso o sujeito necessite de maiores informações.

Mediante as informações acima prestadas, declaro estar ciente do exposto, sendo-me prestada todas as informações e respondidas todas as dúvidas, desejo participar do projeto, autorizando o uso de minha imagem, voz e depoimento.

Assinatura participante de pesquisa

CPF: _____ RG _____

Eu, **Marcio José de Barros**, declaro que forneci todas as informações do projeto ao participante e/ou responsável.

Cascavel, _____ de _____ de 20_____.